

JOSÉ ALVARO MOISÉS

**CLASSES POPULARES  
E  
PROTESTO URBANO**

Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Ciências Sociais, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.

SÃO PAULO, Novembro de 1978

## SUMÁRIO

### Classes Populares e Protesto Urbano

Introdução

Parte 1

#### Classes Populares e Política

Capítulo I

Classes Populares e Política

Capítulo II

Crise de Hegemonia, Pensamento Autoritário e Produção

Intelectual

Parte 2

#### Democracia e Massas no Após-Guerra

Capítulo III

Democratização, Emergência das Massas e Colaboração de

Classes

Parte 3

#### Urbanização Capitalista e Reivindicações Urbanas

Capítulo IV

Capitalismo, MetrÓpole e Agentes da Urbanização

Capítulo V

Origens do Movimento de Reivindicações Urbanas: as SABs

Capítulo VI

Principais Influências Políticas na Formação das SABs

Parte 4 - pag 284

Classes Populares e Protesto Urbano

Capítulo VII

Emergência dos Movimentos Autonomistas

Capítulo VIII

Osasco: Protesto e Autonomia

Capítulo IX

Pirituba: Tentativa Fracassada

Capítulo X

Classes Populares e Alianças de Classe

Capítulo XI

Contradições Urbanas, Estado e Movimentos Sociais

Parte 5

Conclusão

Capítulo XII

Classes Populares e Hegemonia

INTRODUÇÃO

## I

A região da Grande São Paulo se transformou, nos últimos 30 anos, em um vasto celeiro de movimentos sociais. Esta situação está relacionada a pelo menos dois aspectos: em primeiro lugar, a uma crescente afirmação da presença das classes populares no núcleo mais dinâmico do sistema capitalista no país, pois com a chegada das grandes levas de migrantes que procuraram a cidade no após-guerra, as massas populares se converteram em um ponto de referência indispensável para o funcionamento de um sistema político cuja base de legitimidade foi sempre bastante precária.

Mas essa emergência das classes populares evoca também o fato de que São Paulo se transformou, desde a I Grande Guerra, no centro propulsor da industrialização brasileira, espécie de ponto de partida para o desenvolvimento da moderna economia e sociedade industriais em que se transformou o país nas últimas décadas. Esse desenvolvimento operou, como se sabe, uma transformação de tal profundidade que tornou o capital industrial o núcleo que dá vitalidade a toda a economia do país.

As consequências dessas transformações são conhecidas: ao se converter no centro de pulsação do sistema capitalista, a região da Grande São Paulo converteu-se, também, no maior aglomerado urbano e na maior capital de características nacionais do país. Recolhendo a tendência à concentração de capitais e de produção de bens de consumo durável e de meios de produção, a região metropolitana transformou-se em um imenso

reservatório de mão de obra, concentrando e combinando, em um mesmo ponto, todas as consequências daí decorrentes.

Além de ser o locus a partir de onde os típicos conflitos do trabalho se generalizam na sociedade, São Paulo tornou-se local de habitação para cerca de 12 milhões de pessoas que convivem com uma realidade de carências sociais e urbanas que, todavia, são decorrentes do não atendimento pelo Poder Público de necessidades essenciais à sua sobrevivência nas condições urbanas geradas pelo próprio desenvolvimento do capitalismo. Essas contradições acabaram por se constituir, por isso mesmo, em ponto de partida para a emergência de novas reivindicações populares, cuja especificidade, nesse caso, está em que surgiram a partir da condição subalterna do morador na cidade e não de sua condição no mundo do trabalho.

Essa concentração e combinação de características peculiares, em uma área sócio-econômica onde a presença popular vem tendendo a crescer e a se afirmar cada vez mais, criaria as condições para a emergência de uma multiplicidade de movimentos sociais, cuja expressão frequentemente surpreendeu os observadores, sejam eles analistas interessados na sorte das classes populares ou mesmo protagonistas da vida política da cidade.

Esse parece ser o caso particular dos movimentos sociais urbanos que, desde o final dos anos 40 até o início da década dos 60, acumularam uma tradição de participação social e política cuja expressão se converteu em um novo reforço ao processo de entrada das massas populares na política, tal como vem ocorrendo desde o fim da II Grande Guerra. O exame desses movimentos se constitui no objeto do presente estudo, cujo foco de análise se concentra nas experiências de protesto urbano

que surgiram em alguns bairros ou distritos "dormitório" da região da Grande São Paulo, em meados dos anos 50 e princípios dos anos 60: os chamados movimentos autonomistas, cuja principal reivindicação era criar novas unidades políticas que deveriam ser administradas e controladas pelos setores populares.

## II

Osasco e Pirituba são dois dos subúrbios da Grande São Paulo onde ocorreram movimentos autonomistas. Situados a 20 a 25 quilômetros do centro de São Paulo, recobrando os espaços ao redor e entre o rio Tietê e a via Anhanguera constituíam, naquela época, exemplos típicos das áreas periféricas que surgiram com a expansão industrial do após-guerra. A imensa maioria das suas populações era, e é ainda, constituída pelos diversos grupos de assalariados urbanos que integram o enorme contingente de força de trabalho ocupada pela indústria, comércio e serviços.

Entre meados dos anos 50 e princípios dos 60, esses subúrbios conheceram, como outros quinze em toda a região da Grande São Paulo, uma agitação incomum, que mobilizou massivamente amplos setores dos seus moradores e logo se transformou em fonte de preocupações dos detentores dos aparatos locais de poder. O movimento, que muitos apenas viram como um policlassismo inútil, se iniciou a partir das associações de moradores, de conversas de botequins, reuniões em clubes de várzea e das atividades de grupos de paróquias. Nasceu da profunda insatisfação dos moradores locais em face das suas condições urbanas de vida, pois a precariedade freqüente de serviços de água, esgotos, transportes coletivos, iluminação pública, escolas, creches, parques infantis e centros de saúde, somada às suas bai-

xas rendas, tornava ainda mais insuportável a sua condição de assalariados.

Os movimentos de reivindicação começaram reclamando dos contrastes entre as suas duras condições de vida e a situação privilegiada que usufruíam os cidadãos das áreas centrais da cidade e de suas adjacências, mas acabaram desembocando em um profundo protesto que exigia a autonomia dos subúrbios do município de São Paulo, visto como a face local e ineficaz do Estado. Em Osasco, após mais de uma década de mobilização popular e de lutas políticas, o protesto triunfa e resulta na criação de um novo município. Em Pirituba, a mobilização popular perde intensidade após março de 1964 e a tentativa autonomista fracassa.

Mas os movimentos deixam as suas marcas, provocando, por um lado, a emergência de efeitos urbanos, na forma do atendimento de algumas de suas reivindicações; e, por outro, um despertar da consciência popular com reflexos sobre as formas locais de participação social e política das classes populares.

### III

Os movimentos sociais urbanos constituíram uma nova problemática na análise das relações de classes e, particularmente, na consideração da tradição das classes populares. Por isso, é preciso deter-se um pouco sobre o significado dessa nova problemática e mesmo sobre a forma de sua constituição. Trata-se de problemas sociais novos (ao menos na literatura especializada) que, expressando contradições próprias das sociedades capitalistas, não aparecem, entretanto, diretamente pelo ângulo da oposição entre capital e trabalho. Aparecem, antes, como efeitos das distorções e das desigualdades decorrentes de uma

aplicação desigual dos recursos públicos empregados no desenvolvimento e manutenção dos aglomerados urbanos.

Água, esgotos, transportes coletivos, saúde, educação e equipamentos sociais são fatores que afetam o que se convencionou chamar a "qualidade de vida" dos cidadãos, mas afetam mais a alguns do que a outros, dependendo da sua posição na estrutura social da cidade e do seu acesso aos recursos públicos. Por isso, torna-se interessante observar a capacidade de reação das classes populares diante dessas precariedades urbanas. Elas encontram-se, sabidamente, numa condição subalterna em relação aos demais grupos sociais e como o desenvolvimento urbano não foi acompanhado de intervenção do Estado destinada a atender às suas necessidades, passaram a se organizar para reivindicar o que consideravam ser direitos seus.

Esse processo de reivindicações pode ter alguma relevância para a discussão teórica se se tiver em conta, que os movimentos que surgiram no seu desenvolvimento, como se mencionou, definiram-se, muitas vezes, por um princípio de comparação entre as condições de vida dos bairros e vilas da periferia e as que eram encontradas nos bairros centrais, como os Jardins. É desnecessário insistir na importância, para fins da análise do processo de constituição das classes populares no capitalismo, dos fenômenos que expressam os princípios de identidade e de articulação de interesses. No caso, a identidade se expressa pelo reconhecimento das diferenças com outros grupos sociais, como os que habitam os bairros privilegiados. A articulação emerge no contexto dos movimentos de reivindicação que reconhecem aquela identidade e afirmam-na perante o Estado, de quem se exige o atendimento das reivindicações.

O caráter novo da problemática gerada pela questão urbana está em que ela surgiu diretamente das contradições resul -

tantes das relações entre compradores e vendedores da força de trabalho. Essa problemática surgiu na forma indireta dos efeitos dessas contradições, que se expressam no cotidiano das populações locais em sua condição de moradores, sejam operários, comerciários ou funcionários públicos. Entretanto, uma análise mais detida da sua emergência, dos grupos sociais envolvidos e dos agentes que intervieram para solucioná-la ou simplesmente reprimi-la, indica claramente de que se trata: mais do que simples questão de defesa econômico-corporativa das classes populares, os movimentos autonomistas indicam que não se deve desprezar potencialidade de organização política desses setores sociais, que emerge quando eles superam o seu isolamento e se constituem, pela busca de objetivos comuns, em classes populares.

Um formalismo e um teoricismo dogmáticos poderiam conduzir a um desvio de esquerda, como certa vez sugeriu Castells (1), e tentar negar o surgimento de novas formas de contradições sociais nas sociedades capitalistas contemporâneas. Remetendo o discurso sobre a questão urbana a uma esfera puramente ideológica, esgotar-se-ia em ginásticas intelectuais para reduzir a crescente diversidade de formas de oposição de classes a uma expressão direta entre capital e trabalho. Entretanto, tal procedimento contribuiria pouco para a compreensão de aspectos essenciais que constituem a existência histórica real das classes populares em áreas urbanas como a Grande São Paulo ou o Grande Rio. Vitoriosas ou não, as classes populares deram origem aos movimentos sociais urbanos e jogaram neles, em algumas ou várias conjunturas, parte relevante do seu esforço e

---

(1) Ver M. CASTELLS, "Luttés Urbaines", F. Maspero, Paris 1973.

elã social.

Resta, aos que se propõem a analisá-las e a discutir o significado de sua presença em uma sociedade marcada pela crise de direção política e ideológica, como é o caso da sociedade brasileira, a alternativa de não se negarem a um exame sem preconceitos das suas manifestações. Pois se é verdadeiro o princípio de que não existe produção de conhecimento efetivo, nas Ciências Sociais, a não ser referido a uma análise concreta de uma situação concreta, os que se propõem a essa tarefa devem enfrentar, clara e abertamente, a necessidade de ter de rever, por força dos acontecimentos, uma visão dogmática e cômoda, que os impede de ver o movimento real da história onde ele não era esperado.

PARTE 1

CLASSES POPULARES E POLÍTICA

## CAPÍTULO I

## CLASSES POPULARES E POLÍTICA

## I

A questão de qualificar o que são as classes populares urbanas brasileiras é menos um problema de definição analítica (que por mais que opere ao nível da estrutura das relações de produção nem por isso evita a necessidade de qualificar a sua historicidade), e mais de sensibilidade dos pesquisadores, e/ou dos que se interessam pela sua sorte, para observar e compreender as vicissitudes históricas de sua presença na sociedade como ator histórico real. A expressão dessa presença tem se dado, quase sempre, através de ampla variedade de movimentos sociais que não apresenta correspondência direta com os "modelos clássicos" mais conhecidos, como é o caso do movimento operário europeu (1). É conhecido o paradoxo que caracteriza os movimentos sociais na América Latina, marcados na maior parte das vezes, pela heterogeneidade de sua composição social e, ao mesmo tempo, pela sua unidade no plano da política (2). Reforma ou revolução, perguntaram-se, muitas vezes, os analistas preocupados em encontrar, no cenário oferecido pelas sociedades latino-americanas, os protótipos dos agentes clássicos do conflito social que marcam as sociedades capitalistas.

---

(1) Uma definição bastante corrente de movimento social refere-se a "todo tipo de atividade organizada mediante a qual um grupo social logra expressar suas necessidades ou demandas, defender interesses comuns, alcançar determinados objetivos econômicos, sociais ou políticos, ou influir de maneira direta ou indireta sobre os poderes públicos. Esta atividade organizada deve ser de duração suficiente para afetar a posição relativa do grupo na estrutura global (da sociedade) sobretudo no que diz respeito às suas relações com outros...

Formados na visão de um suposto "modelo clássico" de desenvolvimento do capitalismo, que deveria se repetir continuamente, mesmo em situações históricas distintas, estes analistas desenhavam a sua estratégia de pesquisa como se a análise da história da América Latina, para realmente dar conta das lutas sociais que estão na base de sua explicação, somente pudessem passar pela obrigatoriedade de identificar algo como uma "burguesia" e um "proletariado industrial", completamente formados e únicos agentes, nessa concepção teórica que seriam capazes de explicar as vicissitudes históricas do desenvolvimento dessa parte do mundo. Não importava, para esses analistas, se esse modelo teórico esbarrava na realidade de sociedades formadas em períodos históricos distintos daqueles que marcaram a formação das sociedades capitalistas clássicas nem se a lógica do seu desenvolvimento estava determinada por uma dialética de determinações interno-externas, que subordinava, por exemplo, o horizonte de uma eventual burguesia aos processos externo-internos, em que se inscrevia o desenvolvimento do capitalismo como um modo de produção de realização universal. Essa distinção que, como se sabe, está na base de explicações como as oferecidas por teorias como a da "dependência" ou do "desenvolvimento desigual e combinado" é o que pode explicar o processo diferencial de formação das classes, nas sociedades dependentes e, portanto, a sua expressão através de movimentos sociais que não guardam semelhanças imediatas e diretas com os casos clássicos.

---

grupos". Cf. R. STAVENHAGEN, "Marco básico de referência para o Simpósio sobre Estudos de Participação Social na América Latina, realizado pela Organização Internacional do Trabalho, em Lima, Perú, 1971. Esta definição segue as concepções mais correntes que tendem a ver os movimentos sociais à luz da experiência histórica dos países "clássicos". Entretanto, a definição de movimento social pode enriquecer a sua capacidade explicativa se servir para abarcar, também, os movimentos que

A emergência, a um só tempo, nesses movimentos, de uma problemática multidimensional, que se referia simultaneamente à questão social, à questão do desenvolvimento e à questão nacional (3), serviu para confundir ainda mais muitos analistas. E, por esta razão, ao invés de voltarem a sua atenção para os problemas internos, próprios à questão da organização emergentes naqueles movimentos, único marco à partir do qual os seus efeitos políticos podem ser adequadamente considerados, os analistas insistiam mecanicamente, mesmo fora de contexto, no velho dilema "reforma ou revolução". Com isso, frequentemente, deixavam de se perguntar sobre as condições à partir das quais esse dilema pode ser colocado: as condições em que se dava a direção política desses movimentos.

---

...expressam formas de participação não-organizadas. Essas, nem sempre são organizadas, não necessariamente se cristalizam em associações voluntárias que escolhem regularmente os seus líderes, aos quais cabe desempenhar funções de representação. Algumas formas de participação das classes populares são, basicamente, desorganizadas e surgem de maneira espontânea. Isso não significa, entretanto, como é o caso de voltas violentas, como quebra-quebras e depredações, que elas não apresentem uma lógica e uma coerência internas, que estejam de acordo com a situação de classe de seus protagonistas. Sobre este ponto, ver J.A.MOISES e V.M.ALIER "A revolta dos suburbanos ou, Patrão, o trem atrasou", in "Contradições Urbanas e Movimentos Sociais", Cap.1, Coleção CEDEC/Paz e Terra, nº.1, 1977. Sobre a noção de movimentos sociais, em sentido amplo, ver também, A.TOURAINE, E.TORRES e F.C.WEFFORT, debates do seminário de Mérida, "Las clases Sociales en América Latina", Seminário organizado pelo Instituto de Investigaciones Sociales de la UNAM, Mérida, 1971, pg. 347

(2) Cf. J.C.TORRE e S.SIGAL, "Fuerza de Trabajo Y Movimientos Laborales en América Latina", Introduccion al Volumen Organizado por el SSRC, Paris, 1976, mimeo. Também J.C.TORRE, "Sindicalismo de Masas y Sistema Político en los países del Cono Sur. (Fragmentos de um esquema de análises)", Seminário de Movimentos Laborales, CLASO, México, 1977, mimeo.

(3) Cf. A.TOURAINE, "Movimentos Sociais e Ideologias nas Sociedades Dependentes" in J.A.ALBUQUERQUE, "Classes Médias e Política no Brasil", Paz e Terra, Rio, 1977.

Os movimentos sociais latino-americanos, como se verá adiante, são, quase sempre, expressão de agentes que não se colocam, imediata e/ou necessariamente, o problema da reforma ou da revolução, pois eles são sintomas da manifestação espontânea de interesses dos setores situados no mais baixo escalão da pirâmide social de suas sociedades. A sua expressão se constitui, mais bem, em um problema à partir do qual a questão da direção política se coloca e não, à partir da qual ela necessariamente se define.

Entretanto, se por um lado, as dificuldades assinaladas serviram para que alguns autores se sentissem autorizados a desqualificar a pertinência social e política desses movimentos sociais, nem por isso evitaram, como ocorreu no Brasil nos últimos 30 anos, que os seus resultados, isto é, os seus efeitos apontassem para a possibilidade de novos rumos para os impasses enfrentados pela sociedade toda. No quadro da democracia brasileira do após-guerra, os movimentos populares que emergiram colocando simultaneamente, a questão social, a questão do desenvolvimento e a questão nacional, faziam referência direta às condições de participação das classes populares no próprio regime democrático. Referência que, como se pretende demonstrar, tinha o claro caráter de uma reivindicação de ampliação do espaço social e política em que se moviam essas classes e que, portanto, influenciavam e afetavam as próprias condições mais gerais em que os movimentos que os expressavam podiam ocorrer.

Nesse sentido, mais do que questão de simples classificação segundo os parâmetros oferecidos por qualquer teoria "clássica" das classes, a ocorrência desses movimentos sociais apresenta problemas que se relacionam, em realidade, com um possível redimensionamento da teoria das classes e da sua

expressão no contexto das sociedades latino-americanas contemporâneas. Aliás, não foi outra a preocupação que começou a ser desenvolvida por muitos dos teóricos que se formaram à partir de meados dos anos 50 na América Latina. Primeiro, os especialistas se dedicaram a pensar no problema do desenvolvimento da América Latina, como um esforço destinado a demarcar as diferenças entre os seus países e aqueles que integram o chamado "modelo clássico" de desenvolvimento. Os resultados apareceram no debate entre as chamadas teorias do dualismo, da modernização e da dependência (4). Depois, os sociólogos e cientistas políticos passaram a pensar nas implicações resultantes dos marcos diferenciais que distinguem o desenvolvimento latino-americano do desenvolvimento europeu e norte-americano: as chamadas peculiaridades da sua história social e política. Os resultados, como se verá adiante, apareceram na larga tradição intelectual que se formou nos últimos 20 anos à volta dos chamados estudos do populismo.

Não que essa tradição de estudos tenha sempre conseguido se libertar das dificuldades mencionadas antes, pois como se sabe, algumas vezes, os autores que se dedicaram a estudar o fenômeno do populismo acabaram chegando à conclusão de que mais que a história das lutas de classe, a história da América Latina, se constituiria em alguma sorte, de "história das manipulações de classes", terreno fértil que por fim acabou por servir, também, a uma definição essencialmente negativa das classes populares: classes sem consciência de classe, classes sem participação, classes sem presente, classes sem futuro.

Não obstante o objetivo desse trabalho não seja reali-

---

(4) Não é o propósito deste trabalho, recolocar a discussão desses problemas teóricos que, de resto, já está bastante desenvolvida. A respeito, ver, entre outros, o conhecido "Desen-

zar uma discussão sistemática desses estudos e de suas implicações teóricas, ele toma como ponto de partida o lado mais positivo dos resultados dessa tradição intelectual constituída à partir de meados dos anos 50, pois foram alguns dos seus principais expoentes, os autores que mais contribuíram a matizar o paradoxo dos movimentos sociais de formação social heterogênea, mas de ampla unidade no plano da política. Como se verá adiante, foram esses autores que lograram dar os primeiros passos no sentido de identificar as classes populares como atores históricos reais (5).

De fato, a noção de classes populares já estava presente nos primeiros trabalhos de Gino Germani, que datam de meados dos anos 50, e que procuravam explicar a especificidade do peronismo como forma de participação política das massas pelas peculiaridades da estrutura social e política latino-americana (5). E ela reapareceu, sucessivamente, nos trabalhos de Torcuato Di Tella, Fernando Henrique Cardoso, Jorge Graciarena

---

(4) volvimento e Dependência". F.H.CARDOSO e E.FALLETO, Zahar Editores, São Paulo, 1970, 2ª. edição. Em meu ensaio, "Reflexões sobre os estudos do populismo na América Latina", J.A. MOISES, Cadernos Noel Nutellès, nº.5, Rio, 1976, estão sumariadas algumas das críticas mais frequentes à volta de temas como desenvolvimento e dependência. Recentemente, pelo menos dois livros retomaram o debate dessa questão à partir da polémica F.C.WEFFORT - F.H.CARDOSO, "Imperialismo y Desarrollo Capitalista Tardío", de S.ZERILÉNO, mimeo, 1976; e "Las Crisis del Estado e América Latina", N.LECHNER, El Cid Editor, Caracas, 1977.

(5) A última parte do próximo capítulo, retoma essa discussão dos resultados da produção teórica sobre as classes populares, concentrando, então, a análise nos resultados que chamam de tipo negativo dessa produção e nas suas implicações para a política dos anos 50 e 60. Por ora, interessa apenas indicar um ponto de partida possível.

(6) G.Germani, "Política y Sociedad en una época de transición", Paidós, Buenos Aires, 1974, V. especialmente Capítulo IV "El autoritarismo y las Clases Populares", cuja primeira versão é de 1957. Para uma crítica desse trabalho e da perspectiva de análise de Germani, ver meu ensaio "Reflexões sobre os estudos"... op. cit.

e Francisco Weffort, entre outros, em estudos hoje clássicos, que trataram de dar conta das características distintivas do populismo latino-americano em relação às formas de participação social e política correntes nos países "clássicos" (7). No início, essa tradição de análise tomou a noção de classes populares em seu sentido meramente descritivo, isto é, tratou de indicar, simplesmente, quem eram os setores sociais que compunham a aliança populista, sem se preocupar em explicar as razões para que não tenha se formado, na América Latina, um exemplo do proletariado "clássico".

Em termos gerais, esses estudos indicaram que além dos operários industriais, era preciso tomar o conjunto das classes e frações de classes assalariadas urbanas como constituindo a base social do policlassismo presente nos movimentos populistas (8). A grande massa de apoio desses movimentos foi identificada em todos aqueles que vivem de salários, incluindo-se entre eles os empregados das empresas públicas e privadas de transportes, das empresas comerciais e demais setores de serviços (e, conforme o caso, setores das novas camadas médias, como os profissionais liberais (9).

---

(7) V.T. Di Tella, "Populism and Reform in Latin América", in H. Weliz - "Obstacles to change in Latin América", Oxford Press University, Londres, 1965, pp. 47-74; F.H. Cardoso, "Mudanças Sociais na América Latina", DIFEL, São Paulo, 1969, especialmente Capítulo II "Os agentes sociais de mudança e conservação na América Latina", pp. 23-51 e, também, "Proletariado no Brasil: situação e comportamento social", pp. 199-221; J. Graciarena, "Poder y Clases Sociales en el Desarrollo de América Latina", Paidós, Buenos Aires, 1967, especialmente Capítulo IV "La Participación de las Masas Marginales y el Cambio Político", pp. 107-135; F.C. Weffort, "Classes Populares e Política" (Contribuição ao Estudo do Populismo), Tese de Doutorado, FFCL da USP, São Paulo, 1968. Além desses autores, cabe referir também aos estudos de O. Ianni, "O Populismo Latino-Americano", CEBRAP, mimeo, São Paulo, 1974, e T.H. Donghi, "História Contemporânea de América Latina", Alianza Editorial, Madrid, 1970, nos quais a noção de classes populares é utilizada nos termos dos estudos mencionados antes.

A clara vantagem desse procedimento foi a de que, não obstante operar em nível quase que puramente descritivo, servia para afirmar a identidade interna das classes populares, apesar da ênfase na sua heterogeneidade, demonstrando, dessa forma, que, apesar das diferenças de ocupação, renda e mesmo status, os operários industriais não eram os únicos a aderir aos movimentos populistas, isto é, a participar da política; ao contrário eles eram acompanhados pelos escalões inferiores da pirâmide social da cidade que ocupavam, como tinha acontecido com eles em algum momento, os empregos urbanos menos favorecidos pelo desenvolvimento e a expansão da economia, (questão social mais questão do desenvolvimento).

Por outro lado, é inegável que esse procedimento analítico de tipo descritivo deixava sem solução algumas questões teóricas que surgiam dessas análises que adotavam a noção de classes populares. Uma das principais dificuldades teóricas, que esses estudos não resolviam (mesmo porque jamais se propuseram a isso) residia na distinção clássica entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo. Como colocar em um mesmo plano, para fins de análise de seu comportamento político, frações de classe tão distintas entre si? Não implicaria, esse procedimento, em fazer tábula rasa à distinção fundamental que

---

(8) O policlassismo, ou a participação de múltiplas frações de diferentes classes sociais como base de sustentação de alguns movimentos sociais urbanos tem servido para que alguns analistas assumam uma posição ambígua na interpretação de movimentos sociais como o populismo: "Não são movimentos que se estruturam em bases "uniclassistas", reunindo grupos sociais homogêneos, unidos por um mesmo modo de vinculação com determinados setores do sistema de produção. Os movimentos populistas, programaticamente, propõem uma melhor participação das camadas baixas na ordem social estabelecida, visando "incorporá-las ao sistema". Cf. L.M. RODRIGUES, "Trabalhadores, Sindicatos e Industrialização", Brasiliense, São Paulo, 1974, p.91. Apesar dessa observação, o autor acrescenta que, em algumas conjunturas, o populismo chegou a apresentar o potencial de uma ameaça à

exatamente, constitui a especificidade da classe operária(10)?

Os estudos mencionados não responderam, a rigor, a essas perguntas, mas isso se explica, em grande parte, pelo fato de que o objetivo desses estudos era dirigido mais a verificar e analisar a expressão histórica dessas classes, isto é, a explicá-las como atores históricos, que de uma ou outra maneira, estavam intervindo no processo social e político, e menos classificá-las, exaustivamente, segundo a sua suposta posição estrutural. Nisso reside, em grande parte, a vantagem dessas análises, como se verá adiante e, também o seu ponto de convergência com a perspectiva adotada nesse trabalho. De fato, o que parecia só de forma implícita nos estudos de Germani (11), nos demais e, especialmente, no de Weffort, era formulado de maneira bastante clara: ressaltar a capacidade de identificar interesses, e a capacidade de articular aspirações políticas específicas por parte desses setores sociais.

É verdade que os passos na direção desses objetivos de análise não se deram sem dificuldades. O trabalho de Cardoso (12), por exemplo, aceitava os pontos de partida comuns a

(8) ordem social e política vigentes.

(9) Weffort, por exemplo, toma a noção de classes populares para "designar a todos os setores sociais assalariados, semi-assalariados ou não assalariados, cujos níveis de consumo estão próximos aos mínimos socialmente necessários para a subsistência". Cf. "Classes Populares e Política" op. cit. pp.

(10) A famosa distinção de Marx, aparece em várias partes no "Capital", mas especialmente no Vol.1, Livro I, Capítulo Inédito, mas se refere, essencialmente, a uma preocupação analítica que visa a elucidar a gênese do processo de acumulação de capital no modo de produção capitalista e não, como parecem crer alguns autores, um procedimento destinado a dividir a classe dos trabalhadores entre "proletários autênticos" e "proletários inautênticos". Tal procedimento, que reivindicaria raízes morais, seria inteiramente estranho às preocupações políticas de Marx. Por outro lado, quando tratamos das classes populares em geral, o que está em jogo é o conjunto dos setores sociais que vivem da venda de sua força de trabalho e que, como tal, integram o exército industrial de reserva, de que o empregador pode lançar mão para se apropriar da mais-valia que é

boa parte dos trabalhos mencionados, a saber, de que era necessário examinar a presença dos setores populares tendo em vista a peculiaridade do processo de sua formação no contexto social e político criado pelo capitalismo dependente e terminava por concluir que essa presença se expressava em termos do que chamou de "situações de massa" (13). As "situações de massa" seriam aquelas surgidas em decorrência do crescimento da população, a expansão do mercado, a urbanização à base de migrações internas, a desorganização da economia agrária tradicional e a incorporação do "povo" ao processo político vigente nos países latino-americanos. Nesse quadro, o autor assinalava que "... a formação de setores urbanos e semi-urbanos, sem a mediação de organizações próprias ( políticas e sociais ) e, sem a definição de perspectivas e ideologias capazes de expressar a especi

---

(10) produzida pelos operários industriais. A classe operária, -meta um tanto mítica para muitos pensadores e teóricos - não existe no abstrato; para existir, ela tem de se reproduzir e a sua reprodução só pode se dar em determinadas condições históricas. Ora, é notório que essas condições históricas incluem a constituição, pelo capital, de uma série de frações sociais que realizam trabalho improdutivo, mas sem as quais o capital não se viabiliza em sua reprodução, pois deixaria de ter à sua disposição a própria classe operária ( que depende, para a sua reprodução, daquelas frações "improdutivas" ). Além disso, é preciso levar em conta que, em países dependentes como o Brasil, a própria constituição do capitalismo supõe uma intensa mobilidade social inter-frações e essa mobilidade constitui, em parte, o próprio processo de constituição estrutural da classe operária. A esse respeito, ver adiante a III Parte, Capítulos 6 e 9. Para um ponto de vista bastante distinto do que é apresentado aqui e naqueles capítulos, ver N. POULANTZAS, "As classes Sociais no Capitalismo de Hoje", Zahar, Rio, 1975, também A. VILLALOBOS, "Nota sobre "Trabalho Produtivo, Trabalho Improdutivo" e Classes Sociais", in "Classes Sociais e Trabalho Produtivo" - Especial, CO-Edições CEDEC/Paz e Terra, Rio, 1978, cujos estudos tendem a apresentar uma visão alternativa à Poulantzas e bastante próxima à que informa o presente trabalho.

(11) Para o que contava, certamente, a orientação liberal e funcionalista do autor.

(12) CARDOSO. "Os agentes sociais da mudança...", op. cit.

(13) CARDOSO, "Os agentes sociais...", op. cit. pp.27, nota 4.

ficidade daqueles setores dentro da sociedade, tornou possível a sua caracterização como "situações de massa" (14). Cardoso acrescentava que o conceito de "massa" se distingue do de "classe", mas "...sem substituí-lo". Isso se justificaria porque, em uma "situação de classe" supõe-se que se cristalizam organizações próprias da classe ( sindicatos, partidos, associações, etc. e que, "...pelo menos virtualmente, é possível definir uma perspectiva e desenvolver formas de consciência social que expressem essa posição estrutural" (15).

Essa definição deixa margem a equívocos. Se o conceito de "massa" se distingue do de "classe", mas não o substitui, isso significa que o segundo engloba o primeiro, pois a tendência do autor - como aliás, dos demais citados - é a de demonstrar, que o populismo foi uma expressão política de classe, embora tenha guardado essa característica de forma subjacente. Entretanto, na definição de classe que propõe na nota mencionada, o autor faz referência a atributos, ainda que virtuais, que seriam característicos de uma determinada "posição estrutural". Entre esses atributos, além das organizações de classe, estaria a consciência de classe. Segundo me parece, há pelo menos dois problemas nessa formulação:

1. O fenômeno da consciência de classe não é um atributo de uma determinada "posição estrutural". Antes, a consciência social se forma, dinamicamente, em conformidade com as condições do processo de lutas políticas que se desenvolve entre os diversos grupos sociais, como as classes e suas frações. São essas condições, por exemplo, que fazem com que a espontaneidade limite a classe operária às estreitezias do projeto político e

(14) Idem, ibidem, pp.27.

(15) Idem, ibidem, pp.27, (grifos meus, J.A.M.)

ideológico do populismo, pois, no final das contas, a consciência dos agentes é sempre aquela expressa na prática real dos movimentos sociais (16).

2. Ao definir o conceito de "classe" por referência a uma "posição estrutural" que, "supõe-se", daria emergência a formas genuínas de consciência social, o autor está opondo este conceito ao de "massa" - situação em que, por definição, não se dá a emergência de formas de consciência social e, portanto, contradizendo a sua proposição anterior de que um conceito não exclui o outro.

Exemplifico com essa dificuldade, que não é exclusiva de Cardoso, para demonstrar que, se por um lado, o exame das chamadas peculiaridades estruturais da formação social e política latino-americana serviu para fazer avançar o conhecimento, quando tratou de tomar o comportamento político das classes populares, nem por isso essa perspectiva resolveu alguns dos problemas que criou para si mesma. Afinal de contas "supor" que a consciência de classe seja um atributo resultante da "posição estrutural" não é mais que uma forma de retornar ao velho dilema entre "consciência verdadeira" e "consciência falsa", questão de resto, bastante criticada pela teoria

---

(16) A formação da consciência de classe está relacionada, para os clássicos, com a famosa passagem da "classe para si", segundo a versão de Marx na "Ideologia Alemã", retomada no "O 18 Brumário de Luís Bonaparte". Alguns autores contemporâneos sugeriram, que para que se dê aquela formação é necessário que a classe operária, por exemplo, supere um nível meramente "instintivo" (espontâneo) de percepção de sua situação, como condição para chegar a uma consciência "elaborada" dessa situação, o que suporia a recuperação das suas tradições próprias de luta e a intervenção de uma organização política. Para um exemplo dessa abordagem, ver, entre outros M. HARNECKER, "Los conceptos elementales del materialismo histórico", Siglo XXI.

marxista mais recente (17). Isso não quer dizer, entretanto, que a deferência às chamadas "situações de massa" não tenha sido útil para cobrir uma área de investigação empírica que um hábito anterior, demasiado mecânico (18), simplesmente tomava como ponto de referencia a comparação entre a situação latino-americana e uma situação histórica diferente, em muitos aspectos, como era o caso das formações sociais e políticas européias do século XIX e inícios do XX.

Não obstante isso, é preciso assinalar que, do ponto de vista do avanço do conhecimento, os estudos mencionados acima, só começaram a produzir resultados positivos quando, abandonando a análise de caracterizações genéricas, como "situação de dependência", por exemplo, passaram a qualificar, devidamente as situações concretas a que faziam referência.

Nesse sentido, os estudos de Weffort (19) são os que me parecem ter levado mais longe o exame das peculiaridades da formação histórica das classes populares urbanas, embora, a princípio, também não estivessem isentos dos problemas que se

(17) Cf. E.J.HOBSBAWM, "Class Consciousness in History", in I.MESZÁROS, "Aspects of History and Class Consciousness", Routledge e Kegan Paul, Londres, 1971. Por outro lado, cabe mencionar que, recentemente, o próprio F.H.CARDOSO desenvolveu muito mais as análises e, por exemplo, seu artigo "Classes Sociais e História: Considerações Metodológicas", in ... F.H.CARDOSO, "Autoritarismo e Democratização", Paz e Terra, Rio, 1975 - Capítulo III, rompe completamente com as formulações que eu critiquei.

(18) Para uma discussão desse ponto, ver adiante, Capítulo II, as críticas que são apresentadas às análises mecanicistas do comportamento político da classe operária no Brasil.

(19) WEFFORT, "Classes Populares e Política", op. cit., também "Estado e Massas no Brasil", Revista Civilização Brasileira, nº 7, 1966, pp.137-158.

colocam quando a análise se refere mais aos marcos estruturais gerais que determinam a emergência dessas classes do que a sua própria capacidade de intervir no processo de sua formação(20).

Entretanto, no caso dos primeiros estudos, o autor parte da hipótese de Germani - sem deixar, entretanto, de assinalar seu desacordo com a perspectiva global adotada por esse autor - segundo a qual o peronismo e o varguismo foram formas específicas das classes populares urbanas da Argentina e do Brasil participarem do jogo político de seus países. Nessa hipótese, embora o fenômeno da mobilização das massas se explique de maneira diferente para cada autor, o populismo não dissolveria o caráter de classe nas suas manifestações massivas.

Antes, a manipulação populista aparece como algo que não teria sido historicamente viável se não tivesse envolvido algum grau de expressão dos interesses sociais das classes populares emergentes. Estas, nesta hipótese, aparecem como grupos sociais capazes de participar e de identificar os seus interesses no processo de participação.

De fato, para Weffort, a emergência das classes populares urbanas brasileiras se deu no contexto da crise política que marca o declínio da hegemonia das oligarquias tradicionais, ligadas à atividade agrário-exportadora que, à partir de 1930, lançaria o sistema político brasileiro em uma crônica crise de legitimidade institucional. Entretanto, da mesma forma que Germani, Weffort não se limitou a ver a emergência política das classes populares como consequência da crise da democracia liberal - oligárquica das...

---

(20) Nos seus trabalhos mais recentes o próprio autor apresenta uma crítica radical dessa perspectiva. V., por exemplo, "Sindicato e Política", tese de livre-docência, mimeo, USP, 1972. Também "Origens do Sindicalismo Populista", Estudos CEBRAP, nº 4, 1973, São Paulo.

primeiras décadas deste século; ele assinalou, em suas análises, o fato de que essa emergência expressava também algum grau de vontade própria dessas classes que "... servem à legitimação do regime na medida em que pressionam através dos políticos populistas, pela sua incorporação política e econômica ao sistema; mas, neste mesmo processo de incorporação, elas trazem para o cenário político suas insatisfações presentes, e, deste modo tendem a converter-se em permanente ameaça de superação do "statu quo" (21). Para esse autor, os movimentos populistas que se formam à partir de 1930 são a expressão mais direta do fenômeno típico de emergência política das classes populares. Portanto, a capacidade explicativa dessa abordagem está proposta em termos da natureza política que oferece para a participação dos setores populares no contexto dos países chamados dependentes. É inegável, pois, que autores como Weffort e Germani buscaram determinar a especificidade das massas latino-americanas em termos das peculiaridades de sua formação histórica (22); entretanto, o caráter distintivo de suas análises está em que logrou antecipar o debate que se travou recentemente em torno do tema das classes sociais na América Latina (23), e que propôs uma distinção analítica entre posição de classe e prática de classe (24).

---

(21) Weffort, "Classes Populares e Política", op. cit.

(22) As peculiaridades da formação histórica das classes, segundo essas concepções, estão relacionadas com o caráter dependente do capitalismo latino-americano. V., a esse respeito, F.H. CARDOSO, "Desenvolvimento e Dependência", op. cit.

(23) Cf. "Las Clases Sociales en América Latina", seminário organizado pelo Instituto de Investigaciones Sociales, de la Universidad Nacional Autónoma del México, coord. Raul Benitez Zenteño, em Mérida, 1971.

(24) V., M. CASTELLS, "La Teoria Marxista de Las Clases Sociales y la Lucha de Clases en América Latina", comentário apresentado ao trabalho de Nicos Poulantzas, no seminário "Las Clases Sociales...", Mérida, 1971, op. cit., pp. 159-190. Ver também as intervenções de Castells durante as discussões, especialmente pp. 375 e ss.

Esta distinção, como se sabe, define a posição estrutural das classes ao nível das relações de produção, mas não se limita a ver a plenitude do fenômeno das classes nesse nível, pois trata de indicar as condições históricas concretas em que uma determinada prática social se reveste do seu caráter classista, embora as suas aparências, possam não manifestar diretamente esse caráter. Nos termos dessa discussão, em última análise, o critério mais fundamental para analisar a prática das classes são os seus efeitos sociais e políticos, o que implica portanto, introduzir a temática à esfera da política. Isso não exclui, por exemplo, que no processo do seu devir uma classe social tenha que aceitar as regras do jogo político do sistema estabelecido, inclusive para poder expressar de maneira mais cabal a sua insatisfação diante desse sistema. Por vezes, a aceitação dessas regras do jogo, muitas vezes identificados como "reformismo", não passa de um pré-requisito para que essa classe possa se articular, em grau mais elaborado, em face das outras classes e, portanto, possa manifestar o seu próprio querer político. No caso dos autores a que estamos nos referindo, a imensa vantagem de suas análises está em que identificaram as classes populares - apesar de sua heterogeneidade interna - pela sua capacidade de intervenção política no quadro das sociedades como a argentina e a brasileira; eles romperam, assim, pela prática de sua produção teórica, velhos hábitos mecanicistas tanto de buscar explicações para o comportamento político das classes exclusivamente em sua posição estrutural, quanto de tentar ver as classes populares latino-americanas como tendo de repetir a experiência histórica que marcou os países europeus (25).

---

(25) Ver adiante as críticas que são apresentadas a essa velha tendência mecanicista. Capítulo II.

Esses autores adotaram uma perspectiva que tornou possível caracterizar as classes populares latino-americanas como atores históricos reais. Ao qualificarem a aliança social e política selada por essas classes em função da política populista, à partir de meados dos anos 40 (principalmente na Argentina e no Brasil), eles demonstraram que essas classes, ao mesmo tempo que manipuladas, jogavam com os seus interesses reais ao aceitarem as políticas populistas e impunham a elas um certo conteúdo social e político que lhes era próprio.

Nesse sentido, os trabalhos desses autores latino-americanos adotam uma perspectiva que é familiar aos trabalhos de alguns autores ingleses e franceses que, não obstante se referir ao quadro das sociedades capitalistas desenvolvidas, tomam como ponto de partida a noção de classes trabalhadoras em seu conjunto, tendendo a uma especificação do papel particular da classe operária no conjunto dessas classes. Aliás, a análise da especificidade da classe operária, nesse conjunto, esbarra necessariamente, na questão das alianças sociais e políticas. Por outras palavras, a especificidade do papel da classe operária é recuperado ao nível do conteúdo político que essa classe imprime às alianças que realiza com classes e frações de classe que também tem uma natureza subalterna nas sociedades capitalistas. Mas, ao chegar a esse ponto, a análise deve, de novo, necessariamente, se referir às possibilidades desses conjuntos sociais jogarem o papel de atores históricos reais (para o que, como se sabe, conta a presença e o caráter de uma liderança capaz de imprimir direção política à ação desses atores (25a).

---

(25a) Cf. K. MARX, "O 18 Brumário...", Edit. Vitória, Rio de Janeiro, 1967.

É interessante notar, portanto, que essa perspectiva guarda estreita relação com essa larga tendência intelectual desenvolvida no após-guerra na Europa, especialmente entre alguns autores ingleses e franceses mais isentos da influência do "stalinismo" (26). Thompson, por exemplo, ao anunciar as intenções de seu clássico estudo sobre o longo processo de constituição da classe operária inglesa, define-o em termos do ativo processo da auto-constituição dessa classe, o que está condicionado tanto pelas determinações estruturais, quanto pela capacidade própria de atuar da classe. "A classe operária, diz ele, não emergiu, simplesmente, como o sol em um momento dado. Ela esteve presente na sua auto-constituição" (27). Ele tende a ver, portanto, as classes sociais como um fenômeno histórico ( e não simplesmente como uma estrutura ou uma categoria ); como algo que "acontece", no sentido de que é constituído por uma relação, na qual os agentes, que dela fazem parte, participam ativamente. Classe, nesse sentido, é um fenômeno cuja definição passa, em grande parte, pela ação dos próprios agentes na medida em que eles vivem a sua própria história, "e, no fim, essa é a sua única definição"(28).

---

(26)Entre estes, cabe mencionar, especialmente, E.J.HOBS BAWM, "Labouring Men-Studies in the History of Labour", Weildenfel and Nicolson, Londres, 1964, também em colaboração com G.RUDE, "Captain Swing", Penguin Books, Londres, 1973; G.RUDE, "La Multitud en la Historia", Siglo XXI Editores S/A, Buenos Aires, 1971; E.P.THOMPSON, "The making of the English Working Class", Pelican Books, 1968; e, finalmente, embora em sentido mais marcado pelo empirismo antropológico inglês, R.HOGGART, "The uses of Literacy", Pelican Books, Londres, 1958.

(27)THOMPSON, op. cit. p.9.

(28)Idem, p.11, Thompson acrescenta: "...class entails the notion of historical relationship. Like any other relationship, it is a fluency which evades analysis if we attempt to stop it dead at any given moment and anotomize its structure", p.9 (grifos meus, J.A.M.).

Foi nesse sentido que os trabalhos latino-americanos, mencionados, tomaram os movimentos sociais que resultaram no populismo. Esses movimentos colocaram, de forma fundamental, a questão da historicidade das classes populares como atores históricos, particularmente a classe operária. É o problema da especificidade da classe operária no interior do conjunto das classes populares, se refere, em um primeiro nível de análise, às peculiaridades de sua formação histórica; como lembra Weffort em seus estudos sobre os anos 50 e 60, não é possível esquecer que, no caso do Brasil, se trata de uma classe em processo de formação marcada por uma crescente heterogeneidade interna em sua composição econômica e social, por acentuada mobilidade social e pelo caráter contraditório da sua formação nos grandes centros urbanos (29).

Entretanto, cabe acrescentar que, esse nível se limita, exclusivamente, a apresentar explicações que se referem à posição estrutural das classes. São os movimentos sociais produzidos e gerados por essas classes que expressam, de forma mais ou menos acabada as suas aspirações sociais e políticas, aspectos fundamentais para dar conta de sua plenitude como classe. E como a análise dos movimentos sociais que resultaram no populismo o demonstrou, essa prática de classe, não obstante contrariar os padrões estabelecidos segundo a experiência "clássica", guardava, por mecanismos próprios, o seu significado classista ( que, muitas vezes, aparecia mesclado com

---

(29)Essa heterogeneidade interna se determina pela diversidade das formas de produção (regional, setorial, tecnológica, etc.) do capitalismo dependente; quanto à mobilidade social e o caráter contraditório da experiência urbana da classe operária estão dados pelo fato de que, advinda de cidades do interior ou, em outros casos, diretamente do campo, ao chegarem nas cidades e obterem um emprego industrial, os membros dessa classe estão passando por um aparente processo de ascensão que, não obstante se desnuda logo em seguida, na medida.

aspectos envolvidos tanto na questão do desenvolvimento quanto na questão nacional ).

O que está dito nos parágrafos anteriores implica, portanto, que o presente trabalho não se afasta desta tradição ' de análise desenvolvida entre os especialistas latino-americanos. Pelo contrário, ao enfatizar a importância dos movimentos sociais para dar conta do significado político da presença das classes populares na sociedade, retoma os pressupostos desta tradição e se alimenta da sua produção.

Se há algum aspecto que é necessário distinguir dos estudos mencionados, ele aparece nas linhas críticas, mais gerais, que são apresentadas na última parte do próximo capítulo. Além disso, outro ponto que merece ênfase particular é que a tradição que se retoma aqui, com os reparos que são feitos, enfatiza tanto a afirmação da identidade das classes populares no que diz respeito aos seus interesses próprios quanto a sua capacidade para apresentar aspirações políticas (via de regra, através dos movimentos populistas). Entretanto, o que nem a teoria nem a pesquisa parecem ter enfatizado suficientemente são as formas próprias de articulação dessas classes e que, ao que tudo indica, fazem a mediação entre o processo de identificação de interesses próprios e a sua expressão em um nível propriamente político. A partir da perspectiva de análise adotada neste trabalho, de recuperar a historicidade das classes populares, parece ser fundamental não limitar as explicações de sua participação política ao populismo,

---

(29)... em que se cristaliza a condição de desigualdade que marca o seu papel na estrutura das relações de produção no sistema capitalista. A esse respeito, V. WEFPORT, "Classes Populares ..." op. cit.

mas, tentar avançar e ir adiante, identificando as formas elementares de articulação dessas classes, como graus de expressão de sua vontade própria. Essas formas elementares que estiveram, muitas vezes, presentes nos fenômenos populistas, nem sempre foram suficientemente analisadas. Entretanto, como se verá adiante são elas que explicam, em grande parte, os processos e os mecanismos pelos quais a Aliança populista pode se enraizar na experiência própria das classes populares urbanas e, assim, se tornar politicamente eficaz.

Nesse sentido, essas formas elementares de articulação, são muitas vezes, fundamentais para a explicação dos limites e do alcance que os efeitos de movimentos sociais, como os diversos tipos de populismo latino-americano, lograram alcançar nas suas sociedades. Esse é, no quadro da cena política brasileira dos anos 50 e 60, o objeto dessa tese.

## II

Este trabalho propõe-se, portanto, ao exame de alguns aspectos das formas recentes de manifestação das classes populares urbanas no Brasil. Entretanto, como já se indicou, a sua perspectiva é menos um exame exaustivo das inúmeras definições abstratas propostas pela sociologia e pela ciência política, como ponto de partida para a análise, e mais uma tentativa de qualificar a especificidade dessas classes, como objeto de conhecimento em sua existência histórica real.

Nesse sentido, toma como ponto de partida alguns sintomas concretos da presença das classes populares urbanas na região da Grande São Paulo, como foi o caso de alguns movimentos de massa, que tiveram caráter de protesto urbano, ocorridos nos anos 50 e início dos 60 (30), para verificar a importância dos seus efeitos sociais e políticos na sociedade da época. A análise desses efeitos é essencial, porque nos permite verificar a importância histórica da participação popular em uma sociedade profundamente marcada pela crise institucional e política como é o caso do Brasil nesses anos.

O caráter da presença popular em uma situação de crise, como a que o Brasil viveu nos anos 50 e 60, é, certamente, um indicativo importante para a avaliação do seu papel histórico, pois como se sabe, as situações de crise política e institucio-

---

(30) Refere-se à onda de movimentos "autonomistas", ocorrida na região da Grande São Paulo, entre 1953 e 1964, como os casos de Osasco e Pirituba, ver adiante, Capítulo 10 e 11.

nal abrem um campo de liberdade para os atores históricos que está diretamente relacionado, por um lado, com a natureza e a profundidade atingida pela própria crise e, por outro, com a capacidade desses atores de tirarem proveito, para a expressão dos seus interesses e das suas necessidades organizatórias dessa situação de crise.

É preciso admitir claramente, que as conjunturas de crise (sejam originadas da debilidade política das elites, sejam provocadas por alguma forma de emergência das massas) são sempre férteis para marcar um rompimento dos atores sociais e políticos com os padrões socialmente estabelecidos, pelos quais a institucionalização do conflito social, que é típico das sociedades capitalistas impede uma mobilização política mais permanente e mais profunda desses próprios atores.

Por outras palavras, é preciso ter em conta que, em situações de crise, verificam-se sempre certos momentos decisivos em que os atores são chamados a eleger o curso de sua ação entre alternativas possíveis e é essa eleição que acaba provocando resultados na cena política, seja em termos de transformação dos marcos sociais e políticos antes prevalentes, seja em termos de confirmação dos mecanismos e processos pelos quais se dá a institucionalização do conflito.

É nesse sentido que falo aqui em "abertura de um campo de liberdade" para a ação dos atores históricos (31).

---

(31) Sobre este último ponto, ver, à respeito, E. JELIN, "Espontaneidad y Organización en el Conflicto Obrero", mimeo, 1973, Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais; p.42.

De fato, como se sabe, as origens da crise política brasileira vem dos anos 20, com os diversos episódios de "rebelião" das camadas médias contra o sistema oligárquico, como foi o caso das revoltas tenentistas de 22 e 24, para confluir na revolução de 30 e se combinar com os efeitos internos da crise econômica de 1929 e da depressão que se segue. Essa crise desarticula o antigo "bloco hegemônico", formado pelas velhas classes agrário-exportadoras, e desarticula as próprias relações entre Estado e sociedade civil. Abaladas as bases do poder das classes tradicionais, e na ausência de alternativas de outras classes fundamentais - como a nascente burguesia industrial e os trabalhadores - a crise receberia uma solução que acabou por atribuir uma enorme proeminência do Estado sobre a sociedade civil elevando os que se apossaram do aparato estatal à condição de árbitros de um instável compromisso que desde então se estabeleceu e que procurou, a sua moda, atender aos diversos setores sociais (32).

O desdobramento dessas modificações ocorridas a nível do aparelho jurídico-político se dará por uma sucessão de etapas que, num primeiro momento, convergem para a formação de uma estrutura estatal de moldes corporativistas (33).

---

(32) Sobre o tema do compromisso, ver especialmente, F. C. WEFFORT, "O populismo na Política Brasileira", in Brasil Hoje, vários autores, Editora Paz e Terra, 1977, Rio. Também B. FAUSTO, "A Revolução de 30", Editora Brasiliense, 1967, São Paulo.

(33) Esta estrutura estatal corporativista como se sabe, foi em grande parte inspirada na "Carta del Lavoro" italiana e concebia a representação das classes sociais no interior do Estado. Para uma análise desta questão do ponto de vista do Direito do Trabalho, v. J.L.W. VIANA "Sistema Liberal e Direito do Trabalho", Estudos CEBRAP 7, São Paulo, 1974, pp. ... 113-150.

A essa estrutura estatal corporativista, que fornece o contexto em que se forma a estrutura sindical brasileira, se somará a estrutura de representatividade dos partidos, formados quase sempre de cima para baixo e ao resguardo de favores do Estado, com o resultado inevitável de sua crônica crise de legitimidade (34). Num segundo momento, a crise aberta desde os anos 20 e 30, desembocará na precária democracia do após-guerra, que de um lado, manterá os mecanismos de expressão das classes populares, para efeitos de sua defesa econômico-corporativa, (35), inscritos no interior do próprio Estado, e de outro, apelará para a participação difusa das massas, como requisito necessário à legitimação do poder, sem que este apelo tenha jamais resultado em qualquer forma de organização autônoma das classes populares.

O novo bloco de poder que se forma a partir de então é integrado por uma variedade de interesses, não possuindo nenhum grupo, força suficiente para assumir sozinho a sua própria hegemonia. Vargas passará a encarnar então a imagem "meio mítica, meio real", de um Estado personalizado, mas voltado para a construção de um consenso social ditado pela lei imposta, e pelo atendimento dos múltiplos interesses criados a sua volta. O projeto de desenvolvimento de um capita

---

(34) V. sobre esse ponto, os trabalhos recentes de F.C. WEFFORT, "Sindicato e Política", op. cit. e M.C.C. de SOUZA, "Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930-1964)", São Paulo, Editora Alfa-Ômega, 1976.

(35) Os mecanismos de defesa econômico-corporativa de uma classe referem-se, na concepção gramsciana, aos seus interesses econômicos e implicam em alguma forma de articulação dessa classe para essa defesa. Se distinguem, nesse sentido, dos mecanismos com funções de defender as aspirações propriamente políticas de uma classe, como é o caso dos partidos políticos. Cf. A. GRAMSCI, "Análisis de las situaciones. Relaciones de fuerzas", in "Antologia", Siglo XXI, Editores, México, 1970, pp.409-419.

lismo nacional só episodicamente provocará antagonismos entre a fração agrária e a fração industrial da burguesia.

A democracia do após-guerra não consegue, entretanto, dar participação real nem absorver completamente as massas populares urbanas. As contradições sociais e a ânsia de expressar a sua presença em uma sociedade democrática que lhes oferece muito pouco, acabam por provocar a sua irrupção nas cidades na forma de movimentos de massa e da participação eleitoral. O populismo surge, então, como uma forma de canalizar os anseios de participação dessas massas e, ao mesmo tempo, como uma ponte entre elas e as elites dominantes. Instaura-se pela via eleitoral, com participação das massas; uma legitimidade precária, cuja característica principal é o fato de que deixa entrever as suas próprias contradições e insuficiências sempre que ocorram tentativas da parte de qualquer setor para dar alguma organicidade às massas. Estas contradições e estas insuficiências acabam por criar um clima mais ou menos permanente de insatisfação dessas massas com o sistema de representatividade do novo regime democrático.

Nessas condições, as tentativas de Vargas, em seu segundo período à frente do Estado, no sentido de buscar base de apoio social para o Estado entre as massas, ganha alguma importância e um significado novo. Essas tentativas representam um novo alento às massas desejosas de participar. Mas, a sua morte, em condições dramáticas, vem lançar essas massas em um sentimento de profunda desilusão e desconfiança em relação ao caráter nacional, a política e o Estado. O período do populismo que se segue, na base da aliança realizada entre a esquerda e os herdeiros de Vargas, permitirá criar algumas ilusões de participação das massas, mas quando elas começam realmente a ensaiar iniciativas mais independentes de organi-

zação, o resultado é o emprego da força e da coerção, e a instauração do regime militar (36).

Essas observações muito sumárias sobre o caráter da crise de hegemonia que vige no Brasil nos últimos 30 anos, são meras indicações iniciais, ( e retomadas adiante ). Weffort ' observa, ademais, que essas características da crise de hegemonia fariam emergir um estilo ideológico próprio que vem a tornar-se sumamente importante por causa das suas implicações autoritárias. Constitui-se, o que, na feliz expressão cunhada por Lamounier(37), se chama de "ideologia de Estado".As características dessa ideologia de Estado, como se verá, são que e la apresenta o nacionalismo como requisito para a solução dos impasses vividos pela sociedade, aparecendo essa como sinônimo da categoria genérica do "Povo", no seio do qual não haveria contradições sociais, Mas o nacionalismo brasileiro, como se verá adiante, é concebido mais como uma espécie de "estatismo" do que como uma estratégia popular de contraposição a supostos interesses estrangeiros. Constituída no interior do aparelho do Estado, e, dirigindo-se sobretudo à articulação dos agentes do próprio Estado, esta ideologia terminou por permear as mais diversas variantes do pensamento político brasileiro, desde

---

(36) Sobre as condições dessa aliança entre a esquerda e os populistas herdeiros de Vargas e as suas implicações para a política das classes populares, v. os trabalhos recentes de F.C. Weffort, "Origens do Sindicalismo Populista", Estudos CEBRAP 4, São Paulo, 1973 e "partidos, Sindicatos e Democracia : algumas questões para a história do período 1945-1964", mimeo, CE - BRAP, 1974.

(37) Cf. B. LAMOUNIER, "Ideology and Authoritarianism Regimes: Theoretical Perspectives and a Study of The Brazilian case", tese de doutoramento, University of California, Los Angeles, 1974; especialmente Parte IV: The Emergence and Sedimentation of an Authoritarian State Ideology in The Brazilian Case", pp. 293-338.

os anos 30 até os anos 50. Permeou, especialmente, o pensamento da própria esquerda e das elites que se erigiram em representantes das massas populares. Dessa forma, as exigências de rearticulação (centralização) da estrutura estatal brasileira, no quadro das transformações no modo de acumulação, operadas a partir da revolução de 30, fariam convergir o seu necessário elitismo para o elitismo característico das vanguardas políticas. É isso em grande parte que cabe, se não analisar exaustivamente, pelo menos sugerir como pontos de partida necessários para o desenvolvimento de análises futuras.

Por isso, se os sintomas da presença concreta das clases populares na sociedade dão o fio condutor da análise que se pretende sugerir, conforme se indicou parágrafos acima, cabe recorrer, entretanto, ao quadro de referências teóricas e políticas em que essa presença ocorre, pois o pensamento não é ingênuo e menos ainda neutro. O pensamento, isto é, as idéias, as concepções e também as teorias que se constituem a respeito da forma de participar na sociedade dos diferentes atores históricos influi nessa própria participação.

O pensamento também é praxis e, por isso, ele também deve ser examinado quando se trata de avaliar a presença política das classes sociais. Isto é particularmente mais importante nas sociedades onde a História, como conhecimento, e cultura, é quase exclusivamente, a "história dos dominantes". Nessas sociedades, frequentemente marcadas por uma idealização da versão histórica apresentada pelos dominantes, os dominados quase não ousam reconstruir a sua própria história ou, quando o fazem tendem a reproduzir na sua visão a inevitabilidade da História tal como ela é contada pelos vencedores.

É isso, como aliás muitas vezes ocorreu no Brasil, que acaba por resultar em uma simplificação da história, na qual aos vencidos e derrotados acabam sendo atribuídas certas qualidades, que lhes seriam intrínsecas, destinados a explicar causalmente a sua derrota. Assim os fracassos históricos dos dominados são vistos antes como resultado inevitável de sua própria natureza, que de uma relação de forças à qual estão submetidos.

Por outras palavras, o resultado dos acontecimentos acaba aparecendo como um dado natural - um "dado estrutural", como se verá adiante - que teria muitas vezes a qualidade de negar os próprios acontecimentos que expressam a presença das classes populares e que são marcados, frequentemente, por uma tentativa dessas mesmas classes de romper com os estreitos limites em que a sua ação se pode dar. A liberdade se converte, então em necessidade, mas isso não impede, por exemplo, que o observador seja obrigado a enfrentar a análise de acontecimentos e fatos que negam os fundamentos da própria teoria que informa a sua visão da História.

Por isso, e como primeiro passo na tentativa de romper com estes marcos, o fio condutor da análise que é aqui sugerida, não se limita à interpretação dos sintomas da presença concreta das classes populares na sociedade, mas passa, necessariamente, pela consideração dessa presença como uma relação e, por isso mesmo, se impõe defrontar-se com o quadro de referências teóricas e políticas que marca o contexto em que se dá essa presença. O que quer dizer isso ?

Quer dizer que é preciso pensar as classes populares urbanas brasileiras no seu contexto político, mas também, no ideológico e intelectual, que forma o quadro da sociedade brasileira dos anos 50 e 50.

Como entender os movimentos de massa, de qualquer natureza, que emergem nesses anos na cena política brasileira ?

Certamente, como se verá adiante, no quadro de desenvolvimento próprio, desses próprios movimentos, único marco que pode dar conta, adequadamente, de sua dinâmica própria sem que a análise dissolva o papel dos próprios atores nos movimentos; mas também, como se tentará sugerir, no quadro das concepções socialmente aceitas, no contexto político e intelectual brasileiro, sobre a própria natureza dos protagonistas desses movimentos: a concepção aceita pelas elites, por políticos e intelectuais, inclusive de esquerda, e pelos setores formados desses próprios protagonistas, as massas populares.

E como entender essas concepções acerca do papel das massas na história, senão como "concepções operantes", isto é, como concepções ou teorias que, mais que funções puramente teóricas, são fatores condicionantes da própria praxis ? São fatores que, no final das contas, são políticos. Eis aí o sentido de algumas das observações que se seguem neste e nos próximos capítulos.

\* \* \*

Antes de prosseguir, talvez seja conveniente explicitar melhor, pelo menos um dos pressupostos já adiantados, mas tratando de sugerir os processos pelos quais estes pressupostos se substantivam na realidade. Trata-se da questão relativa à dinâmica de desenvolvimento que é própria aos movimentos populares. Como considerá-la ? Que peso dar a ela na análise ?

Em primeiro lugar, é preciso lembrar algumas circunstâncias bastante comuns, mas nem sempre levadas em conta nas análises das classes populares. Por exemplo, é possível admi

tir que a existência dessas classes populares urbanas na sociedade brasileira, como na região da Grande São Paulo, por exemplo, se manifesta por uma multiplicidade de situações. A princípio, conviria destacar que elas são os principais agentes do processo social que produz parcela substancial da riqueza econômica do país, seja pelo esforço de seus contingentes de operários industriais, seja pelo trabalho dos assalariados engajados no chamado "setor de serviços" que, tanto quanto os primeiros, nada mais tem, senão a sua força de trabalho para oferecer no mercado de trabalho (38). Além disso, seria conveniente recordar que elas são objeto das preocupações, diretas ou indiretas, dos dirigentes do Estado encarregados da gestão dos chamados "serviços públicos", como o sistema de transportes coletivos, as obras de infra-estrutura, como redes de água e esgotos e mais uma multiplicidade de aspectos, como educação, saúde, lazer, etc., que integram o contexto das condições urbanas de vida. Elas são, também, o centro das atenções dos responsáveis pelos meios de comunicação social, como a televisão, bem como dos que estão à frente dos programas de educação de massa - como os cursos do Mobral - que, além das funções tradicionais de ensino básico,

---

(38) Sobre a questão da importância da participação de São Paulo na riqueza que é gerada em sua região metropolitana para a economia do país, um texto recente afirma: "É obrigatória, quando se trata do crescimento de São Paulo, a referência à posição privilegiada de sua economia em relação ao subdesenvolvimento de outras regiões do Brasil. Como centro dinâmico do Estado mais rico do país, a região da Grande São Paulo apresenta, por certo, em elevado nível de acumulação de riqueza (...). Em 1948, São Paulo já ocupava um lugar hegemônico no processo de acumulação de capital, reunindo nada menos de 45,9% das emissões de capital no Brasil. Após uma baixa transitória, na primeira metade dos anos sessenta, a participação de São Paulo, voltou a se elevar acima dos 40% e, em 1972, atinge a ponderável proporção de 44%. Isto significa que o centro de concentração do capitalismo brasileiro encontra-se em São Paulo, para onde fluem os recursos para a acumulação, do resto do país e do exterior. O Estado de S. Pau

dedica-se a transmitir um conjunto de valores culturais e morais quennão apenas estão relacionados com a ordem social vigente, mas tratam de reatualizá-la, acompanhando às exigências da dinâmica de sua própria transformação. Além do mais , cabe mencionar que elas são objeto privilegiado da atenção ' dos partidos e de todos aqueles que buscam legitimar os seus projetos políticos em face do conjunto da sociedade nacional.

Mas, o que é preciso reconsiderar, é que, além de serem objeto da ação das outras classes sociais, as classes populares são sujeito de sua própria história. Em sua existência cotidiana e nos movimentos a que dão origem, elas constituem um ponto de referência necessário para quem quer que se interesse em analisá-las para compreender a sua importância política. Elas sofrem em seu cotidiano tanto quanto nos movimentos que geram, a influência externa a elas, como a política das outras classes, os efeitos da ideologia oficial dominante, as próprias concepções socialmente sancionadas quanto ao seu papel na sociedade e, principalmente, o peso dos aparatos de controle e de coerção do Estado.

Entretanto, esse cotidiano e esses movimentos são fruto também, das vicissitudes internas 'a experiência dessas classes que, ademais de englobar os aspectos mencionados, engloba também as determinações do seu próprio desenvolvimento social e político. Por outras palavras, a existência das clas

---

(...)lo detém 35,6% da Renda Interna e acumula cerca de 44% do capital. Cf. "São Paulo 1975: Crescimento e Pobreza", C.P.F. de CAMARGO, et alii ( Estudo realizado para a Pontifícia Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo ), Edições Loyola, São Paulo, 1976, p. 13-14.

ses populares não se determina simplesmente pelas condições externas a ela, como a vontade e o querer das demais classes, em relação com quem formam a sociedade nacional. Essa existência se determina também pelo seu querer e pela sua vontade próprios, os quais se constituem em fatores que jogam um papel determinante no caráter de sua presença diante das outras classes e do Estado.

É a importância desses fatores que se procura recuperar ao se propor uma alternativa de análise que tenha como ponto de partida a sua existência histórica real. E como se verá adiante, essa existência não é apenas passividade, como deseja uma certa tradição intelectual e política, mas ela demonstra que as classes populares aspiram a participar da vida social e política do país com uma marca própria. Aliás, como se sabe, o pleno desenvolvimento dessa possibilidade ou "liberdade", como diria Antonio Gramsci (39), depende de uma variedade de fatores, como as questões da espontaneidade das massas, da sua organização, da sua direção política e da sua irrupção na cena política, algumas das quais se pretende apresentar e discutir aqui (40). Todavia, um dos fatores essenciais desse desenvolvimento é a recuperação do significado que possam ter os movimentos originados e gerados no interior da experiência dessas classes. Esses movimentos, como se discute adiante, expressam as virtualidades próprias das classes, dão conta de

---

(39) Ver A. GRAMSCI, "El Materialismo Histórico y la Filosofía de Benedetto Croce", Ediciones Nueva Visión, Buenos Aires, 1973, pp. 41.

(40) A questão da espontaneidade dessas manifestações está diretamente relacionada com alguma concepção que se adote sobre o devir das classes como atores históricos. Segundo uma leitura "estruturalista" da concepção que reivindica a distinção entre posição de classe e prática de classe não haveria como falar de espontaneidade senão referindo-se a uma concepção metafísica, pois toda prática de classe está, em última análise, referida à posição que a funda. V., a respeito, ...

alguns aspectos de sua forma própria de participar da sociedade. Mas nem sempre são bem sucedidos, isto é, nem sempre realizam de maneira acabada essa função de expressar a presença específica dessas classes na sociedade. Muitas vezes, são portadores das causas perdidas; são herança e herdeiros, a um só tempo, de projetos e esperanças frustradas, incapazes de articular, por si só, os interesses dessas classes diante das demais. São canais de expressão, mais que das vitórias, das tentativas dos vencidos.

A tendência de grande parte da historiografia social, diante deles, tem sido a de esquece-los, já que não expressam a vontade dos vencedores. Entretanto, qualquer que sejam os efeitos sociais e políticos de sua ocorrência para a sociedade como um todo, eles expressam uma parte da história dessas classes, constituindo-se em patamares de experiência que não poderão mais ser ignorados no desenvolvimento e, nesse sentido, eles são parte dos condicionantes internos do devir histórico dessas classes como atores autônomos na cena social e política. Como tal, esses movimentos são fatores fundamentais para explicar a própria história dos seus protagonistas, isto é, as massas populares. Se eles não podem ser vistos como pura expressão da vontade dos seus protagonistas, já que ocorrem

---

(...)M.CASTELLS, "La teoria Marxista de las Clases Sociales..."op.cit.. Entretanto, as ações espontâneas de massa podem ser vistas também, segundo uma ótica que atribue a elas a função de realizar uma ação defensiva, de natureza econômica ou mesmo política, em face de uma situação de crise ou de uma ofensiva das classes antagônicas. Nesse caso, assim que seus objetivos imediatos são realizados ou aparentam tê-lo sido, cessam de existir as condições de irrupção da ação espontânea. V., a respeito, G.LUKACS, "Political Writings 1919 - 1929", NLB, Londres, 1972, especialmente pp. 97-101. Segundo a perspectiva adotada neste trabalho, importa assinalar que a ação espontânea de massas é sempre uma prática de classe, que expressa uma posição de classe, que tanto pode ocorrer em resposta a uma situação de crise econômica ou política (ou de ofensiva das classes antagônicas), como pode expressar uma

em condições dadas e determinadas, até mesmo pela tradição do passado, eles são, entretanto, fatores em sí mesmos, que integram essa tradição e, nesse sentido, uma herança que não é nunca ignorada pelos seus atores, pois eles são sempre herdeiros dessa própria tradição da qual foram, mesmo que apenas em parte, os seus construtores.

• • •

---

(...)forma de participação social e política dessas massas que, embora emergindo em um primeiro momento, de maneira desorganizada e sem um programa global e coerente com os seus interesses, não contraria a sua aspiração de participar da sociedade. Nesse sentido, a irrupção de movimentos ou ações marcados pela espontaneidade pode ser vista também como parte do longo processo de constituição das classes em atores históricos, porque muitas vezes o que é espontâneo em um primeiro momento passa a integrar a tradição de experiências e de lutas sociais e políticas que irão dar origem a novas iniciativas e ações de massas na fase seguinte.

## CAPÍTULO II

## CRISE DE HEGEMONIA, PENSAMENTO AUTORITÁRIO E

## PRODUÇÃO INTELECTUAL

Convém, agora, tentar realizar algum esforço para reconstruir aspectos das concepções das elites brasileiras, de direita e de esquerda, sobre o papel das classes populares urbanas na sociedade. O esforço apresentado não é exaustivo, e pretende apenas ser indicativo de alguns aspectos que talvez seja útil ter em conta em futuras análises que se possa vir a fazer sobre o tema.

As classes populares sempre se constituíram, no Brasil, em um tema problemático. Essa afirmação pode ser verificada em diferentes momentos de nossa história social e pode ser tomada por diferentes ângulos de análise. Por exemplo, a sua presença foi sempre percebida como um problema a ser enfrentado (isto é, a ser submetido à correlação de forças) pelas elites dominantes de antes e depois de 1930. Similarmente, embora por outras razões, como se tentará indicar a seguir, a presença das classes populares também foi sempre percebida só de forma marginal pelas elites que, em 1935, com a Aliança Nacional Libertadora, ou em 1945, com os partidos que reivindicavam origens operárias, buscaram se erigir em seus representantes no palco da história.

Antes de 1930, como se sabe, a questão social era uma questão de polícia. Depois de 30, a questão social passou a ser tratada como um requisito do compromisso que as novas elites dirigentes procuraram compor. Talvez por isso mesmo, a célebre frase de Antonio Carlos, um dos líderes da Aliança Libe

ral, se referisse com tanta ênfase ao virtual papel das massas: "Façamos a revolução antes que o povo a faça...".

É bastante provável que houvesse exagero, por parte dos setores que Antonio Carlos representava, quanto ao temor inspirado pelas massas populares nessa conjuntura. Mas é certo que a sua preocupação não era ingênua ou incabível, pois duas décadas de agitações operárias, no início do século, tinha sido suficiente para alertar as elites "modernizantes" de após-30 que as massas operárias não se submeteriam dócilmente aos novos requisitos exigidos à relação entre as classes para a expansão do sistema capitalista. Isto explica, em grande parte, os esforços "esclarecidos" de Lindolfo Collor durante o processo de implantação da nova legislação do trabalho, obra que só se concluirá na década dos 40, já às vésperas da chamada "redemocratização"(1).

Por outra parte, parece inegável, hoje, a muitos analistas, que passados mais de 40 anos após a experiência do Estado Novo, com todas as suas implicações autoritárias e desmobilizadoras, que pensadores - como Oliveira Vianna, Azevedo

---

(1) Este ponto me foi sugerido pelas acuradas observações feitas por Peter Flynn, do Institute of Latin American Studies da Universidade de Glasgow, nos arquivos pessoais de Collor que ao que tudo indica, apresentava indícios de uma atitude já bastante "modernizante" em face da questão operária antes mesmo de assumir a direção do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio em 1931. Em realidade, Collor demonstrara, mesmo antes de estar no poder, a importância que atribuía ao Estado na mediação das relações entre Capital e trabalho, não apenas como agência de repressão mas, fundamentalmente como um agente encarregado de promover o "equilíbrio" entre as classes, para o que era necessário fazer certas concessões aos trabalhadores.

Amaral, Francisco Campos, Plínio Salgado e Octávio de Faria, entre outros, - que se dedicaram a explicar a sociedade brasileira naqueles momentos da nossa transição para a modernização do capitalismo, além de algum conhecimento científico, produziram uma concepção ideológica que foi eficaz em seu serviço ao poder, exatamente porque reforçou o discurso desse poder no que se referia às classes populares. Se, para as novas elites dominantes, se tratava de "incorporar" alguns setores das classes populares ( como é o caso da classe operária ), ao novo esquema de relação de forças, essa incorporação tinha de ser feita em condições que não colocassem em risco a manutenção e a reprodução do próprio processo e dos mecanismos de dominação.

Classes débeis em sua estruturação, em razão do próprio caráter do desenvolvimento do capitalismo nessa região do mundo, os novos grupos dominantes não tinham condições de aceitar um quadro de participação popular que ampliasse o espaço de ação das classes populares até o ponto em que o próprio processo de participação pudesse dotá-las de mais consciência dos seus interesses e de mais força no palco da política. É isso, em grande parte, que limita o caráter democrático do desenvolvimento do capitalismo nessa fase da história brasileira.

Sem sugerir relações demasiadamente mecânicas de causa e efeito entre os fenômenos, talvez seja conveniente indicar que é nesse contexto de ausência de direção política, por parte dos grupos dominantes diante da sociedade, ( crise de hegemonia ) que se produziu grande parte do chamado "pensamento autoritário" brasileiro que, enfatizando excessivamente as peculiaridades da formação social brasileira e do seu chamado "atraso" ( diante do quadro oferecido pelos países capitalistas de desenvolvimento "clássico" ), acabou jogando água no moinho, dos setores interessados em ver constituída apenas a história

dos dominantes e dos vencedores e, portanto, em desarticular qualquer visão que se lembrasse da existência, quando menos, dos dominados e dos derrotados. Visão elitista da sociedade e da história, êsse "pensamento autoritário" começava por afirmar o amorfismo da sociedade brasileira, a sua incapacidade de articulação e expressão dos interesses, para acabar na afirmação da passividade das classes e da ineficácia da sociedade civil diante de nossos grandes impasses.

Em face de uma sociedade em crise, na qual as classes dominantes não eram capazes de universalizar (socializar) os seus valores e, portanto, de fazer conviver a dominação com alguma forma de consentimento popular, pensadores provenientes das camadas médias, mais identificados com o "status quo", começaram a se propor a premência de "conhecer a realidade brasileira", como saída dos impasses da época. A crise de incapacidade de articular a continuidade dos interesses dominantes com a própria diversidade de interesses dos dominados nos anos 20 e 30, acabou aparecendo, para êstes pensadores, como um efeito da ausência de "valorização da gente brasileira (2). E isto era visto como resultado de uma inadequação da visão da "gente brasileira" ( genéricamente definida ), de sí própria e dos seus destinos, fenômeno que aos olhos dos intelectuais ansiosos por apresentar algum tipo de justificação da sua própria importância diante dos desafios à manutenção do "status quo", apareceu como simples derivação de "artificialismos" e estrangeirismos" que deveriam ser rechassados; ou seja, diante de suas limitações para ques

---

(2) Ver, a respeito, o interessante trabalho de M.T.A. SADEK, "Machiavel, Machiavéis: A tragédia Octaviana, Estudo Político sobre o pensamento de Octávio de Faria; tese de mestrado à Universidade Católica de São Paulo, 1977; também,

tionar o próprio "status quo", isto é, as raízes sociais e políticas da chamada "inconsciência" da Nação, esses pensadores dissolviam os frutos das contradições em efeitos de causas externas.

Mas não é isso o mais importante; esse simplismo de análise que, como todo pensamento autoritário, "precisa de certezas prévias para efetuar-se"(3), era apenas um passo inicial para preparar as suas conclusões: o rechasso aos "estrangeirismos" e à "valorização da gente brasileira", nada mais eram que operações teóricas destinadas a conduzir à idéia de Nação, entendida como valor máximo e abrangente, era proposta como o único porto de salvação capaz de permitir a regeneração e a construção de um "novo país". ( "Novo país" para que? "Novo país para que se rompesse com as incertezas e as inseguranças que a ausência de um projeto de direção alimentava).

Esse pensamento, destinado à intervenção na realidade histórica, buscava, no final das contas, dar identidade aos atores políticos capazes de preparar e realizar a unidade nacional, as especificidades do país em face do resto do mundo e, conseqüentemente, as tarefas que tornassem possível evitar

---

B.LAMOUNIER, "Formação de um Pensamento Político Autoritário na Primeira República. "Uma Interpretação", in B.FAUSTO, "História Geral da Civilização Brasileira III - O Brasil Republicano", DIFEL, São Paulo, 1977.

(3) Cf. M.S. CHAUÍ, "Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira", originais datilografados, p. 18.

o divisionismo, o regionalismo, a anarquia e o caos. Sim, por que essa concepção "nacionalista" do Brasil também adotava como premissa uma postura anti-idealista e anti-liberal, ou ainda anti-democrática, porque entendia que a democracia, promovendo a participação dos despreparados e dos inconscientes, conduzia à desordem; o liberalismo com as suas exigências de representação e a complexidade de suas instituições políticas ( parlamento, partidos, judiciário, etc. ), estimulava a anarquia. Por isso, nessa operação de identificação dos atores viáveis e aptos a construir a Nação ( isto é, a realizar as "excelências" da civilização brasileira ), tratava-se para o pensamento autoritário, de desqualificar os despreparados, os ineptos, os "inconscientes" ou aqueles que, pela sua natureza intrinsecamente inferior, impunham à sociedade um processo de nivelamento por baixo, isto é, um avassalador turbilhão de paixões, interesses e vontades particulares ( e inferiores ) que desnaturariam a reserva de qualidades morais da "civilização brasileira".

Daí a afirmação da necessidade de regenerar "o povo bestificado e escravizado", era um passo simples(4). Mas esse

---

(4) Plínio Salgado, talvez tenha sido o caso mais extremo dessa tendência autoritária, como demonstram algumas de suas conclusões: "Não podemos de maneira nenhuma cortejar a massa popular. Ela é o monstro inconsciente e estúpido. Pelo contrário, devemos irritar o monstro para que ele nos agrida. Precisamos provocar agressões violentas, sem o que não poderemos exercer ação decisiva. O povo já se escravizou de há muito, aos seus exploradores. Não devemos bajular o escravo, e sim, salvá-lo do cativeiro, não com agrados, mas com a inspiração de novas formas de mentalidade". Cf. P. SALGADO, "Palavras Novas, dos tempos Novos", Ed. Panorama, p. 91. Mas, Oliveira Viana ( que chegou a representar papel bastante importante no advento do Corporativismo brasileiro dos anos 30 e 40 ), mais moderado e mais sutil nas suas análises, também contribuía, decisivamente, para a criação dessa imagem: "... ao povo brasileiro sempre faltou uma consciência nacional, um sentimento consciente e profundo de sua finalidade histórica, do seu destino como povo; portanto, não tem o nosso povo ... a consciência clara de nenhum objetivo nacional a realizar ou a defender, de

ainda era apenas um passo necessário à afirmação da idéia de sociedade amorfa, inarticulada e, por consequência, passiva, isto é, sem participação. Este sim era o objetivo desse pensamento autoritário, pois na busca de justificações para afirmar o ator político que procurava sugerir - o Estado (as elites intelectuais e a burocracia) - era necessário descartar a possibilidade da intervenção de atores históricos cuja emergência exigiria admitir a livre manifestação dos interesses, o jogo das forças sociais em conflito e a expressão dos partidos. Não se atacava as instituições democráticas e o modelo liberal de conhecimento e ação por causa de seu possível artificialismo para expressar a sociedade que, no final das contas, era a base da Nação; ao contrário, como o ideal era exatamente, a Construção da Nacionalidade, tratava-se de propor um Estado forte, definido e concretizado pelas elites intelectuais "esclarecidas", capaz de sobrepujar a paixão dos interesses e, a diversidade suscitada pela presença das diferentes forças sociais, e de homogenizar a sociedade civil, único passo seguro para a fundação de uma teoria da passividade; ou melhor, único passo seguro, nas condições da época, para realizar isso que era identificado como uma "ne -

---

...nenhuma tradição a manter, de nenhum ideal coletivo, de que o Estado seja o órgão necessário a sua realização... Essa inexistência de uma mística que "trabalhe" o espírito de nosso povo-massa e de que o Estado é um instrumento essencial de realização é que faz com que a vida política e dos partidos no Brasil, não tenha nenhum sentido nacional - e seja apenas o reflexo e expressão dos interesses dos locais - dos provincialismos, dos partidarismos regionais". O.VIANNA, Instituições Políticas Brasileiras, Rio, José Olympio Ed., 1949; 2 tomos, Vol.I, pg.362 e 364; citado em Sadek, op. cit. p. 81.

cessidade": a expansão e o fortalecimento do poder central, no quadro de uma sociedade em crise ( de hegemonia ) e, para a qual crescia em importância o papel dos burocratas ( ou, dos "intelectuais orgânicos" capazes de propor soluções aos impasses vividos pelos grupos dominantes ).

E, que era melhor para isso senão a idéia, ( pouco original, aliás, se lembrarmos dos proto-fascistas europeus) da bestificação e da inconsciência do povo e da escravização das massas? Os pensadores autoritários dos anos 30 não precisavam ir longe demais, entretanto; bastou recuperar algumas das velhas preocupações nacionalistas de Alberto Torres (5) e o pano de fundo estava dado. O resto, foi mais questão não de "importação" de idéias, mas da colocação, certamente exagerada, dos impasses enfrentados pelas elites dominantes na sua necessidade de definir um projeto próprio, em face da movimentação, ainda que tímida, de setores das classes subalternas das cidades e dos campos. É bastante provável que, no quadro de crise do pensamento burguês em escala mundial ( ascensão do socialismo, Primeira Guerra Mundial, etc. ) que convergia com a insuficiência local das burguesias, que as pequenas mas disruptivas emergências das classes subalternas brasileiras - o messianismo nos campos, o anarquismo nas cidades - tenha servido de estímulo, menos para evidenciar aquelas insuficiências para que o próprio pensamento burguês pudesse organizar a direção das classes dominantes locais, e mais para projetar uma imagem, também exagerada, do perigo virtual da presença das massas.

As propostas elitistas, de Plínio Salgado a Oliveira

---

(5) Cf. A. TORRES, "O Problema Nacional Brasileiro", Ed. Nacional, São Paulo, 3ª.ed., 1938.

Vianna, passando por Octávio de Faria, não deixaram, em nenhum momento, de atender a algumas das necessárias implicações do processo de organização do Estado nas condições das sociedades dependentes; mas mesmo que a sua eficiência não pudesse ser verificada em relação aos processos concretos que sugeriram para a gestão desta versão forte do Estado que, inevitavelmente, tinha de operar em meio a um quadro de contradições, o certo é que foram generosos na constituição de um pensamento, de uma "ideologia de Estado", na análise de Lamounier, em em que a afirmação da "incapacidade das massas" servia como requisito para a imposição de uma política que, se por uma parte, afirmava o primado do Estado sobre a sociedade, por outra, condicionava a expressão das classes em geral, e das populares em particular, a mecanismos corporativistas. A ideia de que era a construção da Nação que assim o exigia pôde ser sugerida na medida em que a "barbárie" ( os conflitos ) era negada e a passividade afirmada como sua alternativa. A dominação era assim reafirmada não somente em razão de sua lógica, mas era justificada em função de uma capacidade para reagir a ela que os dominados supostamente não tinham.

O pensamento autoritário como se sabe, marcou, muitas das propostas políticas dos anos 30, como a Ação Integralista Brasileira e os próprios rumos adotados pelos grupos dominantes que, em 1937, substantivaram a opção pelo Estado Novo. As justificações dadas para o estabelecimento do Estado forte tinham um parentesco direto com as teses cunhadas pelos ideólogos autoritários, embora o seu arcabouço manifestasse também a presença de inspirações diretas do fascismo europeu. Em vista da própria natureza dessa proposta, o seu resultado mais importante foi a desmobilização das massas populares, quando

não implicam diretamente na sua repressão aberta. Aliás, alguns desses aspectos contra-mobilizadores e repressivos têm estado presentes também em períodos mais recentes, como o que viu. instaurar o regime militar de 1964, que leva muitos analistas a verem nessas semelhanças uma linha de continuidade, entre o Estado Novo e a chamada "Revolução de 1964".

Entretanto, se é relativamente fácil compreender a lógica que explica a desmobilização das massas à partir do papel ativo representado pelas correntes autoritárias de pensamento, na história dos anos 30 e 40, mais difícil é colocar no contexto devido e compreender certas concepções que estiveram presentes, mais recentemente, no final dos anos 40 e início dos 50, no outro lado da fronteira que divide as forças sociais e políticas entre os que desejam conservar e os que desejam transformar a ordem social e política.

O problema já se coloca à partir de meados dos anos 30, mas reaparece como uma questão importante, embora nem sempre suficientemente explícita, à partir de meados dos anos 40. De fato, desde o ângulo de análise que procura estudar as "concepções operantes" sobre o papel das classes populares na sociedade, tanto a conjuntura de relativo Ascenso do movimento operário de 1934 e 1935, como a fase de liberalização que se abre com a democratização do após-guerra, quando, mesmo sem desejá-lo, muitas das elites que aspiravam ao papel de representantes das classes populares, tiveram de admitir a possibilidade de uma aliança com elas, como requisito de sua desejada emergência social e de sua legitimidade política, marcaram momentos de afirmação mais negativa que positiva do papel das classes populares na história. Na conjuntura de 34 e 35, como se sabe, o relativo ascenso do movimento operário em alguns centros urbanos foi logo substituído, na fase final da Alian-

ça Nacional Libertadora, por uma estratégia "putchista" de ação que, por mais confiança que depositasse nas massas para efetivar as mudanças desejadas ( se é que depositava alguma), ao nível da análise, na prática demonstrava o seu mais completo descrédito a qualquer teoria que informasse positivamente a análise. A substituição das massas pelas lideranças era a demonstração mais cabal: que aquelas eram levadas em conta, apenas negativamente. Já na conjuntura de liberalização de 1945 e 1946 ( e mesmo do início dos anos 50 ) essa concepção negativa aparecia mais escondida, pois o clima geral de estímulo à participação política lançava, efetivamente, como aliás o demonstram alguns eventos (6), amplos setores das classes populares a uma ação de massas, o que tornava mais difícil, pelo menos sustentar políticas elitistas, desprovidas de qualquer tipo de participação popular.

Por outra parte, é inegável que, no caso da esquerda, o Partido Comunista procurava fazer uma auto-crítica de sua política "putchista" de 1935 ( que era, aliás, oficialmente admitida ) e substituí-la por algumas iniciativas que implicavam, em muitos casos, o requisito da mobilização de massas. Como se sabe, isto é particularmente verdadeiro no caso das políticas eleitorais, seguidas naqueles anos de 1945, 46 e inícios de 47. Mas é só no início dos anos 50 que algumas das concepções que já estavam presentes naquela conjuntura irão se explicitar. Pode-se dizer que, nos primeiros anos do pós-guerra, a versão mais explícita pelo qual este problema se expressava era a justificação oferecida pelos líderes do PC

---

(6) Foi o caso da vaga de greves econômicas dos anos 1944 e 1945. Ver a respeito, R. MARANHÃO, "Sindicatos, Política e Organização de Base-1945-1950", Seminário de Trabalho, CEDEC, 1977 e também, F.C. WEEFFORT, "Origens do Sindicalismo...", op.cit.

para a política de apoio a Vargas ( como é o caso do Queremismo ) na chamada transição para a democracia. A Política de apoio à Vargas se justificava pela linha de "Ordem e Tranquilidade" para a construção da democracia; como Vargas aparecia como um líder de massas, a esquerda procurava se aproximar dele como forma de dar concretude à linha que adotara na conjuntura. Mas, logo em seguida, poucos anos depois, quando o PC já estava na ilegalidade e os comunistas tinham mudado a sua política pacífica de construção da democracia, o problema se expressaria explicitamente e, daí em diante, sempre assim: ao procurar explicar os seus próprios erros em 1945-46, classificados como "reformismo", os dirigentes do PC reconheciam algumas das suas responsabilidades e, no que diz respeito às massas, acabavam por responsabilizá-las pelos desvios então cometidos em termos de condições que lhe seriam intrinsecamente inerentes:

... "Quais foram então as verdadeiras causas daqueles desvios iniciais que ... nos levaram aos graves erros que assinalamos? Elas estão sem dúvida, na própria formação do nosso Partido, nas origens pequeno-burguesas de seus dirigentes e, mesmo, no baixo nível político do proletariado brasileiro, ainda em formação e não de todo livre ideologicamente de suas origens camponesas" (7).

A auto-crítica reconhecia as eventuais responsabilida

---

(7) L.C. PRESTES, "Problemas", nº 19, 1949, p. 66 (grifos meus, J.A.M.).

des dos dirigentes partidários, mas apoiava-se, no final das contas, no chamado "baixo nível" da massa, pois em face dessa justificação não era difícil imaginar razões que sempre serviriam para dar conta das dificuldades dos dirigentes para adotarem qualquer política mais justa; mesmo que o fizessem, restaria sempre, por ser enfrentada a realidade de um proletariado não completamente formado que, como se verá adiante, não pedia, nessa visão, dar conta das virtualidades políticas que eram dele esperados. É claro que se pode argumentar que essa visão mais ou menos explícita das massas, que tinham os dirigentes partidários, não era mais que um passo necessário ao reconhecimento das funções de direção e de educação que o partido político se atribuía; e, nesse sentido, seria justificável. Entretanto, e interessante para a análise, é verificar a convergência da tese do "baixo nível da massa" com a tese dos pensadores autoritários, que fundamentavam a sua concepção da sociedade em um tipo de visão que também enfatizava o problema do "nivelamento por baixo".

Recentemente, Weffort já tinha chamado a atenção dos estudiosos das classes populares urbanas para esse curioso fenômeno de emergência, a partir dos anos 50, de uma verdadeira teoria do "atraso das massas", cujas origens no Brasil, tem de ser buscadas nas concepções reinantes entre a esquerda brasileira a partir dos anos 20 e que, em alguns casos, duram até hoje (8). Segundo essas concepções, a noção de "atraso" ou de "baixo nível de massa" poderia se justificar pelas peculiaridades da formação da classe operária nos países "semi-coloniais ou dependentes", formulação que, de resto, servia de pres -

---

(8) Cf. F.C. WEFFORT, "Partidos, Sindicatos e Democracia..." Op. cit.

suposto a uma perspectiva de transição no sentido da revolução "democrático-burguesa". Essas formulações acabaram sendo o ponto de partida, muitas vezes, para uma tendência à desqualificação das formas próprias de participação política das classes populares no Brasil e em outros países da América Latina, pois, massas atrasadas, elas nem sempre estariam aptas a enfrentar as vicissitudes dos desafios históricos e, por isso mesmo, deveriam, necessariamente, ser submetidas a lideranças externas que fossem capazes de guiá-las para a busca de seus objetivos próprios, premissa que, como se sabe, pode facilmente justificar uma nova concepção de tipo elitista.

Não é irrelevante, portanto, admitir que o parentesco de concepções apontadas tenha jogado um papel próprio, específico mesmo, na afirmação da chamada teoria da "passividade das massas" no Brasil que, como se sabe, vigorou nos anos 50 e 60. Aliás, creio que a importância dessa consideração está no fato de que, até hoje, as classes populares são vistas muito mais pelo que se diz que elas não são, isto é, pela sua negatividade, que pelo eventual papel positivo que se admite que elas possam vir a jogar na história do país.

Aliás, para um dos grupos de elites mencionados, a presença das classes populares na sociedade é percebida à partir de sua posição e do seu projeto social e político (mesmo que seja pela sua ausência), e, portanto leva em conta os seus interesses específicos em cada situação histórica concreta. Por isso, para as elites dominantes, perceber o perigo virtual representado pela presença dessas massas populares é um requisito de suas funções de dominação, como aliás, aconteceu em 1930, 1937 e, mesmo, em 1945-46, quando a presença das massas foi admitida, inclusive em temas jurídico-legais, mas não além de certos limites considerados incompa-

tíveis com a manutenção do "status quo" ou, mesmo, da salvaguarda de situações que o pudessem ameaçá-lo.

Mas, quanto às elites que aspiravam assumir a sua representação no plano político, como os dirigentes comunistas, da mesma forma que para as que viram nas classes populares aliados virtuais, como parte dos liberais, os populistas e os socialistas, é mais difícil compreender que da base da sociedade poderiam surgir, como de fato surgiram, sinais que indicavam na direção de novas possibilidades de solução para os impasses políticos e institucionais que têm marcado a vida brasileira nos últimos 30 anos. Para os que buscam representar as massas na arena política - e, portanto, da História - ou, simplesmente, buscam nela se apoiar para emergir, social e politicamente, parece que seja, quando menos, um requisito lógico que tratem de fundar sua almejada representatividade na situação real dessas massas que inclui, necessariamente, formas próprias delas expressarem a sua presença. Essas formas nem sempre apresentam correspondência com as expectativas que essas elites criaram quanto ao papel das massas ou quanto ao que imaginam que devesse ser o curso do desenvolvimento histórico, mas frequentemente, colocaram problemas novos no quadro político marcado pela crise, "nas alturas", problemas que, necessariamente, teriam de encontrar alguma solução se o papel das massas era para ser recuperado como premissa para uma mudança do equilíbrio das forças sociais existentes na sociedade.

Estes problemas suscitam uma variedade de questões, teóricas e práticas, extremamente interessantes para uma correta avaliação do papel das classes populares na história brasileira mais recente. Mas não é, certamente, possível trata-las exaustivamente nêsse trabalho que se dirige, primordi

almente, a uma consideração de formas concretas de comportamento das classes populares.

Entretanto, em vista da relevância dos problemas suscitados, talvez seja o caso, quando menos, de sugerir uma hipótese que permita um tratamento mais sistemático em análises futuras. Trata-se de pensar, - percorrendo os caminhos de análise histórica da situação de crise de hegemonia brasileira, que vem dos anos 20, - a possibilidade de encontrar alguma linha de continuidade entre as concepções políticas aparentadas, já mencionadas, à partir, como diria Poulantzas, do papel de seus agentes-suporte. Isto é, destes agentes peculiares que, no contexto da moderna formação do Estado brasileiro, tanta importância assumiram em nossa história política: os burocratas que em sua maior parte, são oriundos das "camadas médias".

Não são poucos os autores que sugeriram a existência de pontos em comum na formação ideológica destas "elites" peculiares que empalmaram setores do aparelho do Estado brasileiro à partir dos anos 30; aliás, há os que, por exemplo, tem pesquisado os matizes ideológicos comuns dos diferentes grupos políticos oriundos das "camadas médias", como foi o caso dos tenentes, desde os anos 20(9).

Torna-se interessante, por isso, retomar, em parte, ao menos, uma consideração dos processos que tem curso com reorganização do Estado, à partir dos anos 30 e que, de alguma forma, se apoiam sobre a ação desses setores sociais.

---

(9) Ver, entre outros, B. FAUSTO, "Pequenos ensaios da história da República", mimeo, CEBRAP, 1974; também, B. LAMOUNIER, op. cit. e M. C. S. FORJAZ, "Tenentismo e Aliança Liberal", Ed. Polis, São Paulo, 1978.

## II

Começemos pela análise dos desdobramentos da crise de hegemonia, que se abre à partir dos anos 20 e 30, e das condições que permitem a emergência da ideologia de Estado no Brasil. Como se sabe, a passagem do polo mais dinâmico, da economia nacional, do campo para a cidade, com a implantação, à partir de 30, de um novo modo de acumulação, preservou modos anteriores e distintos, mas não introduziu nenhum padrão antagônico ao que vigia anteriormente.

Ao contrário do modelo de desenvolvimento chamado "clássico", o processo de acumulação industrial no Brasil não apresentou a exigência de uma ruptura total com o antigo sistema de produção baseado na agricultura de exportação, nem, portanto, com o conjunto do "antigo regime". O vazio aberto pela crise externa - seja a nível da economia, seja a nível da política - surge como condição necessária, mas não suficiente para a implementação do dinamismo que o processo de acumulação requeria para se desenvolver em condições novas e mais adequadas. Por essa razão, os novos padrões de acumulação são implantados no quadro que alguns autores chamaram de "pacto estrutural" ou pacto de classe. É esse pacto de classes que dá fundamento ao compromisso elitário a que já se fez referência.

A essência deste compromisso está no fato de que, diante da crise de hegemonia, da qual a revolta dos tenentes, foi expressão, caberia ao Estado desempenhar, não apenas o papel de novo agente produtivo, mas funções determinantes no estabelecimento da nova conjugação de interesses.

Será à partir da iniciativa do Estado, de sua intervenção na esfera das relações de produção, que se criarão as novas condições para implantar o padrão de acumulação que se fazia necessário à expansão do capitalismo no Brasil. Tratava-se, portanto, de readequar a estrutura do Estado às novas funções que a ele caberia desempenhar, de ativador de um novo tipo de sociedade. Daí a proeminência que começa a adquirir, nessa época, o Estado sobre a sociedade civil. A Revolução de 30 praticamente absorverá os restos da sociedade civil que se expressava antes, mas não sendo capaz de criar uma nova perspectiva de organização para o conjunto da sociedade, acabou por resultar em um processo de cooptação daqueles reminiscen-

tes. É necessário extrair todas as consequências do que está dito acima. Dadas as condições necessárias para a mudança de leme na direção do país, era necessário criar as condições suficientes. Isso exigiu, naturalmente, uma tomada de posição da parte dos novos atores que detiveram o aparelho do Estado em suas mãos. Coube a frente política integrada por reminiscen-

centes do tenentismo civil e militar e por representantes da dissidência da oligarquia agro-exportadora, tomar a iniciativa no processo dessa tomada de decisões. É nesse quadro que começa a se desenhar os problemas teóricos e políticos que formariam, mais tarde, as bases do substrato da ideologia de Estado que vigorará nos anos 50 e 60. Os novos atores políticos, colados ao Estado, em face de suas funções orgânicas, e de sua formação elitista, não podiam conceber qualquer possibilidade de desenvolvimento que implicasse em algum grau de controle do Estado por parte da sociedade civil que, ainda inarticulada como era, mais se atrofiou depois. Por força, entre outros fatores, de um obreirismo requerido por suas liga-

ções internacionalistas, o movimento operário existente no período pré-30, estava isolado dos movimentos políticos mais importantes da sociedade da época ( embora isso não negue que ele tenha desempenhado papel de importancia nas lutas que, mais tarde, redundaram em algumas das conquistas trabalhistas(10).

E se o movimento operário não tinha tomado a iniciativa de estabelecer qualquer contacto com os revolucionários de 30, mais distante ainda estava a possibilidade de que qualquer setor daqueles revolucionários viessem a fazê-lo, como poderia ter acontecido com os tenentes. Por outro lado, há evidências em abundância para fundamentar a constatação de que os novos rumos assumidos pela sociedade não constituíam, por assim dizer, nenhum programa político coerente de uma classe social em ascensão, como seria o caso, da burguesia industrial(11). Antes, coube aos grupos que controlaram o Estado desempenhar as funções que, segundo a lógica comparativa que se refere ao paradigma "clássico" europeu, caberia à nova burguesia.

Como bem indicou recentemente Florestan Fernandes(12), para a burguesia, a instauração da "ordem burguesa" não implica, necessariamente, que haja correspondência entre os processos de modernização das estruturas econômicas ( o que, muitas vezes, é um requisito indispensável ao avanço do processo de acumulação ) e a evolução do processo político.

---

(10) P.S.PINHEIRO, "Política e Trabalho no Brasil: dos anos 20 a 1930", Rio, Paz e Terra, 1975 e B.FAUSTO, "Trabalho Urbano e Conflito Social"(1890-1920), Rio, DIFEL, 1976.

(11) B.FAUSTO, "A Revolução de 30", op. cit.

(12) F.FERNANDES, "A Revolução Burguesa no Brasil - Ensaio de Interpretação Sociológica", Rio, Zahar, 1975, especialmente a primeira parte "As Origens da Revolução Burguesa".

Nada exige que as burguesias modernas dos países dependentes se formem, a exemplo dos casos europeu e norte-americano, no bojo de um processo de abertura política, isto é, da criação de mecanismos que ampliem a capacidade de intervenção social e política dos grupos subalternos. No caso clássico, a implantação da ordem burguesa representou, ao mesmo tempo, a ascensão da burguesia ao poder político e a ampliação dos direitos básicos da cidadania, o que era, a um só tempo, efeito e causa da intervenção dos grupos subalternos, na sociedade.

No caso brasileiro, como já foi indicado, a instauração burguesa implicou em controle e incorporação das classes subalternas e, nesse sentido, implicou no estabelecimento de um regime democrático pouco flexível para absorver a pressão dos grupos dominados. Isto explica, em grande parte, a continuidade da crise crônica de hegemonia vivida pelo país ao longo de todo o período de experiência democrática. Explica também, ao menos em parte, a emergência do populismo, nessa época como um estilo de dominação de classe, baseado na mobilização das massas urbanas.

Mas, explica de forma particular, a importância adquirida pelas "camadas médias" no desenvolvimento das novas funções estatais no pós-30. Na ausência de uma fração burguesa capaz de assumir a sua hegemonia em face do conjunto da sociedade, e de uma alternativa proveniente das classes subalternas, os setores médios, como os próprios tenentes, acabariam por jogar um papel decisivo na definição do novo quadro cultural, social e político.

Os seus vínculos orgânicos com as funções estatais da va-lhes uma capacidade privilegiada para as iniciativas. Por outra parte, a sua própria dependência do desenvolvimento das funções do Estado, funcionava como um reforço a essas iniciativas. Ao contrário da experiência de outras sociedades, como a dos Estados Unidos, a própria emergência econômica e social dessas camadas estava determinada pela sua dependência dos grupos oligárquicos e do lugar que estes lhes reservavam no interior do aparato estatal. Por essas razões, embora as camadas médias tenham jogado nos anos 20 um papel importante na deflagração das crises políticas que conduziram à revolução de 30, é conveniente considerar na análise, o peso de sua formação ideológica, autoritária e elitista, necessariamente condicionada pelos horizontes que orientavam os grupos aos quais estavam ligados e as suas próprias funções no aparelho do Estado.

É, portanto, nesse quadro, que emergem as concepções autoritárias e elitistas que, nas fases históricas subsequentes viriam a formar a ideologia de Estado. A Vargas e ao grupo que com ele ascendeu ao poder em 30, com todo o peso da influência tenentista, se poderia, talvez, atribuir a função de um substituto de classe (13), isto é, o agente ou os agentes sociais e políticos que nas circunstâncias de um processo atrofado de constituição de um determinado ator histórico, desempenha os papéis e as funções que a ele seriam atribuídos. No caso Brasileiro, o novo grupo que ascende às fun -

---

(13)Recolho sugestões para propor essas funções desempenhadas pelo varguismo na política em L.TROTSKY, "A História da Revolução Russa", 3v., 2ª. edição, Rio, Paz e Terra, 1977, vol. I, 1º capítulo "Peculiaridades do Desenvolvimento da Rússia".

ções de coordenadores das políticas estatais no pós-30 por me nos origens "burguesas" que tivessem, individualmente, chega - vam ao poder, imbuídos da consciência das tarefas históri - cas que era necessário realizar para, pelo menos, lançar o pa - ís em um estágio mais avançado do seu desenvolvimento capita - lista. Mas, as concepções que presidiam os impulsos a esse de - desenvolvimento não implicava em uma efetiva "revolução democrá - tica", como foi o caso das revoluções burguesas dos séculos XVII e XVIII, na Europa. O "modernismo" do anúncio de Vargas, segundo o qual, "a questão social não é mais uma questão de polícia", era cor - rigido, ou melhor esclarecido, pela observação "transformista" de Antonio Carlos, preconizando a antecipação às classes popu - lares que as elites deviam realizar. Como instaurar essa nova "ordem burguesa", nas condições de antecipação desejada, senão no quadro de uma concepção da sociedade que percebia as clas - ses populares como um problema a ser enfrentado?

Do conjunto das camadas médias, os tenentes eram, mu - to provavelmente, os atores sociais e políticos mais conscien - tes, à época, do impasse que a sociedade brasileira, começava a viver, ainda mais agravado à partir da crise de 1929, em fa - ce das estreitezas do modelo oligárquico do "antigo regime". Como membro dessas camadas médias, percebiam a insatisfa - ção de grande parte da população urbana, situada nos escalões mais baixos da pirâmide social. Entretanto, como o demonstra - ram os rumos dos acontecimentos "revolucionários", adotavam uma postura ideológica elitista, coerente com as suas funções no interior do aparelho do Estado, ligadas às tarefas de manu - tenção da ordem vigente e de coerção aos perigos de uma ruptu - ra mais radical. Aliás, nem podia ser diferente, em vista do

inexistência de um projeto hegemônico alternativo que fosse capaz de atrair estes setores para uma perspectiva mais aberta.

Isto demonstra a importância dos fatores de natureza ideológica, que jogaram um papel bastante importante na formação da vontade política que propôs e realizou as tarefas históricas iniciadas com a revolução de 30. A constituição dessa vontade se deu no quadro do papel político jogado pelos tenentes e pelos representantes de extração social oligárquica dissidente. E em um quadro cultural que propunha uma discussão da sociedade brasileira nos termos das concepções autoritárias mencionadas antes. A convergência dessa discussão com as concepções presentes na formação dos atores mais importantes do pós-30 eram evidentes. Isto indica uma explicação, portanto, sobre como tenha se gestado, ao longo da década dos 30, as bases das concepções elitistas e autoritárias que constituiriam, mais tarde, a ideologia de Estado, que vigorará quando o nacionalismo surge como um apêlo à mobilização das massas. Pois, se essas conseqüências ideológicas se refletiam de maneira mais imediata no plano da política, ou seja, no plano das decisões que serviam para imprimir um rumo às mudanças que afetavam o conjunto da sociedade, isto não excluía também, que esse processo tivesse dado ensejo, à formação de novas categorias sociais, que seriam, exatamente, os portadores daquela ideologia. Como se sabe, é a partir dessa época que começa a se expandir a burocracia estatal brasileira, que viria a jogar papel de alguma importância na articulação de setores da sociedade civil nas fases subsequentes. Talvez o melhor exemplo disso tenham sido as iniciativas formadas por essa burocracia estatal em formação, após a democratização, com a criação de partidos como o PTB e o PSD, surgidos de dentro do e-

parelho do Estado e que envolveram altos funcionários do Estado, como Marcondes Filho e Segadas Viana, para não falar do próprio Vargas.

É preciso ter mais claro as implicações dessas circunstâncias. O fato de que a instauração da " ordem burguesa " no Brasil não tenha por um lado assumido um caráter democrático-revolucionário ( que a ascensão burguesa teve na Europa ) e, por outro, que tenha se dado no contexto da formação de uma camada burocrática que se desenvolveu paralela e ao mesmo tempo que a organização do Estado, tem repercussões fundamentais para o desenvolvimento político contemporâneo. As implicações desse fato, incidem, diretamente, sobre o processo de formação das classes sociais modernas, quer dizer sobre o caráter mesmo das relações entre a sociedade civil e o Estado.

Vale a pena, portanto, colocar a discussão do fenômeno que está na base da situação política brasileira contemporânea: o fenômeno mencionado do crescimento da burocracia estatal e do aumento da sua autonomia, no contexto de uma tendência essencialmente estatista, como foi a que se formou nos anos 30.

O fenômeno de crescimento e expansão das burocracias estatais, nas sociedades capitalistas, não é típico do Brasil (14). Nem é típico o fato de que, em geral, os funcionários do Estado capitalista não sejam recrutados necessariamente

---

(14) O tema da autonomia da burocracia já se encontra presente na obra de Marx, "O 18 Brumário..." op.cit., também, Marx e Engels, "A ideologia alemã", Presença, Martins Fontes, Lisboa, 1975. Ver também, M. WEBER, "Economia y Sociedad", México, Ed. Fondo de Cultura Económica, 1944, 4º vol. e "A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo", São Paulo, Pioneira, 1967. De R. DAHRENDORF, "Sociedad Y Sociologia", Madrid, Ed. Tecnos, 1966. Consultar também, o interessante trabalho de M. TRAGTENBERG, "Burocracia e Ideologia", São Paulo, Ática, 1974.

mente, no interior das classes dominantes. Nesse sentido, pode-se dizer que a moderna burocracia brasileira, formada no contexto da instauração burguesa, e através do processo levado à cabo pelos agentes da substituição de classe a que se fez referência, confirma alguns exemplos históricos. Não há portanto, grande novidade no fato da revolução de 30 ter representado o ponto de "declanche" para a constituição de uma camada burocrática formada à base dos setores ligados ao tenenteismo militar e civil. O que merece atenção, entretanto, segundo o nosso ponto de vista, é o fato de que esse processo de formação da moderna burocracia brasileira tenha reforçado as tendências elitistas e autoritárias, que tinham emergido no quadro da crise oligárquica e tenha influido, dessa forma, na instauração e funcionamento do regime democrático do pós-guerra. De fato, é inegável que, a exemplo dos casos clássicos (15), o crescimento da burocracia do Estado no Brasil está vinculado estreitamente, por um lado, às novas funções assumidas pelo aparelho estatal em face da economia, e, por outro, ao controle social e político das classes subalternas. É impossível, no Brasil contemporâneo, pensar no controle estatal sobre os sindicatos dos trabalhadores sem ter em conta, por exemplo, o papel do Ministério do Trabalho.

Por outra parte, a burocracia estatal brasileira, como se disse, tem sido recrutada, tradicionalmente, entre as camadas médias urbanas e rurais. Também nisso não há novidade no fenômeno nacional (16). Entretanto, em face do fenômeno de

---

(15) V. a respeito, o interessante ensaio de R.C. ANDRADE, "Sobre a burocracia do Estado em país capitalista", mimeo, 1974, CEBRAP, São Paulo.

(16) GRAMSCI, em "A questão Meridional", in Temas nº1, Ed. Grijabe, São Paulo, 1977, analisa o papel da massa de intelectuais recrutados entre a pequena e média burguesia rural no

polarização ideológica, representado pelo pensamento autoritário, diante desses setores na década dos 30 e início dos 40, talvez seja interessante voltar a enfatizar algumas das suas implicações para o advento do regime democrático no país.

A centralização dos aparatos do Estado apareceu como uma exigência natural da rearticulação levada a efeito na sociedade e os "funcionários da superestrutura" locais tenderam a ver o aumento da sua autonomia como um corolário natural dessa centralização. A inexistência de contrapesos ao crescimento da burocracia e da sua autonomia ajudou à consolidação desse processo, mas quando surgiram quaisquer possibilidades de oposição a essa tendência, elas logo foram destruídas ou controladas, pela própria ação do Estado.

O projeto político nacional implementado por esses setores implicou, como se sabe, na introdução de alguns mecanismos políticos que ampliavam a permeabilidade do sistema político às classes subalternas. Voto secreto, sufrágio universal e, mesmo, o estabelecimento de algumas garantias sociais, representavam um avanço em relação com o sistema oligárquico da República Velha. Mas representavam, acima de tudo, as aspirações próprias que esses setores tinham diante do fechado sistema mantido pelas oligarquias agro-exportadoras. Em nenhum momento, o projeto político que se instaura em 30, e se aprofunda em 45, trataria de realizar uma incorporação das massas ao sistema político enquanto tal. Não estava no horizonte político e ideológico dos setores médios que dão base ao crescimento da burocracia estatal brasileira a criação de uma

---

(16)...desempenho das funções que designa como de "funcionários da superestrutura".

democracia moderna que fosse capaz de ampliar o espaço de ação política às classes subalternas. No quadro da sua formação elitista e autoritária não havia possibilidade para a concepção de um regime democrático que, efetivamente, garantisse direitos sociais e políticos aos grupos subalternos nos termos conhecidos pela experiência européia dos séculos XIX e XX. Pelo contrário, como foi assinalado, o novo regime democrático nascido do após-guerra já trazia consigo os germens do autoritarismo que iria irromper abertamente mais tarde, com o advento do movimento de 1964. Esses germens eram representados, fundamentalmente, pela sobrevivência da legislação corporativista, do período do Estado Novo, no texto da Constituição de 1946 - que, apesar de toda a sua inspiração liberal, fôra incapaz de romper com o controle do Estado sobre as lutas de defesa econômica das classes populares ; e, pela mecânica elitista de legitimação dos partidos, segundo a velha tradição brasileira: menos de um ano após a sua legalização, o Partido Comunista do Brasil seria proibido de continuar funcionando legalmente no país. Por outro lado, chama a atenção também, de quem esteja interessado em compreender a evolução social e política do ângulo dos dominados, os mecanismos ideológicos pelos quais as filiações autoritárias e elitistas dos setores médios encastelados no aparelho do Estado se atualizariam nas condições dos anos 50 e 60 no Brasil. De fato, é preciso chamar a atenção, como o faz Maria Sylvia Carvalho e Franco ( 17 ) , para o lento e gradual processo em que se dá

---

(17) M.S.FRANCO, "O Tempo das Ilusões", São Paulo, CEDEC, mimeo, 1976.

a formação da ideologia nacionalista no quadro da produção intelectual dos teóricos do ISEB, essa típica agência ideológica do Estado. Em primeiro lugar, as formulações da queles teóricos - aos quais estava intimamente associada a esquerda brasileira - trataram de apresentar, de novo, os problemas nacionais exclusivamente em temas de uma contradição entre a Nação e o Imperialismo e, dessa forma, iludiam completamente as contradições vigentes no interior da sociedade nacional. Em segundo lugar, como corolário da tese anterior, aqueles pensadores apresentavam a Nação como sendo formada pela categoria indistinta do Povo que tanto era composto dos setores mais privilegiados da sociedade, como os empresários, como pelos que estavam situados na parte inferior da pirâmide social brasileira: os grupos subalternos. A ambos atribuía-se uma aspiração comum que apelava para a necessidade de desenvolver a Nação, como requisito indispensável para alcançar o bem estar social, concebido como uma forma de melhorar a posição relativa do conjunto dos grupos sociais na estrutura sócio-econômica. Confundiam-se assim as questões nacional e social, subordinando esta última à primeira. Daí o propor a tese da aliança da "burguesia nacional" com a classe operária, em torno de um programa nacionalista e desenvolvimentista, foi um passo curto. Empresários e operários passaram a ser vistos como iguais em uma aliança que terminava por afirmar, uma vez mais, o Estado como a agência, por excelência, que deveria operar a concretização da queles objetivos. Não é de espantar que, a criação da Petrobrás, isto é, a intervenção estatal na produção do petróleo, tenha servido sempre como uma espécie de símbolo daquilo que os nacionalistas desejavam realizar.

Simplificando as linhas do raciocínio, pode-se dizer que o que estava por trás desse tipo de nacionalismo era a i -

déia - que um autor já chamou de "socialismo dos tolos"(18)-segundo a qual, quanto mais o Estado interviesse na economia mais próximos estaríamos de alguma forma de propriedade coletiva dos meios de produção e, portanto, da meta do socialismo. Por isso, a ideologia nacionalista gestada naquela época propunha claramente a tese da necessidade da Nação ( isto é, os empresários mais os operários ) enfrentar o Imperialismo ( isto é, as potências capitalistas desenvolvidas ). E não é de estranhar que uma consequência simplista sua fosse a idéia da ampliação da intervenção do Estado como requisito para se chegar a uma correlação de forças menos favorável às empresas capitalistas estrangeiras e mais favorável à Nação. Estranha concepção do desenvolvimento: sua consequência mais grave no plano político e ideológico foi o reforço do estatismo, com todas as suas consequências, isto é, o gradativo fortalecimento do poder do Estado e o conseqüente debilitamento das instituições da sociedade civil. Não é demais lembrar a convergência dessas concepções com a elaboração dos elitistas e autoritários dos anos 30, como Oliveira Vianna e outros. Estes, como se viu, propunham, em sua época, uma teoria geral da sociedade que se baseava na tese da "inarticulação" e do "amorfismo" da formação social brasileira. Com isso justificavam a necessidade da intervenção de um Estado forte, autoritário, capaz de realizar as tarefas que julgavam necessárias, mas para a qual admitiam as classes sociais incapazes de executá-las. Mais tarde, nos anos 50 e 60, após o

---

(18) F. OLIVEIRA, "A Economia Brasileira: Crítica à Razão Duálista", São Paulo, CEBRAP, 1972.

advento do novo regime democrático, estas teses se atualizariam nos temas expostos acima. Ou seja, a sociedade era concebida como algo não mais totalmente "inarticulado", posto ' que se admitia a emergência de interesses que convergiam no projeto de desenvolvimento nacional; mas a sua articulação ' ainda era muito parcial, pois ela era vista como algo indiviso, no qual, dominados e dominantes se solidarizavam, formando esse ente mítico chamado Povo. E, de novo, o Estado era ' chamado a desempenhar as tarefas atribuídas a esse Povo, de que surgia, **como** um corolário lógico, o seu fortalecimento. Daí o nacionalismo ter sido, no Brasil, como em outros paí - ses da América Latina, basicamente uma ideologia de mobilização de massas que, se é verdade que as admitiu na arena política, serviu também ao propósito de subordiná-las aos detentores dos aparelhos estatais.

Pode-se admitir que outra não é a função dos burocras senão essa: realizar a ligação das massas subalternas com os projetos das classes dominantes. Os clássicos já disseram isso. Mas o importante a observar, no caso brasileiro, é o processo pelo qual se fez a passagem de questões que efetivamente interessavam ao conjunto das classes sociais ( embora de maneira diferente para cada uma delas ), como é o caso da questão do desenvolvimento, para as concepções que estiveram na base do nacionalismo ( como ideologia ): o autoritarismo em primeiro lugar, o estatismo como consequência sua.

Não é de surpreender, portanto, que nas condições de uma sociedade capitalista em que a burguesia não é capaz de realizar os ideais clássicos de cidadania, e, ao mesmo tempo tem necessidade do concurso de setores das camadas médias para a consecução de seus objetivos mais gerais, se forme uma camada de burocratas que, em grande medida, consegue se auto

nomizar em relação às classes dominantes. Antes, a sua autonomia é a condição mesma para a realização de suas funções de substituto de classe. E, é essa autonomia, exatamente, que torna essa burocracia uma força social importante, decisiva mesmo, em algumas fases históricas. No caso do Brasil, ainda que, não seja o objetivo desse trabalho uma análise do tema, é possível admitir que o fenômeno de formação da burocracia estatal serviu ao propósito da implantação da "ordem burguesa" e, por isso mesmo, implicou na implantação de mecanismos de controle e repressão das classes subalternas. É o uso mais ou menos autônomo e indiscriminado desses mecanismos que garante à burocracia a sua autonomia política em face dos grupos dominantes. Por isso, ao se consolidar uma camada burocrática formada no contexto da ideologia estatista e autoritária era inevitável que o seu concurso para a implantação de um regime democrático extremamente limitado fosse bastante importante. A burocracia estatal que emergiu com a formação do Estado moderno brasileiro foi, em grande parte a parceira da democracia de 45 a 64. E, talvez por isso, esta foi tão limitada em sua perspectiva política e na sua capacidade de criar um novo sistema hegemônico na sociedade brasileira.

\* \* \*

## III

Por fim, antes de finalmente sugerir caminhos concretos de análise das formas de participação política das classes populares urbanas, é preciso voltar a um tema que permeou as análises das secções anteriores e que diz respeito ao que eu chamei "o outro lado" da tradição intelectual que se constituiu à volta do tema nos anos 50 e 60. Esse tema já apareceu antes, ao se tratar do chamado "atraso da massa", concepção que está na gênese da teoria que afirma a passividade das classes populares na política.

Ao se colocar em confronto esse outro lado da tradição intelectual com os pontos de partida indicados no capítulo I, não se trata de dividir a produção acadêmica entre "boa" ou "má", mas de indicar a parte da herança teórica do passado recente que, do ângulo estrito do presente trabalho, pode ser ou mais ou menos útil para o avanço do conhecimento que, no final das contas, não é nunca neutro. De fato, desde a perspectiva de análise que se pretende sugerir aqui, parece necessário admitir que, por razões que não estão dissociadas da prática política das elites, nos últimos 30 ou 40 anos, uma boa parte da produção intelectual acadêmica brasileira, referente ao papel das classes populares, também aceitou e, mesmo, enfatizou os pressupostos em que se assentava o seu elitismo, ~~ao trabalhar~~ explicações que deram estatuto teórico a essa concepção.

Como se tentou sugerir nas partes anteriores, o elitismo das vanguardas ou das elites sobre as classes popula -

res nem sempre se manifestou de forma explícita no discurso político. Algo como a idéia, ou melhor, a ideologia do atraso da massa poucas vezes apareceu formulada de maneira manifesta. No caso das vanguardas políticas, o elitismo aparecia muito mais nas práticas concretas dessas vanguardas em relação às massas ( das quais, aliás, afirmavam-se representantes ).

Já quanto a uma parte dos resultados da produção intelectual, que vem dos anos 50 e 60, é interessante observar como, partindo de uma manifestação explícita de pesquisar as classes populares positivamente, acabaram colaborando para a constituição de uma concepção negativa do papel dessas classes na história brasileira. Vale a pena, por isso, percorrer, ao menos em parte, alguns dos passos dessa produção que, como causa e efeito, ao mesmo tempo, foi contemporânea do nacionalismo e do "estatismo", como ideologias do Estado. Pois como todo conhecimento vinculado à prática social e política, os resultados alcançados por essa produção intelectual também desempenharam ( e ainda desempenham ) um papel específico no quadro de debate ideológico e político que tem caracterizado a história brasileira recente.

De fato, como pode-se observar em certas discussões que têm sido travadas recentemente à volta do papel das classes populares na transformação do atual regime autoritário, já se tornou quase uma expressão incorporada ao senso comum a observação de que as classes populares não se interessam pela política, ou dela só participam escassamente, dentro de limites extremamente estreitos (19). A explicação que se dá

---

(19) Este problema não se refere somente ao regime autoritário. Mas, atualmente, as figuras de maior projeção do regime, como o presidente Geisel, e, mesmo outros personagens da política, tem insistido na idéia do chamado "des

para isso é, quase sempre, de que elas são muito "atrasadas", definindo-se esse atraso seja em termos de algum tipo de inaptidão para a política, seja em termos de sua inexperiência em face de situações que exigem capacidade de escolha entre alternativas.

Não há evidências para afirmar que essa concepção seja resultado da tradição popular (20), embora seja inegável que ela esteja presente mesmo entre os setores populares. Antes, como se procurou sugerir nas partes anteriores, ela é, resultado de certas idéias dominantes na sociedade, produzidas a partir da prática das elites. Nesse sentido, talvez se possa afirmar que a eficácia da ideologia do atraso das massas entre as próprias classes populares é reflexo do fato de que há uma ideologia que é dominante na sociedade; entretanto, creio que é importante evitar as relações simplistas e mecânicas entre ideologia e praxis social, pois isso poderia resultar em uma simples explicação circular: a ideologia do atraso das massas é eficaz porque opera entre as próprias classes populares, mas isso só acontece porque há, na sociedade, uma determinação das concepções socialmente aceitas pelas idéias

---

(...)preparo" das massas (para votar ou para participar de atividades dos sindicatos), o que, no final das contas, implica em desqualificação desses setores sociais para participar social e politicamente.

(20)Os próximos capítulos pretendem sustentar, exatamente, o contrário. Além disso, seria necessário recorrer a trabalhos como o de R.F.MARANHAO, op.cit. para os anos 40 e 50. WEEFORT, "Origens do Sindicalismo" e J.A.MOISES, "1953, a GREVE" ... op. cit., e F.A.MUNHOZ, "Democracia Populista e a greve de 1957", CEDEC, mimeo, 1977, todos para os anos de 50 e 60 e verificar a inaxatidão de afirmações como esta.

que são dominantes.

Isso é, em parte, verdade. Mas é necessário tentar determinar os processos e os mecanismos pelos quais essa dominação ocorre. Por esta razão, torna-se interessante observar a convergência de alguns dos resultados obtidos pelas análises de parte dos cientistas sociais e políticos, que se dedicaram ao tema das classes populares, com a idéia do atraso das massas. Não creio que a simples indicação dessa convergência seja suficiente para explicar a eficácia dessa ideologia, ou para romper o círculo vicioso indicado acima. Nem é este o propósito deste trabalho, pois, na verdade, isso exigiria um esforço de outro tipo que não é o seu tema. Entretanto, em vista da importância, inclusive política, que uma parte da produção intelectual acadêmica assumiu no contexto político dos anos 50 e 60, pode ser interessante estudar alguns aspectos dos seus resultados. Como se verá em seguida, algumas das suas conclusões convergiram ou enfatizaram os pressupostos sobre os quais se assentavam a concepção que partia da noção de atraso para afirmar a passividade das massas na política concepção que, no quadro da política nacionalista e populista daqueles anos, acabaria por desempenhar algum papel, positivo ou negativo, na mobilização política das massas populares. O nacionalismo, que foi, em grande parte, a base ideológica sobre a qual se assentam a política populista de meados dos anos 50 e dos 60, também se fundava em uma concepção sobre o atraso das classes populares. Não é irrelevante, portanto, admitir que a convergência entre os resultados de parte dessa produção intelectual acadêmica e as concepções operantes na política daqueles anos tenham sofrido também algum tipo de determinação. Talvez não tenha se tratado de uma determinação mecânica, em que um fator necessariamente implicasse no outro.

tamente se tratou de uma determinação recíproca em que as relações de parentesco dessas concepções jogaram o papel de coesionador, isto é, de cimento das diferenças, entre as idéias a respeito das classes populares e, assim, tornaram-nas operáveis em um quadro político que demandava uma explicação, qualquer que fosse ela, para a expressão da presença dessas classes na sociedade. Aliás, cabe acrescentar que, no quadro de crise de hegemonia daqueles anos, qualquer explicação que tratasse de articular as formas limitadas de participação das classes subalternas na cena política, em termos de uma teoria que explicasse essas limitações em função de fatores intrínsecos ( como o "atraso" ), poderia adquirir alguma eficácia, pois, o grande impasse que estava pôsto à sociedade como um todo era exatamente este: como dar vitalidade a um sistema político que procurava incluir as massas, mas que ao mesmo tempo, não podia admitir que elas participassem em marcos que criassem condições para a sua independência e autonomia organizatória. A teoria do atraso e as concepções parentadas com ela, como a teoria da passividade das massas serviram, em grande parte, ao propósito de responder a questões como esta. Embora operando cientificamente, desempenharam funções ideológicas importantes à manutenção do "status quo" na política.

. . .

Como se sabe, parte dos resultados das análises mais correntes sobre as atitudes e o comportamento político da classe operária brasileira desqualificaram, quase que com -

pletamente, qualquer possibilidade de tomar a presença desse grupo social na sociedade por seu significado classista. As conclusões que, em parte, se explicam pelos pressupostos desses estudos, indicam que quanto a sua participação econômico-corporativa, a classe operária brasileira, teria se limitado aos estreitos condutos da estrutura sindical corporativista e burocratizada; que no plano político, terreno onde essa classe poderia, propriamente, explicitar um projeto próprio, sua participação não teria sido muito além de uma adesão massiva dos movimentos populistas que, envolvendo os interesses de uma multiplicidade de frações de classe teria, simplesmente, emasculado os interesses específicos dos trabalhadores; e que, no tocante às formas próprias de consciência social, a classe operária seria portadora de uma "consciência inadequada", dado que se limitaria seja a uma simples consciência de sua distinção dos ricos, como pobres, ou então expressaria uma simples aspiração de ascensão social, consubstanciada em uma "consciência de mobilidade", ou ainda uma espécie de "consciência consumista".

A consciência de mobilidade estaria relacionada com a aspiração de subir na vida, de preferência de conseguir se libertar da condição operária (21). A consciência consumista estaria ligada às vantagens econômicas e sociais que teriam sido obtidas por essa classe com o processo de desenvolvimento que se acentua a partir dos anos 50 e que, nas cidades, teria diferenciadas substancialmente os operários industriais dos seus companheiros lançados ao exército industrial de reserva, e dos assalariados do setor de serviços, bem como dos

---

(21) Em alguns casos, a hipótese do atraso da massa foi tão longe que viu nas manifestações de desejo dos migrantes de regressarem a seu local de origem, para se estabelecerem por conta própria, uma tendência regressiva. Deixando de lado o caráter utópico dessas manifestações, seria preciso considerar que o desejo de se libertar da condição operária pode ser visto por seu lado progressista, isto é pelo desejo

que ficaram nas áreas rurais e não conseguiram migrar para as cidades. Essa hipótese enfatiza a chamada heterogeneidade estrutural da classe operária que, nesse caso, aparece como um fator a inibir a unidade dos trabalhadores que, assim, não se capacitariam a emergir como uma força política na sociedade.

Inegavelmente, essas observações tocam em aspectos importantes para a compreensão da problemática, mas são insuficientes para explicá-la, porque, no final das contas, como o indicam os movimentos sociais latino-americanos, apesar da sua heterogeneidade, as classes populares entraram na política, frequentemente unificadas por agentes externos, como foi o caso dos líderes populistas. Além disso, seria preciso examinar um pouco mais detidamente os seus pressupostos e a forma como essas observações se integram com a teoria mais global que lhes dá coerência.

É conhecido que, na maior parte dos casos, as razões fornecidas para explicar o caráter negativo da presença das classes populares na sociedade - que aliás, na forma que é apresentada, não tem nada de específico, isto é, pouco ou nada distingue esses setores sociais dos demais por essa participação - se prendem a fatores de tipo econômico-estrutural, como a continuidade de resíduos rurais no ambiente urbano que no final, seriam responsáveis pela incapacidade das classes populares de darem uma orientação própria a sua participação política. A inexperiência urbana, a sobrevivência de traços culturais tradicionais e mesmo a reprodução, no contexto urbano, de comportamentos de tipo individualista-paternalista

---

(...) de escapar à situação de exploração.

explicariam a fraca presença dos trabalhadores industriais nos sindicatos, a manutenção em muitas empresas das relações pessoais entre empregados e patrões - o que é de se esperar, não ajudaria o desenvolvimento de uma genuína consciência coletiva - e, finalmente, o fascínio exercido pelos líderes carismáticos, demagógicos e paternalistas, que, nessa versão, seriam característicos dos movimentos populistas, espécie de reedição urbana e modernizada do populismo cuja prática negaria, por exemplo, a existência de interesses objetivos que levariam as massas a aceitar a mediação desses líderes.

Em face, da importância assumida por essas observações, talvez valha a pena apresentar algumas indicações dos limites e das ambiguidades consciente ou inconscientemente criados por essa produção intelectual. Em primeiro lugar, é preciso recordar a surpresa provocada, mesmo entre os intelectuais, pelas formas de emergência política escolhidas pelas classes populares a partir de 1945, quando se inicia a experiência da democracia formada no após-guerra. É preciso insistir em que uma sensibilidade intelectual formada na necessidade de ver repetido, entre nós, o chamado paradigma clássico deixou de lado um princípio metodológico fundamental, segundo o qual qualquer comparação não pode se esquecer de que se trata, no caso da América Latina e da Europa, de países capitalistas de formação histórica diferente, que fez, por exemplo, com que na Europa a classe operária se constituísse como classe no processo das lutas sociais e políticas que conduziram a própria burguesia ao poder. É necessário concordar com a observação de Weffort, segundo a qual o sentimento de obrigatoriedade de um procedimento comparativo previamente determinado tem originado as maiores dificuldades para um avanço efetivo do conhecimento (22).

(22) WEFFORT, "Sindicato e Política" op.cit., especialmente introdução.

Por outro lado, a necessidade quase imperiosa que se impôs a maioria dos analistas de marcar similaridade e/ou diferenças frente ao chamado "modelo clássico" de desenvolvimento capitalista se fundamenta, em grande parte, na confusão que parece ter havido entre os esboços de uma teoria marxista das classes quanto ao sistema capitalista em geral, e as formas histórico-concretas assumidas pelas classes sociais, em seu processo de constituição, num período determinado do desenvolvimento desse sistema na Europa. Essa confusão nasce de um procedimento que toma as análises do modo de produção capitalista como um modelo puro, cujas vicissitudes deveriam se repetir no processo de desenvolvimento capitalista dos países ditos "atrasados". As objeções que têm sido feitas a essas formulações são de que nem o modelo clássico é puro, pois um modelo abstrato nunca se realiza plenamente na história; nem o processo de desenvolvimento dos países ditos "atrasados" repete o paradigma europeu e norte-americano. No caso dos países latino-americanos, por exemplo, a dominância do modo de produção capitalista não se seguiu à dominância do feudalismo - que aqui não existiu - e, ao se impor, combinou-se com formas que não eram completamente capitalistas(23), tornando o processo de transição da sociedade agrária para a sociedade industrial pleno de peculiaridades. Esse processo peculiar viria a afetar, certamente, o processo de constituição das classes sociais, embora isso nem negue a sua existên

---

(23) Sobre essa questão, ver entre outros, C. CARDOSO, "Sobre los modos de producción coloniales de América" in "Modos de producción en América Latina", Cadernos de Pasado y Presente 40, Buenos Aires, 1973; e também, E. LA CLAU, "Feudalismo y Capitalismo en América Latina", mesmo volume.

cia nem signifique que suas formas específicas de se constituir desqualifique a sua capacidade de produzir lutas sociais ou a sua expressão política.

É importante observar que esse esforço intelectual pouco ou nada conseguiu avançar em termos de um conhecimento positivo sobre o que realmente são as classes populares no Brasil. Suas descrições, além de imprecisas em muitos casos, são de um grau demasiadamente elevado de generalidade, pois é de pouca relevância observar, por exemplo, a sobrevivência de resíduos rurais no contexto urbano se não se indica a sua funcionalidade para a reprodução, nas cidades, de certas relações sociais e políticas que atendem a interesses reais dos migrantes. ( E, se atendem, os resíduos já não são mais rurais, mas urbanos ). Ao nível da generalidade que propõem para explicar o seu objetivo de análise, não abrem caminho para o conhecimento do específico que, como se verá nos próximos capítulos, no caso do nosso problema é essencial.

Entretanto, além desta generalidade pouco elucidativa, é preciso apontar um outro tipo de implicação epistemológica dessa forma de conhecimento, a qual resvala, da mesma forma que a percepção das elites sobre as classes populares, no terreno da ideologia. Essas análises, bem como as suas conclusões, situam-se a um alto nível de abstração quando se referem ao plano das relações de produção ( estrutura ) e limitam-se, muitas vezes, aos procedimentos da pesquisa que se utilizam dos "surveys" quando pretendem verificar as hipóteses mais gerais no plano do comportamento político. Vinculando os comportamentos políticos constatados pela técnica de "surveys" ao plano das estruturas de forma quase imediata, sem esclarecer as mediações existentes entre uns e outros, essas formulações acabam por estabelecer um determinismo estruturista (24) e á-históri-

co para explicar a ação dos atores sociais. Desta forma, as classes acabam por aparecer como se fossem expressões corpóreas das estruturas e as análises de sua prática como se elas fossem uma simples materialização das estruturas.

Talvez se deva mencionar que essa produção intelectual foi profundamente influenciada pela tradição mais corrente no pensamento sociológico contemporâneo que, por razões ideológicas que já foram apontadas por alguns críticos, privilegia os fatores de tipo estrutural em contraposição a os que incidem sobre o que se poderia chamar o campo livre da ação dos homens na história, isto é, os atores sociais e a sua intervenção nos acontecimentos, os movimentos sociais e o seu significado social e político, bem como os problemas organizatórios e as suas vicissitudes próprias. Parece evidente que esta tendência acabou por dominar, em parte, pelo menos, as preocupações de uma grande parte de cientistas sociais.

Cabe indicar, desde já, algumas das limitações mais importantes que resultam desse approach de tipo estruturista. Antes de mais nada, é preciso repetir que, concebida da forma acima descrita, a relação estrutura-prática social conduz a uma concepção da inevitabilidade da História, que, portanto, leva ao beco sem saída de uma visão a-histórica das pró

---

(24) Designo essas concepções como estruturistas para a firmar uma distinção com as concepções estruturalistas, pois embora haja muito em comum entre ambas - de forma particular o hábito de quase sempre interpretar a política a partir de uma determinação mecanicista das estruturas econômica e social - esta última, ligada a uma certa interpretação do marxismo, segundo a concepção althusseriana, é bastante mais sofisticada. As concepções estruturistas tem uma filiação mais direta ao funcionalismo e, nesse sentido, talvez se possa dizer que elas se baseiam em uma concepção mais vulgar da idéia de determinação entre estrutura econômica e superestrutura política. No caso dos países latino-americanos, essa concepção se desenvolveu em grande parte ligada às diversas correntes da chamada teoria da modernização.

prias estruturas. A se aceitar o pressuposto implícito nas formulações sumariadas, pouco ou nada restaria esperar, a respeito do comportamento da classe operária brasileira, por exemplo, a não ser que, mantendo-se o processo de desenvolvimento característico de meados dos anos 50 e dos 60 e a intensa urbanização que o acompanhou, essa classe poderia ganhar maior experiência urbana, resultante do tempo de vivência nas cidades, e, então, pode ser que ela viesse a se expressar como classe. Mas a condição para que isso ocorresse seria sempre que as levadas de migrantes provenientes das áreas rurais para as cidades não fossem demasiadamente intensas, como tem ocorrido nos últimos anos, para não renovar, demasiadamente, o estoque de membros de classe, pois senão, o fator continuidade da experiência urbana perde a sua eficácia. Ou então, que o próprio desenvolvimento econômico e social capitalista não fosse atrativo em demasia para desqualificar os sentimentos e ventuais de solidariedade da classe operária e atraí-la para o paraíso do consumo, como se isso, por si só, dissolvesse as contradições sociais que estão na base da sociedade brasileira. Aliás, cabe acrescentar que, nessa concepção, as questões ligadas com a emergência da consciência de classe, dependem menos da tradição de lutas e das questões organizatórias da própria classe e mais de um determinismo estrutural absoluto. O que esse estruturismo absoluto se nega a admitir é que as estruturas são, elas também, resultantes históricas. O que é uma determinação estrutural em um dado momento é produto de um processo histórico no qual intervieram a ação, isto é, os movimentos de expressão dos diversos atores sociais, durante o período anterior. Isto quer dizer que a emergência de movimentos sociais não pode ser compreendida se se toma, simplesmente, para efeitos de análise, a posição estrutural

das classes que lhes dão origem. Os movimentos sociais constituem, como aliás qualquer ação que envolve as classes, processos que nascem e se modificam a partir do seu próprio desen -volvimento e dos conflitos nos quais se fundam. Dessa forma , não poderiam ser explicados, por exemplo, no quadro de uma ' concepção tão mecanicista como as sumariadas acima. Segundo as hipóteses que chamei de estruturistas, os movimentos soci -ais, quaisquer que sejam eles, devem tomar rumos que poderiam ser previamente determinados antes mesmo que sua emergência ocorresse.

Não são atrasadas as massas? Então não é de surpreen -der que elas se expressam sempre, ou, na maioria das vezes , segundo suas tradições rurais, que as conduzem a aceitar as lideranças de tipo populista-paternalista, cujo projeto será sempre policlassista. Também não é de se surpreender que par -te substancial da produção intelectual no campo das ciências sociais estimule, preferencialmente, a sensibilidade dos analis -tas para as reflexões sobre os limites impostos pela estrutu -ra à origem e o desenvolvimento das iniciativas dos diversos atores sociais concretos. Tudo se passa como, se a cada novo problema concreto ou a cada passo na reconstrução da histó -ria social, fosse suficiente recorrer às determinações de ti -po estrutural, sem levar em conta o fato de que essas deter -minações se reatualizam no próprio movimento da história e, portanto, na capacidade que demonstrem os atores para inter -vir a cada nova conjuntura e, em maior ou menor grau, para ampliar ou restringir a sua própria liberdade de ação. Esta supervalorização dos determinantes estruturais, com a contra -partida inevitável da subestimação ou desprezo pelo papel dos atores, se revela de tal forma ideologizada que a sua conse -quência mais frequente, no terreno das análises, tem sido a

pouca importância admitida e atribuída pela literatura corrente aos temas relacionados com a capacidade de articulação da sociedade civil e, no caso das classes populares, da emergência dos seus movimentos sociais, no que, aliás, os analistas coincidem com o elitismo das vanguardas (25).

Por outras palavras, não é por acaso que a problemática da crise da democracia contemporânea seja proposta, muitas vezes, mais como uma consequência inevitável das estruturas prevaletentes na atualidade do que como resultado do choque de interesses que expressam a vontade dos diferentes grupos sociais. Ao invés dos analistas tomarem a crise dos grupos que foram perdendo a sua capacidade de universalizar sua visão de mundo em face das demais, eles a vêem como resultado da tendência a burocratização característica da organização social típica da fase monopolista do capitalismo. Assim, perdem de vista a necessidade de analisar, na atual etapa de desenvolvimento do capitalismo, quem são os agentes sociais capazes de dar base à reivindicação da democracia.

---

(25) Desejo sugerir que se designe esse fenômeno de descompasso entre as aspirações de participação das massas e a inconsciência dessas aspirações, pelas elites e vanguardas, pelo termo "retrogradação", porque as suas consequências são claramente regressivas. Nesse sentido, talvez se possa estabelecer um paralelo com as análises de Gramsci sobre as funções dos partidos políticos que, em determinadas circunstâncias históricas, desempenham tarefas de retardar o desenvolvimento das classes que representam, no processo de sua constituição, como atores sociais e políticos autônomos. Gramsci fala de partidos que desempenham funções "políciais" e regressivas, em relação às massas. V. a respeito, "The Modern Prince & Other Writings", New World Paperbacks, New York, 1970, especialmente "The Political Party", pp.146-153. Também, o último capítulo da minha tese de mestrado, "The Urban Working Class in Brazil", Universidade de Essex, mimeo, 1972, a ser brevemente publicada pela Editora Polis.

Esse "sociologismo", que não faz mais que acentuar uma certa concepção mecanicista da determinação, é, em verdade, mera contrapartida simplista desta outra tendência mecanicista, ' que é o "economismo". Na realidade, é no mecanicismo economista que se deve procurar as raízes desta tendência reducio-nista (26) de analisar os fenômenos sociais e políticos: a tendência a superestimar o papel determinante da economia na aná'lise dos acontecimentos históricos, como se os limites estrutu<sup>ra</sup>is não fosses, eles próprios, resultantes da intervenção dos atores que sofrem e produzem, a um só tempo, suas determinações estraíndo-se daí conclusões sobre a natureza e o caráter do que se poderia chamar o campo livre de açã<sup>o</sup> dos homens na história como simples derivações daqueles fatores estruturais. Dessa ' forma, muito frequentemente, o estudo das condições estruturais dos fenômenos sociais e políticos acaba por se transformar em uma espécie de procedimento normativo que por supostamente ciêntífico, encobre a sua verdadeira função ideológica.

Nesse estilo estão as análises que induzem a um conhecimento ex-post, que desconsidera as alternativas abertas em cada momento histórico para os diversos atores sociais e acaba ' por anunciar os resultados virtuais dos embates sociais e políticos como inevitáveis. Assim, não é de estranhar a afirma-

---

(26) O reducionismo não é uma tendência teórica apenas destinada a explicar os comportamentos dos agentes exclusivamente em termos de suas raízes classistas; na verdade, a expressão ' teórica mais acabada do reducionismo consiste em pensar a política como um epifenômeno da economia, ou, se se quiser, do movimento das estruturas. Essa tendência, em seu simplismo, acaba, na prática, por ignorar a importância jogada por fatores ' políticos, ideológicos e culturais na praxis social. É por isso, provavelmente, que muitos analistas que incorreram nessa ' tendência, tenderam a não se dar conta das funções ideológicas e políticas regressivas de sua própria produção intelectual.

mação do primado do Estado sobre a sociedade civil, ou o privilégio das elites em relação às massas, como queriam os pensadores autoritários.

Essa percepção parcial das elites, quanto às massas, ou dos analistas que tentaram explicar a sua participação , não é apenas parcial: ela é ideológica. E, enquanto tal, exerce uma função no quadro da sociedade de classes que é, exatamente, a de evitar que a presença das classes populares na sociedade - que elas negam ou se recusam a ver - se transforme, de presença virtual, em presença real, em condições de ' esgotar as suas virtualidades e, dessa forma, abrir espaço ' para a emergência de novas formas sociais e políticas. É uma percepção que examina o real sem efetivamente captar a com - plexidade e as contradições que os constituem, o que em política é um caminho certo para a ilusão das aparências.

Não é estranho, como no caso das vanguardas, que quem aspire a representar as massas populares seja incapaz de perceber que essa representação deve se fundar, exatamente, na capacidade própria que demonstram essas massas para se representar? Também é estranho, portanto, que a teoria que deseja conhecer o seu objeto o faça preferencialmente pela negação. A percepção elitista das classes populares - ainda que se trate de elites ou vanguardas que se apresentam como ligadas ou aliadas a elas ou de teóricos que afirmem a sua determinação de ampliar o conhecimento sobre elas - é ideológica por esse outro lado de suas funções. Ao afirmar a presença das classes populares pela sua negação, isto é, pelo que se diz que elas não são ( pela consciência social que elas não tem, pelo chamado "baixo nível de massa" ou por sua afirmada incapacidade de se despregar do populismo para afirmar a sua presença política particular ), essas elites mais não fazem que

estreitar o campo possível em que a presença que afirmam desejar possa realmente ocorrer. Por outras palavras, a percepção real ou ilusória sobre a presença das classes populares nas sociedades não deve ser tomada como um dado neutro da questão. Ao contrário: essa percepção é, em si mesma, um dado do problema, é um fator que conta para a constituição propriamente dessa presença, na medida em que essa percepção condiciona a atitude e o comportamento dessas elites em relação às massas populares e isso influi, dependendo do caso concreto, em maior ou menor grau, nessa própria presença.

Isto não quer dizer que haja um determinismo absoluto entre a concepção das elites e o papel dessas massas na História. Tanto isso não é verdade que, no Brasil, ainda que a presença das classes populares seja quase que só negativamente percebida por elas e por algumas "direções", ela tem se dado, e tem se dado, muitas vezes, de forma inesperada e surpreendente, ou seja, as classes populares tem uma dinâmica própria que, apesar de condicionada em algum grau pela presença das elites, desenvolve-se em terreno próprio e, em alguns casos, pode irromper mesmo quando não é esperada e as condições para isso são adversas. Nesses casos, essa presença geralmente ocorre marcada por profunda espontaneidade que, sendo uma característica das classes subalternas, como nos ensina Antonio Gramsci (27), limita extraordinariamente o alcance que possa

---

(27) "Se pueden dar varias definiciones de la expresión 'espontaneidad', porque el fenómeno al que se refiere es multilateral. Hay que observar, por de pronto, que la espontaneidad "pura" no se dá en la historia: coincidiría con la mecanicidad "pura". En el movimiento "más espontáneo" los elementos de "dirección consciente" son simplemente incontrolables, no han dejado documentos identificables. Puede por eso decirse que el elemento de la espontaneidad es característico de la historia de las clases subalternas, y hasta los elementos más marginales y periféricos de esas clases, los cuales no han

vir a ter essa irrupção. A espontaneidade sem direção política, nesses casos, pode indicar de forma mais ou menos dramática, os limites à ação das massas nas situações em que, por exemplo, as vanguardas são incapazes de sentir e compreender a natureza de sua presença em uma dada situação concreta.

Em qualquer caso, entretanto, mesmo que marcada pela espontaneidade, a presença das classes populares pode apontar, no quadro de crise de hegemonia que tem marcado de forma dramática a história brasileira nos últimos 40 anos, na direção de perspectivas que poderiam indicar soluções novas para a própria crise política e institucional. As reivindicações de certos movimentos de base, de ampliar a sua participação no quadro da limitada democracia do após-guerra, é um indicativo disto. O exame dessas reivindicações, dos mecanismos concretos de participação que elas sugerem, e das alianças sociais que estão na sua base, podem indicar, por exemplo, um padrão inteiramente novo para se pensar a própria democracia no Brasil. O exame dessa hipótese é um dos objetivos do presente estudo e é para isso que os seus próximos capítulos pretendem contribuir.

\* \* \*

(...)llegado a la consciencia de la clases"para si" y por ello no sospecham siquiera que su historia pueda tener importancia alguna, ni que tenga ningun valor dejar de ella restos documentales", Cf. A.GRAMSCI, "Espontaneidad y dirección consciente", in Antología, Siglo XXI Editores, Mexico, 1970, p.309 ( grifos meus, J.A.M. ).

PARTE 2

DEMOCRACIA E MASSAS NO APÓS-GUERRA

## CAPÍTULO III

DEMOCRATIZAÇÃO, EMERGÊNCIA DAS MASSASE COLABORAÇÃO DE CLASSES

## I

O fim da II Guerra Mundial marcaria para o Brasil o início de um dos mais ricos e, ao mesmo tempo, mais contraditórios períodos de nossa história recente: aquele que, não sem uma dose de justificada ironia, um autor estrangeiro chamou de "um experimento de democracia"(1). De fato, a queda da ditadura de Vargas, que vinha desde 1937 com o Estado Novo, abriria para o país etapas históricas durante as quais se gestaria e a madureceria, até chegar a seu termo (vale dizer, aos seus próprios limites, inscritos em suas estruturas), a precária e restrita "democracia de massas" do após-guerra. O novo regime democrático surgia, em parte, do impacto provocado pelas questões políticas postas pela guerra e pela participação brasileira no conflito, mas não sem algum grau de pressão de certos setores da sociedade civil e das próprias massas urbanas que, desde o início dos 40, tentaram emergir do silêncio que lhes fora imposto pelas duras condições de repressão instauradas a partir de 1934-35 e pelo rígido controle do Estado Novo, para

---

(1) T. SKIDMORE - "Brasil: de Getulio a Castelo", Editora Saga, Rio, 1969. O título original do trabalho é "Politics in Brazil, 1930-1964. An experiment in Democracy". - Alguns intelectuais brasileiros reagiram a essa designação de Skidmore, considerando-a, de certa forma, a uma intromissão estrangeira em uma questão de interpretação da história brasileira. Independente do juízo que se faça da avaliação feita por Skidmore parece-me que se faz necessário reconhecer a contribuição historiográfica do autor para uma revisão de profundidade da democracia brasileira entre 1945 e 1964, tarefa que poucos autores nacionais realizaram.

se manifestar contra o Nazi-fascismo e a favor das potências aliadas e dos regimes democráticos que elas simbolizavam.

O abalo sofrido por algumas das instituições em que se fundava a ditadura - terminara em 1943 o período "legal" de vigência da Carta de 1937 e Vargas devia submeter-se a um plebiscito nacional - convergiu com os rumos tomados pela situação internacional, em que a vitória diante do Fascismo se realizava graças à aliança das democracias liberais com o regime socialista da União Soviética. Essas circunstâncias, concretizadas nas iniciativas do próprio Vargas de liberalizar o regime, fariam amadurecer as condições políticas em que o tema da democracia acabaria por se transformar na questão nacional mais importante dessa época. A política, como sugeriu Weffort (2), passou a "sobredeterminar", de forma quase absoluta, a conjuntura imediata que se segue ao fim da guerra e às que se abrem logo a seguir. Circunstância que se revela tanto mais importante quando se considera o campo de ação histórica (isto é, o campo de liberdade) que se abria, genericamente, para os diversos grupos políticos brasileiros (e para as classes que eles representavam) diante das possibilidades criadas, nessa conjuntura concreta, para a sua intervenção no processo político nacional. Essa não é uma questão irrelevante para uma análise política que se proponha a compreender a evolução e a crise das instituições políticas brasileiras à luz do papel jogado pelos diversos atores nessa e nas etapas subsequentes. Ao contrário, como começam a demonstrar algumas análises mais recentes, a compreensão das conjunturas políticas concretas que se abrem com o após-guerra aparece como fundamental para quem quer que deseje explicar, em algum grau, a evolução e o significado das

---

(2) WEFFORT, "Partidos, Sindicatos e Democracia ...", op.cit.

crises políticas e institucionais que se sucedem entre 1945 e 1964 (3).

Dessa forma, qualquer análise que procure considerar a dequadamente a presença das classes populares na sociedade brasileira nesses últimos 30 e poucos anos de nossa história deve se iniciar pelo exame das condições sociais e políticas que emergem nos períodos do após-guerra. É a partir dessas fases que essas classes passarão a se constituir, propriamente, em fator de poder na sociedade brasileira. A democracia que surgirá, então, acabará por colocar essas classes na ambigua e complicada condição de fator de legitimação do novo regime político: sem elas, não será possível manter o precário compromisso elitário instaurado com a revolução de 30 que, como se viu, sem ser a revolução democrático-burguesa no Brasil, resultará ser altamente favorável à nascente burguesia industrial, dado que orientará uma boa parte do excedente global para o desenvolvimento das atividades ligadas ao mercado interno, ao mesmo tempo que não destruirá as bases de poder econômico em que se sustentavam as elites agrário-exportadoras, nem as expulsará do jogo político (4). Mas com elas, o novo regime democrático brasileiro tinha de enfrentar algumas exigências de um aprofundamento que nem a sua origem burguesa, nem os seus fundamentos elitistas poderiam comportar. Daí o crescente acirramento das contradições sociais e das lutas políticas que acabaram por transformar o curto período de menos de 20 anos de vida democrática em um rápido e complexo processo de aprofundamento da

---

(3) Os ensaios de R. MARANHÃO "A Conjuntura do Pós-Guerra Imediato" e "Situação Concreta do Movimento Operário (1945-1947)" (originais manuscritos), que fazem parte das pesquisas que o autor vem realizando sobre o período 1945-1950, situam-se nessa perspectiva. Ver também F.C. WEFORT "Origens do Sindicalismo Populista ...", op.cit.

(4) V.C. FURTADO, "Obstáculos políticos no desenvolvimento", Rev. Civilização Brasileira, Nº 1, Rio, 1965.

crise hegemônica que se abria em 30 e, cujos sintomas mais agudos vieram à tona, pela primeira vez no período democrático, em 1953-54 e se aprofundaram, muito mais, 10 anos depois, às vésperas do movimento militar de 1964.

É necessário indicar melhor o sentido de algumas das observações feitas acima, antes de ir adiante. Em primeiro lugar, deve-se destacar a circunstância de que o regime democrático instaurado em 1945 foi, basicamente, o de uma democracia formal, no terreno de alguns direitos de cidadania, como é o caso do sufrágio universal, participação nos partidos e representatividade no parlamento. Não se trata, simplesmente, de repetir, como o fizeram muitos clássicos, que a democracia "burguesa" se sustenta no formalismo dos direitos políticos para encobrir as desigualdades no plano social e econômico. O caso brasileiro, diferentemente do argentino, por exemplo, foi, além disso, o de uma democracia "limitadíssima", posto que baseada em processos político-partidários e eleitorais essencialmente restritos. A sua base de legitimação mais importante passou a ser, depois de 1945, o voto popular que, entretanto, se restringia aos centros urbanos e excluía, de fato, inúmeras parcelas da população, que viviam nas áreas rurais, pois os analfabetos estavam (como ainda estão até hoje) excluídos do gozo de seu direito. Em segundo lugar, é preciso considerar que o regime instaurado em 1946, após os debates da Assembleia Nacional Constituinte, manteve as condições para que "sobrevivesse na democracia" os restos do corporativismo do período do Estado Novo. Como sugeriu recentemente Weffort, recordando a Evaristo de Moraes Filho, esta talvez tenha sido a maior contradição da "democracia de massas" do período 1945-1964. Ou seja, o regime que supostamente nascia para dar participação às classes em geral, reproduzia, nas suas instituições a representa-

ção dos interesses populares, para fins de sua defesa econômica, no interior do próprio Estado, através da velha estrutura sindical oficial. E, portanto, subordinava-os na sua organização aos grupos detentores dos aparatos estatais. Além disso, como se sabe, o direito de greve era, na prática, proibido, pois, com a reedição do decreto 9.070, dos tempos do Estado Novo, ficara na dependência de uma decisão de um aparato do Estado, que era a Justiça do Trabalho. As limitações impostas por estas circunstâncias eram de tal monta que deixavam a questão da representatividade popular, no novo regime, na dependência das iniciativas das elites, como aliás, foi o caso dos partidos, organizados a partir da iniciativa dos grupos dominantes situados dentro e fora do aparelho do Estado (5).

Entretanto, esses processos não resolviam a velha crise de hegemonia, nem instauravam mecanismos que implicassem criar condições, de longo prazo, para obter o "consentimento ativo" do conjunto das classes subalternas. O que, de sua parte, simplesmente reproduzia para os grupos dominantes, embora em outros termos, a necessidade de buscar dar algum tipo de legitimidade para o novo regime que se instaurava. Essa necessidade encontrou solução, parcial e limitada, no voto popular urbano, que foi o que deu sustentação à "democracia de massas". O novo regime fundava, assim, a sua legitimidade nas classes populares urbanas, que constituíam a maioria da população das cidades, e a quem, por consequência, foi necessário fazer algumas concessões. O populismo, como se verá, viabilizou essas concessões embora não tenha significado nunca uma possibilidade efetiva de organização autônoma dessas classes. Não obstante, é inegável que as condições instauradas por essa "democra-

---

(5) M.C. CAMPELO DE SOUZA, op. cit.

cia de massas" acabaram por ampliar, ao menos em parte, o campo próprio de ação política que se reservava para elas desde a repressão e controle que se abatera sobre o movimento operário em 1935 e sobre os movimentos populares e democráticos, genericamente, a partir de 1937. O fato de que as elites dirigentes da cena política brasileira tivessem de apelar para o seu apoio, para os fins da legitimidade necessária ao regime, se demonstrou logo a partir da irrupção do "Queremismo", da organização do Partido Trabalhista Brasileiro e, mais tarde, do populismo como estilo de dominação política, então inaugurado por homens como Getulio Vargas, Marcondes Filho, Adhemar de Barros e Hugo Borghi, além da esquerda e de alguns setores liberais.

Essas circunstâncias fizeram com que as classes populares passassem a experimentar, cada vez em maior grau, as implicações e as exigências da política. E esta experiência, apesar das limitações do novo regime, não era irrelevante para a sua participação. Seja porque as elites dominantes tinham de buscar fórmulas para ganhar o seu apoio eleitoral, seja porque elas próprias aspiravam a encontrar canais para expressar a sua vontade, elas se viam agora lançadas nesse processo peculiar da vida social que implicava, por um lado, no fenômeno da associação, em qualquer que fosse o seu grau, e por outro, nesse terreno ilimitado tanto quanto complexo que alguns autores contemporâneos chamaram o campo da persuasão (6).

A democracia de após-guerra abria, assim, para as classes populares urbanas, ainda que de forma bastante genérica, um campo de liberdade de ação a que elas aspiravam desde há

---

(6) Ver a excelente discussão de C. LAFER, sobre HANNA ARENDT "A dignidade da política". - Seminário de Ciência Política do Deptº de Ciências Sociais - USP, mimeogr., 1975.

muito, mas cujo exercício e realização não se constituía em uma questão simples e de solução imediata, pois colocava para elas problemas novos e extremamente complexos, como a da sua orientação política frente às demais forças sociais. Introduzindo processos políticos que em grande parte exigiam a sua participação para obter a vitalidade que lhe era necessária, o novo regime político brasileiro criava algumas circunstâncias fundamentais que conduzia, por exemplo, a que essas classes tivessem de se colocar a questão de definir, na teoria e na ação, as condições possíveis de sua autonomia e independência de participação diante das demais classes e do próprio Estado. Seria a partir dessas circunstâncias, aliás, como se verá adiante, que essas classes se sentiriam em condições de pressionar o novo regime democrático com algumas reivindicações de aprofundamento de sua natureza, embora essas reivindicações não tenham, frequentemente, aparecido formuladas de maneira suficientemente explícita e coerente para se constituir, sequer, no esboço de um projeto político próprio.

Nessas circunstâncias ambíguas, criadas pela instauração da democracia do após-guerra, as classes populares emergiram como novos atores da vida política brasileira, mas essa emergência se dava num quadro ideológico e organizatório limitado, restrito a algumas alternativas políticas representadas pelas tendências políticas que emergiram nessa conjuntura. Os estímulos dados à sua participação a partir do Estado, com o Vargasismo, e os esforços mobilizatórios realizados por alguns grupos de esquerda, dos quais o mais importante foi o Partido Comunista do Brasil, devem-se contar entre essas alternativas, como se verá adiante. Não obstante, essa irrupção das classes populares, em sua qualidade de novos atores políticos, se dava

em marcos mais ou menos espontâneos, cujo sentido era, em última análise, a dificuldade dessas classes de se constituírem em uma verdadeira alternativa de mudança e reorganização global da sociedade, sem a intervenção de uma organização política que fosse capaz de articular um novo projeto social, que rompesse, para isso, com aquela espontaneidade. Questão que, de sua parte, coloca em evidência o fato de que as alternativas políticas mencionadas não tenham sido capazes de solucionar, de forma adequada, o importante problema das relações entre espontaneidade e direção política das massas, o que é um requisito para a sua emergência na condição de ator com vontade própria.

Entretanto, mais complicadas aparecem as condições de emergência desses novos atores se não se tem em conta, no processo de análise de sua presença, os sintomas daquilo que se chamou as reivindicações de aprofundamento do regime democrático apresentadas por eles. Esses sintomas podem ser detectados tanto nas lutas de defesa econômica encetadas pelas classes populares - após a democratização do país - diante da deterioração que os rumos do desenvolvimento do capitalismo impunha à sua qualidade de vida, quanto em algumas das manifestações espontâneas mencionadas - que, não obstante a sua espontaneidade, assumiram, por vezes, alguma forma de organização - e que resultaram em uma denúncia do caráter elitista e limitado do regime, e da sua impermeabilidade a uma participação mais orgânica das classes subalternas.

São exemplos das lutas de defesa econômica das classes populares as greves operárias que irrompem a partir de meados de 1945, perduram por 1946 e 1947 e, mais tarde, se aprofundam nos primeiros anos da década dos 50 (7). Quanto aos movimentos

(7) Cf. MARANHÃO, op.cit.; WEFFORT, "Origens do Sindicalismo ...", op.cit.; MOISES, "1953, A Breve ..." op.cit.

políticos, alguns exemplos podem ser encontrados em aspectos da manifestação própria ao movimento "Queremista", que irrompe em 1945; nas reivindicações que começam a surgir em muitos dos bairros periféricos de São Paulo pressionando por melhorias urbanas (8), bem como nas explosões ocasionais do furor popular expressando a insatisfação das massas diante de decisões das autoridades consideradas injustas e lesivas a seus interesses, como foi o caso do quebra-quebra de ônibus e bondes ocorrido em São Paulo, em 1947, por ocasião do aumento das passagens dos transportes coletivos. Também deve ser mencionada a emergência de movimentos populistas "a partir de baixo", como o Janismo, que irrompe em São Paulo no início da década de 50, quando ocorrem as primeiras eleições da fase democrática para a Prefeitura Municipal da capital, aliás, em meio à grande greve dos 300 mil de março-abril do mesmo ano, que dura perto de um mês e é pontilhada de manifestações de massa e conflitos entre os grevistas e as forças repressivas do Estado (9).

Adiante, na seção e no capítulo seguinte, algumas dessas questões são retomadas, para indicar os problemas que essas formas de participação popular colocavam, já à época em que ocorreram, para a teoria e para a política. Deve-se assinalar, todavia, que a ênfase é dada aos acontecimentos propriamente políticos, pela importância de sua dimensão para as questões propostas, ou aos que revelam, da parte das classes populares, uma forma de ação abertamente espontânea, com todas as suas imprevisibilidades e consequências

---

(8) J.A. MOISÉS, "Notas sobre as Sociedades de Amigos de Bairro na Região da Grande São Paulo", Revista Contraponto Nº 3, Rio, 1978; também, a seguir, capítulos 8 e 9.

(9) V. adiante, capítulos 8 e 9 sobre o Janismo e J.A. MOISÉS, "Greve de Massa e Crise Política" - op. cit.

para a sua expressão no plano do Estado.

## II

A era do Estado Novo, por suas implicações autoritárias e para-fascistas, destruiu a representação política ao nível dos partidos e chamou a representação das classes sociais para fins de sua defesa econômica, para o interior do Estado, impondo à maioria dos grupos políticos brasileiros, entre os quais os que desejavam ser intérpretes das massas populares, uma passividade compulsória, assegurada à custa da repressão aberta às suas manifestações. Muitos opositores do regime, liberais, comunistas e socialistas estavam nas prisões ou no exílio (10). Entretanto, as circunstâncias internacionais, que evoluíam acompanhando o curso da guerra, repercutiriam internamente no país de forma a reforçar as tendências de participação que tinham começado a partir de 1943, quando as estruturas jurídico-políticas do Estado Novo entraram em fase de "crise institucional". O "fascismo de segunda mão", como o chama Skidmore, estava fadado à derrocada que, aliás, se avizinhava também do fascismo de verdade, na Europa, para a derrota do qual as Forças Armadas brasileiras estavam contribuindo com os seus soldados e com o seu prestígio. Vargas teve suficiente largueza de visão para compreender logo as implicações da derrota das nações do Eixo, que cada vez mais parecia se aproximar. Por essa razão, ele mesmo dá, em 1943, os primeiros passos na direção da democratização do país. Nesse ano, ao discursar na data do sexto aniversário do golpe de 1937, Vargas promete a democracia para após o fim da guerra, acena com o

---

(10) Cf. SKIDMORE, op.cit.

que o chama de um reajustamento "na estrutura política da Nação" e fala na introdução de "garantias máximas à liberdade de opinião" e nas "necessárias consultas ao povo"(11). Antecipava-se, assim, o ditador, à oposição e aos críticos, nas iniciativas que conduziriam à queda da ditadura no país, embora não se possa negar à opinião pública e aos oposicionistas da esquerda e da direita a iniciativa de manifestações crescentes a favor da democratização que, nas duras condições de repressão então existentes, representava um corajoso desafio e, principalmente, a criação de um ambiente ideológico que, certamente, favoreceria as medidas liberalizadoras de Vargas.

De fato, a aliança dos países democráticos do Ocidente (Inglaterra e Estados Unidos) com a União Soviética, parecia confirmar a convergência de pontos de vista que ocorria entre os movimentos que dentro do país uniam os esquerdistas e os liberais e que buscavam levar o Brasil a um engajamento ao lado das forças que lutavam contra o Nazi-fascismo. O Partido Comunista - que sofrera uma devastadora repressão em 1935 e ainda tinha os seus mais conhecidos e importantes líderes nas prisões - toma a iniciativa, a partir de 1939-40, de organizar setores da opinião pública para condenar a agressividade de Hitler e Mussolini e começar a reivindicar uma tomada de posição por parte do governo brasileiro. Vargas conseguirá manter, até os primeiros anos 40, uma ambígua neutralidade que lhe permitia, por exemplo, negociar o financiamento de Volta Redonda ao mesmo tempo com os alemães e os americanos. Entretanto, as organizações anti-fascistas incentivadas pelo PC recebem o apoio de alguns liberais e, em 1941, quando a União Soviética é invadida pelas tropas de Hitler, os comunistas somam seus esforços

---

(11) Cf. SKIDMORE, op. cit., pgs. 72 e seguintes.

com a velha Liga de Defesa Nacional, que tinha sido fundada por Olavo Bilac, para advogar a criação de uma força expedicionária brasileira para lutar nos campos de batalha da Europa e derrotar o fascismo. Luis Carlos Prestes, então uma figura lendária e cercada de simpatias populares, começa a lançar apelos de dentro da prisão para que não apenas os comunistas, mas também os antigos tenentistas, os ex-aliancistas e "demais setores progressistas" se unissem na luta contra o Nazi-fascismo e pelas liberdades civis dentro do país.

Naturalmente, não era apenas os comunistas que estavam interessados em lutar contra o Nazi-fascismo e, simultaneamente, contra a ditadura e os obstáculos que ela representava à vida política. Outras correntes de esquerda, como ex-militantes comunistas, socialistas, e membros de correntes trotskistas começaram a convergir para formar uma corrente de opinião pública que passou a pressionar por uma definição de Getúlio a favor dos Aliados, e essa pressão logo se voltou também para o tema da democratização interna. Quando em 1942, alguns navios cargueiros nacionais foram torpedeados por submarinos alemães nas costas brasileiras do Nordeste, a opinião pública já estava preparada e a pressão popular aumentou; Vargas foi pressionado pelos americanos e pelos militares e decidiu criar a Força Expedicionária Brasileira (F.E.B.). É interessante observar que as massas populares não participaram desses esforços de uma forma propriamente organizada, nem sistemática, mas inegavelmente engrossaram as manifestações pelo envio de tropas para lutar ao lado dos Aliados. Quando surgiram as primeiras campanhas do alistamento de voluntários para a F.E.B., o Partido Comunista tratou de mobilizar esses setores populares em favor da preparação bélica, que era dirigida pelas Forças Armadas(12).

---

(12) Ver L. BASBAUM, "Uma Vida em Seis Tempos", Ed. Alfa-Omega, São Paulo, 1976.

Contudo, caberá aos detentores do aparelho do Estado as iniciativas mais concretas no sentido de uma distensão política e do incentivo à participação popular. Em 1943, Vargas prometera a democracia para o fim da guerra. Em 1944, ele repete a promessa e avança ainda mais: os brasileiros iriam ter assegurado o direito de escolher seus representantes "dentro da democracia, da lei e da ordem" (13). 1943 marcara também a consolidação definitiva das leis trabalhistas introduzidas após 30, com a sua ampliação no que diz respeito à previdência social (assistência médica, as aposentadorias e pensões aos trabalhadores, etc.). Marcondes Filho, ministro do Trabalho e homem da confiança pessoal de Vargas, começa a lançar o Trabalhismo, através da Hora do Brasil, programa radiofônico criado em 1942. Vargas e os burocratas do Ministério do Trabalho também começaram a dar mais iniciativa aos "pelegos" que atuavam nos sindicatos. Esses "dirigentes" sindicais usaram, então, o prestígio que lhes era outorgado pelo Estado para fazer crescer e se expandir a organização sindical criada durante o Estado Novo, o que, de alguma maneira, introduzia condições novas na pesada atmosfera política da época (sem que isso representasse, entre tanto, qualquer indício de autonomia organizatória para os trabalhadores). É curioso observar como uma situação de crise política e institucional servia para ampliar o espaço possível de ação dos sindicatos que, mesmo controlados, também tinham ampliadas as suas funções de mobilização das massas trabalhadoras.

Além disso, antevendo o sentido dos rumos dos acontecimentos mundiais e do crescimento da pressão interna, Vargas passou a acenar com sinais de aprovação à mobilização das clas

---

(13) Cf. SKIDMORE, op. cit.

ses populares. No discurso de 1943, Vargas promete aos trabalhadores um papel proeminente na vida do país, chamando-os "a gente nova, cheia de vigor e de esperanças, capaz de crer e de levar avante as tarefas de nosso progresso". No ano seguinte, seu apelo é mais direto: em São Paulo, ele convida os trabalhadores a se filiarem aos sindicatos e a participarem da necessária "modificação de mentalidade exigida pela rapidez das transformações da vida econômica" (14).

Assim, as circunstâncias externas somadas a condições internas muito particulares criam as condições do advento da democracia e o quadro em que se inscreveria a participação das massas no pós-guerra. A guerra fornecera os argumentos de que necessitavam os grupos políticos para lançar-se à cena política. A contenção forçada, representada pelo Estado Novo, tinha sido adicionada das contradições naturalmente provocadas pelos esforços bélicos. Os esforços de guerra e a mobilização militar decorrentes fizera aumentar o trabalho fabril, ampliando a jornada de trabalho e exercendo um controle maior sobre as pressões reivindicatórias. Como diz um autor, o limitado poder de barganha dos trabalhadores brasileiros praticamente desaparecera durante a guerra (15). Em muitas fábricas, segundo alguns depoimentos (16), começou a se criar um clima de mobilização de classe: diante da crescente deterioração de suas condições de existência, os operários começaram a se articular em Comissões de Empresa que, de início, funcionavam como organismos encarregados de apresentar reivindicações sobre condições

---

(14) Cf. SKIDMORE, op. cit., pg. 63.

(15) Cf. P. SINGER, "O milagre brasileiro", Cadernos CEBRAP, São Paulo, 1972.

(16) Cf. depoimento do líder operário Antonio Chamorro, em entrevistas a vários pesquisadores, realizadas em 1972-73.

de trabalho aos patrões. Mais tarde, essas comissões serviram de base, em muitos casos, para a deflagração de movimentos grevistas de defesa econômica que tiveram alguma importância na definição da conjuntura política da época e na definição das condições de participação da classe operária na "democracia populista" dos anos 50 e 60. Como se sabe, essas comissões de empresa reapareceram, por exemplo, no contexto político em que emerge a importante "Greve dos 300 Mil", em 1953, em São Paulo, e são elas, em grande parte que sustentaram a mobilização de massa que dará condições para o nascimento da "estrutura sindical paralela" que vigorará de meados dos anos 50 até 1964 (17).

Além disso, o próprio desenrolar do conflito mundial estimulava, por assim dizer, o debate político nacional. Quando ocorreu a democratização, após a volta de nossas tropas dos campos de batalha na Itália, essa convergência de diferentes fatores resultaria em uma generalizada tendência à participação social e política que, em grande parte, daria os marcos dentro dos quais se estabeleceu o novo regime democrático. Após o fim da guerra, o clima dominante entre os povos que haviam derrotado "o perigo Nazi-fascista" era o de um eufórico otimismo, que tinha muito a ver com a interpretação que se apresentava para a vitória dos Aliados. Essa era tida como um resultado da aliança das democracias ocidentais com a União Soviética. Os temas da Paz, Democracia e União foram alçados à condição dos grandes temas da época, após a conferência de Yalta. A aliança de forças divergentes, no plano internacional, autorizava, portanto, o incentivo e o estímulo à aliança de forças, senão antagônicas, pelo menos diferentes, no plano in-

---

(17) V., a respeito, J.A. MOISÉS, "A Greve dos 300 Mil e as Comissões de Empresa", in "Greve de Massa", op.cit., II Parte. Também F.C. WEFPORT, "Sindicato e Política", op.cit.

terno. É nesse contexto de otimismo democrático que se consolidará a posição da parte mais importante da esquerda brasileira da época, o Partido Comunista. O PC, que então deixava a ilegalidade e tinha seus principais líderes anistiados, começou a definir os fundamentos do que seria a sua política de colaboração de classes que marcará praticamente todo o período de vida democrática no país, com exceção do curto período compreendido entre 1947 e 1949. Essa política de colaboração de classes se definia no quadro da estratégia geral seguida pelos PCs em todo o mundo e se subordinava, em grande parte, às necessidades da política externa da União Soviética. Em 1945, apesar de toda a euforia da vitória conjunta sobre a Alemanha, Itália e Japão, ainda não estava claro se os Estados Unidos e a Inglaterra iriam se voltar contra o avanço comunista em muitos dos países do leste europeu. Inegavelmente, a ameaça representada pela posse da bomba atômica, pelos Estados Unidos, pesava na definição desse quadro. Nessas circunstâncias, a estratégia de Stalin - que só vai mudar mais tarde, em 1947, quando os Estados Unidos tomam a dianteira na iniciativa da abertura da guerra fria - era a de consolidar a aliança que ocorrera durante o conflito. Essa estratégia envolvia as consígnias de Paz e Democracia, porque os comunistas russos não desejavam abrir nenhuma possibilidade de conflito com os países aliados ou com os governos burgueses que resultaram da libertação da guerra. As exigências de reconstrução da indústria soviética, parcialmente destruída durante o conflito, não comportava a possibilidade de uma ameaça por parte dos países ocidentais. Essa política, aliás, seguia uma tendência que vinha dos anos 20 e 30 e que ficara conhecida como a estratégia de "construção do socialismo em um único país", apresentada por Stalin em 1926 (18).

(18) V. a esse respeito, entre outros, W. ABENDROTH, "Short History of the European Working Class", NLR Books, Londres 1971.

Dessa forma, tudo concorria para que os comunistas brasileiros adotassem, no plano interno, uma política de conciliação com as elites dominantes que, em certo sentido, haviam participado do esforço conjunto dos aliados para derrotar o fascismo.

Em realidade, alguns setores do Partido Comunista Brasileiro já vinha manifestando a sua disposição de colaborar com as elites burguesas e com o governo de Vargas mesmo antes do Brasil se engajar no conflito. Desde 1939, quando estava no cárcere, Prestes já admitia em sua correspondência com o tenente Severo Fournier (um ex-aliancista) que "na luta contra o fascismo e pela completa redemocratização do país, não devemos ver os homens e devemos apoiar até mesmo o próprio Getulio se, amanhã, compreender a necessidade (...) do programa nacional" (19). O líder comunista referia-se ao programa de três pontos que uma ala do PCB sustentava então: "1. Democracia - isto é, eleição dos governantes pelos governados e absoluto respeito pelas liberdades populares: liberdade de pensamento, de reunião, de associação, etc.; 2. Nacionalismo (não chauvinismo), isto é, medidas práticas que assegurem nossa emancipação econômica (como a criação de uma indústria pesada e efetivamente nacional) e que facilitem a organização da defesa nacional; 3. Bem-estar do Povo - isto é, medidas práticas que assegurem a diminuição do custo de vida e a melhoria imediata da situação de miséria em que permanece nosso povo". Em outra carta, também datada de 1939, Prestes reforçará ainda mais a possibilidade de uma aliança dos comunistas com Vargas naquela conjuntura: "... ante a alternativa de apoiar a Getulio ou assistir de braços cruzados a uma aventura que poderia nos levar ao terror

---

(19) Cf. L.C. PRESTES, "Problemas Atuais da Democracia", Ed. Vitória, Rio, 1946, (Gripes meus J.A.M.).

fascista, nós aliancistas, procuraremos sempre estar do outro lado da barricada e apoiaremos, portanto, a Getulio se ele estiver do nosso lado" (20).

Quando em 1945, o PCB surge como o 4º partido nacional e consegue eleger um número significativo de representantes para a Assembléia Constituinte e para as assembleias e câmaras locais - força que se demonstra ser mais significativa quanto mais ela se expressava em centros urbano-industriais - sua política será um fator de peso e de não pouca relevância para as condições em que irromperá a participação das massas populares. Essas massas vinham de um duro período de abstenção política e estavam sem uma direção política definida em 1945, quando renasce a democracia. Além disso, como já se assinalou, a ânsia de participação que as engolfava bem como a outros setores da sociedade vinha marcada por uma profunda espontaneidade, típica da condição subalterna das massas populares pouco experientes do exercício aberto da política. Nessas condições, as tarefas organizatórias e de direção político-ideológica se impunham como centrais aos agrupamentos que aspiravam a representá-las, como um requisito indispensável dessa própria aspiração de representatividade. Entretanto, não seria fácil para a direção do PCB conseguir conciliar a sua política de "Ordem e Tranquilidade", requisito da estratégia de "Paz e União" para a consolidação da democracia, com aquelas tendências generalizadas de participação que provocavam explosões espontâneas das massas, como as greves de defesa econômica que irrompem nessa época. Como se sabe, diante das greves por aumento de salários, o PC propôs a palavra de ordem de "Apertar o Cinturão". Nessas condições, o papel desempenhado pelo PCB no após-guerra imedia

---

(20) L.C. PRESTES, op. cit.

to representa um condicionamento importante do próprio papel desempenhado por essas massas nessa fase da história brasileira. A possibilidade aberta com a democratização do país, de uma intervenção com caráter próprio, da parte das classes populares, esteve, em grande parte, ligada ao papel jogado pelo PCB nessa conjuntura. Como esse partido reivindicava filiações internacionalistas e aspirava representar a classe operária na política, era lícito esperar de sua parte uma direção política que fosse condizente com os interesses dos trabalhadores como classe. Se de sua parte, as massas manifestavam uma tendência espontânea de participar, experimentando a política pelo exercício da greve, nem sempre dirigida pelos sindicatos, por outra, o PCB respondia a essa tendência propondo uma política de colaboração de classes, o que, por definição, exigia que os trabalhadores abrissem mão de suas reivindicações mais imediatas. Adiante será necessário retomar essa questão em seu significado político.

### III

A primeira explosão popular que expressava a tendência de participação política das massas ocorre na primeira fase da democratização do após-guerra - deixando de lado o lado obviamente político das greves de defesa econômica que emergiram desde 1944 - com o Queremismo, isto é, o movimento de massa organizado pelos getulistas e pelos comunistas a partir de meados de 1945 e que visava a obter a convocação de uma Assembleia Constituinte antes que fossem realizadas as eleições presidenciais anunciadas por Vargas no Ato Adicional de fevereiro do mesmo ano. Como se sabe, o presidente Vargas editara um ato adicional no dia 28 de fevereiro anunciando que dentro de 90

dias, isto é, em 28 de maio assinaria um decreto marcando a data das eleições para o cargo de presidente da República, conforme prometera em seus discursos do ano anterior. Entre fevereiro e março, Vargas toma uma série de iniciativas destinadas a aprofundar o processo de democratização, mas elas não são suficientes para retirar a desconfiança que os liberais e alguns setores militares mantinham quanto a suas intenções de permanecer no poder.

Dessa forma, não é sem apreensões e temor (para não falar do lado irônico da situação) que esses setores veem os comunistas brasileiros marcharem ao lado de Vargas, na campanha pela Constituinte, após a concessão da anistia política aos presos políticos e a libertação de Luis Carlos Prestes. Antes de 28 de maio, quando o ditador anuncia as eleições presidenciais para 2 de dezembro de 1945, Vargas tenta dirimir as dúvidas de parte da opinião pública a respeito de suas intenções continuistas anunciando, em 11 de março, que não seria candidato. No dia 1º de maio, em um de seus famosos discursos " aos trabalhadores do Brasil ", após fazer um balanço de suas realizações no campo econômico e social, afirma que sua missão está cumprida e anuncia o seu apoio à candidatura do general Dutra, lançada pelos setores que viriam a formar o PSD. No mesmo mês, no dia 23 Prestes fala, publicamente, pela primeira vez após cerca de 10 anos, a um enorme contingente da massa trabalhadora, que se reúne no estádio de São Januário, no Rio, para ouvi-lo. O discurso marca o início das atividades legais do Partido Comunista do Brasil e o antigo "Cavaleiro da Esperança " manifesta seu apoio, e o de seu partido, ao presidente da República e lança a campanha pela convocação de uma Assembléia Constituinte que, segundo ele, deveria ser precedida da criação, em todo o país, de Comitês Democrático-Populares (CDPs), cuja

função seria mobilizar o povo para apresentar as suas aspirações a serem incluídas na nova carta constitucional e os candidatos naturais, que seriam os intérpretes dessas aspirações na Assembléia Constituinte. Entretanto, cerca de dois meses mais tarde, os trabalhistas de Getulio e os comunistas emergem unidos para lançar o movimento popular que exigia a "Constituinte com Getulio". O brigadeiro Eduardo Gomes já tinha sido lançado pela temerosa UDN, em formação, e pelos setores militares à direita de Vargas e Góes Monteiro. Nessas condições, os incentivos palacianos ao refrão "Queremos Getulio", que começava a se ouvir por toda parte, aparece aos liberais e aos militares direitistas como sinais evidentes de que Vargas concluiu com os comunistas para permanecer no poder. A chamada "Lei Malalaia", anti-truste, decretada em junho, parecia indicar que o presidente realmente guinava para a esquerda (embora os comunistas mesmo não tenham prestado grande atenção a ela). Entretanto, é só quando o próprio Vargas passou a estimular pessoalmente o movimento "Queremista" é que a reação se organiza à sua volta para derrubá-lo a 29 de outubro. O golpe de Estado reivindicado paradoxalmente pelos liberais, não ocorre sem a intervenção do embaixador americano Adolph Berle que, em um discurso pronunciado em Petrópolis, se permite interferir diretamente nos temas políticos em debate, afirmando que a tese da convocação da Constituinte em nada contrariava a necessidade de realizar eleições para o cargo de presidente da República. Faria, assim, em cheio a proposta que vinha sendo defendida pelos comunistas e pelos varguistas, que logo denunciaram o que foi classificado como uma "intromissão americana" em nossos negócios internos.

O movimento "Queremista" foi, certamente, o primeiro sintoma de que os comunistas e os populistas acabariam, um dia,

aliados incondicionais na política nacional. Desde que Prestes lançara, em 23 de maio, a palavra-de-ordem de criação de Comitês Democráticos que deveriam exigir a convocação de uma Constituinte, esses organismos de mobilização de base tinham surgido e crescido nas principais cidades do país. A tônica central dos CDPs nessa fase é, realmente, a convocação da Constituinte. Sua organização se dirige, essencialmente, para os bairros populares, embora surjam também alguns CDPs em empresas públicas ou de capital misto (21). Os CDPs organizam uma série de comícios nos bairros periféricos de São Paulo e Rio de Janeiro e em cidades do interior, como Santos, Campinas, Sorocaba e outras, visando a mobilizar a população para pedir a Constituinte. Em realidade, esses comícios locais constituíam a preparação para as grandes manifestações "queremistas" ocorridas no Rio e em São Paulo nos dias 3 e 13 de outubro e que congregaram milhares de trabalhadores e outros setores populares, tendo atingido em alguns casos a 50 mil pessoas (alguns jornais falaram em 70 e, mesmo, 100 mil). Nesse sentido, as manifestações "queremistas" dessas datas são expressivas para revelar o forte potencial mobilizatório que a sigla do PC e a figura lendária de Prestes adquiriram perante as classes populares. Apesar disto, é necessário lembrar que, no caso do movimento "queremista", esse potencial mobilizatório é consideravelmente fortalecido pelo fato de que a mobilização se radica em torno da figura de Vargas, cujo prestígio, entre as massas trabalhadoras, tinha crescido ainda mais desde a adoção das medidas destinadas a promover a democratização.

---

(21) V., a respeito, a coleção do jornal "HOJE" dos anos 1945-46, Arquivo de História Social do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Campinas.

No dia 3 de outubro, 15º aniversário da revolução de 30, realizam-se as primeiras grandes manifestações "queremistas". No Rio, uma multidão calculada em mais de 100 mil pessoas (22) reúne-se, a partir das 17 horas, no Largo da Carioca, discursando vários oradores ligados ao PTB e ao seu chefe e defendendo a sua candidatura à presidência da República. Após o comício, a multidão se dirige ao palácio da Guanabara onde já encontra esperando-a altas autoridades do governo e o próprio presidente Getulio Vargas. O ditador é longamente aplaudido pela multidão e após receber das mãos do sr. Hugo Borghi, prócer paulista do PTB, uma mensagem em que a convocação da Constituinte era pedida, fala à massa para anunciar que considerava aquela reivindicação "um direito do povo", embora advertisse da existência de "forças reacionárias poderosas" contrárias ao movimento. Em São Paulo, no mesmo dia, uma multidão de cerca de 50 mil pessoas se reúne na Praça da Sé, a partir das 16 horas, para demonstrar seu apoio ao movimento da "Constituinte com Getulio". Curiosamente, as faixas e cartazes ostentados pelos participantes da manifestação apresentavam legendas que, além da frase mais conhecida, "Queremos Constituinte com Getulio", referiam-se a "O Exército deve a Getulio Vargas seu aparelhamento condigno", "Getulio Vargas colocou o Brasil entre as grandes potências", "Getulio Vargas permitiu o ensino religioso no Brasil", "Getulio criou a legislação social", "Getulio deu aos trabalhadores aposentadoria, pensão, estabilidade e garantia de emprego", "Getulio legalizou as associações de classe como os sindicatos", "A Marinha teve com Getulio o seu mais brilhante período de progresso", "No governo de Getulio se criou a Força Aérea Brasileira", e outros, todos apelando,

---

(22) Cf. Jornal "O Estado de São Paulo", dia 4-10-1945. Ver também a coleção do "Correio Paulistano".

claramente, a diferentes e antagônicos setores sociais e políticos. Organizados como eram pelos trabalhistas e pelos comunistas, esses comícios apontavam já em 1945 na direção dos rumos que anos mais tarde iria tomar o populismo brasileiro. Entre os oradores da manifestação da Praça da Sé contavam-se um radialista, dois pracinhas, dois comerciários e dois operários. Ao final, os líderes do movimento entregaram uma mensagem, pedindo a convocação da Assembléia Constituinte, a um representante do interventor do Estado, que deveria dirigi-la ao presidente da República.

Diante da ampla repercussão obtida pelas manifestações do dia 3, os dirigentes comunistas e trabalhistas logo decidiram convocar novas manifestações de massa para os dias 13 e 27 do mesmo mês. No dia 13, novamente uma multidão calculada em 50 mil pessoas reuniu-se no Largo da Carioca e iniciou a manifestação "queremista". Depois marcharam para o palácio presidencial, onde foi recebida por Vargas nos jardins. O presidente foi ovacionado durante 3 minutos pela multidão e os oradores que se dirigiram a ele ressaltaram a frustração popular por não ter sido consultado o povo a respeito dos candidatos ao posto de presidente da República. "A Constituinte é a única forma de unificar a família brasileira" dizia um orador (23). É interessante reproduzir alguns trechos da mensagem entregue a Vargas na ocasião, pois ela é bem indicativa do sentido que o movimento "queremista" tomava na base:

"Exmo. Sr. Presidente da República.

Os signatários desta mensagem, representando partidos políticos, entidades de classe, Comites Democráticos e políticos independentes, constituindo a grande maioria do povo orga-

---

(23) Coleção Jornal "Hoje", op.cit.

nizado, numa demonstração patriótica e democrática, veem perante V.Exa. para exigir a convocação da Assembléia Constituinte.

Somente através da Assembléia Constituinte livremente eleita é que poderemos garantir e ampliar a democracia em nossa patria. Somente uma Assembléia Constituinte, onde estarão os legítimos representantes do povo, poderá elaborar uma Constituição verdadeiramente democrática, emanação direta da vontade e da soberania da Nação. Somente com ela poderemos liquidar os restos do fascismo sob qualquer modalidade, quer interna quer externa, e "os reacionários ostensivos e ocultos" que tentam impedir a unidade do povo brasileiro a caminho da democracia e do progresso" (grifos meus, J.A.M.) ... (24).

É interessante observar o papel que assumiam, já nessa época, as CDPs, cuja organização tinha sido fruto de uma palavra-de-ordem de Prestes em seu comício do dia 23 de maio. Certamente, os CDPs (ver adiante Capítulo 7) tinham crescido em número e importância não apenas porque Prestes preconizara a sua organização, mas porque eles respondiam a uma necessidade organizatória real das massas ansiosas por participarem da vida do país. Entretanto, o fato dos CDPs terem sido capazes, sob controle dos comunistas, de assumir um papel tão importante para o desenvolvimento do movimento "queremista" era claramente indicativo das responsabilidades que tinham os comunistas brasileiros na direção desse movimento de massa. Parece claro que o PC conseguira arrastar parcelas significativas das massas urbanas que formavam a base do "Queremismo" para as consequências práticas de sua política de colaboração de classes. Em realidade, o estímulo do PC à participação das massas no "Queremismo" era a própria expressão, nessa conjuntura,

---

(24) Coleção Jornal "Hoje", op.cit.

daquela política de colaboração de classes.

Por outro lado, é preciso ter em conta, como indica a manifestação da massa "queremista" descrita acima, os problemas que se colocavam, na época, à tarefa de construção de um regime democrático: a mensagem que os líderes "queremistas" entregaram a Vargas falava claramente na necessidade de "liquidação dos restos do fascismo" que vinha das estruturas do Estado Novo. Isto quer dizer que nem aos comunistas, nem aos líderes populares que eles mobilizavam através dos CDPs, escapavam os problemas que estavam postos à construção da democracia. Antes, pelo contrário, a expressão dessa consciência em uma manifestação massiva, como a "queremista", indicava que essa questão assumia alguma importância para esses líderes na época. É importante ter isso em conta para analisar em profundidade, as implicações da política de colaboração de classes para a construção do regime democrático nessa época. Essa consciência dos limites "fascistas" existentes para a construção de um regime verdadeiramente democrático indicava que tanto o PC, como parte de seus seguidores, tinham condições de enfrentar a questão mais fundamental que se colocava à época para quem quer que se situasse, na cena política, ao lado das classes populares: saber que democracia era possível construir naquela conjuntura e para quem deveria ser ela. Questão que, para os comunistas, tanto mais dramática se tornava em face de sua política de colaboração de classes. Nessas condições, em que o PC propunha à classe se operária aliar-se a seus antagonistas, de que se tratava quando os líderes comunistas propunham a democracia? Essa é uma questão importante e que só parece encontrar resposta na perspectiva que assumiam os comunistas, na época, de construção da democracia em geral e, em cuja definição, os interesses populares só apareciam secundariamente.

Por outro lado, o relativo sucesso das mobilizações pela Constituinte foram interpretados, pelo Partido Comunista, como um sinal de seu avanço junto às massas. Os meses de setembro e outubro marcam uma fase de intensa mobilização de base através dos CDPs. Em São Paulo, onde adquiriram importância bastante grande, a maioria dos CDPs realiza comícios nos bairros populares para lutar pela Constituinte (25). Os comícios locais visavam a preparar a grande concentração que deveria se realizar no dia 27 de outubro no Vale do Anhangabaú, ocasião em que Prestes falaria à classe trabalhadora de São Paulo. No dia 20 de outubro, realiza-se uma assembléia geral de representantes de CDPs de todos os bairros populares de São Paulo, a qual decide enviar um telegrama a Vargas vasado nos seguintes termos:

"Exmo. Sr. Presidente da Republica. Representantes Comites Democráticos Artistas Plasticos, Ipiranga, Itaquera, Sta. Efigenia, Jabaquara-Bosque, Belém, Bela Vista, Alto Mooca, Carandirú, Bom Retiro, Parada Inglesa, Bráz, Caetano Pinto, Baixo Mooca, Vila Deodoro, Tatuapé, Lapa, Jardim Paulista, Penha, Cidade Mãe do Céu, Braz, Ricardo Gonçalves, Arthur Alvim, Freguesia do Ó, Agua Branca, Vila Pompéia, Vila Ipojuca, Vila Monumento, Cambuci, Sta. Cecilia, Vila Buarque, Advogados, Jornalistas, e Comites das Mulheres Pró-democracia, todos da cidade de São Paulo, reunidos em assembléia geral, resolveram por unanimidade solicitar do governo de V.Excia. a convocação imediata de uma Assembléia Constituinte, caminho seguro para a democratização do País".

(25) Coleção Jornal "HOJE", op.cit.

O PC dava, assim, demonstraco de que estavam conse - guindo mobilizar amplos setores populares, tendo em vista os seus objetivos imediatos, de convocaco de uma Assembléia Cons tituinte. Ao mesmo tempo, para as forças de direita, esse re - pentino ascenso de massa em torno da figura de Vargas indica - va que o ditador estava se inclinaco para a cmoda posicão de permanecer no poder "a pedidos da Nao". Como se sabe, as mo - bilizaces ajudaram a aumentar as dvidas sobre os rumos de Vargas e ajudaram a provocar, no dia 29 de outubro, uma inter - veno das Forças Armadas, que derrubam Getulio. Todas as mani - festaces "queremistas" previstas para o dia 27 são canceladas e a escalada teve um paradeiro aí. Isso não impediu, entretan - to, que os comunistas prosseguissem em sua mobilizaco pela convocaco da Constituinte através de seus organismos de mas - sa. Ao menos em São Paulo, a mobilizaco nos bairros populares prosseguiu através dos CDPs e, curiosamente, no dia 5 de novem - bro (uma semana, portanto, após o golpe que derrubou Vargas) , uma manifestaco, que reúne centenas de moradores de bairros da periferia se realiza na sede da 2ª Região Militar sediada em São Paulo, quando  apresentado ao comandante e ao interventor federal em São Paulo a seguinte mensagem:

"Os abaixo: assinados, moradores dos bairros da Mooca, Bráz, Arthur Alvim, Vila Matilde, Itaquera, Penha, Canindé, Vi - la Esperança, Liberdade, Ipiranga, Pari, Vila Monumento, Cida - de Mãe do Céu, Vila Brasil e Vila Zelina, vem por meio deste memorial pedir de V. Excia. providências urgentes no sentido de serem restabelecidas as liberdades elementares indispens - weis ao processo democrático ora perturbado por medidas arbi - trrias praticadas pela policia de São Paulo, contra o povo pro - cedendo centenas de operários pacificos nesta capital e outros

municípios do Estado, muitos dos quais permanecem detidos, contra a liberdade de palavra, de reunião, de assembleia, de comicios, livre funcionamento de sindicatos, com o fechamento da sede do M.U.T.; contra o livre funcionamento dos partidos politicos; com o fechamento das sedes do Partido Comunista do Brasil, recentemente registrado; contra a livre existência de organismos democráticos e populares em Santos e outras localidades; queremos frisar a V. Excia. que essas arbitrariedades estão em franca contradição com as reiteradas afirmações do sr. ministro da Justiça, de que ninguém será preso por pertencer a este ou aquele partido, que não há delito de opinião. E que produzem, tais arbitrariedades, um ambiente próprio às perturbações da ordem, no que estão interessados os agentes do fascismo. Afirmamos a V.Excia. o desejo sincero do povo de São Paulo de apoiar os atos democráticos e progressistas do atual governo, mas também queremos deixar claro o dever do povo em criticas medidas que perturbem a marcha pacifica para a democracia. Lembramos ainda a V.Excia. que o povo livre e organizado é o maior e o melhor fator de ordem e tranquilidade. Aguardamos as medidas de justiça que o povo reclama: o restabelecimento das liberdades democráticas que custaram sacrificios de nossos irmãos da gloriosa Força Expedicionária Brasileira" (seguem-se 468 assinaturas).

Os CDPs, curiosamente, protestavam, assim, contra as restrições da liberdade ocorridas durante o golpe que retirara Getulio do poder, mas o seu protesto se dirigia a um setor do Estado a quem cabia manter a ordem interna, cuja legitimidade se reforçava também em função de apelos como o que faziam os militantes comunistas. Não é improvável que estivessem presentes em iniciativas como essas aspectos de uma concepção elitista

ta e autoritária da sociedade que, exatamente, ia buscar os fundamentos da legitimidade de sua própria ação nessa fonte de poder em que se constituía o braço armado do Estado. .

### III

O movimento "queremista", que visara garantir a convocação de uma Assembleia Constituinte com Getulio, teve os seus objetivos parcialmente frustrados pelo golpe de Estado de outubro de 1945, mas ele serviu a dois propósitos, pelo menos : primeiro, deu legitimidade real, entre alguns setores das massas populares urbanas, para a convocação da Constituinte, instalada no ano seguinte, por iniciativa do próprio Estado; e segundo, lançou as raízes, entre essas massas dos partidos de tipo popular e populista, como foi o caso do Partido Trabalhista Brasileiro e o próprio Partido Comunista Brasileiro (26). As eleições que se realizaram em dezembro de 1945 e janeiro de 1946 demonstrariam a importância que alcançariam esses partidos, cujas raízes tinham sido lançadas ou estimuladas pelo "Queremismo". As eleições para governadores de estados e para complementar a representatividade do Congresso Nacional confirmariam essa importância adquirida, basicamente, nos grandes centros industriais e urbanos.

As eleições de 1945 para presidente da República confirmariam a continuidade do prestígio de Getulio Vargas, elegendo o candidato do seu apoio e dos partidos que ele próprio criara: o PSD e o PTB. Mas essas eleições demonstrariam também que além dos dois partidos ligados diretamente à máquina

(26) Ver B.LAMOUNIER e F.H.CARDOSO, "Os Partidos e Eleições no Brasil", especialmente a introdução e capítulo 1, Editora Paz e Terra, Rio, 1976; também M.C.C. SOUZA, op.cit.

estatal (PSD) e em particular à burocracia trabalhista (PTB), duas outras forças políticas emergiam - estas estruturadas em torno de interesses próprios de setores da sociedade civil - em condições de disputar os votos das massas populares urbanas e das novas classes médias. Esses partidos eram a UDN e o PCB. Este último, como já se indicou, saía de um período de longo ostracismo na vida pública brasileira, emergia da clandestinidade para a vida legal que lhe tinha sido conferida pela democratização e se alçava à condição de quarto grande partido nacional, terceiro grande partido em alguns estados, como São Paulo, e primeiro grande partido em centros urbanos e industriais da importância da capital paulista. Além disso, o PC também tinha adquirido a condição de força eleitoral significativa, quando não a mais importante, em centros urbanos como Santos, Campinas, Sorocaba, Recife, Olinda, Natal, Aracaju e Porto Alegre.

Nesse quadro, o significado das eleições que ocorrem nesses anos, imediatamente após a democratização, não pode ser percebido sem se levar em conta o fato de que esses eram os primeiros pleitos destinados a eleger governantes para cargos executivos e legislativos que ocorriam depois das eleições de 1934. O país passara por longo período caracterizado pela ausência de disputas eleitorais e durante esse tempo os processos de industrialização e de urbanização tinham atribuído às cidades configurações sociais novas e um peso político mais significativo. Além dos trabalhadores industriais, cujos contingentes tinham crescido numericamente, aglomeravam-se agora na periferia das grandes cidades, massas de empregados assalariados e semi-assalariados em serviços e ocupações ocasionais e que pe-

lo direito e obrigatoriedade do voto eram integrados aos mecanismos formais de legitimação do sistema político. A inclinação dessas massas urbanas para os partidos e os políticos de tipo popular e populista significava que elas procuravam neles canais de expressão.

Em um estudo pioneiro sobre as características do voto operário em São Paulo, Azis Simão (27) demonstrou que nas eleições de 47, da mesma forma que nas de 45, uma parte importante daquelas massas urbanas tendiam a votar pelo PTB e pelo PCB, mas preferencialmente por este último. Segundo informações que coligiu à época, as motivações principais desses eleitores para votar nos comunistas e nos trabalhistas eram as seguintes :

1. "Insatisfação com as condições de vida; o julgamento de que a legislação trabalhista é precária apesar dos benefícios trazidos e na aspiração a uma reforma da organização econômica e social, unidos à atribuição de qualidades carismáticas ao chefe do partido";

2. "O reconhecimento dos benefícios trazidos pela legislação trabalhista, no desejo de garanti-los e ampliá-los e na satisfação proporcionada por certas melhorias de vida individualmente alcançadas, unidos à atribuição de qualidades paterno-carismáticas ao seu chefe" (28).

O essencial a observar nos resultados dessas eleições nos centros urbanos mais progressistas, como São Paulo, é que já existia nessa época, como observa Fernando Henrique Cardoso (29), uma clara relação entre classe e partido, ao menos em alguns casos. Essa relação se manteria ao longo do curto período democrático, entre 1946 e 1964, apesar da incapacida-

(27) SIMÃO, A., "O Voto Operário em São Paulo", in "Anais do I Congresso Brasileiro de Sociologia", São Paulo, 1955.

(28) Idem, p. 211 e 212.

(29) CARDOSO, F.H., "Partidos e Deputados em São Paulo: o Voto e a Representação Política", in "Os Partidos e as Eleições no Brasil", op.cit., p.45.

de crônica dos partidos de se transformarem efetivamente em organismos de agregação de interesses das classes. No caso das classes populares urbanas, o fato de que uma parte substancial delas se inclinasse na direção de partidos como o PTB e o PCB indicava claramente que elas buscavam se expressar por novos condutos e para isso se utilizavam dos que estavam disponíveis no momento. Essa circunstância se elucida ainda mais no episódio da eleição para governador de São Paulo, em 1947. O eleito foi o antigo interventor do Estado Novo, Adhemar de Barros, que concorreu em faixa própria mas com o apoio decisivo do Partido Comunista brasileiro. Adhemar sonava, assim, à sua volta, o prestígio de Vargas e o que lhe dava o PC e foi com base nessa ascensão fulminante que ele conseguiu montar a máquina do PSP, utilizando-se do aparelho do Estado (30). Haveria muitos aspectos a considerar nesse episódio, entre os quais as condições em que se dá a aliança dos comunistas com esse representante da nova burguesia paulista, mas o importante é indicar que a relação classe-partido mencionada não esteve ausente dos fenômenos que deram origem à emergência do populismo em São Paulo. Anos mais tarde, o Ademarismo e sua máquina partidária, o PSP, representaria um importante obstáculo no caminho das correntes da esquerda, como o próprio PC, na direção de sua ligação com as massas populares urbanas.

Isto quer dizer que a participação popular nas eleições realizadas no após-guerra serviu, a um só tempo, a dois propósitos contraditórios embora complementares: de um lado, elas representaram um anseio de participação daquelas massas que, ao inclinar-se para os partidos de tipo popular-populista, busca-

---

(30) Idem, idem pg. 50 e 51.

vam encontrar um canal de expressão mais identificado com as suas aspirações que os partidos montados com base nas elites tradicionais, como a velha "aristocracia" agrário-exportadora (PSD) e as novas classes médias (UDN); de outro, elas representaram também o primeiro passo para a concretização da "aliança triangular" que se realizaria a partir dos anos 50, com o Vargasismo e o Trabalhismo (ambos, apoiados pelas correntes que formaram o Nacionalismo), aliança que unia o Estado e parte da burocracia nele encastelada, a burguesia industrial e os setores das classes populares representadas nos sindicatos. Essa aliança resultaria, como se sabe, na subordinação das classes populares ao próprio Estado e às frações das classes dominantes que dele eram detentoras (31). O que sobressai nesta interpretação é a flagrante contradição que ocorreu entre os dois processos indicados: é mister reconhecer que enquanto havia uma base de classe na participação eleitoral das massas urbanas, por outra parte coube, exatamente, à intervenção dos partidos e forças políticas atuantes à época, entre os quais as forças que aspiravam a representar as classes populares na política, abrir terreno para a consolidação das condições que serviram de base para a emergência do fenômeno do populismo. Segundo Weffort, o populismo serviu para satisfazer algumas das aspirações dessas massas urbanas, mas basicamente ele emasculou o significado classista que estava subjacente aos movimentos que lhe deram origem. Por outras palavras, ao invés de responder às aspirações de participação das massas, que tinha uma base de classe, os partidos, entre os quais o próprio PC, ofereceram a elas uma alternativa que, antes de garantir a sua autonomia de intervenção na vida política do país, subordinava-as aos progra

---

(31) WEFFORT, F.C., "Origens do Sindicalismo...", op.cit.

mas e, portanto, aos interesses das outras classes ou de suas frações, como aconteceu no caso do movimento "Queremista" e do apoio dado pela esquerda à nova burguesia paulista representada por Adhemar de Barros. Tanto o movimento "Queremista", como a aliança com os herdeiros políticos do Estado Novo, como Barros, continham já, potencialmente, os germes da grande aliança populista que os comunistas celebrariam com os herdeiros de Vargas após a sua morte em 1954.

#### IV

As páginas anteriores descreveram alguns dos principais fatores que permitem explicar a emergência das massas urbanas populares na política brasileira do período do pós-guerra. Esses fatores, como se viu, combinaram a aspiração de participação social e política das massas com os estímulos dados a partir das iniciativas do próprio Estado, e a atuação dos agrupamentos de esquerda e dos liberais, todos articulados à volta da questão da democracia. Todavia, cabe acrescentar que se essa conjugação de fatores criava as condições necessárias para o advento da democracia nem por isso criava, necessariamente, as condições suficientes para o irrompimento de mecanismos efetivamente democráticos, que assegurassem, de um lado, o reconhecimento do direito das massas participarem, e de outro, processos que garantissem que essa participação não se limitaria às eleições ou à letra da lei. As condições suficientes dependiam, fundamentalmente, da atuação dos diversos grupos políticos presentes na cena política, especialmente os que mais manifestavam o desejo de ver algum tipo de democracia implantada no país.

Entretanto, como o demonstrou um autor (32), a Constituição de 1946 mais do que propor um regime político que correspondesse às aspirações do conjunto da Nação, no interior do qual contavam as massas populares, representou simplesmente a consolidação e a formalização de alguns resultados, no plano social e político, da evolução dos períodos anteriores. Os próprios comunistas que, supostamente, representariam as reivindicações de aprofundamento democrático das massas, manifestaram durante as atividades da Constituinte um papel bastante ambíguo quanto à concepção democrática que estava sendo forjada na época. Jorge Amado, eleito representante por São Paulo, discursando sobre o sentido que os comunistas atribuíam aos trabalhos da Constituinte, na elaboração da Constituição, declarou:

"Temos, nós comunistas, um conceito de Constituição que não é o clássico. O generalíssimo dos vitoriosos exercitos soviéticos, marechal Joseph Stalin, já o definiu com nitidez e clareza admiráveis e não me furto a ler aqui a definição, que, também é a nossa. Entendeu Stalin, ao debater o ante-projeto da democracia na Constituição da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, em 1936, que uma Constituição não se deve confundir com um programa. Enquanto um programa formula o que ainda não existe, aquilo que é necessário alcançar e conquistar no futuro, uma Constituição, ao contrário deve tratar do que já existe, daquilo que já se alcançou e conquistou no momento presente" (33).

É importante examinar as implicações dessa concepção. Segundo ela, que dificilmente se aplicaria às condições brasileiras e que, obviamente, se referia a uma situação histórica

---

(32) DUARTE, O.P., "O que é a Constituição", Cadernos do Povo Brasileiro nº 3, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1963, 3ª ed.

(33) Idem

bastante diversa daquela conhecida então pelo Brasil, tratava-se de consolidar os avanços que já tinham sido realizados em direção à construção da democracia e não propor nada que pudesse se confundir com um programa, que só deveria realizar avanços no futuro. Ora, os avanços que já existiam eram essencialmente os "avanços" realizados pela revolução de 30 e pelo Estado Novo. Por essa razão, aliás, nem os comunistas, nem os liberais conseguiram transformar a democracia eleitoral num sistema que ampliasse o direito de voto aos analfabetos. Entretanto, muito mais importante do que isso era o fato de que o que já havia se conquistado na época, segundo a reivindicação de Amado, não tinha nada de democrático mas, ao contrário, garantia mecanismos corporativistas, de inspiração fascista, conforme o modelo da Constituição de 1937 (aliás, chamada "A Polaca"), circunstância que, como se viu no episódio do Queremismo, os próprios líderes comunistas conheciam. O desafio que se colocava às forças políticas interessadas em criar uma verdadeira democracia no país consistia, em primeiro lugar, na tarefa de desarticular, na prática, as estruturas anti-democráticas criadas pelo Estado Novo. Só a queda de Vargas, a dissolução do DIP e a desarticulação da Polícia Política não garantiriam o fim da ditadura. Era necessário examinar os mecanismos que no período anterior garantira o controle do Estado sobre as classes em geral (sobre a sociedade civil) e, em particular, as classes populares. Esse controle tinha sido exercido sobre a classe operária, por exemplo, basicamente através da estrutura sindical criada pelo Estado e que tinha no imposto sindical um de seus instrumentos mais eficazes, pois como a sua distribuição aos órgãos sindicais era feita através do Ministério do Trabalho, isso significava que o governo tinha sempre a possibilidade de intervir quando as direções operárias ultrapassassem os

limites admitidos para a sua ação. Além disso, durante o Estado Novo a greve tinha sido um instrumento de luta social proibido pelo Estado. Na democracia que se queria construir em 1945, o direito de greve era admitido mas a sua regulamentação dependeria de uma lei especial que, aliás, o Congresso Nacional nunca votou até 1964. Na prática, o que ocorreu foi que quando o governo Dutra impôs uma severa repressão sobre as atividades sindicais, em que aumentava a influência comunista, reeditou-se simplesmente o texto de um decreto-lei dos tempos da ditadura - agora decreto 9.070 - que praticamente tornava impossível a deflagração das greves. Dessa forma, a nova democracia do pós-guerra não consegue nem mesmo dar liberdade de associação aos trabalhadores para efeito de sua defesa econômica diante dos empresários. Não se trata, simplesmente, de enfatizar que o padrão de acumulação inaugurado em 30 exigia um grau maior de exploração do trabalho e, por consequência, a estrutura política se adequava a essa necessidade, impedindo a classe operária de usar livremente seus instrumentos de defesa. O que importa no caso é que em face do contexto político da época, em que o tema da democratização se impunha como a principal questão nacional, era lícito esperar dos liberais, ou, pelo menos, dos comunistas uma tentativa no sentido de libertar os sindicatos da tutela do Estado, de forma a dar às massas trabalhadoras algum grau de autonomia em face das demais classes. Esse era o requisito mínimo de um regime que aspirasse a dar alguma forma de participação aos setores populares e tanto os liberais como os comunistas percebiam isso. Entretanto, nem os primeiros empenharam muito esforço em obter da Constituinte a regulamentação do direito de greve, nem os outros perceberam que não adiantaria pedir liberdade sindical se não fosse atingido o cerne do controle do Estado sobre os sindicatos, isto é,

o Ministério do Trabalho. Em realidade, como observa Maranhão (34), os comunistas desejavam a liberdade sindical mas não apenas não fizeram nenhum esforço contra a ação tutelar do Ministério do Trabalho sobre os sindicatos, como colaboraram para a sindicalização em massa aos organismos vinculados ao Estado.

A política de colaboração de classes adotada então pelo PC resultava em um forte fator inibidor à capacidade de ação das massas. Não obstante a tendência generalizada por participação social e política, encontrada por toda parte e em todos os setores da sociedade, a emergência política das massas populares nas fases históricas que se abrem com o após-guerra tendia a se perder em sua espontaneidade e acabava por subordinar-se aos interesses de diversas classes, entre as quais a própria burguesia e os setores que detinham o aparelho do Estado. Nas condições políticas do após-guerra, em que a emergência das massas encontrava a classe operária saída de um longo período de ostracismo político, durante o qual muitas de suas tradições tinham sido praticamente destruídas pela vigorosa repressão vigente durante o Estado Novo, a política adotada pelo PC, de evitar o tema do enfrentamento entre as classes (questão social), inevitavelmente acabaria por conduzir ao pântano das ilusões ideológicas. O resultado foi que o novo regime democrático instaurado na conjuntura de 1945-46 aprofundou ainda mais esse imenso paradoxo que esteve presente desde os primeiros dias da queda da ditadura, com a derrubada de Vargas: enquanto de sua parte, as massas populares pressionavam por maior participação social e política na sociedade, por outra, as classes dominantes, auxiliadas pelos próprios partidos que se propunham a representar as massas, criavam uma democracia extremamente restrita e formal, mas cujo funcionamento dependia, em

(34) MARANHÃO, "Sindicatos, Política ...", op.cit.

grande parte, da legitimação das próprias massas (através dos mecanismos do voto popular). Por outras palavras, a democracia do após-guerra se instaurava em condições tais que servia a absorção da emergência das massas e, para isso, se utilizava da legitimidade que essas próprias massas lhes dava, através do processo eleitoral. O mais surpreendente, entretanto, é que a própria esquerda participava da construção dessa democracia destinada a iludir os anseios de participação das classes populares. E, pior ainda, seria assim ainda por muito tempo, pelo menos durante todo o período dos anos 50 e 60, enquanto vigorou a aliança dos comunistas com os líderes populistas.

A política de "Colaboração de Classes" sustentada por uma parte importante da esquerda, no período da democracia do após-guerra serviu, assim, para criar condições bastante amplas para a implantação de uma perspectiva reformista, cuja peculiaridade, neste caso, está em que dependeu mais da ação das elites de esquerda (isto é, os dirigentes comunistas) do que, ao contrário do que costumam afirmar muitos analistas do populismo que invocam o chamado "atraso das massas", das próprias classes populares, cuja aspiração de participação não se subordinava, necessariamente, aos interesses das múltiplas classes e frações de classe presentes na cena política.

PARTE 3

URBANIZAÇÃO CAPITALISTA E REIVINDICAÇÕES URBANAS

## CAPÍTULO IV

METRÓPOLE CAPITALISTA E AGENTES DA URBANIZAÇÃO

## I

O presente capítulo visa a analisar as relações entre o processo de desenvolvimento do capitalismo, no Brasil, o fenômeno da "urbanização por expansão da periferia" e a emergência de condições para o movimento de reivindicações urbanas em São Paulo. Esse movimento cresceu e se desenvolveu em meio ao quadro sócio-econômico da expansão urbana decorrente da industrialização do país, que acabou por transformar a cidade de São Paulo numa das maiores metrópoles da América Latina e do mundo, cujo intenso crescimento parece estar começando a assustar algumas de suas elites (1).

O fenômeno do crescimento, cuja área metropolitana poderá atingir facilmente a 25 milhões de habitantes no final deste século, não é, entretanto, novo. De fato, desde fins do século passado e princípios deste, quando a cafeicultura se instalou aqui e se transformou no núcleo mais dinâmico da economia brasileira, a cidade começou a apresentar taxas bastante elevadas de crescimento. A partir dessa época, a urbanização da cidade começou a adquirir o caráter que tem ainda hoje: uma função do tipo de desenvolvimento econômico e social que ocorreu no país.

---

(1)Recentemente um dos prefeitos nomeados de São Paulo declarou: "São Paulo tem que parar!" contrariando a velha propaganda dos anos 50 que afirmava "São Paulo não pode parar". Ver FIGUEIRERO FERAZ, declarações a "O Estado de São Paulo", Coleção de 1973.

## QUADRO 1

## CRESCIMENTO POPULACIONAL DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

1872 - 1975			
Ano	População	Mudança Percentual	Taxa anual de crescimento
1872	31.385	-	-
1886	47.697	52	3.0
1890	64.934	36	8.0
1900	239.820	168	14.0
1920	579.033	141	4.5
1934	1.060.120	83	4.5
1940	1.337.644	26	4.0
1950	2.198.096	65	5.0
1960	3.825.351	74	5.5
1970	5.978.977	56	4.5
1975*	7.198.608	-	4.0

Fonte: Até 1970, D.J. HOGAN, "Internal Migration, Access to Information and the Use of Urban Resources in São Paulo, Brazil. A Study of Population Adaptation in a Changing Economy" Cornell University, 1972.

Para 1975: Sumário de dados da Grande São Paulo, SNM, Enplasa.

\* Estimativa FIBGE.

Como se pode ver pela tabela acima, a população apresenta taxas extraordinárias de crescimento na última década do século XIX e na primeira do atual, quando estão ocorrendo transformações substanciais na economia do país, tendo por centro o entreposto comercial e o mercado de capitais em que já se constitui São Paulo. Nesta fase, que se abre em 1890 e vai até 1930, São Paulo aparece já como o centro onde a economia está se desenvolvendo mais dinamicamente: ali se desenvolve um setor financeiro, baseado nas atividades de produção e exportação do café; implanta-se uma infra-estrutura de trans -

portes e serviços urbanos ( entre os quais a energia elétrica ), indispensáveis ao funcionamento da economia de base agro-exportadora e possível, em grande parte, graças aos interesses do capital inglês; concentra-se a mão de obra, que também começa a se ocupar na indústria incipiente de alimentos, roupas e tecidos; e, finalmente, forma-se o embrião de um mercado interno, baseado no fim do escravismo e, principalmente, na introdução da mão de obra assalariada, esta, em sua grande parte, importada da Europa. A contrapartida desse desenvolvimento urbano é a orientação de sua ampla agricultura comercial voltada a suprir o mercado interno de alimentos. Como se sabe, essas condições permitirão também que ocorra ' nessa área de concentração da atividade econômica mais dinâmica, uma certa concentração de capitais, a qual servirá de base para a primeira arrancada do processo de industrialização por substituições de importações.

Mas é só após 1930, quando começam a se fundar as bases da economia urbana e industrial moderna, mais particularmente na década dos 40 e dos 50, que o desenvolvimento do capitalismo brasileiro exigiria a concentração física dos meios de produção, do mercado consumidor, da força de trabalho e dos serviços relacionados com a sua produção e reprodução, em alguns poucos pontos do país - dos quais São Paulo foi o mais importante - na escala hoje conhecida pelas populações metropolitanas das regiões da Grande São Paulo e do Grande Rio. Esses requisitos, como se verá, eram indispensáveis para o crescimento de uma economia capitalista de " base pobre ". Por isso, a expansão do espaço urbano tal como se deu na região metropolitana deve ser vista não apenas como reflexo, " ou simples suporte " da industrialização per

se ( como se fôsse possível pensar numa tal categoria em geral ), mas como função do processo de desenvolvimento capitalista tal como ocorreu entre nós (2). Pois, como se sabe, historicamente, a lógica da reprodução do capital prima por se preocupar com a sua expansão, em quaisquer que sejam as condições necessárias para isso, e desconhece, praticamente, as sequelas sociais que gera para manter essa expansão a níveis sempre crescentes. Se fôsse possível simplificar, se poderia dizer, por exemplo, que esse processo se resume a uma fórmula do seguinte tipo: no princípio, era o capital e a sua reprodução; com ele, e em consequência dêle, as cidades com os seus numerosos problemas, crescentes e, frequentemente, auto-reprodutores. Ocorre que, nas condições da Europa do século XIX e XX, as lutas sociais e políticas das classes subalternas, arrancaram ao capitalismo certas conquistas que serviram, senão para resolver os problemas urbanos, ao menos para garantir certos direitos das maiorias, que deveriam ser cumpridos pelo Estado. No caso brasileiro, como se verá, nem a presença das classes subalternas foi forte o suficiente para garantir a intervenção do Estado na questão urbana, nem este se sensibilizou muito por essa problemática. Não por acaso, até recentemente, o problema das chamadas " áreas metropolitanas " não teve muita atenção do Poder Público e, menos ainda, da iniciativa privada, o que permitiu que a região da Grande São Paulo, da mesma forma que outros centros urbanos, se transformasse num amontoado de " acampamentos " residenciais, localizados na sua periferia e, de fato servin

---

(2) Ver F. OLIVEIRA " Crítica à razão dualista..." op. cit.

do a uma população desprovida de recursos urbanos necessários à sua sobrevivência e à sua reprodução (3). A formação da metrópole, como parte de um processo funcional para a expansão do capitalismo brasileiro, acabou por implicar na implantação de um padrão de urbanização, cujas consequências foram, de um lado, o surgimento de carencias de serviços de consumo coletivo e, por outro, o desenvolvimento de formas novas de espoliação (4) das classes populares, no contexto das condições urbanas de existência.

Para fins do presente estudo, importa analisar as condições criadas pelo desenvolvimento das etapas mais recentes do processo de industrialização e suas repercussões ao nível da expansão urbana. Isso exige, em primeiro lugar, um regresso às fases iniciais desse processo, no período que antecede à Revolução de 1930, quando a indústria em formação enfrentava o problema de atrair mão de obra qualificada, no quadro de uma sociedade recém saída do escravismo. Os empresários preferiram os trabalhadores que podiam ser fornecidos pela migração estrangeira, que tinha iniciado o suprimento de mão de obra europeia para trabalhar na agricultura quando o braço escravo escasseou. Entretanto, foi necessário criar condições especiais que garantissem a atração e a fixação dessa mão de obra " qualificada " na cidade.

---

(3) Ver " São Paulo crescimento ... " op. cit.

(4) Idem, especialmente " A lógica da desordem ", p. 21-63. Os autores sustentam que os problemas urbanos a que são submetidos os trabalhadores, por exemplo, que tem que gastar 4 ou 5 horas no trajeto de ida e volta do trabalho se constitui em fatores de verdadeira dilapidação física da força de trabalho que, assim, além de ser explorada como produtora de mais valia, é explorada também pelas " distorções " que emergem na vida dos centros urbanos.

Isso explica, por exemplo, que, os empresários tenham lançado mão, nessa fase, de um expediente que tinha se generalizado no meio rural após a abolição da escravidão. No campo, os fazendeiros muitas vezes construíram "colonias", destinadas a abrigar os trabalhadores livres. A habitação é uma forma de fixar e de pagar, na base da troca, o trabalho do colono" (5). A cidade iria conhecer um processo algo semelhante com o surgimento da indústria. Os empresários, preocupados em atrair, fixar e controlar a sua força de trabalho, tomaram a iniciativa de construir "vilas operárias", que acabaram marcando tanto a vida de São Paulo durante as primeiras décadas deste século. Essas vilas surgiram nas proximidades das empresas têxteis, indústria que então começava a se desenvolver. "Ruas inteiras, vilas, quarteirões de casas são construídos para os operários pelos empresários industriais" (6).

Surgem, então, os hoje velhos e tradicionais bairros operários como Brás, Belém, Belenzinho, Móoca, Bela Vista, Penha e outros cujo ritmo de vida, tradição cultural e mesmo as condições urbanas tanto contrastariam com os bairros típicos de residência das classes abastadas, como Higienópolis, Jardim Europa, Campos Elísios etc. (7).

---

(5) E.A. BLAY, "Habitação: A Política e o Habitante" trabalho preparado para o Simpósio sobre Habitação Popular no Brasil na XXVII Reunião Anual da SBPC, Belo Horizonte, 1975, p. 3.

(6) Idem, p. 4.

(7) Cf. F.H. CARDOSO et alii "Cultura e Participação na cidade de São Paulo", Cadernos do Cebrap 14, São Paulo, Cebrap/Brasiliense, 1975.

A aplicação de capital na implantação dessas "vilas operárias" era perfeitamente coerente com as condições de desenvolvimento do capitalismo na época, sobretudo em face do reduzido tamanho da população fornecedora da força de trabalho. Além disso, os baixos custos dos terrenos e da construção compensavam o esforço representado pelo investimento, pois as casas, na maioria dos casos eram alugadas aos operários e só raramente vendidas. Assim, as "vilas" serviam ao propósito de fixar a mão de obra, mantendo-a sob controle. De fato, em uma época em que a construção civil era ainda uma indústria incipiente e, provavelmente, pouco acessível, pode-se imaginar que apenas os setores sociais mais abastados podiam contar com o privilégio de uma casa adequadamente construída, segundo os padrões sociais da época, o que tornava as "vilas", quase um prêmio para os operários. Isso não exclui, entretanto, como observa Blay, que essas vilas também representassem para os trabalhadores, parte de um mecanismo destinado a rebaixar o preço de seu salário, evitando o "turnover" e, ao mesmo tempo, reduzindo as suas possibilidades de lutar por interesses de classe, pois o conflito aberto com os empresários representava sempre a ameaça da perda do emprego e da casa.

Para a presente análise, é interessante observar o caráter dessa intervenção pioneira do capital na "racionalização" do espaço urbano. Essa intervenção visava, primordialmente, a garantir as condições de reprodução do capital na medida em que garantia a alocação do fator trabalho. Uma boa parte dos custos representados era realizada portanto pelas próprias empresas, como a iniciativa da construção das "vilas" o pode demonstrar que de sua parte, também exigia a implantação de serviços correlatos de infra-estrutura, como suprimento de água, esgotos etc.

Desta forma, pode-se imaginar que a consciência da "problemática urbana" afligia a cidade de São Paulo em escala muito pouco significativa nessa época. Como observa Singer, a capitalização propiciada pelo excedente da exportação de café tinha permitido um aumento razoável na receita provincial de São Paulo em fins do século passado e princípios deste. E, assim, tinha permitido a introdução de uma série de serviços públicos na capital do Estado: iluminação a gás, serviço telefônico, serviço de águas e esgotos (o melhor do país, à época), calçamento de ruas, alargamento de vias e transporte coletivo, com a introdução dos bondes a tração animal. Na virada do século, a "Light and Power" instalaria a primeira usina de energia elétrica. Mas isso não era tudo: a integração da economia agro-exportadora no mercado internacional tinha atraído, desde as últimas décadas do século passado, um fluxo de investimento de capitais ingleses, que se dirigiram, primordialmente, a serviços de infra-estrutura, como ferrovias e portos. De outra parte, como se viu, ao se iniciar aqui o processo de desenvolvimento industrial, mediante a substituição de algumas importações, as exigências do desenvolvimento do capitalismo, à época, levou as empresas privadas a cuidarem de um importante componente do processo de reprodução da força de trabalho. Dessa forma, o uso coletivo da cidade, para fins de produção, e de sobrevivência da população envolvida nesta produção, não se constituía em problema que pudesse se comparar a suas atuais dimensões, embora isso não signifique que não houvesse carências urbanas.

Entretanto, após 1930, essa situação iria mudar drasticamente. O padrão de acumulação implantado implicou em

algumas circunstâncias que viriam a alterar essa situação de forma absoluta. Primeiro, como observaram vários autores (8), implicou na formação de um amplo exercito industrial de reserva que serviu para manter o preço do fator trabalho a níveis bastante baixos, de forma a permitir que o capital se acumulasse, ainda que nas condições de uma economia capitalista de "base pobre" (9). A ampliação desse exercito industrial de reserva se deu através do processo de migrações internas que, a partir da década dos 40, transformou completamente o cenário paulistano. Contingentes cada vez maiores de migrantes começaram a afluir à cidade, em sua maior parte, atraídos pela oferta, real ou ilusória, de empregos urbanos e, também, pelas condições gerais de vida oferecidas pela cidade grande (10). O capitalismo industrial quase sempre se inicia na cidade e, a partir daí, penetra no campo, introduzindo transformações econômicas, sociais e políticas. No caso do desenvolvimento dos países chamados "clássicos" - o modo de produção capitalista penetrou no campo e destruiu o modo de produção feudal. E, dessa forma, liberou massas enormes de trabalhadores "livres" que, então foram se oferecer no mercado de trabalho urbano. Essas massas não foram completamente absorvidas pela oferta de empregos industriais e acabaram formando um verdadeiro reservatório de mão de obra ou, na expressão clássica de Marx, um exército industrial de reserva.

---

(8) Ver, entre outros, L. KOWARICK "Capitalismo e Marginalidade na América Latina", Ed. Paz e Terra, Rio, 1975; P. SINGER, "Economia Política da Urbanização", Ed. Brasiliense, Ed. CEBRAP, São Paulo, 1973, e F. OLIVEIRA, "A crítica à razão dualista", op. cit.

(9) OLIVEIRA, idem

(10) E. R. DURHAN, "A caminho da Cidade - A vida Rural e a Migração para São Paulo", Ed. Perspectiva, Coleção Debates (v. 77), São Paulo, 1973.

No caso brasileiro, o capitalismo industrial também se formou primeiro nas cidades, na base de uma indústria de bens não duráveis, destinados a substituir importações.<sup>8</sup> Dessa forma, deu origem também à formação de um mercado urbano para os produtos agrícolas, primordialmente alimentos; e, assim, também penetrou no campo, provocando transformações econômicas, sociais e políticas. Grandes massas de trabalhadores rurais, antes confinados à economia de subsistência, por exemplo, foram liberadas para virem formar, nas cidades, a oferta de mão de obra necessária à industrialização. Entretanto no caso brasileiro ainda houve outras circunstâncias agravantes: dependente das oscilações do mercado internacional, a economia agrícola foi bastante afetada pelas crises internacionais do capitalismo; além disso, houve outros fatores de estagnação que jogaram o seu papel, como a pressão populacional à terra, em contraste com a tendência à ampliação das grandes propriedades e a valorização da terra pela economia de mercado. Estes fatores de mudança e estagnação tornariam, para amplas massas rurais, a opção de migrar uma decorrência de verdadeira "expulsão" do campo. E as cidades, como se verá, de modo particular os grandes centros urbanos do Sul, se tornariam os alvos da escolha dos migrantes. Era ali onde a demanda se revelava maior e mais dinâmica à mão de obra excedente.

## II

O que está dito acima confirma a tese conhecida, - segundo a qual a introdução de uma vasta legislação trabalhista nas cidades, efetuada após a revolução de 1930, teria proporcionado aos assalariados urbanos - e só a eles, já que o campo estava fora dessa legislação - um padrão de vida substancialmente mais alto que o conhecido pelas massas rurais, o que criava um sistema de incentivos que servia de atrativo para uma vasta parcela dos trabalhadores rurais "liberados" com as mudanças verificadas na economia agrária e a penetração do capitalismo no campo. Não resta dúvida que as leis trabalhistas, o salário mínimo, da mesma forma que o sistema de previdência social e a aparente assistência médica social que ele criou, constituíam atrativos "objetivos" para as massas rurais em condições de migrar. Assim, é bastante natural que elas tivessem procurado a cidade. Entretanto, deixando de lado o aspecto ideológico dessa atratividade, o que importa assinalar é que esses migrantes que saíram do campo "a caminho da cidade" não foram em busca de qualquer cidade, eles se dirigiram deliberadamente para São Paulo ou, antes, aos pequenos centros próximos que permitissem acesso futuro à região de São Paulo. Isso porque era ali que a economia demonstrava mais vitalidade. O desenvolvimento de São Paulo, a partir do café, tinha criado as condições para que surgisse ali um mercado de capitais e um mercado de força de trabalho, fatores indispensáveis para a acumulação. Esse acúmulo de capital tinha concentrado em São Paulo as condições de desenvolvimento do país, tornado possível o salto para patamares superiores do processo de acumulação.

Dessa forma, era inevitável que a região passasse a oferecer uma demanda crescente de empregos. Por isso, o movimento migratório para a região que mais tarde ficaria conhecida como " Grande São Paulo ", outra coisa não significa senão o deslocamento, pelo território nacional, da oferta de força de trabalho disponível para os locais onde mais cresce a demanda. " O que de fato acontece é que a acumulação de capital se dá de forma concentrada no espaço, o que atrai grandes fluxos migratórios. O exercito industrial de reserva sendo constituído por uma grande parcela, a qual se torna móvel na medida em que se rompem as peias que a prendiam às áreas rurais, se dirige às metrópoles que oferecerem melhores perspectivas de emprego" (11).

O crescimento da população de São Paulo se dá, a partir dos anos 40, às custas, principalmente, dos saldos migratórios. Na década dos 40, a taxa anual de crescimento devido às migrações internas andou por volta de 4,14%, para a cidade de São Paulo e quase 5% para a que hoje se chama a Grande São Paulo. O crescimento foi enorme, e chama a atenção que o incremento decenal desde 1940 até 1970, não tenha nunca sido inferior cerca de 45% na região da Grande São Paulo.

---

(11) P. SINGER, " Economia Política... " op. cit. p. 1131.

## QUADRO 2

TAXAS DE INCREMENTO POPULACIONAL VEGETATIVO, MIGRATÓRIO E  
TOTAL - SÃO PAULO - 1940 - 1970

Período e Área	Vegetativo		% Migratorio		Total	
	Decenal	Anual	Decenal	Anual	Decenal	Anual
1950/1940						
São Paulo						
(só Municíp)	15,8	1,48	49,9	4,14	65,7	5,20
Gde. S.Paulo						
(s/ Capital)	8,3	0,92	83,8	6,26	92,1	6,75
Gde. S.Paulo						
(C/ Capital)	14,7	1,38	53,1	4,58	69,8	5,45
1960/1950						
São Paulo						
(só Municíp)	27,9	2,49	44,5	3,76	72,4	5,60
Gde. S.Paulo						
(s/ Capital)	24,6	2,14	81,7	6,16	106,3	7,50
Gde. S.Paulo						
(C/ Capital)	27,3	2,45	51,0	4,20	78,3	5,96
1970/1960						
São Paulo						
(só Municíp)	23,9	2,13	32,4	2,85	56,3	4,54
Gde. S.Paulo						
(s/ Capital)	39,2	3,29	92,0	6,75	131,2	8,70
Gde. S.Paulo						
(C/ Capital)	27,0	2,36	44,4	3,76	71,4	5,50

Fonte: CEBRAP - Recursos Humanos da Grande São Paulo, GEGRAN, 1971, V.1, p. 63. Citado em "São Paulo crescimento...", op. cit. p. 30.

O impacto dessas migrações tem sido analisado por vários autores (12), sob diversos ângulos, mas no caso presente importa reter o significado social desse processo na formação da região metropolitana de São Paulo. As migrações internas proletarizaram grandes contingentes de trabalhadores rurais, criando condições para expandir a classe operária paulistana, aumentando a oferta de mão de obra qualificada no mercado de trabalho, reduzindo, em uma primeira etapa, o poder de barganha dos trabalhadores. Em muitos casos, essas populações migrantes, formadas de trabalhadores não-qualificados, não podendo se integrar no setor mais produtivo da economia, iriam se ocupar em serviços pessoais e/ou temporários e de produtividade praticamente nula. Entretanto, tal transferência constitui, como observa Singer (13), apenas um estágio necessário nas condições capitalistas de integração das populações interioranas à sociedade de classes. Isso implica reconhecer que, sendo ou não gradativa, essa integração do migrante na sociedade urbana, na condição de excedente da oferta de mão de obra no mercado de trabalho, implicará em uma pressão sobre a demanda urbana de consumo coletivo, (salário indireto) (13a), como habitações, serviços e equipamentos básicos. Essa pressão acaba por se constituir em um dos fatores que detonam as reivindicações urbanas das classes populares.

---

(12) Ver E.R. DURHAN, "A caminho da Cidade..." op.cit. G. MORTARA, "The Development and Structure of Brazilian Population" in "Demographic Analysis", Spengler e Duncan Ed. Glencoe, Illinois, Free Press, 1956; B. HUTCHINSON, "The Migrant Population, of Urban Brazil", in "América Latina", ano 6, nº 2, 1963, também J.B. LOPES, "Sociedade Industrial no Brasil", São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1964.

(13) P. SINGER, op. cit.

(13a) Cf. M. CASTELLS, "La Cuestion Urbana". op. cit.

Outra circunstância que altera completamente o quadro da fase anterior a 1930, refere-se ao fato de que o padrão de acumulação implantado a partir dessa data implica, também, na "expulsão" dos custos de reprodução da força de trabalho de dentro das empresas industriais para fora: "o salário-mínimo será a obrigação máxima da empresa, que dedicará toda a sua potencialidade de acumulação às tarefas de crescimento da produção propriamente dita" (14). A nova fase que se abria no processo de industrialização exigia, para que pudesse crescer, que fossem introduzidos mecanismos "racionais" destinados a regular o uso de fatores de produção, entre os quais a força de trabalho. Como observa Oliveira, a introdução de uma vasta legislação trabalhista e um incipiente sistema previdenciário viriam a propiciar as bases para essa regulação (15). Por outra parte, está ocorrendo uma intensificação do processo de substituição de importações, que se acelerará particularmente durante o período da II Guerra Mundial. Naturalmente, esse processo, implicava em um novo salto no desenvolvimento das forças produtivas e, portanto, exigia uma incorporação mais ampla de mão de obra à indústria. Isso tornava mais aguda a pressão das classes populares sobre a oferta de habitações e demais serviços de consumo coletivo. Diante do crescimento dessa pressão e da valorização porque começavam a passar os terrenos fabrís e residenciais da cidade - a expansão da indústria tornava inevitável o surgimento de um amplo setor de serviços, o comércio imobiliário e a especulação - tornava-se de todo inconvenien-

---

(14) F. OLIVEIRA, "A Crítica à Razão Dualista", op. cit p. 32

(15) Idem.

te, por ser anti-econômico, prosseguir na velha prática de - construir vilas operárias, como no início do século. Isto ' significa que, após 1930, particularmente a partir da década dos 40, quando se intensifica o fluxo migratório, as classes populares urbanas, em especial os trabalhadores, terão de en frentar o problema da moradia (e os que vem juntos) contando com o seu esforço e/ou com as leis próprias de uma economia' de mercado, ou seja, as leis da especulação do mercado imobiliário existente. A partir de então, começariam a se genera- lizar, no cenário da cidade, as vilas e os subúrbios perifé- ricos habitados pela classe operária, pelos baixos escalões' do funcionalismo público e pelos empregados assalariados de escritórios e empresas de serviços, que de sua parte, passa- vam por um desenvolvimento acelerado em função do crescimen- to industrial (16). Uma grande parte desses componentes das' classes populares seriam, então, fatores de uma forma de lu- ta social desconhecida na maioria dos países desenvolvidos : utilizando-se de seu descanso semanal e dos feriados, cons- truíam, eles próprios, muitas vezes auxiliados por outros ' membros da família ou amigos, a sua casa própria, num esfor- ço de fixação no meio urbano. A casa seria o abrigo da famí- lia, mas a sua auto-construção, um expediente destinado a li- berar recursos (que de outra forma teria de ser pagos a ter- ceiros na forma de aluguel ou pensão) para a sobrevivência ' propriamente dita, isto é, para a compra de alimentos, rou- pas e remédios (17).

---

(16) "É importante observar que, na Grande São Paulo (área metropolitana), a porcentagem da força de trabalho em- pregada em serviços subiu de cerca de 50% em 1940 e 1950 , para 60% em 1960". cf. SINGER, "Economia Política...", op. cit. p. 124

(17) C.P.F. CAMARGO et alii, "São Paulo 1975: Cresci- mento e Pobreza", op. cit. p. 43

Este processo se amplia, mais tarde, quando se aprofunda o processo de desenvolvimento do capitalismo brasileiro; a substituição de importações atinge as indústrias de bens de consumo duráveis (automóveis, eletrodomésticos), bens de capital (máquinas, equipamentos, etc.) e bens intermediários (siderurgia, produtos químicos, de borracha, papel). O governo Kubistchek, com seu programa de metas de "50 anos em 5", marca a entrada maciça de capitais estrangeiros no país e a transição de um capitalismo de bases locais para o capitalismo monopolista. Esse novo arranque no processo de acumulação implicaria tanto em que o processo de reprodução de capital "queimasse" algumas etapas, como a introdução de tecnologia altamente avançada (trabalho morto externo), como o aumento da taxa de exploração da força de trabalho, acentuando o desequilíbrio da relação salário real-produtividade (18). Para as classes populares, a super-exploração da força de trabalho a que foram submetidas representou, também, um desequilíbrio ainda maior na relação salário real-custos de sua reprodução, pois enquanto os salários tendiam a estagnar e mesmo a rebaixar (vide quadro 3), alguns dos componentes de sua sobrevivência tendiam a se mercantilizar, industrializando-se, o que era natural que acontecesse dado que o desenvolvimento da sociedade urbana se aprofundava e as leis de funcionamento da economia de mercado se impunham sempre mais. Se era possível, para amplos contingentes de mão de obra atraídos para São Paulo, resolver, por exemplo, o seu problema de moradia, lançando mão de certas formas de "econo

---

(18) OLIVEIRA, dá indicações desse processo em "Crítica à Razão..." op. cit.



tucionalizados e mercantilizados que a sociedade oferece; a energia elétrica que ele e a sua família utilizam também não comporta soluções "primitivas"; a educação, a saúde, enfim todos os componentes do custo de reprodução se institucionalizam, se industrializam e se transformam em mercadorias; o consumo de certos produtos também passa, necessariamente, pelo mercado, e ainda quando certa visão romantica do trabalhador ou do operário queiram exigir destes a resistência ao consumismo, esta é uma ideologia 'blasé'. "nas condições concretas do sistema capitalista, para não falar em direitos, tanto as classes médias como as classes trabalhadoras tem necessidade de consumir e utilizar os novos meios técnicos, culturais, para a sua reprodução" (19).

Quer dizer, a consequência foi que, a partir dos anos 40 e dos anos 50, as classes populares passaram a depender, em grande parte, da iniciativa e da intervenção do Poder Público para o atendimento das suas necessidades urbanas (serviços de consumo coletivo). Não houve no Brasil, em contraste com outros países capitalistas, um desenvolvimento do poder de barganha da classe operária, por exemplo, que permitisse incluir, junto às reivindicações salariais, a aspiração por certos direitos, como habitação, serviços públicos, educação, saúde etc. Isto se deve a vários fatores, mas embora esse não seja o escopo desse estudo, cabe indicar que o

---

(19) OLIVEIRA, "Crítica à Razão..." op. cit. p. 37

principal deles foi a própria subordinação dos organismos de defesa econômico-corporativa ao Estado. Por isso mesmo, nem a pressão operária sobre o Estado foi forte para ampliar aquela intervenção, nem as políticas do Estado estiveram comprometidas com este objetivo. Com se sabe, a intervenção do Estado na economia, a partir de 1930, estava voltada, essencialmente, às tarefas de dotar o desenvolvimento do capitalismo de "base pobre" de suporte infra-estrutural que permitisse que o processo de acumulação chegasse a novos patamares. Por outra parte, qualquer política que procurasse reorientar, por exemplo, o montante global de investimentos, de tal forma que fôsse possível introduzir algum mecanismo de controle sobre o crescimento da área metropolitana, teria de esbarrar nessa circunstância fundamental que caracteriza o crescimento urbano em economias descentralizadas: numa economia de mercado, as decisões tomadas pelas empresas privadas, durante o processo de industrialização, são de sua exclusiva iniciativa. Durante todo o processo moderno de urbanização e formação das grandes metrópoles, como Rio e São Paulo, as opções por locais de concentração, fixação empresarial (e consequentemente fixação da mão de obra) são adotadas a nível privado, sem intervenção do Estado. Por isso mesmo, como observa Singer, "uma das características da economia capitalista é que as desvantagens da aglomeração (urbana), embora causadas fundamentalmente pelas empresas privadas, acabam tendo seus custos socializados, já que a solução dos problemas assim suscitados cabe ao Poder Público, que financia as obras com fundos tributários arrecadados de toda a população. Assim, a indústria automobilística, maior responsável pelos problemas de tráfego que seus produtos ocasionam, não contri

bue proporcionalmente mais do que qualquer outro "município" para a sua solução" (20).

Nessas circunstâncias, as classes populares tiveram que encontrar soluções próprias que, necessariamente, tinham que passar por alguma forma de ação coletiva. A sua reação, diante desse quadro, tomou a forma de reivindicações urbanas. Cada vez que o transporte coletivo escasseava, tornando mais insuportável as condições de ida e volta ao trabalho, ou quando a empresa concessionária de serviços de energia elétrica demorava para ligar a luz das ruas; ou o pronto-socorro não atendia, pondo em risco a sua vida, as populações pobres da periferia tendiam a apresentar as suas reivindicações. Sendo gradativamente solapadas em seu salário real, as classes populares tinham de conviver, ainda, tanto com os custos crescentes de sua reprodução na cidade (que se mercantilizavam), como com a "ausência" do Poder Público, cujos recursos não eram satisfatórios para criar a infra-estrutura necessária ao desenvolvimento industrial e, ao mesmo tempo, atender aos problemas gerados pelo uso coletivo da cidade.

\* \* \*

Vejamos como se deu o desenvolvimento desse processo ao nível do crescimento urbano. Para começar, é preciso lembrar que os efeitos das migrações internas afetam diretamente as condições de crescimento das cidades. De um lado, elas atraem a força de trabalho disponível ao centro do polo mais dinâmico do sistema econômico, onde, também, está'

---

(20) Cf. SINGER, "Economia Política...", op. cit, p.125

a oferta maior de empregos-, concentrando a população, e portanto, os contingentes do exercito industrial de reserva; de outro, ao incorporar essa população à economia urbana, funcionam como um fator de expansão da demanda urbana por produtos agrícolas, o que serve para incentivar o avanço do capitalismo no campo. Isso resulta, naturalmente, em um processo circular que, por sua vez, "libera" outros contingentes de trabalhadores rurais, os quais irão, também, procurar as cidades. A importância dessas circunstâncias para a unificação do mercado nacional foi enorme. De fato, esta concentração espacial da força de trabalho veio se somar aos esforços políticos que tinham sido iniciados a partir da revolução de 1930 - que põe, por exemplo, um fim aos regionalismos típicos da chamada República Velha. Unificado o mercado nacional, estavam criadas as condições para uma mais intensa concentração de capital e de consumo de bens.

Esta concentração, no caso da área metropolitana da região da Grande São Paulo teve as seguintes características:

1. Verificou-se uma concentração de atividades em empresas cujas proporções eram cada vez maiores, em tamanho e investimento. As razões dessa concentração são óbvias: trata-se de tirar tanto mais proveito quanto possível das vantagens financeiras, comerciais, produtivas e etc que uma escala mais ampla de operações oferece.

2. Verificou-se, paralelamente, uma concentração de atividades dessas empresas em determinadas áreas que já apresentavam as vantagens típicas das chamadas "economias externas". Como se sabe, o uso em maior escala de despesas de transporte e comunicações entre empresas complementares, de

serviços industriais (energia, água, esgotos etc), de serviços financeiros (rede bancária, etc), comerciais, etc reduz os seus custos, o que, senão vital, é bastante importante para o funcionamento "racional" do sistema(21).

Concentração atrai concentração: talvez se pudesse definir assim esse processo aparentemente infindável (pelo menos até que a super-concentração comece a apresentar desvantagens, na forma de "economias externas", ao processo de acumulação) que tem se dado, desde o começo do século, na região metropolitana de São Paulo; a concentração espacial das empresas amplia o mercado consumidor para cada uma delas, o que permite mais concentração de capital e esta provoca novas ondas de concentração espacial e assim por diante (22). No caso de São Paulo, essa tendência já existia desde os primórdios da industrialização, quando a cafeicultura criara aqui um amplo mercado regional. As primeiras indústrias instaladas em São Paulo procuraram localização próxima ao Centro e ao entroncamento das ferrovias. De modo geral, eram pequenos estabelecimentos, principalmente de transformação e estocagem, localizados junto a residências nos terrenos do Brás e da Mooca. Desse núcleo inicial, espalharam-se ao longo das ferrovias para a Barra Funda e Lapa, a Oeste, e em núcleos isolados ao longo do rio Pinheiros, como no caso do Jaguaré (23).

---

(21) Cf. P. SINGER, "Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana", Cia. Ed. Nacional e EDUSP, São Paulo, 1968.

(22) SINGER, "Economia Política..." op. cit.

(23) Cf. PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO-COORDENADORIA GERAL DE PLANEJAMENTO, "Plano Plurianual de Projetos CURA vol. III, "Estudos Básicos Sócio Econômicos", p.126; ver também H. RATNER, "Industrialização e Concentração Econômica em São Paulo", Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1972, especialmente o Cap. I "Industrialização e Urbanização na Área Metropolitana de São Paulo".

Mais tarde, essa tendência à concentração se acentuou e provocou a formação da área metropolitana hoje conhecida como ' região da Grande São Paulo. O surto industrial de após 30 im pulsionou consideravelmente a concentração na área do municípi pio de São Paulo propriamente dito; mas a marcha urbana não se limitara ao município da capital, trilhara os eixos ferroviários da EF Santos-Jundiaí e Central do Brasil, fazendo ' surgirem à sua volta algumas cidades-dormitório, como Mauá, Parelheiros, e outras que somavam a essa também a função industrial, como Santo André e São Caetano. Em seguida à II ' Guerra Mundial, a indústria se consolida e se amplia com o ' novo impulso adquirido pelo processo de substituição de importações, surgindo inclusive um setor de indústria pesada. A concentração da atividade industrial começa a se dirigir a outras áreas, mais distantes do centro urbano, já bastante ' ocupado, onde pudesse se assentar sob amplos espaços e, ao ' mesmo tempo, concentrar volumosa força de trabalho. A mancha urbana extende-se ao longo do leito das rodovias, dando origem, a núcleos como Vila Leopoldina e Jurubatuba, ou impul sionando a urbanização das regiões atualmente ocupadas pelos municípios de Osasco, a Noroeste (é dessa época, também, a formação de Pirituba e Perus, bairros dormitório e sub-distritos de São Paulo); Guarulhos, ao Norte e São Bernardo e ' Diadema, a Sudeste. Ao longo da via Dutra, por exemplo, surgiram núcleos distritais como Vila Maria que, mais tarde, se notabilizaria pela importante base de apoio oferecido ao populismo local. As indústrias que se instalaram mais recentemente, após a entrada maciça de capitais estrangeiros e, que eram detentoras de tecnologia mais avançada trazida dos países de origem do capital, se distribuíram, na maior parte '

dos casos, fora do município de São Paulo, ao longo dos eixos da via Dutra e da via Anchieta vieram completar as feições atuais da região da Grande São Paulo.

A ocupação do solo para fins residenciais seguiu, também, mais ou menos a essas direções. De fato, a associação hoje existente das funções residenciais com as comerciais "teve origem na fase da conquista do território, que se desenvolveu nos séculos XVI e XVII. Desde então, São Paulo assumiu aquelas duas funções complementares"(24). O ciclo agrícola do café, que se seguiu, acentuaria a tendência. Por imposição de ordem econômica, foram construídas as estradas de ferro, com o fim de transportar a produção agrícola à costa marítima. As estações ferroviárias se transformaram em centros de atração residencial e comercial, dando início à formação de bairros que inflaram até ligarem-se ao núcleo principal, formando a atual "tecitura urbana" de São Paulo, como a chamam os técnicos. "O centro da cidade se configurou como área de concentração principal do setor terciário, contendo diversificada rede de serviços de consumo coletivo ( governamentais, v.g. ), de consumo individual ( escritórios de profissionais liberais, v.g. ) e de produção ( comércio de mercadorias, transporte e comunicações, v.g. ) em meio ao qual se distribuíram os prédios residenciais, que tenderam a cada vez mais a crescer verticalmente ( Higienópolis, v.g.)"(25).

---

(24) "Plano Plurianual de Projetos,..." op. cit, p.137.

(25) SINGER, "Desenvolvimento Econômico...", p.

A ocupação residencial se espalhou, também, horizontalmente: conquistou as colinas da cidade, dando origem aos bairros residenciais das classes alta e média alta mais próximos ao centro (Jardins), e os núcleos residenciais das classes populares na periferia, em constante expansão, e, na maior parte dos casos, desprovidos completamente de infra-estrutura urbana. Entretanto, a "expansão urbana por formação de periferias" não foi uma consequência automática da expansão da malha urbana. A formação das periferias resultou da tendência histórica da ocupação do solo para fins econômicos na área Central, pela atividade industrial, mas ela se revestiu também de um caráter social que não pode ser desligado dos movimentos de reivindicações que, mais tarde, surgiriam em seu contexto, tendo por ponto de partida, exatamente, as carências urbanas enfrentadas pelas populações que as habitavam. De fato, como se verá, a gradativa monopolização das áreas centrais da cidade pelo capital acabou por implicar em uma verdadeira "expulsão" das populações de baixa renda, fixas ou recém chegadas à São Paulo (migrações), para fora dos limites urbanos, em localizações onde os terrenos eram economicamente acessíveis a essas populações. Aliás, esses terrenos só eram acessíveis às classes populares porque a especulação imobiliária tomou a iniciativa de ir abrindo loteamentos em áreas completamente desprovidas de qualquer serviço de consumo coletivo e que, portanto, tinham valor reduzido e podiam ser vendidos a longo prazo, através do sistema de crédito. A localização distante, a carencia de serviços e, frequentemente, até mesmo a posse irregular dos terrenos tornava a compra relativamente acessível a amplos setores das classes populares que, entretanto, como se verá adiante, ao se fixar

nas áreas periféricas, iniciava um processo de reivindicações de melhorias urbanas, cujos efeitos políticos mais imediatos foram, em um primeiro momento, ajudar o processo de organização dessas populações. É claro que, no plano econômico, os efeitos dessa fixação nas áreas periféricas, acompanhada do processo reivindicatório mencionado, estavam ligados à valorização da terra, através dos serviços públicos introduzidos, mas o que importa aqui é o lado desse processo que afetou às classes populares, pois é esse lado que permite compreender a sua participação na construção da metrópole.

## III

A urbanização de São Paulo, ou antes, a sua produção como metrópole, não se deu de um golpe, nem foi simples consequência mecânica do funcionamento da economia. Esse processo teve por sujeito agentes sociais concretos, que foram os responsáveis pelos rumos tomados em sua realização. Houve quem identificasse no que foi chamado o tripé predatório (26) os agentes responsáveis pela "desordem" urbana gerada no processo de desenvolvimento. O tripé seria formado pelo sistema de transportes coletivos, o especulador imobiliário e o comércio de congestionamento. Como se sabe, o parcelamento da terra, em São Paulo, foi feito inicialmente pelos fazendeiros, quando as chácaras foram sendo divididas, para dar origem aos bairros mais tradicionais e antigos. Mais tarde, quando começou a se generalizar a ocupação do solo pela indústria, os empresários muito raramente se preocuparam em comprar terras para a venda. "Assim, a terra remanescente permaneceu em mãos de famílias que se dirigiram para o setor terciário e, às vezes, diretamente para o negócio do loteamento" (27). Esse loteamento assumiu nos anos 50 e 60, um modo que lembra à atividade de predação: cada lote aberto para a venda guardava distância dos demais que já estivessem relativamente urbanizados" e providos de alguns serviços públicos.

---

(26) Ver O. P. SILVA "Considerações sobre o desenvolvimento urbano de São Paulo", manuscrito, preparado para o GEGRAN. O mesmo ponto de vista aparece também em CAMARGO "Cultura e Participação..." op. cit.

(27) SILVA, "Considerações..." op. cit. p.7

Essa distância correspondia a um espaço vazio que era deixado sem lotear. Quando eram estabelecidas as linhas de ônibus entre o loteamento mais longínquo e as áreas mais centrais, a nova linha de transportes tinha de cruzar o espaço deixado vazio. O mesmo acontecia com outros serviços públicos, como a rede de energia elétrica e, mais raramente, de água e esgotos. A consequência inevitável é que os terrenos localizados no espaço livre, situado entre o novo loteamento e as áreas mais centrais, sofriam uma imediata valorização decorrente dos serviços públicos introduzidos e os lucros imobiliários aumentavam. O terceiro componente do tripé, segundo esses autores, seria o "comércio de congestionamento" que, tão logo começavam a funcionar os novos loteamentos, dotados de linha de ônibus, também vinha se instalar na extremidade e no percurso das vias que ligavam os novos núcleos. Quanto mais aumentasse o volume do tráfego nessas vias mais aumentava o volume de atividades desse comércio. Como essa atividade corresponde a um serviço indispensável à fixação da população urbana, ela influenciava decisivamente o desenho final que assumiam os bairros e vilas periféricos. Esses autores viram, na atuação desse tripé, um substitutivo para a atuação do empresário industrial que, tendo a sua atenção voltada para as questões colocadas pela acumulação em escala nacional, teriam desistido de atuar ao nível da política municipal.

Entretanto, desta forma, a questão está mal colocada. Em primeiro lugar, é preciso considerar que a atuação do chamado tripé predatório foi dada em circunstâncias bem determinadas isto é, nas circunstâncias criadas pela intervenção direta dos empresários que tomaram a decisão de centralizar as empresas industriais, em São Paulo. Como se indicou

sociedades capitalistas as decisões quanto ao montante de investimento e o local de concentração das atividades de produção são tomadas descentralizadamente. Nem os empresários se consultam, necessariamente, entre si para tomar as suas decisões nem o Poder Público pode (ou quer) interferir nessas decisões. Os critérios de decisão quanto à localização espacial das atividades se referem a requisitos de maximização dos lucros. Ou, dito de forma inversa, se referem a requisitos da lei de menor custo. Assim, se um aglomerado urbano já apresenta algumas das vantagens requeridas pelo processo de acumulação - como mercados estáveis de mão de obra e de capitais - o mais provável é que a tendência à aglomeração se acentue. Além disso, como foi indicado, para o caso de São Paulo, as economias externas, como rede de serviços, setor terciário, etc exercem um fator de atração óbvio, pois como a lógica do sistema sanciona "socialmente" a idéia de que os problemas criados pela expansão dos centros urbanos devem ser resolvidos pelo Poder Público, é mais fácil para os empresários decidirem-se pela localização de suas empresas no espaço onde os investimentos com serviços básicos, como energia, água, esgotos, etc são "socializados", isto é, realizados à base dos fundos tributários arrecadados de toda população. Por isso, mais do que decidir, talvez caiba sugerir que ao chamado tripé coube implementar, concretamente, através da especulação imobiliária e da exploração do serviço de transportes, a vocação a que se destinava a metrópole paulistana: a superconcentração.

Mas como a urbanização não é mais que a face física, espacial (que não exclue, certamente, a sua expressão cultural) do desenvolvimento do capitalismo, é preciso ver

esse processo em termos da atuação dos agentes concretos que intervieram nêle. Por isso, empresários, Poder Público e moradores são os agentes que, mais diretamente, aparecem desempenhando papéis determinantes, cada qual de acordo com os seus interesses, na expansão urbana de São Paulo. As formas complexas de entrelaçamento que a atuação desses agentes assumiu, no desenvolvimento da área metropolitana de São Paulo, não passava de formas de luta social e, o seu resultado, foi a expansão conhecida pela cidade, em que cada ator se utilizou dos recursos "socialmente reconhecidos" para manifestar a sua vontade.

Os empresários se manifestaram, basicamente, pela lógica da ocupação industrial do espaço urbano. Quanto ao Estado, até recentemente o setor do aparato burocrático a quem estava entregue, de modo completo, a administração e o controle da área urbana de São Paulo era a Prefeitura Municipal. Pois bem, é inegável que "o município é o elo mais fraco da estrutura governamental do país e é pouco apto para realizar algumas das funções básicas que formalmente lhe são designados" (28). Por essa razão, aliás, ele se tornou, muitas vezes, sob os movimentos sociais urbanos, um ponto vulnerável do Estado, a nível local. No caso específico de São Paulo, enquanto, por um lado, o município foi gradativamente conhecendo um número sempre maior de problemas gerados pela concentração de atividades, a capacidade de intervenção do Poder Público foi sempre muito limitada, a começar pelos recur

---

(28) Cf. CAMARGO, "Cultura e Participação..." op. cit.

## QUADRO 4

PORCENTAGEM DE HABITAÇÕES SERVIDOS PELA RÊDE DE ÁGUA  
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, 1950, 1960, 1968, 1970, 1972

Ano	Porcentagem: Habitações Servidas Pela Rede de Água
1950	57,8
1960	66,0
1968	57,0
1970	57,0
1972	62,0

Fonte: Cadernos da SEBES (Secretaria do Bem-Estar Social), Indicador nº 3, p. 59/SAEC: também Plano Urbanístico Básico de São Paulo v. 3 p. 305; 1950. Censo.

... sos de que dispunha (pelo menos até a reforma tributária de 1967, a partir de quando a União passou a entregar aos municípios quotas maiores da arrecadação realizada nos seus territórios) (29). Essa capacidade limitada, em muitos casos, como se pode ver pelos dados dos quadros 4 e 5, permitiram um agravamento da situação de atendimento das populações, pois enquanto as taxas de crescimento dessa aumentaram a 5 a 6% ao ano, as taxas de atendimento muitas vezes estacionaram

(29) Até a reforma de 1967, o Estado e a União retinham cerca de 2/3 da arrecadação do ICM feita no município. A partir de então, quando o município passou a receber proporção bem maior de sua própria arrecadação o orçamento da Prefeitura cresceu bastante; por exemplo, entre 1967 e 1973, o orçamento teve um acréscimo real da ordem de 81%, devido à transferência da cota parte do ICM. f. "Participação do Município de São Paulo na cota-Parte do ICM", in "Finanças Públicas Municipais", Ano I, Nº 1, Maio-Junho, 1974, Secretaria das Finanças, PMSP.

## QUADRO 5

PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO ATENDIDA PELA REDE DE ESGOTO  
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - 1960 a 1972

ANO	População Servida	
	Nº Hbs.	%
1960	1.133.000	36,0
1961	1.195.000	35,0
1962	1.275.000	34,0
1963	1.417.000	35,0
1964	1.495.000	35,0
1965	1.558.000	34,0
1966	1.654.000	34,0
1967	1.769.000	34,0
1968	1.863.000	34,0
1969	1.900.000	33,0
1970	1.925.000	32,0
1971	2.053.000	33,0
1972	2.259.000	35,0

Fonte: Cadernos SEBES, Indicadores de Saúde/SAEC, op. cit. p. 60.

Por outra parte, é preciso não esquecer que, enquanto as em presas industriais são as maiores causadoras de desvanta -

gens da super-concentração, os recursos tributários que elas proporcionam ao Poder Público, na forma de impostos (ICM e IPI), são doados, em sua maior parte, pela administração central e estadual. Isso reduziu, drasticamente, a capacidade de intervenção da Prefeitura Municipal na expansão da cidade (ainda que, desde os anos 30, algumas de suas lideranças políticas, como Prestes Maia tivessem tentado introduzir algo como um planejamento "racional" para o seu crescimento).

A ação do Poder Público foi mínima, portanto, no controle da expansão "desordenada" da metrópole e no atendimento da demanda de serviços de consumo coletivo. Isso não quer dizer, entretanto, que a Prefeitura Municipal de São Paulo estivesse impedida de atuar em todos os campos. Pode-se perguntar, hoje porque ela não regulou, por exemplo, as condições de operação das empresas particulares de ônibus que, de alguma forma, participaram do processo de loteamento por "predação" do espaço urbano. Essas empresas poderiam ter sido obrigadas, pelo menos a operar em condições que satisfizessem a demanda crescente das populações periféricas. Do mesmo modo, a Prefeitura Municipal poderia, também, ter regulado as condições de operação da Light and Power, fornecedora de energia elétrica, de tal forma que se estabelecesse algum tipo de prioridade para a iluminação pública das áreas periféricas. Mas não foi isso que aconteceu. E o atendimento, que foi sempre tardio - gerando a expressão famosa de que "a cidade está atrasada" -, muitas vezes ocorreu por que intervieram os moradores dos bairros periféricos.

De fato, como se verá, parte substancial das reivindicações mais constantes das classes populares residentes nessas áreas teve sempre a sua atenção voltada para a questão dos transportes coletivos e a forma pela qual se processavam os entendimentos entre a Light e a Prefeitura para a extensão da rede de fornecimento de luz elétrica.

É em face dessas circunstâncias que torna-se interessante assinalar a contradição existente entre a capacidade efetiva de ação da Prefeitura Municipal e a imagem que ela oferece aos munícipes, incluindo as populações dos bairros periféricos. Ela é um setor do Estado que aparece para o conjunto da população como a agência socialmente "legitimada" para desempenhar as funções estatais de atendimento às necessidades da população local. Aliás, o próprio princípio de arrecadação de impostos evoca essas funções: o cidadão paga impostos e a expectativa correspondente é que com os recursos coletivos arrecadados, a Prefeitura atenda às necessidades públicas (serviços de consumo coletivo). Entretanto, a tradição política e administrativa brasileira preferiu deixar centralizada, isto é, em mãos do governo federal, a capacidade de tomar e implementar as decisões que afetam as grandes maiorias sociais das cidades. Por exemplo: o transporte coletivo de subúrbios, que afeta bastante a vida urbana e a sua viabilidade, mas cujas decisões estão concentradas em mãos de agências estatais federais, como é o caso da RFF. O resultado dessa situação é que, tanto a Prefeitura não é capaz de responder aos problemas mais importantes que emergem na sua área jurídica e administrativa de ação, quanto os moradores, quando decidem reivindicar, se encontram sempre em face de uma autoridade

que pode sempre alegar a sua incapacidade de intervir. Isso' pode ter dois efeitos, aparentemente opostos: de um lado, a' reinvidicação logo se politiza, pois pode tornar-se eviden-  
te para os moradores que o problema é político e afeta a so-  
ciedade como um todo e não apenas, como pareceria de início,  
as relações entre a Prefeitura e os municípes; mas, de outra  
parte, o resultado desse enfrentamento, que pode chegar a  
fases bastante agudas, é que o argumento da incapacidade do  
Poder local, para atender reivindicações sentidas como direi-  
tos, pode conduzir a uma diluição das responsabilidades do  
Estado frente aos cidadãos. A prefeitura, embora de modo ge-  
ral seja vista como a agência encarregada do atendimento, de  
fato aparece como um aparato limitado e incapaz, o que joga'  
o problema para outro plano da estrutura administrativa. Is-  
so torna a pressão reivindicatória menos eficaz e faz com  
que ela tenha de enfrentar um quadro mais difuso de responsa-  
bilidades.

Enquanto isso, os empresários estão mais ou menos'  
imunes aos dramas das grandes cidades, pois nas sociedades '  
capitalistas, o Estado só se torna intervencionista no mundo  
urbano quando a lógica da acumulação ou a ordem pública po-  
dem vir a estar em risco. Foi isso o que aconteceu, por exem-  
plo, em face da recente onda de quebra-quebras de trens e '  
ônibus ocorrida entre 1974 e 1976 em São Paulo, Rio e Brasí-  
lia (30).

---

(30) Cf. J.A. MOISES e V.M. ALLIER, "A revolta dos su-  
burbanos..." op. cit.

Mas é natural, quer dizer, socialmente "aceito", que uma das exigências para que essa intervenção possa ocorrer seja a ocorrência de deseconomias externas, decorrentes das super-concentrações urbanas, que começam a apresentar dificuldades para o processo de acumulação. Nesse caso, parece justificar-se a introdução de medidas destinadas a controlar o crescimento das áreas metropolitanas, como é o caso das recentes decisões do Governo Estadual de São Paulo visando a descentralização industrial da área da Grande São Paulo e a criação de "cidades médias", destinados a receber os resíduos do crescimento urbano da Capital, que deveria ser desacelerada (31). A intervenção do Estado aparece, então, com um caráter "racionalizador" e que tenderia a impor condições, para o crescimento metropolitano, que afetariam o conjunto da população e todos os agentes presentes na cena. Em realidade, entretanto, não é bem isso que acontece, pois os empresários (nacionais e multinacionais) são os maiores beneficiários dessas decisões. Os programas de modificação não visam nunca (e nem poderiam fazê-lo no quadro da atual sociedade) alterar, por exemplo, as condições para a concentração de capitais ou de mão de obra. Qualquer decisão nesse sentido só é tomada quando a ação do próprio Estado já criou, ou começou a criar novas condições para a implantação de complexos industriais e produtivos em outras áreas.

---

(31) A Secretaria do Planejamento do Estado vem realizando estudos e, mesmo, implementando algumas medidas no sentido de promover a descentralização industrial da região da Grande São Paulo. Quanto às "cidades médias", ainda se está em fase de planejamento, mas é certo que a preocupação com o seu crescimento é uma constante hoje nos governos estadual e federal.

Mas o importante a observar é que, mesmo quando se chega a esse ponto, as prioridades que informaram as decisões estatais não foram as necessidades de atendimento da população, mas os problemas colocados à continuidade do desenvolvimento capitalista. Quer dizer, é praticamente impossível que qualquer programa de "racionalização" do espaço urbano, a ser introduzido pela intervenção do Estado, venha a dar mais prioridade às imensas necessidades (transportes, habitações, educação, saúde, etc) das maiorias sociais das cidades, em contraste com os problemas do desenvolvimento econômico. Do ponto de vista estratégico, o Estado age de forma a não afetar, por exemplo, a alocação adequada (para o capitalismo) dos fatores de produção, bem como do mercado de capitais e de força de trabalho, que são essenciais ao funcionamento do sistema como um todo (32). E os empresários têm conhecimento prévio dessa realidade, o que torna a sua situação bastante cômoda.

Em realidade, para que o Estado pudesse chegar a um programa de racionalização da situação metropolitana, que implicasse, por exemplo, voltar parte bastante substancial da sua capacidade global de investimentos a atender as carências urbanas de populações da magnitude de 10 ou 12 milhões de habitantes (como é o caso da Grande São Paulo e do Grande Rio), seria necessário que a sociedade inteira estivesse passando por alterações fundamentais na sua estrutura

---

(32) Aliás é mais ou menos geral, nas sociedades capitalistas, essa preocupação do Estado em manter e expandir as chamadas condições de produção e reprodução do capital. O próprio Marx assinalou esse aspecto no "Capital".

econômica, social e política, pois isso implicaria um tal processo de centralização das decisões que significaria contrariar, imediatamente, o próprio modo pelo qual as empresas tomam as suas decisões quanto ao uso do espaço urbano. Ao mesmo tempo, implicaria a um enorme desaceleramento de investimentos estatais em setores considerados fundamentais para a continuidade do atual processo de produção, o que não parece ser viável no contexto do atual modelo econômico e político.

Por tudo isso, são ingênuas as críticas que tomam o papel da Prefeitura Municipal de São Paulo - como se ela estivesse desligada do conjunto dos demais aparatos do Estado - para concluir que por causa desse "papel extremamente reduzido", "a iniciativa particular, sem interferência coordenadora do setor público, moldou a cidade segundo planos particulares e isolados, como dissemos" (33). Nem poderia ser diferente, pois é, exatamente, essa lógica que explica que grande parte dos investimentos realizados pela prefeitura se destinem aos serviços mais rentáveis para o sistema em seu conjunto, como é o caso das grandes vias de acesso. Vias de acesso são para os automóveis, que precisam ser produzidos. Mas, para isso, é preciso manter a força de trabalho, inclusive os contingentes que integram o exército industrial de reserva, concentrados, pois esse é o requisito de sua operacionalidade. A mesma lógica explica, também, que os serviços de consumo coletivo, menos rentáveis, como rede de água, esgotos, postos de saúde, escolas, etc recebam montantes menores de investimentos ou, pelo menos, desproporcionais à demanda representada pelas necessidades da população.

(33) Cf, CAMARGO, "Cultura e Participação...", op.cit

QUADRO 6  
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO  
PROCENTUAL DA DESPESA POR FUNÇÃO

ITENS	1967 - 1973						
	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973
	% s/total	% s/total	% s/total	% s/total	% s/total	% s/total	% s/total
Administração Geral	3,3	5,7	9,6	7,6	6,9	6,7	7,7
Administração Financeira	9,0	4,8	4,5	6,2	12,5	11,2	9,7
Transporte e Comunicação	3,4	12,1	8,6	3,8	12,6	16,8	25,7
Indústria e Comércio	-	-	0,7	1,7	1,9	2,6	1,0
Educação e Cultura	9,4	10,6	10,1	9,4	10,9	8,4	7,9
Saúde	4,9	5,2	4,6	4,3	5,4	6,1	5,0
Bem Estar Social	6,4	6,2	6,7	7,9	6,2	6,6	6,9
Serviços Urbanos	63,6	55,4	55,2	58,8	43,6	41,6	36,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: "Finanças Públicas Municipais", Secretaria das Finanças, PMSP, Ano I, nº 1, Maio-Junho de 1974, p. 135.

O quadro acima não . . . todas as informações, porque não decompõe os gastos, entretanto, como se pode observar, os itens diretamente relacionados com as necessidades mais importantes para a sobrevivência das classes populares, nas condições criadas pela metrópole, são os que menos cresceram, ou mesmo, diminuíram no período considerado. Esse é o caso do item "Serviços Urbanos" e, também, os de "Educação" e "Saúde". Enquanto isso, os itens referentes à "Administração Geral e Financeira" são os que cresceram mais. O item "Transporte e Comunicação", que também apresentou intenso crescimento, refere-se em grande parte aos recursos destinados à construção do "Metrô" de São Paulo. Entretanto, o "Metrô" é um caso contraditório e ambíguo que poderia, mais bem, comprovar a hipótese dos "investimentos em áreas mais rentáveis", pois enquanto inúmeras pesquisas realizadas antes do início de sua construção indicavam que a linha Leste-Oeste era a que maior número de passageiros poderia servir, a decisão recaiu sobre a linha Norte-Sul. A explicação pode estar relacionada ao fato de que a linha Norte-Sul era eixo de uma população de renda substancialmente mais elevada que a linha Leste-Oeste, em sua maioria, formada por operários industriais e empregados assalariados do setor de serviços. Portanto, era a que melhores condições apresentava para não tornar o serviço "deficitário". Em compensação, era a que menos possibilidades tinha de atender, efetivamente, a um contingente populacional carente do serviço, pois as próprias pesquisas de origem e destino realizadas, na época, indicavam que o número de veículos particulares disponíveis era maior no eixo Norte-Sul e . . .

bastante pequeno no eixo Leste-Oeste (34).

Finalmente, cabe indicar, sumariamente, o papel desempenhado pelo morador como agente que também participou da formação da metrópole. Se é relativamente fácil detectar a solidariedade do Poder Público com as necessidades do desenvolvimento econômico, o mesmo não pode ser dito, por exemplo quanto aos problemas dos moradores da região metropolitana. Entretanto, não obstante ser verdade, também, que o Poder Público e os empresários somaram esforços no sentido de induzir e, mesmo, "legitimar" a super-concentração urbana, em que resultou São Paulo, é necessário admitir que os seus moradores, de modo particular os dos bairros periféricos, não deixaram de atuar, também, na mesma direção. Pois, ao reivindicar serviços urbanos, esses moradores confirmaram também a vocação à super-concentração que parece acompanhar a cidade desde o começo do século. O problema está, entretanto, em observar o caráter distintivo que o morador atribuiu a essa reivindicação e que fez com que ele aparecesse, diante dos demais agentes da urbanização, como o outro lado que, de alguma forma, tinha que ser levado em consideração.

O morador, como se sabe, é uma categoria horizontal, formada pelos diversos grupos sociais que compõem a es

---

(34) Este fato, aliás, foi denunciado na Câmara Municipal de São Paulo em 1968-69, pelo vereador Odon Pereira da Silva. Ver, sobre isso, Anais da Câmara Municipal, Livros 1, 2 e 3. 1968/69.

trutura social da cidade (35). Entretanto, faz sentido em falar dele, referindo-se às classes populares, porque foram os moradores dos bairros pobres e periféricos que tomaram a iniciativa de iniciar certas reivindicações urbanas. O morador dos Jardins, de Campos Elíseos ou do Morumbi não reivindicou e o de bairros como Pinheiros, Vila Mariana, Paraíso e Higienópolis não tiveram de enfrentar as carências próprias da periferia. Por isso, a categoria morador se refere, neste estudo, àqueles setores identificados com as populações periféricas, formadas à base das migrações internas, isto é, as classes populares.

De fato, nas condições de super exploração impostos à força de trabalho pelo desenvolvimento do capitalismo, não é difícil imaginar que, embora a sua adoção estivesse também destinada a liberar recursos para fazer frente a outros custos de sobrevivência (além da moradia), as aquisições de terrenos, destinados à construção da casa própria, pelas populações de baixa renda, implicaram em enormes sacrifícios que devem ter pesado como fator inibidor de gastos em educação, recreação e cultura, principalmente, embora também em saúde. Não é por outra razão, aliás que a tradição de lazer e de atividade cultural dessas populações está restrita, em grande parte, ao futebol de várzea, às visitas dominicais

---

(35) Vários autores já trataram desse ponto, Por exemplo CAMARGO, "Cultura e Participação...", op. cit e, também, CAMARGO, "São Paulo Crescimento e Pobreza...", op. cit, também SILVA, "Considerações sobre o desenvolvimento..." op. cit.

aos parentes, às reuniões nas igrejas e, eventualmente, a festas e comemorações de tipo folclórico, muitas delas, como se verá no próximo capítulo, realizados através das associações locais, como as SABs e outras. Mas o que importa as sinalar é o significado social desse esforço de fixação des as populações formadas à base de migrantes, no cen- tro metropolitano. Pode-se aceitar a hipótese de uma tendên- cia de conquistar a cidade; algo como uma cidadania quase ' em sua acepção literal. Pois ao aceitar sacrifícios para se fixar no centro urbano, essas populações em realidade, procu- ravam afirmar um direito de conquistar acesso ao mercado de trabalho, salários fixos, em resumo, a melhores condições de vida. A fixação na cidade era uma condição necessária (embo- ra não suficiente) para que êsses grupos sociais pudessem ' ter acesso a essas condições, só encontradas na cidade. Por isso, a fixação urbana adquiria, em primeiro lugar, o caráter de verdadeira "aquisição da casa própria": casa própria que, entretanto, tinha que ser auto-construída, além do ' mais, era precária, insuficiente e, muitas vezes, insalubre. Mas o que importa, nesse processo, é que a casa própria representava, objetivamente, a possibilidade de acesso a tudo que o mundo urbano oferecia. Quer dizer, não se trata apenas de que os migrantes estavam impulsionados pela motivação ideológica que, certamente, exagera o significado da ci- dade; é mais do que isso, pois ao se estabelecerem em uma ' região periférica, fixando-se mais permanentemente no sítio urbano, o passo seguinte dessas populações foi a reivindicação: água, luz, esgotos, transportes etc. Reivindicação que permitia completar o passo iniciado com a auto-construção, através da extensão da rede de luz, da linha de ônibus ou da água encanada.

E como êsses serviços de consumo coletivo são geridos pelo Estado, quer dizer, estão definidos socialmente como incumbências do Poder Público, a consequência era a organização coletiva dessas populações para poderem defender as suas necessidades, única forma pela qual elas podiam ser ouvidas pelas autoridades.

Por outras palavras, o direito de acesso às condições de vida oferecidas pelos centros urbanos se afirmava, primeiro, pela fixação das populações de baixa renda na periferia da cidade - para o que tinham de enfrentar a sua expulsão das áreas mais centrais e melhor servidas de recursos urbanos -; e, em seguida pelo movimento de reivindicações que decorria, quase que diretamente, daquela fixação. Antes, ocupavam as periferias valendo-se do expediente da auto-construção, como se estivessem afirmando o seu direito de "cidadãos", no sentido literal da palavra, pela criação de um espaço físico próprio; depois, passavam a reivindicar os direitos que eram socialmente "legitimados" e que, publicamente, apareciam como sendo iguais para todos. O que importa afirmar, portanto, é o caráter, dessa tendência de conquista da cidade: não se trata, somente, de certos aspectos que poderiam implicar uma efetiva melhoria das condições de vida urbana dessas populações, mas de algo que está relacionado com a sua emergência como força social na vida política da metrópole. Força que, mais tarde, iria revelar a sua importância com o desenvolvimento do movimento de Sociedade Amigos de Bairro.

É importante afirmar êste aspecto, retomado mais amplamente no próximo capítulo, porque esta forma peculiar de afirmar a cidadania popular significa que, ao contrário

do que muitas vezes se tem a impressão, a fixação dessas populações de origem migrante, no grande centro urbano, não é somente consequência dos mecanismos impostos pelo processo de acumulação verificado aqui, mas também, resultado de uma ação, cujos agentes protagonistas foram as próprias classes populares. A cidade resulta, assim ter de ser pensada também como um produto da luta das classes populares e não, exclusivamente, como resultado da ação dos grupos dominantes.

## CAPÍTULO V

ORIGENS DO MOVIMENTO DE REIVINDICAÇÕESURBANAS: AS SABs

## I

Embora haja indícios de sua existência desde os anos 20 (1), o fenômeno peculiar de emergência das Sociedades de Amigos de Bairro, na região da Grande São Paulo, é relativamente recente, pois é a partir da segunda metade dos anos 40 que ele começa adquirir a significação que tem hoje, aparecendo como uma forma elementar de organização de setores das classes populares residentes na periferia da área metropolitana. No início, essa forma peculiar de associativismo das classes populares urbanas parecia destinada, simplesmente, a servir como canal de expressão das reclamações desses setores sociais em face do Poder Público; mais tarde, entretanto, com o seu desenvolvimento, essas associações marcaram, de um ou de outro modo, a vida da metrópole e, mesmo, a evolução da mancha urbana, com os movimentos autonomistas e de protesto, que, reivindicando a emancipação institucional de mais de uma dezena de distritos populares da Capital ou das cidades mais importantes da região, ganharam clara significação política (2).

(1) De fato, um artigo do volume nº 51, de janeiro-fevereiro de 1964 da Revista Brasiliense, comentava: "...nem por isso, o povo deixa de ser objetivo e consegue sobreviver à miséria paulistana, procurando ainda - e esta é a verdade - com grande seriedade e vontade de acertar, os rumos de sua participação na solução dos problemas pendentes da vida nacional. E não o faz há pouco, se registrarmos que há poucos meses atrás, a "Sociedade de Amigos de Vila Jaguara", na Lapa, completou na sua menos que 40 anos de vida". Cf. O.P. SILVA, "Notas de uma campanha eleitoral", Rev. Brasiliense, op.cit., p.19 (grifos meus, J.A.M.). Completando 40 anos no início dos anos 60, isto significa que a sociedade tinha sido fundada nos anos 20.

(2) Ver, na Parte IV, a descrição desses movimentos.

Hoje, em face da grande importância que vão assumindo, com crescente expressão organizatória bem como supostas bases institucionais para uma mais eficaz penetração das orientações oficiais entre as classes populares, ganharam a atenção de parte dos intelectuais e dos políticos, cujo espanto, diante de seu contínuo crescimento, revela, muitas vezes, o quanto uma certa ciência social e, mais, certo interesse político, ainda continuam distantes dos modos de vida, das criações e costumes e, mesmo, de parte das próprias tradições das classes populares. É curioso que esse interesse pelas associações populares, como as SABs, tenda a crescer, nesse momento, pois frequentemente, ele tem surgido aparentado com uma estranha versão das concepções elitistas sobre as classes populares; versão que, aceitando como inevitável o aparente apoio que as SABs tenderiam a dar aos governos locais apresenta-as como mera expressão do fenômeno das chamadas "correias de transmissão" que, neste caso, além do mais, seria um conduto de mão-única, isto é, de transmissão da vontade do Poder para as classes populares e não o contrário. Trata-se de uma visão tosca da realidade (e dos conflitos que estão presentes na sociedade), que se nega a admitir, por exemplo, que fenômenos de associativismo, como o expresso pelas SABs, podem ser o sinal, muitas vezes, das vicissitudes enfrentadas pelas classes subalternas para se articularem como força social; vicissitudes que, de sua parte, não podem mais ser definidas por uma cômoda teoria que tenderia a ver o desenvolvimento histórico das tradições populares como simples resultado "inexorável" de certas circunstâncias. Visão tosca, certamente, mas suficientemente atraente para acabar provocando uma distorção grosseira do significado da presença das SABs nas grandes metrópoles. Esta circunstância, ao invés de levar os observadores, por exemplo, a se perguntarem sobre as

razões que levaram setores do poder local - como é o caso das Prefeituras Municipais - a se aproximarem dessas associações, acaba por justificar uma simples atitude negativa diante do fenômeno, como se a desqualificação, teórica ou política, levada a cabo pelos intelectuais ou pelos políticos, fosse, de per si suficientes para invalidar ou, mesmo, impedir o desempenho pelas Sociedades dos Amigos de Bairro, de suas funções nos principais centros urbanos do país.

Esta é uma razão suficientemente forte, a meu ver, para justificar uma tentativa, quando menos, inicial de análise dessas associações, no contexto do presente trabalho. Entretanto, eu creio que há outras razões a justificar esse esforço inicial: primeiro, é preciso ter em conta que, apesar das objeções mencionadas, as Sociedades dos Amigos de Bairro constituem um fenômeno que não é exclusivo de São Paulo: elas existem também em Porto Alegre, Ijuí, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Campinas, Salvador, Recife e Belém (3), e uma primeira análise de sua expressão em São Paulo poderia ajudar, talvez, a um tratamento comparativo que permitisse conhecer melhor o seu significado mais global no Brasil contemporâneo; em segundo lugar, malgrado a força que possa vir a ter a visão que tende a explicá-las em termos de simples "correias de transmissão", no caso de São Paulo, pelo menos, elas continuam a crescer em número e a servir, nos mais longínquos bairros, das mais importantes cidades da região da Grande São Paulo, como pontos de partida e como locais de aglutinação para que diferentes seto-

---

(3) Vários estudos realizados por empresas privadas de planejamento se referem à existência de Sociedades ou Associações de Moradores em Porto Alegre, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Recife e Belém. Por exemplo, o "Plano Urbanístico da área de Alagados", Salvador, Governo do Estado da Bahia, SETRABES-AMESA, datilografado, 1975. Também "Ijuí, uma Comunidade a Caminho do seu destino", Movimento Comunitario de Ijuí, 1973.

res das classes populares possam articular alguma forma de ação organizada em face dos problemas (interesses) que consideram como as suas "carências urbanas" e, diante dos quais, identificam alguns dos seus "direitos" (que, diga-se desde já, são reivindicados do Estado, pois este é visto como a agência a quem caberia prover a população com benefícios que representassem uma resposta aos referidos problemas).

De fato, o crescimento das SABs, na região da Grande São Paulo, nesses 30 anos de sua existência mais visível, tem sido impressionante, chegando hoje, segundo as estimativas dos dirigentes do Conselho Coordenador das Sociedades dos Amigos de Bairros, Vilas e Cidades do Estado de São Paulo - órgão superior de agregação, criado em um congresso de SABs, realizado em 1968 - a cerca de 1.200 entidades espalhadas pelos bairros periféricos da capital e dos demais 36 municípios que formam a região da Grande São Paulo, embora os dados oficiais, coligidos pela "Unidade de Ação Comunitária", da EEMPLASA, fale em um total de 952 associações, como indica o Quadro a seguir.

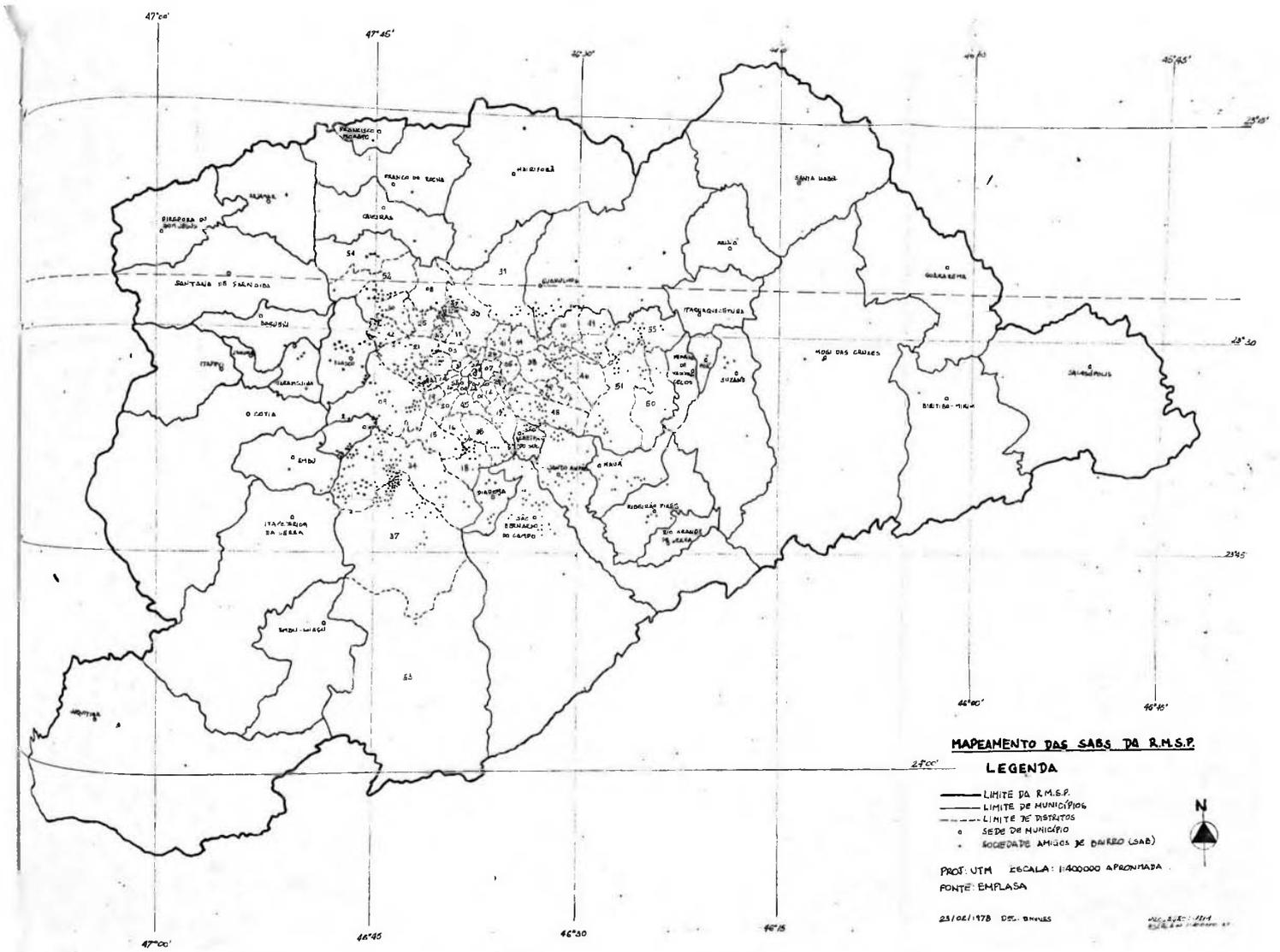
QUADRO 1  
SABs - CAPITAL E REGIÃO GRANDE S. PAULO

CAPITAL / P/REGIÃO ADMINIST.	NRO	REGIÃO GDE S. PAULO / P/MUN.	NRO
BUTANTÃ	32	Arujá	-
		Barueri	2
CAMPO LIMPO	58	Biritiba-Mirim	-
		Caieiras	4
FREGUESIA DO Ó	57	Cajamar	1
		Carapicuíba	3
IPIRANGA	46	Cotia	-
		Diadema	9
ITAQUERA-GUAIANAZES	45	Embu	6
		Embu-Guaçu	-
JABAQUARA	33	Ferraz de Vasconcelos	-
		Francisco Morato	4
LAPA	14	Franco da Rocha	6
		Guararema	-
VILA GUILHERME	17	Guarulhos	26
		Itapecerica da Serra	2
MOÓCA	31	Itapevi	-
		Itaquaquecetuba	-
PENHA	49	Jandira	-
		Juquitiba	2
PINHEIROS	7	Mairipora	2
		Mauá	13
PIRITUBA-PERUS	47	Mogi das Cruzes	3
		Osasco	23
SANTANA	47	Pirapora do Bom Jesus	-
		Poá	5
SANTO AMARO	137	Ribeirão Pires	13
		R. Gde. da Serra	-
SÃO MIGUEL	33	Salesópolis	3
		Sta. Izabel	-
SÉ	7	Sant. do Parnaíba	-
		S. André	26
VILA MARIANA	21	S. Bernardo do Campo	41
		S. Caetano do Sul	8
VILA PRUDENTE	44	Suzano	8
		Taboão da Serra	20
TOTAL	725	TOTAL	227

SOMA DOS TOTAIS : 952

FONTE: "Unidade de Ação Comunitária", EMPLASA, Secretaria dos Negócios Metropolitanos do Estado de São Paulo. A disparidade entre os dados fornecidos pelos dirigentes do Conselho Coordenador das SABs e os dados oficiais pode se dever ou a superestimação do número de sociedades por seus próprios dirigentes, ou a desinformação da UAC, da EMPLASA, que em face do próprio fenômeno de crescimento das SABs, tem realizado um esforço praticamente permanente de atualização dos seus dados.

Aliás, é interessante observar que o número maior de ABs é encontrado, exatamente, nas regiões formadas por bairros periféricos e populares, como Santo Amaro, Campo Limpo, Freguesia do Ó e nos municípios populares da região metropolitana, enquanto as regiões mais integradas na área urbana histórica, como Sé, Lapa, Vila Mariana, Butantã e, mesmo, Pinheiros (onde estão localizados administrativamente os Jardins), são as que menor incidência apresentam. O mapeamento das SABs existentes na Região Metropolitana de São Paulo (R.M.S.P.), com dados fornecidos pela UAC, da EMLASA, também confirma esta indicação, como se pode observar:



**MAPEAMENTO DAS SABs DA R.M.S.P.**

**LEGENDA**

- LIMITE DA R.M.S.P.
- LIMITE DE MUNICÍPIOS
- - - LIMITE DE DISTRITOS
- o SEDE DE MUNICÍPIO
- SOCIEDADE AMIGOS DE BAIRRO (SAB)

PROJ: UTM ESCALA: 1:400000 APROXIMADA  
 FONTE: EMPLASA

23/02/1978 DES. DINHES



PROJ. GEOM. - 1974  
 ESCALA: 1:400000

Pode-se notar, no mapeamento, que os pontos pretos, que indicam a presença das SABs nas diversas áreas da Região Metropolitana, formam uma espécie de anel que demarca, claramente, as áreas periféricas. O centro de São Paulo apresenta, proporcionalmente, incidência bastante menor de presença das SABs. Só por estas indicações, a relação entre periferia, carências urbanas e reivindicações urbanas, a partir das SABs, já aparece como indicativo de alguns dos principais aspectos explicativos desse fenômeno. Uma pesquisa recente, realizada pela GALLUP para a EMPLASA, confirmou ainda que indiretamente, esta hipótese: os presidentes (de uma amostra composta) de 202 Sociedades dos Amigos de Bairro, de áreas periféricas da região da Grande São Paulo - como indica a sua relação (4) — .....

(4) Esta é a lista dos bairros cujos presidentes de SABs foram entrevistados:

Parque Guarani/Eldorado/Vila Serraria/J.Boa Sorte/Vila Suíça /  
 Pilar Velho/Vila Aurora/Rancho Grande/Jardim Telma/Taboão/Jar-  
 dim Beatriz/Vila Baeta/Jardim Paulista/V.Ipojuca/Conjunto Habi-  
 tacional/V.Sorocabana/V.São Rafael/V.Olimpica/V.Boqueirão/Jar-  
 dim Santo Antonio/Jardim Marieta/IAPI/Cidade Rochdale/Vila Menk/  
 Vila Alpina/Jardim Ana Maria/Santo André/V.Metalúrgica/Novo O-  
 ratorio/V.Helena/V.Vitória/V.Dalila/V.Alexandria/V.Sônia/Jardim  
 Monte Kemel/V.Esperança/Jardim Peri-Peri/Santo Amaro/V.Izolina/  
 Mazzei/Cidade Patriarca/Barra Funda/V.Invernada/Vila Formosa/I-  
 taquera/Vila Santa Catarina/Jardim Verônica/Jardim das Camélias/  
 V.Pedroso/Lapa/V.Diva/V.Zilda/Parada Inglesa/V.Marieta/Jardim  
 Colorado/Imirim/V.Ema/Parque Araripa/Aclimação/Parque São Pau-  
 lo/V.Anastácio/Jabaquara/Parque Bristol/V.Centenário/Parque E-  
 du Chaves/Jardim Planalto/V.Granada/Jardim Patente/Jd.Nordeste/  
 Jd.Samarã/V.Mafra/Parque Tiete/Jd.Rosa Maria/Jd.Oriental/ São  
 João Climaco/Cidade Julia/Jd. Climax/Jd. Eliane/V.Sta.Isabel /  
 V.Guarani/V.Zat/V.Carolina/V.Indiana/Cidade Dutra/Parque Guara-  
 ni/Jd.Tobias/Guaianazes/Jd.Morgante/V.Morse/V.Bela Vista/V.Pri-  
 mavera/Jd.Guarani/V.Mazzei/Jd.São Nicolau/E.Matarazzo/V.Clemen-  
 tina/V.Gomes/Jd.da Saúde/Jd.Helena/Cidade São Matheus/Jd.Coim-  
 bra/Jd.Bonfiglioli/Campo Belo/V.Ariete/Jd.Maracana/Jd.Oliveira/  
 Jd.Lidia/Parque Perus/Santana/V.Progresso/Congonhas/V.Rica/Jd.  
 Umarizal/V.Leopoldina/V.Missionária/Pirajussara/V.Portuguesa /  
 Jd.São Jorge/Jd.Monte Azul/Cidade Líder/V.Zelina/Jd.Iracema/V.  
 Nova/Ponte Rasa/Jd.D.Abril/Jd.das Oliveiras/Jd.São Carlos/ V.  
 Rio Branco/Campo de Fora/V.Isa/Interlagos/Parque Anhanguerli /  
 Jd.Lageado/Jd.C.de Pirituba/C.Continental/Jd.Primavera/V.Pal-  
 meiras/Jd.Santana/V.Sta.Lucrécia/Belem/V.Mangallot/Parque Regi-  
 na/V.Guilhermina/Sacoma/V.Olinda/V.Sta.Clara/Sítio Pinheirinho/  
 Parque Cruzeiro do Sul/Jd.Palmas/Jd.Vergueiro/Parque São Luiz/  
 Jd.Itália/Pinheiros/Liberdade/V.Talarico/Jd.Irene/V.Guilherme  
 Baixa/V.Matilde/Jd.Thomaz/Parque Sevilha/V.Nilo/V.America/Par-

ao responder sobre os principais "problemas que as SABs estão procurando resolver", apontaram os dez seguintes temas, pela ordem de prioridade:

## QUADRO 2

### Problemas mencionados - 202 SABs consultadas

Atendimento de Serviços Públicos	% de Respostas
1. Pavimentação de vias públicas	35
2. Ampliação da rede de esgotos	28
3. Iluminação de ruas	24
4. Construção ou reforma da sede da SAB	21
5. Transportes coletivos	20
6. Água encanada	17
7. Postos de Saúde	15
8. Escolas e vagas	14
9. Coleta de lixo	5
10. Rede telefônica	4

Fonte: Instituto Gallup, "Opinião dos Presidentes...", op.cit. p.6. Ver, também, Tabela 7.

Nota: As respostas são múltiplas, havendo mais de uma resposta por respondente e totais superiores a 100%.

As indicações sugeridas por essas informações são bastante ilustrativas das intenções das SABs quanto aos problemas que parte dos seus dirigentes acreditam ser a sua tarefa tentar resolver. Por outro lado, observando-se os bairros de proveniência dos presidentes consultados, verifica-se como se men

que Maria Luiza/Eng. Goulart/Cangaíba/Capão Redondo/Parque Peruche/Jd. dos Guedes/V. Medeiros/Mandaquí/V. Nova Cachoeirinha/V. Penteado/Bairro do Limão/Jd. Brasil/Casa Verde Alta/Vice Presidente ob/V. Baruel/V. Maria/Jd. Dña Sinhá/Cidade Jardim/Favela de V. Prudente/V. Sabrina/Jd. Jaçanã/V. Maria/V. Corberi/V. Matias/V. Independência/Jd. Palmares/Jd. Arpoador/Fundação/São Paulo/Jd. Promissão.

Cf. Instituto Gallup, "Opiniões dos Presidentes de Sociedades de Amigos de Bairros sobre a política de Planejamento na área da Grande São Paulo". Gallup, 1976, mimeogr.

cionou antes, a relação entre bairros periféricos e certos tipos de reivindicações.

## II

Era preciso fazer esta longa introdução de modo a chamar a atenção para a atualidade do tema, antes de indicar a terceira e mais importante razão para que esse estudo dedique alguns capítulos ao fenômeno das Sociedades dos Amigos de Bairros: trata-se do fato que, como se verá nos capítulos 10 e 11, os estudos de caso dos movimentos autonomistas de Osasco e Pirituba revelaram que as SABs foram um dos principais suportes da mobilização e organização popular levadas a efeito com a sua ocorrência. Sem elas, seria difícil explicar alguns dos rumos tomados pelos movimentos autonomistas e, mais importante, alguns dos padrões organizatórios que eles projetaram. Aliás, isto não deve ser verdadeiro apenas para os casos de Osasco e Pirituba: como se verá pelas descrições destes casos, as SABs estiveram na base, também, dos movimentos autonomistas de municípios como São Caetano do Sul e Baruerí.

De fato, as SABs começaram a surgir no cenário sócio-político da região da Grande São Paulo a partir do pós-guerra e, mais particularmente, no início dos anos 50. Como continua ocorrendo ainda hoje, cresceram bastante entre 1955 e 1970 e, em 30 anos de tradições, desempenharam as funções de organismos elementares de articulação de alguns interesses econômicos e políticos das classes populares em face do Estado, marcando fases e características diferentes, que convém examinar antes de passar à análise dos movimentos autonomistas mencionados.

Todavia, é necessário assinalar que as informações e-

xistentes sobre as SABs são escassas, fragmentárias e relativamente limitadas. Elas resultam da manifestação da manipulação de dados existentes nos arquivos do Conselho de Coordenação das Sociedades de Amigos de Bairros, Vilas e Cidades do Estado de São Paulo, da Sociedade dos Amigos da Cidade (SAC) e, principalmente, de depoimentos de antigos participantes do movimento. Também se utiliza, neste capítulo, o estudo realizado pela Secretaria do Bem Estar Social da Prefeitura Municipal de São Paulo (5), o qual apresenta algumas informações complementares e serve de ponto de partida para a discussão de alguns aspectos relevantes para o tema, como a participação da população nas atividades das próprias SABs.

### III

O desenvolvimento do capitalismo gera, sempre, o aprofundamento da divisão social do trabalho e, com ela, o aprofundamento das contradições que estão na base de sua organização social. Entretanto, os efeitos deste aprofundamento, para o processo de organização das classes populares não é sempre o mesmo, nem um necessário reflexo mecânico, que permitisse, por exemplo, prevenir-se por antecipação as formas de organização que os setores populares assumiriam em regiões como a Grande São Paulo.

É, certamente, verdade que também em São Paulo o desenvolvimento do capitalismo apresentou - como em outras situações históricas - novas necessidades, decorrentes das transformações modernizadoras do próprio capitalismo, para a sobrevivência da população. Segundo indicam estudos recentes (6), esse desenvolvimento criou um descompasso entre as necessida-

---

(5) Ver "Caracterização Tipológica de Entidades Sociais", P.M.S.P., SEBES, Departamento de Integração Social, São Paulo, 1972.

(6) Ver, entre outros, "Trabalhadores, Cidadinos e Cidadãos" in C.P.F.CAMARGO et alii, "São Paulo 1975 - Crescimento e Pobreza", Loyola, São Paulo, 1976.

des da população e os recursos e equipamentos postos à sua disposição pelo Poder Público. Só algumas áreas, como foi o caso dos bairros de residência dos grupos melhor situados socialmente, como Campos Elíseos, Pacaembu, Higienópolis e, depois, os Jardins, ficaram excluídos dessa relação desigual entre as necessidades da população e os recursos oferecidos (7). Criaram-se, assim, as condições objetivas para que se desenvolvesse uma relação antagônica entre as necessidades da acumulação que cresce sempre mais à medida em que se concentra o capital (vide capítulo anterior) e a satisfação das necessidades, também crescentes, criadas à sobrevivência da população, como os que se referem à manutenção e reprodução da força de trabalho (8).

Entretanto, cabe recordar que o desenvolvimento do capitalismo traz consigo, também o desenvolvimento da força (quando menos numérico) das classes populares, que crescem, concentram-se nas áreas periféricas, ganham maior grau de homogeneidade e ampliam ou iniciam a sua organização. Essa organização, como se sabe, ocorre em vários níveis. No caso dos exemplos históricos "clássicos", essa organização se deu primeiro, através de associações voluntárias de defesa dos interesses econômico-corporativos das classes populares, de que os sindicatos são o melhor exemplo. Depois, como tem se acentuado mais recentemente, emergiram outras formas de organização popular, com funções complementares às primeiras e, frequentemente, mesmo, fazendo referência também a reivindicações explicitamente política. No Brasil, entretanto, a conhecida de

---

(7) Ver C.PRADO JR. "Considerações sobre o desenvolvimento da cidade de São Paulo", in "Evolução Política do Brasil", Brasiliense, São Paulo, 1965.

(8) Ver, entre outros, M.CASTELLS, "La Cuestión Urbana", Siglo XXI, 1974, especialmente capítulos 8,9 e 10.

pendência dos sindicatos ao Estado limitou, enormemente, as suas possibilidades efetivas de realizarem funções de defesa econômico-corporativa. Talvez isso explique porque durante longo tempo, eles não tivessem nunca manifestado maior interesse, por exemplo, pela reivindicação de condições urbanas de vida para os seus associados (tendência que só recentemente, ainda que de forma bastante limitada, parece começar a mudar) (9).

É possível que essa circunstância particular do sindicalismo no Brasil, tenha jogado o seu papel para a emergência de outras formas de organização popular, como é o caso das associações de defesa dos bairros populares. Mas o fato é que, tomadas em seu conjunto, as classes populares começaram a se organizar, a partir da intensificação do ritmo de industrialização (anos 40 e 50), também através de organismos elementares, como as Sociedades dos Amigos de Bairro, Cooperativas de Consumo e Clubes de Recreação (que, muitas vezes, assumiram também funções reivindicativas). Residentes quase sempre nas áreas periféricas, amplos contingentes das classes populares começaram a reagir em face do agravamento de algumas das suas condições de sobrevivência, e o primeiro sinal dessa reação foi a emergência de reivindicações por asfaltamento de ruas, água, luz e esgoto e cuja tradição as SABs acabaram recolhendo. De início, a partir de meados dos anos 40 - quando as condições políticas já permitiam a sua emergência pública - essas reivindicações aparecem como iniciativas, frequentemente pouco organizadas, de um ou outro líder natural dos bairros periféricos ou, mesmo, de uma "Comissão de Moradores" que, sem

(9) Segundo o depoimento do ex-vereador Odon P. da Silva, esse interesse não se manifestou nem quando os sindicatos de trabalhadores de São Paulo foram convidados a oferecer as suas opiniões sobre o traçado do futuro "metrô" da capital, tema que, pela sua relação direta com as condições de sobrevivência da classe trabalhadora, deveria suscitar alguma manifestação, qualquer que fosse ela, da parte dos sindicatos.

saber como se dirigir ao Poder Público, geralmente se utilizavam da imprensa popular para expressar o seu descontentamento em face do que, quase sempre, designavam como as suas "péssimas condições de vida" (10).

Depois, começaram a surgir as SABs, já então, como organizações formais criadas para ordenar e canalizar as reivindicações por melhorias sociais e urbanas nos bairros mais afastados e, portanto, menos servidos pelos benefícios que iam sendo introduzidos no centro histórico da cidade e nas suas adjacências. Segundo o estudo da SEBES (11), a maioria das SABs surge em áreas consideradas "carentes" pela própria Prefeitura; e, não é demais repetir que as suas atividades, gradativamente, se concentram à volta de tais como : sistema de água encanada, rede de esgotos, iluminação pública, extensão das linhas de ônibus, postos de saúde, creches, hospitais e moradias. Como o período durante o qual surge a maioria das SABs existente em 1970 (data da realização da pesquisa da SEBES), corresponde à fase de maior expansão industrial e de aceleração do processo migratório de outros estados para São Paulo, isto é, entre 1955 e 1970, não é possível deixar de vincular o seu aparecimento às transformações econômicas, sociais e políticas provocadas pelo desenvolvimento do capitalismo a partir dessa época. Como se verá, essa fase de maior crescimento das SABs recolhe uma tendência anterior que, como se disse, já vinha dos anos 40. Mas é, mesmo, a partir dos anos 50 que elas crescem numericamente e começam a desen-

---

(10) Exemplos dessas formas extremamente incipientes de reivindicações aparecem no noticiário dos jornais como "O Correio Paulistano", "A Hora" e, mais tarde, "O Jornal dos Bairros". Nos arquivos da "Sociedade dos Amigos da Cidade" - SAC, podem ser encontradas coleções de recortes que registram esses primórdios das reivindicações populares ligadas às carências dos bairros periféricos de São Paulo, nos anos 40 e 50.

(11) "Caracterização tipológica ...", op. cit.

penhar, cada vez mais, o peso de um novo fator político na vida da cidade, cuja presença não podia, simplesmente, ser ignorada.

De fato, entre o fim da II Guerra Mundial e 1955 surgem, em São Paulo, 12,2% das SABs que foram pesquisadas em 1970 (o estudo da SEBES não dá indicação dos números absolutos). Os 87,8% restantes surgiriam depois de 1955, acentuando-se o seu crescimento quanto mais próximos estamos da realização do estudo: 1970 (12). Esse fato poderia sugerir que as primeiras fases de organização do movimento de reivindicações nos bairros são de pouca importância. Seria, entretanto, necessário levar em conta, pelo menos, dois aspectos:

1. os registros atuais, em que se basearam os levantamentos mencionados, podem estar subestimando o número de SABs que efetivamente tenham se organizado no período entre 1945 e 1955, pois segundo alguns depoimentos (13), eram comuns os casos de SABs que nasciam, desapareciam por vários anos (às vezes, até 4 ou 5 anos) e ressurgiam anos mais tarde, quando as condições para o seu desenvolvimento eram melhores; 2. ainda que seja verdadeiro que o maior número de SABs tenha surgido depois de 1955 - fato que parece mais natural, mesmo, pois a maior expansão das periferias ocorreu nas fases que se abrem a partir daquela data - o que importa assinalar é que aquele crescimento só pode ser pensado em função de uma tradição previamente existente, e, ainda, de um modelo organizatório de funcionamento das SABs, que havia se estabelecido e se afirmado nas fases anteriores. Como se verá no próximo capítulo, esse modelo é recuperado plenamente pelo desenvolvimento poste-

---

(12) Cf. "Caracterização ...", op.cit., p.5 e segs.

(13) Os depoimentos foram recolhidos, em datas diferentes, de velhos militantes do movimento de reivindicações de bairros. Neste trabalho serão designados sempre como "velhos militantes".

rior do movimento.

Bastante interessante é o fato de que, das SABs existentes em 1970, na região da Grande São Paulo, 82,4% trabalhavam com uma clientela composta de população de baixa renda, majoritariamente proveniente do interior de São Paulo ou de outros Estados do país. Migrante, essa população analfabeta ou semi-alfabetizada enfrenta dificuldades paupáveis para se integrar no novo mercado de trabalho criado pelo desenvolvimento, cujas exigências são sempre mais complexas e a níveis de qualificação cada vez mais elevados. Entretanto, isso não significa que essa população não encontre condições de participar da cultura urbano-industrial ou que a maior parte de seu contingente constitua "população não incorporada ao processo produtivo", como tendem a acreditar os analistas da Secretaria do Bem Estar Social da Prefeitura de São Paulo. Em primeiro lugar, falar de não-participação na cultura urbano-industrial tal como ela se configura em São Paulo é, em si mesmo, demasiado problemático, pois a própria existência das SABs e a participação de sua clientela em suas atividades e/ou nos resultados de suas atividades implica, já, em um sintoma que indicaria, exatamente, na direção oposta. Por outro lado, estudos de casos, como os dos movimentos autonomistas de Osasco e Pirituba, indicaram a importância das Sociedades de Amigos de Bairros para formas de participação que envolveram uma forte mobilização popular. E, nesses casos, é bastante patente que não se trata de populações cuja maioria esteja fora do processo produtivo. Bem ao contrário, a maioria dessas populações é formada de operários industriais e de assalariados em serviços, que residem em bairros ou distritos-dormitório, mas trabalham em São Paulo ou em outras áreas da região metropolitana.

na (14). Estamos, como se sabe, diante de contingentes populacionais que integram a força de trabalho disponível ao polo mais dinâmico do capitalismo brasileiro; integram o exército industrial de reserva que está, permanentemente, em disponibilidade para o capital (15). Não cabe falar, portanto, em "população não incorporada ao processo produtivo", pelo simples fato de que não há limites muito definidos entre o contingente da classe operária, propriamente dita, e os contingentes engajados no setor de serviços ou no chamado mercado informal de mão-de-obra. Essa população constitui, no seu conjunto, a força de trabalho de que o sistema econômico lança mão, ora constituindo a classe operária propriamente dita, ora lançando os contingentes excedentes nas ocupações complementares disponíveis. Nesse sentido, seria mais cabível pensar em contingentes populares a partir dos quais está em processo de constituição a classe operária brasileira, nas condições do desenvolvimento do capitalismo conhecido pela região. Mas isso não nega, em nenhum caso, a significação da participação dos setores populares não-operários em fenômenos como o das associações de bairro. Ao contrário, a sua presença nas atividades das SABs e nos efeitos daí decorrentes, pode ajudar a iluminar, exatamente, o caráter da aliança social que é responsável pelo fato de que essas associações se referem, muitas vezes, nas suas reivindicações, a uma problemática que afeta, indistintamente, diferentes frações sociais: a problemática urbana, no contexto das condições de sobrevivência criadas nos grandes centros urbanos brasileiros.

---

(14) Ver, adiante, Capítulos 9, 10, 11.

(15) Ver L.F.KOWARICK, "Capitalismo e Marginalidade na América Latina", Rio, Paz e Terra, 1975.

## IV

É nesse quadro, portanto, que devemos entender o surgimento, nesse período, do movimento de Sociedades dos Amigos de Bairro. Não há, como se indicou, informações exatas sobre a data do seu primeiro aparecimento na vida da cidade, mas foi a partir de meados dos anos 50 que elas começaram a dar sinais de sua existência, embora desde 1945, a grande imprensa já registrasse um ritmo regular de atividades de várias as sociedades, como foi o caso da Sociedade dos Amigos da Cidade Comerciário "Presidente Vargas" e da Sociedade dos Amigos de "Pedro Ernesto". Inicialmente, as SABs se limitavam a apresentar reclamações contra a inexistência de redes de água e esgotos, fazendo referência à sua relação com a incidência de doen ças e moléstias; deficiências do sistema de transportes coletivos, tanto no que diz respeito a pouca intensidade das linhas de ônibus, como às precárias condições de funcionamento dos serviços de trens de subúrbio, que mantinham linhas com carros insuficientes, ocasionando o fenômeno conhecido como "pingentes"; precariedade das estações de trens que, pequenas e acanhadas, obrigava enormes massas a se acotovelarem nas plataformas, pouco seguras e insuficientemente protegidas con tra a chuva e o sol; escassez de vagas nas escolas primárias; inexistência de prontos-socorro; necessidade de hospitais, etc.(16).

A partir de 1946 e 47, por exemplo, começaram a ganhar notoriedade pública a Sociedade dos Amigos de Santo Amaro, em penhada na defesa do patrimônio material e "moral" da localidade; a SAB de Santa Maria; a SAB da Moóca, que realizou uma festa para comemorar o Dia do Trabalho; a SAB do Jabaquara ,

(16) Cf. Arquivos da SAC e Coleção "Correio Paulistano".

que apresentou o seu protesto contra o aumento das passagens de ônibus e bondes, às vésperas do quebra-quebra de 1947. Em 1948, tornam-se conhecidas também a SAB do Tucuruví e a SAB de Vila Gustavo. Essas associações devem, provavelmente, ter surgido durante o período da guerra, quando ocorre uma das mais intensas fases de crescimento da cidade, à base das migrações internas. O fato de que suas atividades extravasassem o âmbito de seus bairros e fossem noticiadas pela grande imprensa indica um grau de organização que, certamente, tinha por trás de si alguma tradição firmada. Por outro lado, isso é indicativo também de que deveria existir, à época, outras associações além das mencionadas, mas as suas atividades não eram ainda intensas o suficiente para se refletirem na grande imprensa de São Paulo. O seu efeito e o seu reflexo era, provavelmente, mais local. A imprensa popular, surgida nesses anos, confirma essa hipótese. Aliás, não é outra senão essa a explicação para que jornais da envergadura do "Correio Paulistano" mantivessem um noticiário especial dos problemas dos bairros de São Paulo e das reivindicações de seus moradores, como foi o caso da coluna diária "Os Bairros na Berlinda".

A partir de 1950, o crescimento, em número e atividades, das SABs será maior, para se intensificar ainda mais em meados da década, quando os processos de industrialização e urbanização em São Paulo avançou para um estágio superior. De novo aqui poderia haver a tentação de estabelecer uma relação mecânica entre o ritmo de desenvolvimento econômico e social desses anos e o surto de crescimento das SABs. Porém, como se verá pelas descrições deste e dos próximos capítulos, esse surto aparece ligado muito mais a fatores de tipo político que aos de tipo estrutural. De fato, a conjuntura desses anos corresponde à fase de emergência do Janismo, uma espécie de

populismo típico da periferia e, no plano nacional, à fase final do segundo período de Vargas no poder, quando se caracteriza uma política de estímulo, a partir do próprio Estado, para a organização das classes populares. Estas circunstâncias criariam condições favoráveis para a emergência do movimento popular de bairros. Isso não quer dizer que tenha havido uma determinação direta entre esse populismo e o movimento de bairros. Mas quer dizer que o clima político geral garantia as condições de sua emergência; dava, por assim dizer, os parâmetros pelos quais se daria a relação entre ambos.

Há indícios bastante fortes de que, desde 1950, moradores do bairro do Moinho Velho apelaram à Sociedade dos Amigos da Cidade para ajudá-los na fundação de uma SAB. Em 1951, segundo os arquivos da SAC, surgiriam outras associações de moradores em Jardim Cardamone, Itaim, Bosque da Saúde. 1952 seria o ano de Campo Belo. 1953 registraria, entre outras, o ressurgimento das SABs de Osasco, Parque da Lapa, Cidade Vargas, Vila Ipojuca, Vila Gumercindo, Vila dos Remédios e Parque Bristol. (Cabe mencionar que, nesse ano, ao comemorar o seu aniversário, a SAB de Vila Ipojuca reabre as suas atividades com a presença do prefeito Janio Quadros, seu "padrinho"). Em 1954, fundam-se ou reativam-se as SABs de Campo Belo, Vila Pompéia, Vila Pirituba e Eldorado. Outras associações ou sociedades de bairro surgem em Santo André, demonstrando que a tendência de expansão do movimento abrangia toda a área da Grande São Paulo e não apenas o município da Capital. 1955 veria o surgimento de novas entidades nos seguintes bairros: Vila Perdizes, Itaberaba, Jardim Tremembé, Cidade Monções, Perus (onde anos mais tarde se desenvolveria um movimento da população contra a poluição causada pela fábrica de cimento do mesmo nome), Sumaré, Getulina, Vila Romana e Jardim Prudência.

Chama a atenção, ainda, o fato de que no Sumaré a SAB iniciava as suas atividades com uma campanha para criar a Coope-  
rativa de Consumo dos Amigos do Sumaré, como meio de defender a  
população da alta do custo de vida. Evidenciava-se, aqui, a in-  
fluência de diferentes fatores relacionados com os custos de re  
produção da força de trabalho. Pelo lado do salário direto, as  
classes populares enfrentavam a sua queda. Pelo lado do salário  
indireto, enfrentavam o crescimento incontrolado das carências  
urbanas. A resposta era essa tendência genérica à organização.

Em 1956, surge uma "Associação de Amigos" em Vila Nova  
América; a SAB de Vila Albertina realiza uma festa popular "de  
largo", indicando a importância que as SABs assumiam também co-  
mo fator de desenvolvimento de certo tipo de sociabilidade da  
população; a festa era para comemorar as "melhorias" conquista-  
das para o bairro desde que a SAB tinha sido criada. O noticiá-  
rio da grande imprensa não indica, com precisão, de que melho-  
ria se tratava. Informa, entretanto, que a festa tinha sido or-  
ganizada por uma comissão geral formada por dirigentes da SAB e  
representantes da Irmandade Católica da Capela de N.S. Apareci-  
da, do Centro Espírita Irmãos Benedito e Jorge, do Vila Alberti-  
na Futebol Clube e da Associação dos Clubes Infantis do bairro.  
Isto sugere que algumas SABs desempenhavam, também, uma função  
aglutinadora para diversas associações locais. Em 1957, com o a  
poio da SAC, surgem as SABs de Vila Galvão e de Guarulhos que, a  
nos mais tarde, será a fundadora da "Gazeta de Guarulhos", ór-  
gão de imprensa local, destinado a noticiar e divulgar as rei-  
vindicações da população local. Aliás, cabe assinalar para todo  
esse período, uma grande intensificação das atividades relacio-  
nadas com a imprensa de bairro. Surgem vários jornais especiali-  
zados em noticiar os problemas dos bairros e o seu atendimento

pela Prefeitura Municipal. Entre esses, deve-se mencionar especialmente "A Voz dos Bairros", que foi dirigido por Mendes de Oliveira, um antigo dirigente de SAB, e "O Jornal dos Bairros". A sua emergência marca, também, o início de uma atenção maior da parte dos jornais considerados populares com os problemas dos bairros periféricos. Jornais como "A Hora" - que apoiava Janio Quadros -, "Última Hora" - que apoiava Vargas -, e "Notícias de Hoje" - de orientação comunista -, passaram a refletir cada vez mais a movimentação existente nos bairros. Esses jornais, assim como o "Correio Paulistano", dedicavam páginas ou colunas especiais aos problemas e às reivindicações dos bairros. Não é incabível admitir a hipótese de uma relação entre o crescimento da atividade organizatória do movimento de bairros e o surgimento dessa tendência; o levantamento de dados realizado não permite uma resposta precisa a esse respeito, mas seria interessante detalhar essa relação e verificar as formas recíprocas de determinação entre ambos.

A partir de 1953, por exemplo, antes mesmo da eleição de Janio Quadros para prefeito, o jornal "A Época" já espelha as atividades de algumas dessas SABs. A sua edição do dia .... 6.1.1953 noticia a pressão que alguns vereadores estariam iniciando sobre o prefeito para a adoção de um Plano de Emergência destinado a atender às inúmeras reivindicações apresentadas por moradores dos bairros periféricos. De fato, desde o ano anterior esse jornal vinha estampando uma série de reivindicações locais, dando conta do "completo abandono das zonas periféricas da capital". Nessa época, o jornal já fazia referência à existência de um Plano de Emergência na prefeitura de São Paulo, cuja elaboração visaria "... dotar a zona extrema da cidade de suas mais imediatas reivindicações, quais sejam: água, luz, es

gotos e, na medida do possível, calçamento, etc." (17).

Às vezes, o noticiário dessa imprensa especializada se refere às próprias atividades das SABs, como é o caso, da Sociedade dos Amigos de Vila dos Remédios que, em maio de 1953, encontra-se em luta contra a empresa auto-ônibus Vila Hamburgo, denunciada por cometer irregularidades no trajeto da linha que serve ao bairro, por aumentos constantes e excessivos e questões de segurança. O presidente da SAB procura a redação do jornal "A Hora" para denunciar o caso no dia 28.5.1953. Nesse mesmo ano, a Sociedade dos Amigos de Vila Gumercindo comemora a conquista de sua primeira vitória diante do Poder Público, com a instalação de um telefone público no bairro. No ano seguinte, é a vez da Sociedade dos Amigos de Eldorado, que denuncia pela imprensa as péssimas condições em que se encontra o bairro, "completamente esquecido pelas autoridades". A SAB ainda informa que alguns melhoramentos com que conta a população resultam da iniciativa da própria associação dos moradores que,

(17) Um exemplo dessas reclamações e do papel que a população atribui ao Poder Público pode ser encontrado no "Jornal dos Bairros" de abril de 1954:

"Vila Pereira Barreto (Pirituba) - O sr. Manoel Gomes, rua São Pedro, 1, Vila Pereira Barreto, diz que a sua rua é paralela a via férrea (EF Santos-Jundiaí), sendo a mais baixa do bairro. Nessas condições e por não haver um serviço de coleta de lixo, toda a imundície da parte alta vai ter ali, levada pelas enchentes. Frisou, também, que o bairro não possui cemitério. Os que podem pagar, enterram os seus mortos na Goiabeira. Os pobres levam seus defuntos em caminhões ou a pé até encontrar lugar onde enterra-los. Disse, igualmente, que luta contra a falta de um telefone público que esteja a disposição do povo, quer de dia, quer de noite. Afirmaram-nos que a condução é outro problema sério em Pirituba. Os moradores sofrem os maiores transtornos por falta de um bom serviço de transportes coletivos. Na sua opinião, a culpa cabe aos órgãos oficiais que descuidam da conservação das vias públicas e, dessa forma, os veículos encontram as maiores dificuldades para circular. Os ônibus, por sua vez, não oferecem nenhum conforto aos passageiros. Além de velhos, trazem seus assentos cobertos de po, causando descontentamento geral. O policiamento deficiente é outra reclamação que estes senhores registraram na "Ronda dos Bairros". Referiam-se também a falta que faz um cemitério local. Queixaram-se, por outro lado, da Companhia Armour, dizen-

por conta própria"... tem realizado inúmeros benefícios aos seus moradores". Entre os benefícios mencionados pelo jornal, enumeram-se os seguintes: 1) conseguiu uma guarnição de salvamento para proteger a população que procura a lagoa do bairro para a prática de esportes e do lazer; 2) ajudou na construção da Igreja do bairro; 3) construiu, com recursos próprios, o prédio destinado à instalação de um posto de serviço médico, em terreno doado pela prefeitura municipal de São Bernardo do Campo.

Em 1956, a imprensa noticia que a SAB local consegue coordenar as atividades de diversas associações existentes no bairro com o objetivo de obter as melhorias desejadas pela população e, mesmo, de promover atividades sociais conjuntas. A "Folha da Tarde" de 7.1.1956, por exemplo, noticia a realização de uma festa popular"... em regozijo pela execução de vários melhoramentos públicos que o bairro vinha reivindicando a tempos". Para a realização da festa, unem-se a Sociedade de Amigos de Vila Albertina, a Irmandade da Capela de N.S. Aparecida, o Centro Espírita Irmãos Benedito e Jorge, o Clube de Futebol Vila Albertina E.C. e a Associação dos Clubes Infantís existentes na região.

Não se dispõe de informações suficientes para acompanhar o processo de organização do movimento de SABs nos períodos posteriores, embora as indicações anteriores já sirvam para traçar o quadro desse fenômeno de associativismo típico das classes populares, que começava a se formar em São Paulo.

---

do que essa Companhia industrial prejudica o desenvolvimento do bairro, criando impecilhos com seus terrenos incultos dentro dos perímetros da Vila".

O quadro atual, que comporta mais de uma milhar de associações, teve de se apoiar, em sua formação, nessa larga tradição associativa, que começou a se desenvolver a partir do pós-guerra, viveu a experiência de mobilização de massas nos anos 50 e 60 e chegou até os dias de hoje, configurando uma herança que é caramente disputada politicamente pelos grupos identificados com o regime e, mais recentemente, por grupos que se afirmam herdeiros das próprias tradições populares.

Estas considerações são necessárias em face do quadro presente oferecido pelo movimento de SABs, pois ele está marcado, em grande parte, por uma aparente "integração perfeita" com certos representantes do Poder Público (Prefeitura Municipal) e tende a oferecer aos observadores uma imagem simplificadora, segundo a qual toda a história do movimento de reivindicações urbanas ligado às SABs aparece como uma sorte de "história da cooptação das associações de moradores". Trata-se de uma visão simplista, pois tende a não admitir a hipótese de que não são todas as SABs existentes em São Paulo que estão integradas ao "esquema oficial" ou, mesmo, que pode haver, por exemplo, uma lógica própria - algo como uma política de manipulação às avessas - nesta suposta "integração" das SABs com o Poder Público. Por exemplo: é estranho que, embora as SABs apareçam, muitas vezes, como simples agências para a conquista de votos para os políticos vinculados ao "esquema oficial", os resultados das últimas eleições parlamentares sejam tão negativos para esse esquema. Há algo de paradoxal neste suposto clientelismo, em que, em troca de serviços e melhorias urbanas, as SABs deveriam angariar votos, pois embora haja evidências de que, vez por outra, esse ou aquele bairro é, efetivamente, beneficiado por algum atendimento que foi mediado por políticos ou candidatos, o contrário frequentemente não é verdadeiro; quer dizer, não há

evidências abundantes para indicar que o "esquema oficial" esteja se beneficiando, eleitoralmente, desse suposto clientelismo. Exemplos como este, que são abundantes, servem para colocar em questão aquela imagem de "integração perfeita", entre as SABs e o Poder Público. Mas é inegável que, pelo menos entre os intelectuais, a imagem que tem prevalecido sobre essa relação é negativa e tende a não convidar os observadores nem a se perguntarem das razões históricas para que tenha se criado essa situação, que se afirma como verdadeira.

Por essa razão, pode ser útil procurar traçar um quadro que envolva situações históricas em que as SABs tiveram, concretamente, que enfrentar a questão da sua integração com o Poder Público e que resultaram na sua autonomia. A descrição e análise de situações como essa, embora não seja um indicador que garanta, necessariamente, que a referida integração não possa ocorrer mais, serve para indicar, quando menos, que a história do movimento de SABs é cheia de vicissitudes, de avanços e recuos, e que se há algo que hoje pode ser tomado como um padrão do seu desenvolvimento (a suposta "integração perfeita"), nem sempre foi assim; quer dizer, já houve momentos, na história das SABs, que elas não aceitaram se "integrar". Além de traçar essas diferenças em relação à atualidade, essa análise da história passada pode indicar, também, que a história das SABs - como a história de todo movimento social - não é uma história contínua, e que as suas descontinuidades tem de ser entendidas como resultado de um desenvolvimento que não é nunca linear. Por outras palavras, a reconstrução histórica ajuda a indicar que o desenvolvimento das SABs não foi sempre tal como parece ser hoje; esse desenvolvimento já apresentou, no passado, um padrão diferente.

## V

Em meados dos anos 50, o vice-prefeito de São Paulo , Wladimir de Toledo Pizza, assume a chefia da administração municipal, pois, Lino de Matos, prefeito eleito e seu companheiro de chapa, desistira para assumir o cargo de senador. Pizza tinha o apoio dos comunistas e sua eleição se devera a uma combinação de forças das quais o próprio Janismo fazia parte e, como prefeito demonstrava sensibilidade aos esforços de mobilização popular que a esquerda tentava implementar. Em realidade, a chapa Lino-Pizza já tinha realizado, durante a campanha eleitoral, um amplo esforço de mobilização, que foi coordenado pelos chamados "Comitês Lino-Pizza" e apoiado por duas correntes populares, o Janismo e o Trabalhismo local. Por isso, quando Pizza assume o cargo de prefeito, o seu prestígio popular é bastante grande. Essa circunstância sugere às forças de esquerda uma oportunidade, que segundo se entendia, à época, não deveria ser perdida, para um trabalho, junto às bases populares, tanto de apoio ao poder local, como de mobilização dos setores das classes populares que, através das SABs, já vinha demonstrando a sua tendência à organização.

Os "Comitês Lino-Pizza", organizados durante a campanha eleitoral, com base nos bairros populares, tinha funções essencialmente eleitorais, mas trataram de se apoiar na influência do Janismo sobre as SABs e em remanescentes da experiência dos Comitês Democráticos Populares, levada a cabo pelo Partido Comunista nos anos 40 (ver adiante próximo capítulo). Serviram para identificar lideranças locais, na periferia, mas, ao mesmo tempo, para reforçar a convicção existente entre os novos dirigentes da cidade da importância das SABs.

Em função disso, a partir do início de 1956, após a posse de Pizza, são convocadas uma série de reuniões do novo prefeito e seus assessores com as diretorias das Sociedades de Amigos de Bairro existentes. Segundo se anunciava, essas reuniões visavam a preparar uma "melhor integração" entre aquelas associações voluntárias e a Prefeitura Municipal. Davam-se assim, naquela ocasião, os primeiros passos, para se criar uma eventual identidade entre SABs e Poder Público. Mas, nas condições da época, tratava-se de uma reedição, embora um pouco diferente, da experiência do Janismo, em 1953, que, basicamente, buscara atribuir alguma importância às associações de moradores na vida da cidade. Agora, o objetivo de Pizza não era de estimular ou ajudar a organização autônoma das classes populares, mas de vinculá-las organicamente a um setor do aparato local do Estado, que era a prefeitura.

Entretanto, a política de subordinação das SABs à Prefeitura é proposta sem maiores cuidados que permitisse esconder o seu caráter autoritário. Os passos, no sentido de sua implementação, são preparados, flagrantemente, de cima para baixo, sem consulta aos diretamente interessados, e toma, simplesmente, a forma de uma portaria (nº 152 de 1956), criando em todos os bairros da cidade, os Conselhos Distritais, destinados, em uma primeira etapa, a congregar as SABs existentes, para, em seguida, substituí-las, dando ao movimento de bairros uma unidade de ação que se supunha que ele não tivesse. A portaria falava, também, na incorporação do patrimônio e posses das SABs aos Conselhos Distritais. A iniciativa recebeu apoio de um pequeno número de Sociedades de Amigos de Bairros que era controlado pelo esquema que apoiava Pizza, e uma resistência grande de boa parte que não se submetiam à sua influência. Um

dos primeiros sinais de resistência de parte das SABs tomou a forma de uma aliança entre a Sociedade dos Amigos da Cidade e as SABs: foram realizadas uma série de reuniões visando a traçar um plano de ação conjunta entre essas entidades de forma que elas pudessem garantir a sua autonomia. Jogava o seu papel aqui, a vaga inspiração "liberal" da SAC (ver adiante próximo capítulo).

Essa inspiração servia, certamente, para fortalecer a tendência de autonomia desses organismos elementares da sociedade civil. Mas essa não foi a única reação esboçada contra a iniciativa do esquema Pizza: um outro grupo de SABs, de que não há informações precisas sobre o seu número, orientação política, etc., se insurge abertamente contra a medida do prefeito, denunciando-a publicamente como uma "manobra eleitoral". Há algumas informações sobre essa ação de resistência, mas antes de passar a uma descrição do seu desenvolvimento, convém indicar melhor o quadro em que se inscreve a criação dos Conselhos Distritais.

Entre agosto e dezembro de 1956, o governo municipal parece ter dedicado uma atenção especial à organização dos CDs, pois no final do ano, em uma reunião geral convocada e presidida pelo prefeito Wladimir de Toledo Pizza, reúnem-se nada menos que 963 Conselhos Distritais e representantes de outros 217 em formação (18). Esses números podem estar, obviamente, exagerados, pois são dados oficiais fornecidos pela administração municipal da época à imprensa; mas, em qualquer caso, servem para dar uma idéia do alcance político da manobra iniciada por Pizza que, segundo se afirmava, desejava se candidatar a prefeito nas eleições regulares que seriam realizadas no ano se-

(18) Cf. Coleção "Correio Paulistano", Arquivo da Biblioteca Municipal de São Paulo - dias 13, 14 e 15/12/1956.

guinte. Mais importante que esses números é a notícia de que a convenção dos recém-criados CDs, ao apreciar as atividades dos novos organismos, anunciou que a sua Comissão Orientadora recebeu 883 reivindicações provenientes dos mais diversos bairros da cidade, sendo 582 relacionadas com a realização de obras públicas; 157 com serviços urbanos; 74 com os serviços da CMTC e 70 com higiene e saúde pública. Ao discursar na reunião da convenção, o prefeito procura dar uma resposta a essa vaga de reivindicações e promete um decreto especial determinando que, pelo menos, 50% da receita arrecadada em cada bairro passasse a ser ali mesmo empregada, de forma a integrar o esforço de cada morador, através do pagamento de seu imposto, com o trabalho da administração pública. Na mesma reunião, Pizza ainda faz um balanço das atividades de 20 sub-prefeituras que tinha decidido criar por toda a cidade, visando melhorar o atendimento das reivindicações dos bairros periféricos e populares.

O prefeito procurava dar, portanto, passos no sentido de estabelecer novos mecanismos de legitimação do poder local. Por um lado, estimulava a participação dos cidadãos da periferia através de uma estrutura formal de representação que, segundo desejava fazer crer, institucionalizava a tradição de participação social e política conquistada ao longo do desenvolvimento mais recente da cidade. Por outro, tratava de criar a imagem de uma administração submetida à vontade popular, pois a política de investimentos e realizações da administração deveria obedecer aos critérios impostos pelas aspirações das populações dos bairros, as quais deveriam ser canalizadas pelos Conselhos Distritais.

Esses esforços, entretanto, não lograram o apoio da maioria das SABs então existentes em São Paulo, como se verá

adiante, mas não deve passar despercebidamente essas tentativas de um político ligado à tradição populista e que conta, para a sua iniciativa, com o apoio, pelo menos, da direção dos comunistas de São Paulo. Há um aspecto importante que não deve ser deixado de lado nessas considerações. Embora surpreendente sob certos aspectos, alguns depoimentos de militantes comunistas, dessa fase, são hoje, extremamente críticos em relação à sua própria atuação e à orientação sustentada pelo PC (19). Os poucos depoimentos existentes assumem, aqui, toda a sua relevância, seja porque não foram muitos os militantes comunistas que se dedicaram prioritariamente à política de mobilização das classes populares a partir de seus problemas urbanos, seja porque sendo um assunto que era considerado da competência dos organismos dirigentes do partido em nível municipal ou distrital, sua reconstituição é tarefa de difícil realização, como se pode facilmente imaginar. As críticas se dirigem, especialmente, à orientação imprimida aos Conselhos Distritais (embora façam referência também aos CDPS, de uma fase histórica anterior), observando que esses organismos falharam como fatores de mobilização real das massas porque não conseguiram estabelecer uma forma eficaz de comunicação com elas. Porém, as críticas mais sérias, desses depoentes, se dirige à própria iniciativa, estimulada pelo PC, de institucionalizar um tipo de organismo de representação das classes populares diante do poder local quando, em realidade, a própria tradição popular já tinha criado organismos para desempenhar essas funções, que tinham nascido desvinculados dos aparatos locais do Estado, como era o caso da prefeitura de São Paulo. Um depoente conta que chegou a manifestar, claramente, o seu desagrado diante da política de

---

(19) Entrevista com "Velhos Militantes"

institucionalizar, as SABs, substituindo-as pelos Conselhos Distritais, mas as condições políticas internas no partido, nessa época, não permitiam que a questão se transformasse em tema de discussão ampla. Apesar da ausência do debate, o depoente informa que prevaleceu, no final, a orientação da direção, de criar os Conselhos Distritais (20). Por outra parte, haveria que ter em conta que essa avaliação crítica, de velhos militantes, louvável em muitos aspectos, trata de explicar as fases históricas consideradas em termos da concepção dominante, que pensava a mobilização de massa estritamente em função de agitação e propaganda, sem ter em conta os problemas em que se podia basear uma organização mais permanente do setor popular. Segundo esses depoentes, essa agitação e propaganda se orientava para os temas gerais a que se subordinava a estratégia política do PC, na época, (nacionalismo, anti-imperialismo, aliança com a burguesia nacional, etc.), desconsiderando alguns temas de relevância imediata e local, como era o caso das reivindicações urbanas. Não é improvável, entretanto, que aquela agitação e propaganda tenha criado algumas condições favoráveis à mobilização de massas; mas essa política não conseguiu se dirigir a uma efetiva consolidação da tendência de pressão popular, que irrompera desde o pós-guerra, e cuja afirmação só poderia ter ocorrido se a esquerda tivesse definido um programa mais amplo e duradouro da organização de suas bases, a partir da própria tradição organizatória criada por essas bases. Em realidade, a própria existência das SABs e a pressão que elas geravam sobre o Poder Público era uma indicação clara da disposição de setores das massas e dos caminhos que poderiam ter sido seguidos para mobilizá-las.

Não se trata de negar que, malgrado possíveis intenções

---

(20) Entrevista com "Velhos Militantes..."

manipulatórias, a iniciativa de criar os Conselhos Distritais , por si só, representou um reforço à consolidação de uma tendência de participação das classes populares na vida política da cidade. Afinal de contas, mesmo sem o apoio da maioria das SABs, o fato da Prefeitura Municipal reconhecer oficialmente a importância do movimento de reivindicação dos bairros, e tentar dar a ele uma estrutura definida no contexto dos aparatos locais de poder, deve ter pesado para consolidar uma noção já existente , que atribuía às massas urbanas algum papel nas decisões da vida coletiva.

Pelas informações de que se dispõe, não é o caso de descartar a hipótese de que os comunistas tenham entrevisto a possibilidade de canalizar essa circunstância, e, à sua maneira , tratado de viabilizá-la, através do incentivo e apoio às medidas adotadas por Pizza. Não obstante, independentemente das intenções que tenham estado presentes na orientação adotada pelos comunistas o que parece ser importante a assinalar, no caso, é que essa tentativa de mobilização das classes populares, da parte da corrente hegemônica da esquerda brasileira, era feita de cima para baixo, isto é, sob a égide da iniciativa do Estado, o que equivale a dizer dos grupos que o controlavam. A tentativa de organização de uma tendência latente de participação das classes populares, (que, aliás, carecia de direção política), não ocorre com um passo no processo de discussão de seu papel na sociedade; não aparece como o resultado de um esforço de reflexão sobre a tradição da experiência histórica acumuladas pelas SABs que, no caso, recebiam um impulso e uma orientação novos. Surge, antes, como manifestação da capacidade de controle do Estado sobre a sociedade civil; como manifestação pela qual o esquema político do populismo local, ao qual se aliavam os comunistas, era capaz de realizar as funções de controle das classes subal -

ternas pelo Estado.

Convém examinar, agora, os esforços de resistência surgidos entre uma parte das entidades de bairros às medidas de controle adotadas nessa fase. As primeiras iniciativas tomadas pelo prefeito Wladimir de Toledo Pizza, no sentido de criar os CDs, são acompanhadas, como se indicou, de uma aliança entre a Sociedade dos Amigos da Cidade e as SABs. A SAC era um núcleo agregador de alguns setores "liberais" de São Paulo e a sua preocupação maior era impedir que ocorresse a "desumanização" da cidade, em virtude de seu crescimento descontrolado. Para evitar a "desumanização" de São Paulo, a SAC preconizava a intervenção da população no seu planejamento e, dessa forma, a participação dos cidadãos nos destinos da comunidade. Reforçava, portanto, uma certa ideologia participacionista, que assegurava um lugar para os setores populares da sociedade.

Tendo à sua frente homens como Lauro de Barros Siciliano e Paulo Penteado de Faria e Silva, ambos vinculados a Prestes Maia, a SAC assume, naquela conjuntura, a iniciativa de convocar uma série de reuniões com cerca de 120 Sociedades de Amigos de Bairros da capital. Essas reuniões se sucedem durante os meses de setembro, outubro e dezembro de 1956, exatamente à mesma época quando Pizza, apoiado pelos comunistas, está tentando impor à cidade o seu plano de criação dos Conselhos Distritais. É possível que estivessem presentes, nessa iniciativa, interesses político-eleitorais contrários ao esquema populista representado por Pizza. Entretanto, para muitos "liberais" da SAC os esforços de Pizza soavam como expressão de uma perigosa tendência "estatista", que alguns desejavam evitar. Também influiu, nesse sentido, uma concepção um tanto vaga e difusa de que às SABs não cabia envolver-se partidariamente. Essa concepção política,

bastante ingênua, era típica de certas correntes liberais que desvinculavam o funcionamento das associações voluntárias do processo político em curso no país, como se a existência, em si mesmo, daquelas associações não tivesse implicações de natureza política e, indiretamente, partidária.

O resultado das reuniões conjuntas entre SAC e SABs é a consolidação de uma frente única que se comprometia a lutar por um programa de ação conjunta: uma campanha pela adoção de um "Plano Geral de São Paulo" (destinado a disciplinar o crescimento da cidade) e de planos setoriais de Transportes Coletivos e Rede de Águas e Esgotos. A adoção desses planos deveria ser precedida de amplos debates, com participação da população, mas as reuniões debateram, também, a necessidade das entidades colaboradoras afastar-se da política partidária e garantir a sua autonomia e independência de ação. Não se mencionava, explicitamente, a situação criada pelos CDs e o risco que sua criação representava para aquela autonomia e independência, mas pelo sentido geral das conclusões dos encontros pode-se perceber que o tema ~~tenha~~ sido objeto de discussões. Numa dessas reuniões realizadas em 1956, quase ao mesmo tempo em que se realizavam as assembleias dos recém criados Conselhos Distritais, SAC e SABs chegaram às seguintes conclusões:

1. A SAC e as SABs decidem colaborar mutuamente e, para isso, criam 10 comissões de estudos, destinadas a examinar os problemas específicos da cidade e a concretizar a colaboração a firmada aqui;

2. As entidades também decidem manter a sua autonomia própria. Tanto a SAC como as SABs garantem um pacto de ação con junta, mas continuarão com plena liberdade de ação em seus respectivos âmbitos de atividades, mantendo-se, assim, autônomas.

Essa preocupação tão evidente com a independência e autonomia das organizações em um momento que, exatamente, se caracteriza por uma proposta do poder local que lhe tolhia essas condições, não se referia apenas às relações que regulavam o seu próprio contacto, mas era também indicação de que ao afirmar o princípio para si, essas entidades afirmavam-no também no contexto da política municipal, que incluía os esforços centralizadores representados pelo esquema Pizza.

Cabe indicar que, malgrado essas evidências de que as SABs, por uma ou por outra forma, preocupavam-se com sua própria coordenação, esses anos de meados da década de 50 não vieram surgir nenhum organismo de coordenação superior, no sentido forte do termo, que fosse capaz de unificar a maioria das SABs, como ocorreria mais tarde. Em realidade, elas se encontram dispersas entre diversas tentativas agregacionistas e o quadro é confuso e de difícil caracterização. Na mesma época em que surgem as iniciativas mencionadas, de revitalização da unidade SAC-SABs, aparece em cena uma Federação das Sociedades de Amigos de Bairros que tinha sido fundada no ano anterior. Também esse organismo, segundo todas as indicações, reforça a tendência da época, de reuniões paralelas às que realizava o esquema então no poder local. Sintomaticamente, embora distinguindo-se dos esforços conjuntos mencionados, também essa Federação das SABs vai apelar à liderança da Sociedade dos Amigos da Cidade. Algumas das reuniões de SABs registradas pela imprensa como sendo de iniciativa dessa Federação será realizada com a presença de Paulo Penteado de Faria e Silva, da direção da SAC. De novo, o objetivo das reuniões é coordenar a ação conjunta das SABs tendo em vista a pressão que desejam realizar sobre as autoridades municipais, pelas suas reivindicações locais. Não obstante, essa Federação logo desaparece do cenário e prevalece a tendência de

agregação das SABs em torno da SAC. Todavia, é necessário assinalar a presença, nessa mesma época, de um outro grupo de SABs, aparentemente desvinculado dos já mencionados, e que também convoca uma assembleia - que, depois, se declara permanente - das associações de bairros com a finalidade precípua de denunciar a iniciativa do governo municipal de criar Conselhos Distritais e resistir à absorção das SABs pelos aparatos locais do Estado.

Essa assembleia permanente, realizada em setembro de 1956, anuncia que as SABs que dela participaram "não querem ser tragadas pelos Conselhos Distritais" e denunciam politicamente o prefeito que "oficializou os Conselhos Distritais para controlá-los como escritórios eleitorais" (21). As informações de que se dispõe sobre a organização, número de participantes e as orientações ideológicas e políticas presentes nessa assembleia são demasiado escassas para permitir uma conclusão definitiva, e só indicam que ela termina com uma decisão clara das SABs de pedir uma audiência coletiva ao prefeito para poderem expor os seus pontos de vista. É interessante observar que, se de um lado a sua realização implica em uma manifestação de autonomia, por outro, os seus resultados podem sugerir o reforço de uma velha tendência existente entre os setores das classes populares mais vinculadas ao populismo, que era a de ir buscar a aprovação das autoridades, mesmo quando discordando delas. No quadro de relativa espontaneidade em que vinha ocorrendo a participação social e política das classes populares, ~~isso~~ poderia parecer normal; entretanto, a audiência com o prefeito Wladimir de Toledo Pizza pode ser vista também como uma manifestação de vontade que, por ser autônoma, se afirma mesmo diante da autoridade contra a qual se manifesta. Quase um mês mais tarde, quando a au-

---

(21) Cf. "Jornal dos Bairros", setembro de 1956.

diência se realiza, os dirigentes não-conformistas das SABs que não aceitam os CDs, afirmam, entre outras coisas, que:

1. "... jamais concordarão em incorporar-se aos Conselhos Distritais criados pela prefeitura municipal ...";

2. "isso seria o mesmo que anexar-se aos comitês eleitorais do prefeito";

3. "(a população da periferia)... quer apenas melhor calçamento, condução abundante e mais barata, luz, água, esgotos e policiamento para as ruas abandonadas de todos os nossos grandes e pequenos bairros".

A audiência termina com a afirmação das SABs de que não aceitarão a proposta de simples anexação das SABs aos CDs, com seu patrimônio e posses. Não é possível avaliar, completamente os resultados dessa tendência de resistir à incorporação das SABs aos CDs, em face da escassez de informações sobre esses episódios. Entretanto, apesar do elevado número de CDs que o prefeito parece ter conseguido reunir em dezembro de 1956, como se viu anteriormente, não se deve desprezar a importância que essa tendência, bem como aquela revelada pela unidade SAC-SABs, deve ter adquirido para a manutenção da tradição organizatória das associações de bairro, pois é a partir dessa época (entre 1955 e 1970) que o crescimento dessas organizações se revela mais acentuado. Por outra parte, cabe mencionar que, segundo as informações existentes, os Conselhos Distritais, criados por Pizza, logo desapareceram nos anos seguintes e não tiveram o sucesso esperado por seus criadores. Seja pela tendência de resistência verificada, seja porque não tiveram apoio da população, eles não se estabeleceram; as SABs continuaram sendo, em São Paulo, as instituições pelos quais os problemas da periferia e dos bairros populares se inscreveram na cena política da cidade.

Há indicações, segundo os depoimentos de que os CDs chegaram a desempenhar um papel articulador de certas reivindicações das populações locais, servindo de ponte entre elas e o esquema do poder local. Entretanto, essa tendência não foi forte o suficiente para se afirmar e, no fim, acabou sendo canalizada pelas próprias SABs. Ademais, é preciso considerar que a ligação orgânica dos CDs com a Prefeitura Municipal de São Paulo apresentava limitações objetivas ao movimento de bairros e à pressão que ele significava sobre o Poder Público, pois estavam diretamente subordinados ao esquema político do prefeito. Era esse quem legitimava a sua existência - autorizando a sua organização e recebendo as suas reivindicações - e, ao mesmo tempo, quem definia as suas funções. Para que tivesse tido sucesso, seria necessário que os detentores dos aparatos do poder local contassem com uma possibilidade efetiva de introduzir melhorias nos bairros populares para que então os Conselhos Distritais aparecessem como os organismos ativadores dessas melhorias. Como não foi isso que aconteceu (aliás nem podia acontecer, pois a Prefeitura de São Paulo era um aparato pobre e altamente deficitário, à época), e o prefeito Pizza não tinha nada a oferecer aos líderes de bairro, senão o seu apoio político, o resultado foi um retumbante fracasso dos CDs.

O mais paradoxal, neste caso, é que um setor da esquerda aparecesse solidário com uma iniciativa que, claramente, ameaçava qualquer pequena autonomia que tivesse sido conquistada pelas SABs em sua curta tradição de pouco mais de dez anos de existência. Ao invés de se propor os problemas que essa pequena autonomia colocara, para a sua consolidação e aprofundamento, a esquerda aparecia nessa conjuntura, como credora do esquema do poder local, em sua tentativa de institucionalizar uma experiência organizatória que tinha nascido, anos antes, de forma mais

ou menos espontânea e por iniciativa das próprias classes populares.

## VI

Passemos agora, a uma análise mais global de aspectos do desenvolvimento das SABs que permitem tratar, mais adequadamente, das funções que elas tem assumido para as classes populares, ao longo dos seus trinta anos de tradição. Em linhas gerais ( e sem considerar os períodos mais recentes), o movimento de reivindicações urbanas tem desempenhado pelo menos duas funções principais: reivindicatória e associativa. Em realidade, muitas vezes essas funções se combinam, completando-se mutuamente. Entretanto, a sua distinção serve para marcar também momentos em que o desenvolvimento das SABs enfatizou mais, um ou outro aspecto dependendo da fase por que passava o processo de urbanização da cidade ou ainda, as formas distintas de ação das forças políticas que tem estado presente em sua vida.

Essas funções tem que ser vistas, portanto, juntamente com uma análise das fases mais marcantes porque passou o movimento de bairros. Uma primeira fase da sua evolução pode, claramente, ser identificada a partir do período de sua origem, em meados dos anos 40, e o momento de transição do período do populismo para o novo regime autoritário, em meados dos anos 60. A primeira fase está marcada, grosso modo, pelos primeiros passos do movimento de reivindicações urbanas no sentido da sua articulação; genericamente, é quando o Poder Público menor capacidade de atendimento apresenta em face das demandas populares. Afirma, de modo particular, a função de reivindicação. A segunda fase se marca por uma determinação explícita dos aparatos locais do Estado em responder às necessidades da população e particu -

larmente, dos bairros periféricos; esse atendimento é feito procurando se canalizar as reivindicações através das SABs. Embora não seja a única em jogo, é um momento em que as funções chamadas associativas mais se desenvolvem, fortalecendo, por assim dizer, as próprias condições de continuidade do movimento de SABs.

A primeira fase está marcada para a região metropolitana de São Paulo por seu período de maior expansão industrial, típica da nova etapa de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, aberta com a ampla penetração do capital estrangeiro na economia do país. É, também, quando a chamada "anarquia" da urbanização com seus efeitos incontroláveis para as condições de existência da população, mais faz sentir os seus efeitos.

No processo de evolução das SABs, essa fase representa um desenvolvimento bastante característico da reação organizada, embora em grau elementar, de setores das classes populares, residentes em bairros periféricos, à sua situação de carência de recursos sociais e urbanos. De fato, o próprio surgimento e desenvolvimento das SABs, representa um primeiro passo articulatório no sentido dessas populações fazerem valer o que julgam ser direitos de cidadania, cuja vigência, no seu entender, poderia realizar alguns de seus interesses essenciais. Em resumo, pode-se dizer que, em um primeiro momento, essas populações, formadas por trabalhadores industriais, assalariados urbanos e, mesmo, profissionais liberais (médicos, dentistas, advogados, etc.) agregam interesses elementares, que se definem em termos de condições sociais e urbanas para a sua reprodução na metrópole. A problemática comum que emerge nos bairros populares unifica esses diversos setores sociais. Por outra parte, dessa agregação de interesses resultam os primeiros passos articulatórios, representados pela própria emergência e expansão das SABs por toda a região da Grande São Paulo. Concomitantemente a essa arti

culação vai-se definindo um processo mais ou menos consciente de pressão sobre o Poder Público. Os dirigentes de bairros identificam nos aparatos locais do Estado os responsáveis pela sorte e pelas condições de vida das populações periféricas; identificam a agência social (o ator) que, em seu entender, é a causadora das deficiências que marcam sua situação. Esse agente aparece, também, em última análise, como o encarregado de provocar eventuais mudanças que possam a vir alterar, em futuro próximo ou remoto, essa situação. A partir desse estágio, em sua evolução, as SABs já realizavam uma pressão que tem um caráter direto, um alvo claramente definido. Não são mais, simplesmente (como no seu início), reclamações e queixas; mas pedidos, abaixo assinados e, mesmo, protestos feitos em nome dos "direitos de uma população que paga impostos", em face de um Estado que se afirma como "provedor" de todos. É, também, uma fase que marca, praticamente, o início da tendência atual, de um relacionamento bastante estreito entre as associações e a Prefeitura. As reivindicações dependem do Poder Público e é a própria expectativa de eficácia, dos seus autores, que leva a uma transação com os aparatos locais do Estado. O que está em causa não é a natureza do Estado, não é o seu caráter de agência a serviço de grupos particulares; mas a sua gestão, em face das suas próprias promessas de benefícios a todos, independentemente das diferenças sociais.

Finalmente, cabe indicar, também, que é durante essa fase que surgem, em vários pontos da região da Grande São Paulo, movimentos autonomistas que reivindicam a emancipação de distritos e sub-distritos populares, ligados juridicamente ao município da capital, e ao qual as populações locais identificam como um agente mantenedor de desigualdades quanto à distribuição de recursos urbanos. São Paulo, como capital, é vista como a "ma-

drasta" que impede o atendimento dos bairros pobres e mais distantes. Como se verá na IV Parte, em sua maioria, esses movimentos visavam a criar, por assim dizer, novas instituições políticas intermediárias, entre as classes populares e o Estado, e que se consubstanciaram nos novos municípios reivindicados. Havia nesses movimentos, entre outras coisas, a idéia de que as novas instituições políticas realizariam melhor certos ideais de igualdade e progresso a que aspiravam as classes populares, pois os novos municípios estariam mais próximos da população local e mais livres da ingerência da grande política, considerada, à época, responsável pela ineficiência do Poder Público.



A segunda grande fase, no desenvolvimento das SABs, apresenta o seu corte no advento da administração Faria Lima, na Prefeitura Municipal de São Paulo, um continuador do Janismo, e que tinha sido eleito prefeito pelo voto direto, no período pré-64, e que contava com forte apoio popular. Seu estilo de governo expressou, a exemplo do Janismo (ver o próximo capítulo), uma forte tendência de levar em conta a presença das SABs, na vida da cidade, para a realização dos seus objetivos políticos e administrativos.

É tarefa ainda por ser realizada o levantamento dos resultados da administração Faria Lima e o seu impacto sobre as populações da periferia; entretanto, uma consulta não-sistemática da grande imprensa indica, claramente, que essas realizações alcançaram alguma importância para o atendimento de certas reivindicações populares, embora isso nem de longe tenha repre-

sentado a solução de qualquer contradição urbana (22).

Por outra parte, cabe indicar que o período da administração Faria Lima, à frente da prefeitura de São Paulo, se constituiu, para as SABs, em um período em que elas, como ao tempo do Janismo, puderam desempenhar um papel bastante ativo de pressão ao Poder Público. Faria Lima voltou ao hábito de Jânio, de receber os líderes das Sociedades dos Amigos de Bairro em seu Gabinete e determinou que os seus Administradores Regionais procurassem ouvir as reivindicações apresentadas pelas SABs antes de autorizar os planos de obras. Aliás, a introdução do próprio sistema de Administrações Regionais foi uma iniciativa sua, atendendo a velha aspiração dos dirigentes do movimento de reivindicações de bairros que, dessa forma, procuravam condições mais diretas de acesso às decisões da administração municipal. A cidade foi dividida em zonas geo-sociais, localizando as Administrações Regionais, cuja autarquia representou, na prática, uma extensão do aparelho burocrático da prefeitura por toda a área urbana. O funcionamento dessa máquina administrativa implicou em um processo, mais ou menos permanente, de consulta a setores da população, através das SABs.

---

(22) Como se sabe, a administração Faria Lima tomou a decisão, histórica sob muitos aspectos, de iniciar a construção do "metrô" de São Paulo. Isso foi possível, em grande parte, à liberação de recursos de outros setores essenciais das obras públicas, por causa da reforma tributária de 1967, fruto de uma Campanha Nacional liderada pelo próprio Faria Lima. Essa reforma autorizava o governo federal a aumentar a cota de ICM devida às capitais de Estado. Entretanto, a orientação adotada na construção do "metrô" é questionável, sob muitos aspectos, pois escolheu o traçado Norte-Sul, como a sua primeira linha, embora os estudos indicassem, claramente, que o maior potencial a ser servido se localizava no eixo Leste-Oeste da cidade. Quer dizer, ao invés de adotar o critério de atendimento que mais servia à população trabalhadora, que se serve dos transportes coletivos de massa, a prefeitura decidiu-se a iniciar a construção pelo eixo Norte-Sul, onde deveria servir a uma população menos carente de serviços.

Isto apresentou resultados, certamente, para o estreitamento de relações entre as associações e a Prefeitura, mesmo porque, muitos dirigentes de SABs tendem a acreditar que dependem da "boa vontade" dos Administradores Regionais para obter as suas reivindicações. Em muitos casos, essa interação entre dirigentes de bairros e administradores da Prefeitura acabou servindo de sustentação para o ressurgimento de práticas que lembram ao velho clientelismo. As SABs apareciam como a parte que em - prestava apoio político e eleitoral ao esquema no poder municipal, em troca de atendimento às melhorias reivindicadas pela população. Criaram-se, portanto, assim, mecanismos institucionais que tendiam a reforçar uma possível ligação política entre as SABs e as Administrações Regionais.

Entretanto, é interessante observar que, neste caso, como os Administradores não são eleitos pelo voto popular, mas nomeados pelo prefeito, a sua eficácia como agenciadores de apoio político ao esquema oficial, através das SABs, depende, em grande parte, da capacidade efetiva que tenham de introduzir melhorias nas suas regiões ou atender os pedidos dos dirigentes de bairros. Pois nada indica que as SABs sejam obrigadas a dar apoio político em troca de simples promessas dos administradores; e, quando esses são eficazes o suficiente para, efetivamente, promover o atendimento de certas carencias urbanas, cabe perguntar-se, no apoio das SABs ao poder local, não há um efeito positivo, de barganha, em funcionamento, pois em face da situação que as populações periféricas vivem, não cabem muitas dúvidas quanto à importância concreta que adquire qualquer resposta do Poder Público às suas reais necessidades. Por outras palavras, o que se enfatiza nesta interpretação, é que, quando ocorre, a integração entre SABs e Poder Público depende, em grande parte, do desempenho, mais ou menos eficaz, dos próprios aparatos do poder local.

Quando os administradores, como ocorreu várias vezes durante a administração Faria Lima, conseguem ser eficazes e respondem à população com melhorias nas suas condições urbanas de vida, não há porque estranhar que as SABs manifestem seu apoio; afinal, é isso mesmo que elas reivindicam: a resposta às carências do bairro. Mas é importante assinalar, portanto, que a sua eventual integração com o Poder Público, nesses momentos, não é resultado de nenhuma característica intrínseca, que tenderia, normalmente, a levá-las a isso, como aliás, quer uma certa visão do movimento de reivindicações urbanas; nesses casos, essa integração é, antes, resultado de uma resposta do Poder Público à sua capacidade de reivindicar; quer dizer, de provocar efeitos na vida urbana.

Portanto, a administração Faria Lima representou um corte bastante importante no desenvolvimento das SABs. O Limismo, como alguns quiseram designar o esquema político formado à volta de Faria Lima, se constituiu em uma espécie de continuidade do populismo, em plano local, após o advento da Revolução de 1964. Embora eleito pelo voto popular, e manifestando o desejo de estreitar os seus vínculos com as associações populares, ele foi obrigado a aceitar as novas regras do jogo político impostas pelo novo regime. Essas regras implicavam, fundamentalmente, na quebra de antigos mecanismos de mobilização de massas, para efeitos de sua ligação com o Estado. Isto torna a administração Faria Lima uma espécie de excessão, no plano local: um governo com respaldo popular, embora adaptado às novas condições do autoritarismo. Essas circunstâncias teriam que influir, necessariamente, nas suas relações com o movimento de reivindicações de bairros e na própria evolução das SABs. A introdução das Administrações Regionais, e seus mecanismos de consulta às associações de moradores, representava, entre outras coisas, uma

disposição do Linismo de continuar, de algum modo, a ligação tra  
dicional que tinha marcado, no período anterior, a relação do  
Janismo com as SABs.

A inagen deixada por Faria Lima, após 1967, quando deixa  
a prefeitura, e a expectativa de manter a legitimidade popu -  
lar que ele tinha adquirido com o seu estilo de governo, leva a  
maioria dos governos municipais nomeados depois da "Revolução "  
a manterem e ampliarem os planos de obras e as realizações des-  
tinadas a corrigir as distorções do crescimento urbano de São  
Paulo e a atender à periferia. Não é o escopo do presente trabal  
ho descrever e analisar a eficácia desse atendimento, seja do  
ponto de vista dos benefícios efetivamente introduzidos nos  
bairros, seja em relação ao apoio que essas realizações possam  
ter conquistado, entre as classes populares, ao esquema oficial.  
Entretanto, cabe indicar que, essa fase corresponderia, também,  
a um momento de maior afirmação das funções associativas das  
SABs, isto é, funções que, sem diminuir as suas atividades de  
reivindicação junto ao Poder Público, tendem a consolidar uma  
forma de sociabilidade que é própria dos setores das classes po  
pulares que se organizam nas associações de moradores. Trata-  
se de uma tendência associativa que, centrada nas SABs, se ex-  
pressa na forma de festas, comemorações e uma série de atividad  
es que ajudam a selar a coesão que unifica esses setores so-  
ciais; atividades gremiais e recreativas, de assistência social  
e, mesmo, de realização de cursos educativos de vários níveis ,  
entre os quais, os de formação de mão-de-obra. Segundo a pesqui  
sa da SEBES, mencionada anteriormente, 61,8% das SABs existen -  
tes em 1970, em São Paulo, realizavam atividades definidas co-  
mo de fundo reivindicativo, sendo que nada menos que 66% delas  
desenvolviam atividades consideradas condizentes com o a que a  
sua clientela esperava delas. Os outros 34% correspondem às

SABs a quem a sua clientela solicitava, explicitamente, atividades complementares, como cursos de diversos tipos, assistência social, recreação, esportes, atividades cívicas e etc.

A maioria das SABs, portanto, desenvolvia, nessa época, atividades reivindicativas. Mas nada menos que 54,8% delas realizavam, também, atividades recreativas, festas, etc. E 41,3% prestavam assistência material à população, na forma de donativos em roupas, alimentos ou medicamentos (os dados não são exclusivos e oferecem uma visão global das atividades das SABs). Há ainda, na pesquisa da SEBES, indicações segundo as quais 52,2% das associações então existentes diversificavam ainda mais as suas atividades, mantendo até mais de dois tipos de atividade: reivindicações, festas e ainda atividades esportivas e cívicas. Quer dizer, o próprio desenvolvimento das SABs foi no sentido de ampliar as suas funções reivindicatórias para um terreno mais amplo; um associativismo em que também estão previstas atividades supletivas dos recursos sociais e assistenciais oferecidos pelo mundo urbano.

Para resumir, pode-se dizer que esta distinção entre atividades reivindicatórias e associativas é útil para marcar duas funções que, em si mesmas, são bastante diferentes, embora complementares: a primeira encerra, a nosso ver, funções de tipo econômico-corporativo e político. Isto é, se caracteriza por um grau de articulação elementar de setores das classes populares para apresentar reivindicações que, de um lado, assumem caráter econômico, já que incidem, diretamente, sobre a qualidade de vida urbana que, de sua parte, faz aumentarem ou diminuirer os custos de reprodução da população enquanto força de trabalho; e de outro, assumem, caráter elementarmente político, pois apresentam esses setores das classes populares como um fator a ser levado em conta no esquema de poder e na correlação de forças

ao nível local (política municipal).

A segunda, isto é, a função associativa, sem excluir as exigências da função de reivindicações, acrescenta aspectos que, além de atender a outros problemas reais das massas residentes nos bairros populares, ajudam a manter e a ampliar a mobilização que as associações de moradores implica. Isto é, as funções associativas criam, por assim dizer, condições culturais e sociais, à vista das quais as primeiras funções podem se desempenhar melhor. As diversas atividades associativas criam o ambiente, o contexto por assim dizer, que consolidará as outras. As SABs se transformam, inclusive no sentido físico, em locais onde setores das classes populares encontram condições para ampliar a sua solidariedade e continuar em sua luta por melhores condições urbanas.

Pode-se arriscar a hipótese de que essa ampliação de funções indicada se deve a que a maior atenção dispensada pelo Poder Público às áreas periféricas, depois da administração Faria Lima, teve por resultado uma melhoria relativa da situação dos grupos mais antigos (em termos de fixação urbana) das classes populares em São Paulo; essa melhoria teria "liberado" momentaneamente as SABs das suas funções reivindicatórias para a realização de outras funções. Por outra parte, essa fase mais recente, que se inaugura a partir de meados dos anos 60, na vida de São Paulo, corresponde também a uma intensificação dos contactos entre SABs e Poder Público, como se viu. Esta intensificação de contactos pode também (embora nada obrigue que isto ocorra necessariamente) ter levado a um maior atendimento de pressões oficialmente aceitas. Se isto fôr verdade, o atendimento às reivindicações, de novo, poderia ter ajudado a que as SABs se voltassem mais do que nos seus primórdios às atividades associativas. Nada disso invalida, entretanto, o que foi dito antes:

a função associativa, em qualquer caso, tem o papel de criar, digamos, condições culturais próprias para a continuidade do movimento de SABs, cujo funcionamento depende, também, da coesão dos seus membros.

## VII

Finalmente, um último aspecto que pede atenção no processo de desenvolvimento das SABs, em São Paulo, diz respeito à emergência de formas superiores de organização adotadas por essas associações, em um processo de agregação que conclui com a criação, em 1968, do Conselho Coordenador de SABs do Estado de São Paulo, e que não é irrelevante para o desempenho das funções analisadas antes. De fato, a partir de meados dos anos 50, começam a surgir, entre uma ou duas centenas de SABs, então existentes, inúmeras tendências que visam à sua agregação em organismos superiores. Já em 1954 surgem os primeiros sinais dessa tendência agregacionista: a imprensa noticia uma tentativa para a convocação do I Congresso de Entidades de Bairros de São Paulo, por iniciativa da Sociedade dos Amigos de Vila Palmeiras; mas, não há maiores referências a essa primeira experiência nos jornais ou, mesmo, nos arquivos de entidades como a Sociedade dos Amigos da Cidade, SABs e o próprio Conselho Coordenador.

Não obstante, em agosto do mesmo ano, outras quatro associações de moradores, as SABs de Vila Célia, Jardim das Laranjeiras, Vila Mazzei e Vila Boralia (de Osasco) tomam a iniciativa de "fundar uma federação afim de facilitar o trabalho desses organismos e, inclusive, possibilitar-lhes a formação de amplos departamentos médicos, jurídicos, dentários, assistenciais e técnico-legislativos". É formada uma diretoria provisória da "Federação de Sociedades de Amigos de Bairros de São Paulo", com a

finalidade explícita de iniciar a congregação de todas as SABs então existentes. Os sinais da presença dessa federação, entretanto, também são escassos e ela parece ter sido praticamente inoperante. No ano seguinte, em 1955, outras vinte e quatro SABs, de diversas regiões da cidade, tomam a iniciativa, conjuntamente com o jornal "Folha do Povo", de convocar uma série de reuniões preparatórias à realização do I Congresso de Sociedades de Amigos de Bairros, o que indica, claramente, que o do ano anterior não tinha tido a eficácia desejada pelos seus organizadores. Nas reuniões preparatórias, os líderes que convocaram o congresso, declaram não desejar envolvimento de natureza político-partidária: "... (no conclave) estudaremos os principais problemas que afligem os nossos distritos. Não visamos fim político, nem permitiremos qualquer manifestação, seja qual for o partido. Principalmente quando se aproxima um pleito, que se apresenta com características de uma luta difícil e disputada, não endossaremos opiniões de candidatos, nem cogitaremos de qualquer atitude partidária que venha empanar o brilho do nosso congresso" (23).

De fato, dois meses depois, em março do mesmo ano, o conclave é instalado no Teatro Municipal, com a presença de 150 delegados representando 53 Sociedades de Amigos de Bairros de São Paulo, Santo André, Guarulhos, São Caetano e Cotia. Um dos lemas adotados pelo congresso é "a necessidade de apresentar as reivindicações da gente humilde e esquecida dos bairros". Um dos organizadores do congresso declara que "... visando o fortalecimento das sociedades de bairros, procuraremos combater a exploração, seja qual for ela e por quem quer que seja. (...) o nos-

---

(23) Cf. Coleção "Folha do Povo", números esparsos de 1955. Arquivo da Sociedade dos Amigos da Cidade. s/data.

so fito é fazer com que as autoridades municipais tomem conhecimento do completo abandono dos lugares afastados, e que saibam a quantas andam os inúmeros problemas da periferia"(24).

O temário do congresso é dividido em duas partes principais, abrangendo:

1. Das Sociedades de Amigos de Bairros: a) regulamentação legal; b) desenvolvimento associativo; c) política apartidária.

2. Dos problemas gerais: a) assistência social; b) cooperativismo; c) cultura, recreação e esportes; d) energia elétrica; e) policiamento; f) sanitários; g) transportes e h) urbanismo.

São apresentadas e discutidas 20 teses durante a reunião, versando sobre problemas de transportes coletivos, custo de vida, valorização das populações periféricas, trânsito e a própria organização das SABs. A Sociedade de Amigos de Cidade Vargas, por exemplo, apresenta uma tese em que defende a solução dos problemas do bairro com a participação dos próprios moradores. Entretanto, apesar da importância desse congresso, não se encontra nos anos seguintes sinais muito explícitos de seus resultados e as implicações de sua realização não podem ser detectadas senão indiretamente. Importa assinalar, contudo, que a própria realização desses congressos, com as questões que seu temário envolvia, é, em si mesmo, bastante indicativa da importância que o movimento de bairros adquiria na vida social e política de São Paulo. O crescimento de uma imprensa especializada, voltada para a cobertura dos problemas dos bairros afastados, da mesma forma que a atenção que os políticos davam ao movimento das Sociedades de Amigos de Bairros era a indicação que começava a emergir uma nova força social na história social e política

---

(24) Cf. Coleção "Folha do Povo", números esparsos de 1955. Arquivo da Sociedade dos Amigos da Cidade.

da cidade, e que, não obstante a sua composição social múltipla, apontava claramente na direção de interesses fundamentais das massas urbanas. Mas ainda desta vez não surgiria nenhuma coordenação das SABs.

Há indicações (apresentadas nas secções anteriores), de que a Sociedade dos Amigos da Cidade fez, também, algumas tentativas de exercer o papel de órgão coordenador das SABs. Essa tentativa não deu os resultados esperados e, não obstante a influência que a SAC tenha exercido sobre as SABs, alguns depoimentos indicam que esse fracasso se deveu, ao menos em parte, a uma resistência que muitos militantes do movimento de reivindicações urbanas demonstraram em ser dirigidos por uma sociedade de "veneráveis" representantes da velha sociedade paulistana, numa demonstração de que buscavam ampliar a sua margem de autonomia de ação.

Só a partir do início dos anos 60, essa tendência agregacionista das SABs recolhia os seus primeiros resultados: a nível regional da cidade, começaram a surgir os Plenários de Zonas e Regiões, com o objetivo de dar unidade de ação às SABs das Zona Leste, Zona Norte, Zona Sul, Zona Oeste, etc. Não foram coletadas informações sobre esse desenvolvimento, mas cabe indicar que foram estes Plenários e organismos regionais que tomaram a iniciativa, depois de 1964, de iniciar uma série de contactos visando a constituir um organismo superior de coordenação das SABs. Esses esforços tomaram corpo a partir de 1966 e, durante dois anos, alguns militantes de sociedades de bairros das Zonas Norte e Sul, principalmente, prepararam o I Encontro de Sociedades de Amigos de Bairro, Vilas e Cidades do Estado de São Paulo. Esse encontro reuniu cerca de três centenas de dirigentes de bairros e discutiu, praticamente, todos os problemas

das grandes cidades: carências urbanas, migrações, impacto do ritmo urbano sobre as condições emocionais dos habitantes, etc. O encontro decidiu criar, também, o Conselho Coordenador. Finalmente, aprovou uma Declaração de Princípios que, entre outras coisas, afirmava:

"... Foi dentro de um quadro político-administrativo, caótico e desolador e em meio à desesperança e à frustração popular quando à capacidade dos governantes em resolver seus problemas, que surgiu o movimento popular de bairros - as Sociedades de Amigos - como uma reação organizada e democrática da comunidade, cujas lideranças locais sentiam a necessidade de intervir no processo e de fazer ouvir a voz do povo"...

"... Como um movimento de opinião pública e de ação popular é uma necessidade em qualquer comunidade, mas, entre nós, sua presença tornou-se dramática, imperativa, tendo em vista a insensibilidade das autoridades para com as justas reclamações da população e o uso dos direitos democráticos de pressionar a gigantesca máquina administrativa deformada pela centralização e pela burocracia"...

"... É porisso que os Delegados reunidos no primeiro encontro das Sociedades de Amigos de Bairros da Grande São Paulo consideram o movimento popular de bairro uma expressão legítima do desejo e disposição do povo de reclamar e de se fazer ouvir pelas autoridades na solução dos angustiantes problemas que a todos preocupa ..."

"... Por essa razão entendemos que muitos dos nossos problemas só, terão solução satisfatória e duradoura se forem levadas a efeito mudanças na estrutura agrária, alterações na política econômica e financeira, que resguardem os interesses da indústria nacional, que reativem o desenvolvimento que elevem o poder aquisitivo dos trabalhadores, medidas estas indispensáveis

à ampliação do mercado interno e ao bem estar do povo ..."

"... As Sociedades de Amigos de Bairros são órgãos democráticos abertos a todos os cidadãos de cada localidade. Refletem o que há de mais legítimo das esperanças populares. Por isso compreendemos que as novas entidades somente sobreviverão num clima de ampliação, e não de restrição da liberdade. Assim é que consideramos absolutamente indispensável o restabelecimento da autonomia da Capital de São Paulo, restituindo-se ao esclarecido povo paulistano o direito inalienável de eleger em pleito direto o seu Prefeito. Ao mesmo tempo, rejeitamos, firmemente, as tentativas de suprimir a autonomia de centenas de municípios, que prosperam na medida que as suas populações participam das decisões políticas e administrativas dessas comunidades.

"Não se pode matar a democracia a pretexto de salvá-la"...

"Finalmente, o movimento popular de bairros, através das suas entidades, aspira ampliar a participação do povo no processo político-administrativo..."(25).

Essa manifestação das entidades de bairros justifica-se, em grande parte, pelo clima da conjuntura da época, marcada, em grande parte, pelas promessas de abertura do novo presidente Costa e Silva. Mas justifica-se, também, como uma manifestação clara do desejo dos dirigentes de bairros de deixar uma situação de marginalidade política à que estavam submetidos desde o advento do autoritarismo, em 1964, para começarem a se manifestar ativamente na sociedade. O encontro se realizou em janeiro de 1968. Em dezembro, a situação política fecharia de novo impedindo, portanto, que esses dirigentes de 1968 pudessem levar a cabo os seus planos de coordenação das SABs, que tinham sido pre

(25) Cf. "Anais do I Encontro das Sociedades Amigos de Bairros da Grande São Paulo - 1968", pgs. 23 a 26 (os grifos são meus, J.A.M.).

parados desde 1966.

## CAPÍTULO VI

PRINCIPAIS INFLUÊNCIAS POLÍTICASNA FORMAÇÃO DAS SABs

## I

Este capítulo tem por objetivo oferecer novos subsídios para o estudo e análise da história das SABs em São Paulo. Ele toma, para isso, uma descrição das principais influências políticas e ideológicas que estiveram presentes nas origens do movimento de reivindicações urbanas na área metropolitana. Como já indicou o capítulo anterior, as correntes que, historicamente, exerceram alguma influência de peso sobre o desenvolvimento das SABs foram alguns "liberais", que se organizaram à volta da Sociedade dos Amigos da Cidade, o Janismo e a presença do Partido Comunista. As discussões que seguem visam a desenhar o quadro em que essas influências se deram, na história das lutas urbanas em São Paulo, de forma a permitir uma avaliação mais global do seu peso nas conjunturas que marcam a formação do movimento de sociedades de bairro.

Essas influências emergem, como se sabe, no momento que a sociedade brasileira está enfrentando os desafios interpostos à construção da democracia no país. O período do pós-guerra e dos anos 50 tinha aberto uma nova fase no processo de emergência das massas na política, marcada tanto pela generalizada tendência espontânea de participação, como pelas sobrevivências, no interior das novas instituições democráticas, dos restos "corporativistas", do tempo do Estado Novo. Essa contradição marcaria, como se sabe, os quase 20 anos do chamado "experimento brasileiro de democracia".

Por outra parte, o processo de crise de hegemonia alcançaria, no início dos anos 50, o seu "ponto de fusão", como indicou Weffort. Começava a se manifestar, explicitamente, nessa época, a contradição que marcaria tão profundamente toda a fase histórica que antecede o golpe de 1964: por um lado, os diferentes líderes populistas tentavam mobilizar as massas em torno de algo como um "nacionalismo" anti-oligárquico que, supostamente, se apoiava nos interesses das classes populares e da "burguesia nacional"; por outro, começavam a aparecer os efeitos econômicos, sociais e políticos das mudanças ocorridas no capitalismo, em escala mundial, com a consequente consolidação dos capitais internacionais na economia do país. Nesse contexto, a ausência de um "bloco de poder" das classes dominantes (como diria Poulantzas), que desse unidade de comando à ação do Estado, tornava a situação política extremamente grave.

A proeminência do Estado sobre a sociedade civil, que tinha se manifestado desde os anos 30, acabaria por significar concretamente, no quadro de crise de legitimidade e de representatividade das instituições políticas da época uma sobrevalorização do papel de líderes como Vargas, Janio e outros. A personalização do poder do Estado, encarnada por eles, explicaria que pudessem quase pairar acima das classes, como árbitros capazes de mantê-las em coesão. Entretanto, essa "personalização do poder" não dissolvia as contradições reais e as formas históricas que assumiam concretamente nessa fase da vida brasileira. O caso de Vargas era bastante exemplar: quando uma parte substancial das classes dominantes se afastou do velho ditador, deixando-o isolado diante da pressão da extrema direita, do Exército, da Igreja e dos Estados Unidos, o criador das leis trabalhistas viu-se obrigado a inclinar-se para as massas assalariadas. A partir de então, os apelos à participação das massas na vida política

do país foram feitos a partir do próprio Estado. O suicídio de Vargas, em condições dramáticas, em 1954, deixaria atrás de si um vazio político que, por isso mesmo, apontava na direção de algum tipo de aliança entre a esquerda e a herança do Varguismo. Daí que todo o período que se abre em meados dos anos 50 fosse marcado por um clima ideológico que apelava à intervenção das massas na política através da mediação dos líderes populistas.

Essas condições estavam na base da emergência dos movimentos sociais urbanos em São Paulo, de forma particular as Sociedades de Amigos de Bairros, pois o clima ideológico, que apelava, claramente, para a importância das massas na política acabaria por jogar um papel mobilizador, e seria, exatamente, a mobilização daí decorrente que permitiria criar um espaço social e político real em que as massas urbanas podiam se mover com maior desenvoltura. É isso que explica, em parte, que elas tenham sido capazes de criar uma tradição própria de participação que, entre outras coisas, em São Paulo, incluía a organização das Sociedades de Amigos de Bairros.

## II

É nesse quadro que cumpririam o seu papel as influências mencionadas. Vale a pena, para os fins do presente trabalho, tentar traçar o seu desenvolvimento. Começamos pela presença deste grupo de homens vinculados ao liberalismo e que, em São Paulo, alternaram as suas lealdades entre a nascente UDN e essa associação peculiar que foi a Sociedade dos Amigos da Cidade. A SAC se forma em 1934, no contexto dos debates e da mobilização política típicos daqueles anos, por iniciativa de alguns setores originários da pequena burguesia profissional em formação (enge-

nheiros, advogados, médicos, etc.), e de velhas famílias paulistas. Entre eles estavam Luis Anhaia Mello, Francisco Machado de Campos, Conde Álvares Penteado, Lauro de Barros Siciliano, Julio Cesar Vieira dos Santos, Francisco Prestes Maia, Godofredo da Silva Telles, Julio de Mesquita Filho, Alcides Penteado, Francisco Salles de Oliveira, Guilherme de Almeida e outros. A grande inspiração deste "clube de veneráveis" era a sua homônima, "Los Amigos de La Ciudad", de Buenos Aires, que tinha uma tradição bem estabelecida de luta pela ação do Poder Público no crescimento urbano, para estabelecer prioridade das necessidades coletivas sobre as privadas. Os objetivos da SAC se definiam em termos "de zelar pelos interesses da cidade", pelos "problemas relativos à melhoria e adaptação do ambiente urbano às necessidades coletivas" e "agir junto à Municipalidade com aquela liberdade de ação que lhe concede a falta de ligação de seus membros com o governo da cidade" (1). Francisco Prestes Maia foi o seu primeiro presidente e são dessa época os seus estudos pioneiros para a abertura de grandes avenidas de ligação dos bairros com o centro paulistano, e a indicação da necessidade de construir o "metrô", (tendo sido, mais tarde, duas vezes prefeito da Capital, nunca chegou a executar os seus planos, só realizados após a reforma tributária de 1967, na administração Faria Lima).

Mas é a partir de 1937, quando Godofredo da Silva Telles assume a sua presidência, que a SAC começa a atuar como uma nova entidade que deseja representar "os interesses da coletividade". De início, se preocupa com os constantes congestionamentos

---

(1) Preâmbulo dos Estatutos da SAC, que entraram em vigor em 25 de janeiro de 1935. Ver Arquivos da SAC. Também Coleção "Correio Paulistano", especialmente dia 31 de julho de 1934.

do tráfego no centro da cidade e procura oferecer à Prefeitura Municipal planos para solucionar o problema. Quando a administração municipal e a Companhia Light and Power decidem, em sigilo, suprimir algumas paradas de bonde no centro da cidade, diminuindo o número de veículos à disposição do público e aumentando as distâncias que tinha que percorrer a pé, apresenta um "veemente protesto" na imprensa "contra a modificação inopinada (...), sem consulta aos interessados e com desprezo acintoso aos direitos e conveniências do público" (2). Em 1941, move uma campanha pública para que a administração local coibisse a poluição da "fumaça dos ônibus". Em 1946, a SAC intervém, pela primeira vez, em uma questão política que dizia respeito ao debate em torno da construção da democracia brasileira. A Assembleia Constituinte do Estado debatia a questão da autonomia política de São Paulo. Como se sabe, a capital do Estado era, então, dirigida, por interventores nomeados pelo Governador do Estado (por sua vez, indicado pelo presidente da República), numa prática que vinha dos tempos do Estado Novo. Todavia, a democratização do após-guerra criava as condições para uma redefinição da questão e quando alguns parlamentares começaram a discutí-lo na Constituinte, a SAC liderou uma campanha pública em defesa da autonomia política, isto é, para que fosse dado à população de São Paulo o direito de eleger o seu governante diretamente. Em 1947, quando o governador Adhemar de Barros (que tinha sido eleito com o apoio explícito dos comunistas) comunicou que haveria um aumento nas passagens de ônibus e bondes, a SAC precede o violento "quebra-quebra" ocorrido, e, invocando a sua condição de "defensora dos interesses do povo", condena o aumento. Em 1948, Janio Quadros, que tinha sido eleito vereador

---

(2) Cf. "Correio Paulistano", 17/12/1937.

dor pela legenda do PTB, se une a parlamentares socialistas para propor a encampação da Companhia Light & Power - concessionária do serviço de energia elétrica e do serviço de bondes - e a SAC fica ao seu lado, manifestando-se inclusive contrária à concessão de aval do governo brasileiro para um empréstimo de 90 milhões de dólares do BIRD para aquela empresa (3).

Não é o caso de prosseguir enumerando as campanhas levadas a efeito pela Sociedade. Será suficiente acrescentar que, a partir dos anos 50, o foco central de suas atividades foi a campanha para dotar São Paulo, que já apresentava sintomas de crescimento completamente incontrolado, de um Plano Diretor que guiasse o desenvolvimento futuro da mancha urbana só realizado durante a administração Faria Lima. Além disso, a entidade se caracterizaria pela luta de preservação e ampliação de áreas verdes, como o Ibirapuera, parque da Moóca, mata Paula Souza e outros. Por volta dos anos 60, quando ela engrossa a gigantesca campanha destinada a aumentar o percentual de participação da Capital na arrecadação do ICM pelo Estado a sua imagem de entidade civil de "defesa dos interesses dos cidadãos" já estava bem estabelecida.

Todavia, a questão sobre o seu papel precisa ser colocada em seus devidos termos. A importância assumida pela SAC para o desenvolvimento das SABs se deve menos ao que efetivamente tenha logrado realizar em termos da defesa urbanística da cidade ou da sua autonomia política, e mais em função do efeito simbólico que a sua atuação assumia diante do movimento dos bairros. Pelo menos, é isso que dizem, hoje, os depoentes. A SAC criou, de certa maneira, o precedente histórico de que necessitavam as populações da periferia para articular as suas reivindicações.

---

(3) Coleção "Folha da Manhã", dia 6/3/1948.

dicações e defendê-las em face do Poder Público. Ela serviu de estímulo e exemplo inspirador para os grupos que, nos bairros da periferia e nos subúrbios operários, desejavam organizar setores da população para reivindicar direitos. Em primeiro lugar, os temas de defesa urbana que ela sustentava identificaram e legitimaram perante a opinião pública muitas das aspirações da população periférica. Depois, projetou uma alternativa organizatória relativamente eficaz; isto é, ao se constituir em associação voluntária que continuava a pressionar o Estado diante dos problemas da coletividade, os pioneiros da SAC indicaram, para as classes populares, um caminho possível a seguir. Ao polemizar com o Poder Público, a SAC identificou no Estado o antagonista contra quem deviam ser dirigidas as reivindicações da população.

Essas condições, certamente, não se criaram de um golpe. Elas foram se desenvolvendo na medida em que a SAC, como uma organização que expressava interesses da sociedade civil, estabeleceu a sua tradição própria. Esta, a partir de meados da década dos 50 incluiu alguns esforços, da parte de seus dirigentes, para desenvolver a sua liderança diante do movimento de SABs existente na periferia. Em 1956, a imprensa de São Paulo (inclusive o diário comunista "Notícias de Hoje") dá conta dos esforços formais da SAC, visando lograr a coordenação de cerca de 120 SABs então existentes em São Paulo (4).

---

(4) A SAC promove uma série de reuniões conjuntas com os SABs visando coordenar as reivindicações populares diante da Prefeitura. Na ocasião, anunciam que "... pretendemos, com a ação conjunta que ora se empreende, erguer o protesto uníssono da cidade diante da demora dos órgãos competentes em promulgar soluções para questões essenciais ..." (...) "... São Paulo nasceu e cresceu atabalhoadamente, ao sabor quase sempre dos interesses individuais, sem uma orientação planejada e metódica imposta pelo Poder Público".

Cf. "Folha da Manhã", dia 7/10/1956.

A SAC assumia, reconhecidamente (como, aliás, atestam as cartas existentes em seus arquivos), uma importância bastante grande para o desenvolvimento das SABs, pois era comum que líderes locais e moradores de diferentes bairros se dirigissem a ela, para solicitar apoio jurídico e organizacional para a fundação ou a reorganização de associações de moradores. Entretanto, os esforços de ação conjunta, dessa época, não são suficientemente claros para indicar em que sentido a relação SAC-SABs era concebida. Há algumas indicações de que o acordo celebrado entre as entidades explicitava uma intenção de não tocar na autonomia própria de cada uma das entidades e, mesmo, que visava a garantir a sua independência (5). Por isso, é bastante provável que esse esforço de coordenação das SABs pela SAC tenha resultado, principalmente, em um estímulo à ação e expansão das primeiras.

A atuação da SAC, por um lado, ajudava a criar um espaço social e político para a expressão das reivindicações das populações periféricas; reconhecia a problemática urbana e legitimava, por assim dizer, a sua expressão na sociedade. Nesse sentido, sua influência tem de ser vista de forma positiva; isto é, pela contribuição à formulação de elementos ideológicos que justificavam a emergência dos movimentos de reivindicação. O outro lado da atuação da SAC, como é natural, consistia em que ela legitimava as reivindicações urbanas das classes populares no quadro político e institucional vigente. Identificando no Estado um protagonista a quem cabia atender as reivindicações populares, a SAC ajudava a "politizar" a reivindicação urbana, embora limitasse a sua solução à ordem vigente.

---

(5) Coleção recortes Arquivos SAC, especialmente, jornal "Correio Paulistano"; também "Folha da Manhã", op.cit.

Insistindo, como fazia, na idéia de que a cidade era planejável (razão para pedir a elaboração de um Plano Diretor), a influência da SAC pode ter criado também ilusões de que o "caos" e a "anarquia" de São Paulo pudessem ser corrigidos no contexto da sociedade de classes.

É importante discutir as implicações do que está dito acima. A influência da Sociedade dos Amigos da Cidade dava ao movimento popular uma tradição que se refletia, fundamentalmente na sua definição operacional. A atuação da SAC ajudava a definir um espaço de participação social e política para os setores das classes populares mobilizadas nas SABs e, ao mesmo tempo, fornecia um modelo organizatório que, ao que tudo indica, era instrumental para a ação das SABs. Entretanto, se bem legitimava socialmente as reivindicações urbanas, e os seus decorrentes efeitos políticos (que tinha por alvo o próprio Estado), por outro lado, enquadrava a luta urbana nos limites institucionais dados pela democracia do após-guerra; quer dizer, raciocinando, simplesmente, como se o conjunto da sociedade, incluindo as classes populares, já estivesse integrado politicamente e, portanto, pudesse reivindicar livremente os seus direitos, os "liberais" da SAC simplesmente desconsideravam os problemas reais para que as classes populares pudessem ser ouvidas pelo Poder Público ou, mais importante, pudessem, de algum modo, intervir no processo de decisão, por exemplo, que estabelecia as prioridades de investimento público e, portanto, que atendia ou não ao consumo coletivo.

Os limites ideológicos próprios da posição desses "liberais", que se expressavam em sua concepção das relações entre sociedade civil e Estado, impediam-nos de perceber que era ingênuo, por exemplo, propor uma crítica radical da ação do Poder Público em relação aos problemas urbanos de São Paulo se não

se constituíam condições reais para que os diferentes atores se organizassem com autonomia frente ao Estado e os demais setores sociais para conquistar, pela sua luta, a solução dos problemas que identificavam no seu cotidiano. Não se trata, simplesmente, de afirmar a impossibilidade de que as contradições urbanas pudessem se resolver por uma simples pressão sobre o Poder Público; mas, sim, de chamar a atenção para o fato de que, mesmo ajudando a dotar o movimento popular de uma forma orgânica, os dirigentes da SAC não podiam, pelos próprios limites de sua posição política, chegar a colocar o mais sério desafio que enfrentavam as classes populares nessa fase: o desafio de enfrentar a contradição de um regime que se afirmava democrático, mas conservava, nas próprias estruturas, os restos de sobrevivência do Estado Novo. Sem começar a enfrentar essa contradição, as classes populares não tinham como constituir-se em força social capaz de fazer ouvir ao Estado os seus interesses, ainda que esses se manifestassem no nível da problemática urbana. Dessa forma, a contribuição deixada pela Sociedade dos Amigos da Cidade, para o desenvolvimento dos movimentos de reivindicação dos bairros, pode ser pensada em termos de um avanço das classes populares no terreno de suas vicissitudes organizatórias, mas deixava sem solução a questão de uma direção política que permitisse colocar, para esses setores sociais, o problema propriamente da sua representação no regime democrático.

Essas observações devem, entretanto ser relativizados , porque não se pode pedir, politicamente, o que os "liberais" da SAC não tinham condições de prometer. As observações servem para traçar um contraste, no quadro criado por essa influência sobre as SABs, entre o desenvolvimento organizatório e o desenvolvimento político do movimento de bairros. Pois se de um lado a influência da SAC era útil para sugerir um modelo organizató-

rio, por outro lado, deixava, por força de suas próprias limitações políticas, sem solução o problema da efetiva representação das classes populares no regime então vigente. Nesse sentido, o papel desempenhado pela SAC, em relação ao movimento popular, era ambíguo, no sentido de que ajudava a oriar o espaço da sua emergência, mas, ao mesmo tempo, não podia enfrentar os problemas concretos postos para que essa emergência pudesse se concretizar no quadro da democracia brasileira do após-guerra. Por isso, falar das obrigações do Estado frente aos cidadãos era útil para afirmar, ideologicamente, os seus direitos, mas não colaborava muito, em termos práticos, para definir os modos (e passos) necessários para conquistá-las. Esse problema as classes populares teriam de resolver em um contexto que incluía a presença de outras influências políticas e, em grande parte, com soluções próprias, como se viu no capítulo anterior.

### III

Vejamos, agora, como se forma e se desenvolve a influência da principal força de esquerda da época, o PC, junto ao movimento de bairros. Há, segundo os depoimentos, bons indícios de que os comunistas, cujo partido pudera voltar à legalidade com a abertura democrática do após-guerra, também colaboraram para o desenvolvimento de uma tradição de lutas populares nos bairros. De fato, a sua influência, nas primeiras fases daquele movimento, veio a se combinar com a atuação dos "liberais" de São Paulo e jogar o seu papel na constituição da solução organizatória assumida pelas SABs. Como se sabe, a política de mobilização de massa adotada pelo PCB, a partir de 1945, incluía, entre outros aspectos, a formação de Comitês Democráticos Populares - CDPs -, em todos os setores da sociedade, obe-

decendo indistintamente, os princípios verticais ou horizontais de organização. A palavra-de-ordens pelo lançamento dos CDPs tinha sido proposta por Luis Carlos Prestes, no comício de maio de 1945, no estádio de São Januário, no Rio de Janeiro (6). Na ocasião, Prestes preconizara a organização de todos os "cidadãos conscientes", homens ou mulheres, trabalhadores ou burgueses, jovens ou velhos nesses Comitês que, segundo a estratégia dos comunistas à época, deveriam exercer as funções de uma organização de ponta para a mobilização das massas. Como se verá, na prática, os CDPs se organizaram, principalmente, como núcleos populares, a partir do local de moradia e tendo por base a divisão geográfica da cidade em bairros. E, por isso, acabaram por influir, ao seu modo, sobre o movimento de bairros, cujo crescimento começava a se intensificar nesse momento.

É sabido que a concepção democrática defendida pelos comunistas, nessa conjuntura, se referia, essencialmente, a uma noção da democracia em geral, isto é, uma concepção que não diferia muito da concepção liberal, que pensa o sistema político em termos das instituições formais, às quais caberia representar politicamente o conjunto da Nação (tomada como o conjunto dos "cidadãos", sem distinção de classe); a soberania popular, nesse contexto, é uma decorrência do funcionamento das instituições políticas. Para esse funcionamento, pensava-se em implementar o sufrágio universal, ao qual caberia a legitimação dessas instituições. Por mais que condenassem as possíveis sobrevivências do "Fascismo" e "as estruturas estado-novistas", a sua estratégia de colaboração de classes impediam-nos de con

(6) Cf. L.C. PRESTES, "Problemas Atuais da Democracia", discurso pronunciado no Estádio de São Januário, a 23 de maio de 1945; p. 77. Ed. Vitória, Rio, s/data.

ceber as tarefas democráticas da época em termos de necessidade de construção de organizações populares, especialmente das classes trabalhadoras, com autonomia e independência diante do Estado e das classes dominantes.

É no quadro dessa concepção que emergem os Comitês Democráticos Populares, em todo o país e, particularmente, no Estado de São Paulo. Os CDPs tinham a função de realizar uma ampla mobilização, para reforçar a luta pela democracia, mas não eram pensados como organizações tipicamente populares, e sim organismos voltados ao conjunto da população, encarregados, portanto, de mobilizar nas empresas, universidades, bairros, setor de mulheres, etc. Nessa conjuntura, a luta pela democracia aparece, principalmente, em função da convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte e de eleições para o Parlamento e o Executivo. Por isso, a primeira tomada de posição dos CDPs foi no sentido de apoiar o movimento "Queremista", que se formava no campo do Varguismo. Buscava-se, dessa forma, pressionar os grupos situados no aparelho do Estado para que convocassem a Assembleia Constituinte, à qual, então, caberia expressar a vontade da Nação. Por isso, durante todo o ano de 1945, os CDPs se ocuparam dessa tarefa, organizando-se preferencialmente nos bairros e, raramente, nas empresas. De fato, surgiram Comitês em todas as áreas da cidade, da região da Grande São Paulo e dos principais centros industriais do interior, como Campinas, Sorocaba, Santos e etc. Formalmente, os CDPs eram organismos independentes, cada qual com o seu estatuto próprio e com a sua direção eleita em assembleia geral; na prática, entretanto, eram, quase sempre controlados por militantes do partido, e coordenados por uma Comissão Municipal, articulada pelo PC.

Mas a luta pela Constituinte não foi o único objetivo dos CDPs, como se verá pela descrição que segue. Eles foram pen

sados também para desempenhar o papel de comitês eleitorais dos candidatos indicados pelo PC nas eleições de 1946. Os CDPs não eram comitês eleitorais iguais aos dos demais partidos políticos em cena nessa época; eles funcionavam também como centros de debate político, em atividades que deveriam identificar os líderes naturais dos bairros, que também deveriam integrar as listas de "candidatos do povo" indicadas pelo PC. Na prática, segundo os depoimentos, essa política de identificar líderes locais foi aplicada em termos que significavam o lançamento político dos próprios candidatos comunistas. Não obstante, como a mediação eleitoral, em qualquer caso, sempre exige algum grau de vinculação dos candidatos com as massas, o modo pelo qual esse processo de qualificação de líderes ocorreu foi tomar as reivindicações urbanas como ponto de partida das suas atividades. Boa parte dessa atividade voltada para os problemas locais refletiu uma disposição real de muitos militantes comunistas dos bairros. Segundo os depoimentos, a política de recrutamento de membros do PC, nessa época, foi a mais ampla possível e é bastante provável que muitos dos novos membros do partido tivessem ingressado na organização em função de sua liderança natural, em seu ambiente de moradia, ou em função do papel que tivessem desempenhado para organizar as populações locais, para e feitos de defesa de suas reivindicações urbanas. Isso era coerente com a linha seguida pelo partido de mobilizar sem grandes distinções de classe. Por isso, os Comitês Democráticos Populares acabariam influenciando também na formação dos movimentos de bairros de São Paulo. Aliás, o processo de constituição dos CDPs foi bastante indicativo do clima de participação existente entre as massas populares urbanas no pós-guerra, e o seu desenvolvimento, colocou, para os contemporâneos, alguns dos problemas que surgem na relação partido-massa. Por isso, vale a pena

um exame, ainda que rápido, de suas condições de surgimento.

Como já se disse, o clima ideológico e político da época caracterizava uma tendência generalizada de mobilização e participação das classes populares urbanas (vide capítulo 3 e 4). Os depoimentos de que se dispõe são unânimes quanto ao fato de que o debate político mais fundamental que marcava a conjuntura, isto é, a questão da democracia, tinha atingido, de algum modo, a amplos setores das classes populares. Portanto, do ponto de vista dos agrupamentos políticos interessados na sua representação na cena nacional, o grande problema consistia em saber de que modo era possível canalizar aquelas tendências para uma política de organização das massas. Por isso, é interessante observar que a proposta de organização dos CDPs era uma tentativa, exatamente, nessa direção; quer dizer, uma política que se definia em meio a formas espontâneas de participação popular e cuja importância estava em que, dependendo da sua eficácia, poderia representar uma possibilidade de rompimento com os marcos de espontaneidade em que se davam as tentativas de participação popular.

A partir de meados de 1945, tanto a grande imprensa de São Paulo como os jornais comunistas começaram a registrar o surgimento dos CDPs nos principais bairros periféricos de São Paulo, bem como em alguns bairros típicos de "classe média". Eis alguns pontos da cidade e da região da Grande São Paulo onde eles aparecem: Lapa, Pinheiros, Ipiranga, Vila Maria, Vila Matilde, Jabaquara, Santo André, Vila Monumento, Água Branca, Vila Pompéia, Osasco, Vila Zelina, Pirituba, Santa Efigênia e Vila Ipojuca. Fora dos limites de São Paulo, eles já apareciam em São Vicente, Campinas e Santos. Segundo as informações de que se dispõe, ainda bastante limitadas, nesse ano registrava-se a existência apenas de um CDP como base em uma empresa :

o que tinha sido formado entre os ferroviários da E.F. Central do Brasil. Tomados em conjunto, esses comitês centralizavam as suas atividades em torno de dois objetivos principais.

1. Políticos - de mobilização e propaganda relacionadas com a luta pela convocação de uma Assembleia Constituinte. Os comitês realizam assembleias e comícios em sua área de atuação - os bairros - defendendo a necessidade dessa convocação. A tônica dessas manifestações é de pedir às autoridades que convoquem a assembleia; não há referência de que tenha havido debates ou discussões sobre outras possibilidades para a conquista dos objetivos visados com a convocação de uma assembleia. Interpretando a conjuntura em termos de uma política de ordem e tranquilidade, os comunistas não se colocavam, por exemplo, a questão de uma alternativa para o caso das autoridades não realizarem a convocação solicitada pelos CDPs. Dessa forma, não podiam se colocar, também, uma alternativa para a própria concepção de democracia que esperavam ajudar a construir, através de uma Assembleia Constituinte.

2. Associativos - de desenvolvimento de uma ampla gama de atividades sociais e assistenciais, que visavam a facilitar a política de mobilização iniciada pelos CDPs. Essas atividades incluíam cursos de alfabetização, de corte e costura, competições esportivas, homenagens a pracinhas mortos durante a guerra e festas relacionadas com datas nacionais ou universais, como Natal, Ano Novo e etc. Essas atividades parece ter recebido grande importância, sendo realizadas com bastante intensidade e em grande número; podem ter desempenhado um papel de relevância para associar amplos setores das classes populares aos CDPs.

Não obstante, as atividades descritas ainda não esgotavam a atuação dos CDPs em São Paulo. Já a partir de 1945, os

comitês de alguns dos mais importantes bairros populares de São Paulo tinham orientado a sua atuação também para os problemas urbanos enfrentados pela população. Segundo as notícias da imprensa comunista, entre setembro e novembro de 1945, alguns CDPs, como o de Pirituba, tinham tomado a iniciativa de convocar assembléias de moradores dos bairros para discutir problemas como a escassez de escolas e de atendimento médico na periferia de São Paulo. Em um comício realizado naquele distrito, com a presença de 3 mil pessoas, os dirigentes do CDP apresentaram a luta pela convocação da Assembléia Constituinte como o único caminho pelo qual os problemas de carências urbanas, vividos pela população, podiam ser solucionados (7). Essa tendência, de combinar reivindicações urbanas com objetivos políticos mais gerais também apareciam em outros comitês de bairros. No dia 6 de novembro de 1945, segundo o jornal "Hoje", realiza-se uma reunião conjunta dos membros dos CDPs da Água Branca e de Vila Pompéia para debater os problemas políticos e os problemas urbanos desses bairros. Ao final da reunião, os participantes adotam uma resolução que pede a "imediata libertação dos presos políticos", fazendo referência aos ativistas sindicais que tinham sido presos durante o golpe do dia 27 de outubro do mesmo ano, e, além disso, decidem reivindicar a "instalação de uma feira livre" na região; a "instalação de uma cooperativa de consumo"; a "regularização das linhas de ônibus" e "a ampliação do número de carros em serviço". Também em outros bairros, as atividades se alternariam entre reivindicações locais, como o restabelecimento de bondes, no Jabaquara, uma ação judicial para sustar ação de despejo movida contra um morador, na Lapa, e um tipo de mobilização diretamente relacionada com as atividades do próprio Partido Comunista, como festas pa

(7) Coleção jornal "Hoje", dia 6/11/1945; Arquivo de História Social da UNICAMP.

ra comemorar a vitória dos candidatos comunistas nas eleições de 2 de dezembro de 1945 (8).

A partir de 1946, quando a conjuntura de abertura democrática, tal como era preconizada pelos comunistas, parecia se consolidar, as atividades dos comitês democráticos populares intensificaram-se e, visando realizar o objetivo de "ligar-se às massas". Entretanto, os comunistas deixavam claro que a sua preocupação maior era a política de recrutamento de quadros. De fato, a partir desse ano, os CDPs passariam a atuar como verdadeiros comitês do PCB e, gradativamente, perderiam a sua característica inicial, de uma organização ampla, destinada a servir para mobilização de massa. As atividades se distribuíram, então, entre reivindicações relacionadas com problemas dos bairros periféricos, festas nacionais, homenagens a personalidades políticas (como o presidente Roosevelt, dos Estados Unidos), torneios de esportes, jogos de futebol entre comitês de diferentes bairros, cursos de alfabetização e de corte e costura. Mas no plano explicitamente político, os CDPs mantinham reuniões destinadas a escolher os candidatos a serem lançados para as eleições parlamentares, comícios pela "União Nacional", conferências sobre a conjuntura, protestos contra a invasão de sedes do PC pela polícia e debates sobre a Carta Constitucional em elaboração. Os CDPs também passaram a realizar esforços destinados a alistar o maior número possível de eleitores em suas circunscrições eleitorais.

No plano reivindicatório passaram a adotar uma política destinada a criar pressão coletiva em torno de alguns problemas. Em bairros como Vila Santana e Moóca, o ponto de partida dessas reivindicações foi "a luta contra a carestia da vida",

---

(8) Cf. "Hoje", 14/12/45.

protestos contra a falta de pão e "a crise dos gêneros". Em Santa Efigênia e Campos Elíseos, bairros mais típicos da classe média, realizou-se uma I Assembléia Popular da Crise da Habitação e da Carestia (9). Em Osasco, o CDP local convocou um comício para agradecer às autoridades o atendimento de uma velha reivindicação, a instalação de uma feira livre. A tônica dos dirigentes foi para mostrar que "com a união do povo" todas as reivindicações locais poderiam ser atendidas. Em bairros como Pari e Moóca, surgiram comissões de donas de casa para lutar contra "as altas do custo de vida" e esta luta se combinou também com esforços iniciados para a instalação de cooperativas de consumo entre os moradores. Em outros bairros, os CDPs realizaram reuniões para comemorar o atendimento de reivindicações como creches e escolas ou a construção de escadas nas estações locais de trens. Em Pirituba, novas assembléias se realizaram visando à reivindicar um ambulatório médico e um telefone público para a localidade; 1.600 assinaturas foram coletadas em um pedido que foi enviado às autoridades municipais.

Apesar da intensificação dessas atividades, as notícias aparecidas no diário "Hoje", durante esse ano, revelam, entretanto, que os CDPs começavam, efetivamente, a assumir o papel de comitês diretamente subordinados ao PCB. Os comitês se envolviam em problemas relacionados com os problemas organizatórios da imprensa comunista, da manutenção das sedes partidárias e do lançamento das candidaturas de comunistas às eleições para completar as vagas existentes no Parlamento. Segundo o que é possível inferir das notícias de imprensa, e conforme os depoimentos, muitos CDPs começaram a se transformar, mesmo, em sedes partidárias. Gradativamente, desenvolveu-se a tendência

---

(9) "Hoje", 22/06/1946; idem.

de identificar o aparato partidário com aquela organização de ponta, de início, destinada a mobilizar a massa. Foi, praticamente o início do seu declínio.

Em 1947, quando a conjuntura política começa a mudar e apresentar sinais de que a direita não desejava tolerar mais a presença legal do Partido Comunista, os CDPs voltarão a acentuar o lado reivindicatório de suas atividades e limitar a sua atuação aos problemas urbanos dos bairros onde estavam localizados. Assim, em 19 de abril desse ano, o secretário político do CDP do Brás, convoca uma conferência distrital do bairro destinada a aprovar uma "Carta de Reivindicações" em torno dos seguintes pontos:

- Suspensão dos mandatos de despejo no bairro;
- Construção de prédios de apartamentos populares;
- Instalação de maior número de pronto-socorros grátis;
- Modernização das vias públicas;
- Construção de parques infantis;
- Construção de jardins de infância e escolas (10).

Todavia, pouco mais de um mês mais tarde, quando foi declarada a ilegalidade do Partido Comunista, esses CDPs iriam desaparecer com ele. Tendo desempenhado funções mobilizatórias especialmente vinculadas com a política de mobilização eleitoral do PCB e, na prática, se identificando como verdadeiros comitês partidários, essas organizações não conseguiram subsistir à investida repressiva do Estado, destinada a reprimir a atividade legal dos comunistas. Ao contrário do que seria de se esperar em uma conjuntura que abria a possibilidade da organização independente das classes populares, o partido tinha organizado os CDPs mais como um meio de mobilização vinculado à sua

---

(10) "Hoje", 20/4/1947.

própria estratégia de estruturação do que como uma organização de massa que, partindo de reivindicações bastante específicas, como eram as reivindicações urbanas, organizasse setores dela para levarem a efeito a sua luta de defesa econômica-corporativa. Tendo dificuldade de perceber a contradição que se colocava entre uma conjuntura de abertura democrática e as sobrevivências do autoritarismo, o partido parecia incapaz de prevêr os problemas decorrentes da identificação de uma organização destinada a realizar a mobilização de massa com a sua própria estrutura. Dessa forma, mesmo que, como indicam alguns depoimentos, o problema tenha sido sentido à época, não é de surpreender que quando a direita pressionou por uma política repressiva mais severa, o Estado tenha logrado impor a clandestinidade ao partido e tenha feito desaparecer junto as organizações de massa.

Em maio de 1947, com a perseguição imposta pelo governo Dutra aos comunistas, os CDPs desapareceriam sem poder deixar nenhuma continuidade organizatória imediata para o movimento de bairros que tinha, de alguma forma recebido um reforço da parte deles. Tendo surgido no bojo de uma tendência espontânea de participação de massa, os CDPs tinham se dirigido essencialmente a mobilizar setores dessa massa em torno do próprio PCB. Quando uma conjuntura repressiva se impôs, esses setores da massa que tinham se articulado em torno dos CDPs são obrigados a se desarticular, pois os dirigentes comunistas tinham realizado uma identificação demasiado grande entre o partido e a organização de massa e, agora, em face da conjuntura de repressão eram obrigados a se desmobilizar para enfrentar a ilegalidade. O que teria acontecido se ao invés de identificarem os CDPs com o seu partido, os comunistas tivessem concentrado a atividade mobilizatória nos bairros em função do objetivo de criar

efetivamente, organizações amplas de massa, destinadas a coordenar as lutas reivindicatórias dessas populações; isto é, organizações que se definissem por suas funções econômico-corporativas, de defesa das condições de vida das classes populares, e não organizações que confundissem e misturassem em um mesmo plano as palavras de ordem políticas (definidas em termos da democracia em geral) com as reivindicações urbanas? Não é inadmissível admitir que, nesse caso, talvez tivesse sido possível distinguir entre as organizações de massa e a estrutura partidária, de forma que, em uma conjuntura que obrigava o partido ao recurso da ilegalidade, as organizações de massa, com fins a defesa econômico-corporativa, pudessem sobreviver para desempenhar funções que só podiam ocorrer na legalidade.

Entretanto, cabe assinalar que no quadro de uma estratégia política destinada a realizar a "União Nacional", em que a democracia é vista como um objetivo político em geral, e não é pensada em função de dotar as classes populares de instrumentos organizatórios próprios que garantam a sua autonomia e independência diante do Estado e das classes dominantes, aquela hipótese não podia se colocar. É natural que o PC tenha aconselhado os trabalhadores a "apertar os cinturões" ao invés de fazerem greve, em 1946, ao mesmo tempo, que tenham estimulado a classe operária a se inscrever nos sindicatos oficiais. Tendo dificuldade de admitir a organização da classe operária, para fins de sua defesa econômico-corporativa no âmbito das empresas, era natural que qualquer organização de massa que o partido organizasse se dirigisse também a objetivos gerais, e não em função dos problemas concretos enfrentados pelas classes populares para resolver as suas vicissitudes organizatórias. Nessas circunstâncias, não é difícil entender porque o

partido identificava qualquer organização de massa com as suas próprias estruturas. Sendo insensível à tendência da massa de organizar para se defender no plano econômico-corporativo, era natural que concebesse qualquer organização como um apêndice seu. O partido dissolvia assim as tendências próprias da massa, para se organizar, no interior de sua própria estrutura. E, dessa forma, dissolvia a própria distinção entre as suas funções de classe e as suas funções de Estado (11). Aliás, os próprios comunistas se davam conta de alguns destes problemas, como o demonstra a auto-crítica apresentada por Luis Carlos Prestes em 1948 (12). Nesse texto, Prestes reconhece claramente que os comunistas tinham enveredado pelo caminho "das ilusões de classe", abandonando "os rumos dos interesses da classe operária", "substituindo a luta de classe pela colaboração". E que, saindo do terreno da luta de classe, "amainando-a", eles tinham dado a sua contribuição a que desaparecem a organização de luta das massas.

---

(11) Essas funções se referem, por exemplo, à distinção entre movimento social, no plano da sociedade, e a política, quando concebida especificamente, no plano do Estado. Segundo essa distinção, as funções do Estado não podem nunca servir de justificativa para limitar a autonomia do movimento social (ou funções de classe), cujo desenvolvimento tem uma dinâmica própria. Aliás, o movimento social é sempre mais abrangente, enquanto expressão de uma ou várias classes subalternas, do que a posição expressa por uma organização política concreta. Ver, a respeito, A. GRAMSCI, "The modern Prince and other Writings", International Publishers, N. York, 1970, especialmente Terceira Parte.

(12) Essa auto-crítica coloca, claramente, a posição dos comunistas em termos bastante duros e falava, por exemplo, que nas conjunturas de 1945 e 1946 o partido não tinha sabido respeitar as diferenças entre organizações de massa e os seus próprios comitês. Nos depoimentos recolhidos recentemente essa posição crítica reapareceu nas entrevistas de vários militantes da época, praticamente, nos mesmos termos da auto-crítica de Prestes. Ver, a respeito, L.C. PRESTES, Revista "Problemas" Nº 19, 1950, p.67 e seguintes.

Feitas essas ressalvas, cabe entretanto, indicar o terreno em que o surgimento e o desenvolvimento das atividades dos CDPs parece ter colaborado para a constituição da tradição de luta popular nos bairros de São Paulo. Esse terreno parece ser o que permitiu, em primeiro lugar, a identificação de algumas lideranças populares vinculadas com a problemática de base enfrentada pelas populações locais; e, em segundo lugar, o que permitiu que, nesse contexto, algumas das reivindicações das classes populares ganhassem um impulso maior e fossem mais amplamente debatidas. É verdade, como indicam os depoimentos de atores da época, que a tendência dominante foi a dos CDPs se transformarem simplesmente em um tipo mais politizado de comitê eleitoral, tornando-se, dessa forma, funcionais para as campanhas dos candidatos comunistas. As consequências desse verdadeiro reduccionismo verificado nas funções dos CDPs - originados, como se viu, de uma tendência real que existia na base - se refletiram no esvaziamento quase completo da experiência quando o PC, assim como as suas organizações de frente, foi posto fora da lei. Só parcialmente vinculados às massas, em função das exigências transitórias do período eleitoral, os CDPs não conseguiram manter, nas novas condições de ilegalidade, nem o nível de luta apresentado antes, nem a sua própria existência. Agindo de maneira bastante similar com os partidos populistas - que simplesmente buscavam conquistar votos nas fases eleitorais, em função de promessas efetivamente vinculadas aos interesses das massas - o PC perdeu, nessa conjuntura, uma significativa oportunidade para realizar, em parte, as suas funções de classe. Ou seja, explicitar o caráter social implícito nas reivindicações do movimento de bairros e dar a ele uma direção política de classe, que fosse coerente com uma estratégia de transformação da sociedade. O fato de que vários

depoimentos tomados sejam críticos em relação a esse ponto per mite concluir que as implicações presentes nas escolhas feitas à época não passavam desapercebidas para muitos militantes.

Quer dizer, é preciso ter em conta que alguns setores do PC, tiveram alguma percepção da importância da problemática urbana que gerava, nos bairros periféricos, condições para a mobilização de amplos setores da população e, portanto, de seu potencial político. Tanto que, ao se propor tarefas mobilizatórias, escolheram os bairros como uma de suas bases sócio-geográficas. Todavia, vale a pena ter em conta os mecanismos pelos quais uma iniciativa que nasce de uma tendência real das massas, isto é, da base, acaba por resultar em uma política de subordinação dos interesses de organização da massa à política do partido, como aconteceu no caso dos CDPs.

A prática política dos comunistas, nesta situação, tomava uma problemática real das massas (como era o caso dos problemas urbanos) e utilizava-a como instrumento de mobilização dessas massas, visando a obter o seu apoio para objetivos que, no final das contas, se definiam em termos táticos imediatos referidos a uma política de colaboração de classes que, de sua parte, negava a organização independente dessas massas. Entretanto, pelo fato mesmo de que essa prática tivesse de levar em conta, para concretizar o apoio a que aspirava, algumas das reivindicações sentidas pela massa, ela implicou também que, no plano das suas iniciativas espontâneas, essa massa tenha recebido um impulso à sua organização. Dessa forma, como indicam alguns depoimentos, a curta existência dos CDPs serviram para impulsionar, na base, a tendência de alguns setores de tomar a problemática urbana como ponto de partida para uma política de mobilização. E, nessa tendência, ajudaram a identificar não apenas uma problemática passível de mobilizar setores das clas-

ses populares, mas identificaram atores concretos, aos quais coube, de alguma forma, ajudar a consolidar uma tradição de luta popular que começava se formar, nessa época.

#### IV

Finalmente, as páginas que seguem propõem-se ao exame da terceira, e mais importante, influência política que se registra na formação do movimento de reivindicações de bairros em São Paulo. Essa influência, como se verá, deveu-se à emergência do Janismo, uma tendência populista que tratava de substituir o Varguismo e, por isso mesmo, tinha necessidade, nessa fase, de tentar ser mais específica no seu apelo às massas. Essa foi, provavelmente, a razão para que o Janismo tenha sido obrigado, no seu relacionamento com algumas das reivindicações populares, a abandonar o padrão difuso do populismo (vigente até então), e passar a falar uma linguagem que oferecesse uma promessa mais concreta às classes populares em São Paulo. Mas essa não é a única característica do Janismo: o fato de que o movimento social que emerge à volta de Janio Quadros, a partir de 1953, em São Paulo, tenha se baseado, ao menos em parte, em uma forma de organização popular pré-existente e, mais do que isso, tenha tentado transformar os temas que articulavam essa organização - as reivindicações urbanas - num dos aspectos centrais de sua mensagem às massas, é bastante indicativo da natureza desse fenômeno.

Operando em um quadro histórico que incluía, por um lado, a tendência, mais ou menos espontânea, à participação política das massas e, de outro, o vazio deixado pela retirada de cena do PC que, desde 1947, estava posto na ilegalidade, o Janismo acabou por se constituir em alguma sorte de direção polí

tica e ideológica para as classes populares; quer dizer, alguma ~~sorte~~ de direção a partir da qual a própria espontaneidade tinha que se redefinir. A sua emergência, nas condições que se descreveram adiante, era mais sintoma de uma situação que revelava a completa ausência de qualquer outra alternativa política mais profunda (e isto vale tanto para a esquerda, como para o Vargasismo), do que a expressão de uma capacidade própria.

Nesse sentido, talvez caiba indicar que, como movimento social, ele foi mais um marco a partir do qual a questão da espontaneidade pode ser qualificada, do que uma proposta capaz de romper com esse fator. Por isso, uma vez que chegou a ser algo como espécie de expressão política dos movimentos de reivindicação urbana de São Paulo nos anos 50, cabe indagar da natureza dos processos pelos quais ele se afirmou. Ou, por outras palavras, cabe indagar sobre como o Janismo, no quadro de crise política característica dos anos 50, tenha logrado se apresentar como uma concepção aceitável, para as classes populares, da sua expressão no plano do Estado.

A volta de Vargas ao poder, pelas urnas, em 1950, tinha representado uma nova tentativa de "atualizar" o compromisso entre as classes dominantes e as massas. A partir da abolição do atestado de ideologia para as eleições sindicais, em 1951, o movimento operário ingressara em uma fase relativamente mais independente. A política de enfrentamento de classe adotada pelo PC desde 1948 também jogava o seu papel para que, na base, o movimento operário se apresentasse mais agressivo. É nesse contexto que pode se explicar a "Greve dos 300 mil" em São Paulo, durante cerca de 30 dias. Os trabalhadores metalúrgicos, textéis, gráficos e marceneiros conseguiriam derrotar, na prática, o decreto 9.070 que proibia as greves. Essa nova disposição de luta da parte dos mais importantes setores das clas -

ses populares em São Paulo levava mais a fundo a crise política do Varguismo que, cada vez mais, se dividia entre as suas raízes elitistas e os seus apelos às massas. Como se sabe, agosto de 1954 ofereceria uma solução dramática a essa crise. Entretanto, a essa altura, amplos setores das massas populares em São Paulo já tinham começado voltar a sua atenção para as novas tendências que surgiam no interior do próprio fenômeno do populismo. Em março de 1953, Janio Quadros seria eleito prefeito de São Paulo por uma esmagadora maioria, derrotando os esquemas políticos de Vargas, de Adhemar de Barros, da direita agrupada na UDN e do candidato apoiado pelos comunistas. Emergia para a superfície política o fenômeno, cujas bases seu líder tinha começado a lançar desde 1947, quando assume a uma cadeira de vereador na cidade. Os esquemas políticos derrotados tinham constituído a base dos quatro maiores partidos nacionais (PTB, PSP, UDN e PCB) nas eleições de 1945 e 46 e, por isso, a eleição de Janio revestia-se agora de um caráter inequivocamente novo. Significava, quando menos, que as massas buscavam se expressar através de porta-vozes novos repudiando, em algum grau, os que até então tinham tido a sua confiança.

Janio Quadros, um membro da baixa classe média assalariada, surge como um líder popular a partir de 1947/48, ao assumir uma cadeira de vereador em substituição a um parlamentar comunista, cujo mandato tinha sido cassado. Ele tinha sido eleito pelos moradores de alguns bairros periféricos da cidade, especialmente Vila Maria que, mais tarde, seria um dos símbolos de sua identidade popular. A sua atuação logo ficaria marcada pela defesa sistemática das reivindicações urbanas das populações periféricas da cidade, como demonstram seus inúmeros discursos, requerimentos e projetos de resolução apresentados

em plenário (13). Entretanto, esse não é, ainda, o aspecto mais importante da atuação de Janio à essa época; o que lançaria as bases da liderança que iria se consolidar nos anos seguintes e ra o modo pelo qual formulara as denúncias que fazia na tribuna da Câmara dos Vereadores, dos problemas enfrentados pela população. Janio visitava pacientemente os bairros periféricos da cidade e ouvia membros das classes populares sobre as suas necessidades e as suas reclamações contra o Poder Público. Identificava os líderes populares locais e procurava se ligar a eles: procurava, particularmente, as sedes das SABs, que então começavam a se desenvolver, e observava a sua atuação. Quando constatava que, efetivamente, representavam um fator de mobilização local da população, solicitava que apresentassem as suas reivindicações que ele se comprometia a apresentar no parlamento da cidade.

Ao mesmo tempo, Janio também se ocupava das condições de vida do baixo funcionalismo da Prefeitura Municipal de São Paulo, denunciando os seus baixos salários, o tratamento autoritário que recebiam das autoridades, e as condições de higiene e saúde dos locais de trabalho. Também nesse caso Janio tomava conhecimento dos problemas através de "visitas-surpresa" que fazia às oficinas e locais de trabalho, e pelo seu comparecimento às assembleias de funcionários. Por essa razão, tornou-se frequente que comissões de funcionários da prefeitura, da mesma forma que diretores de SABs ou representantes das populações periféricas procurassem o vereador, na Câmara, para apresentar as suas reivindicações.

---

(13) Ver "Anais da Câmara Municipal de São Paulo", Livros I e II, 1948, 1949 e 1950.

Com efeito, frequentemente, no período entre 1948 e 1950, Janio Quadros ia à tribuna da Câmara Municipal de São Paulo para assinalar que :

"A convite do povo das vilas Moinho Velho, Nair e Alcântara Machado visitei o sub-distrito do Ipiranga, na companhia do jornal "A Hora", para conhecer uma necessidade local, que me foi encarecida pela comissão de moradores que esteve nesta Câmara. (...) possuo em mãos (...)um abaixo-assinado de cidadãos que residem nas vilas interessadas" (14). Segundo as informações da imprensa, esses convites e essas visitas sucediam-se praticamente todos os dias. Janio ia aos bairros, conversava com os moradores e depois reunia-se com os seus líderes. Em seguida, voltava ao plenário da Câmara Municipal e denunciava os problemas:

"Tomem o caso de (vila) Comendador Ermelino. Não tem luz. Não tem ruas. Não tem cemitério. Não tem coisa alguma. "Dona Light", dona de muita gente e de muitos interesses, quer 220 mil cruzeiros para levar iluminação domiciliar ao proletariado da terra. Queria, há algum tempo, 120 mil. O povo coletou. Reuniu o dinheiro. Como, Vv. Excias não imaginam. Em listas dolorosas, onde cada assinatura era o juramento de provas sem conta, para que a luz pudesse vir. Depois, "Dona Light" quis 220 mil cruzeiros. Quis e pronto! (...) Tem ou não tem razão o homem da rua que diz que quem rouba um tostão é ladrão, quem rouba um milhão é barão?" (grifos meus, J.A.M.) (15).

Janio levava, assim, para a Câmara, as reivindicações urbanas. Mas não parava aí. Ligava essas reivindicações com a lógica que, de um lado beneficiava a acumulação e, de outro, lançava as classes populares na carência de serviços. Gradati-

(14) "Anais ...", dia 12/4/1950.

(15) Idem, dia 23/8/1950.

vamente, foi se apresentando como um defensor dos interesses urbanos da população, legitimando as suas reivindicações e fazendo-se porta-voz delas. Além disso, estabeleceu uma relação clara entre os problemas que procurava denunciar e suas implicações propriamente políticas, relacionados as dificuldades da população com a inércia da "classe política" e do Poder Público:

"... (o bairro) não tem coisa alguma, à parte os cartazes eleitorais de uns tapeadores que tudo prometem às vésperas das eleições e somem depois, no silêncio da digestão dos subsídios e das vantagens dos cargos a que se alteiam" (16).

"Desafio qualquer cidadão a atingir o Mandaquí nos dias de hoje. A principal via de acesso (...) abre-se em voragens assustadoras. O lodo é indescritível. (...) Não vou falar da luz, que apenas é encontrada onde os moradores puderam pagá-la, pagando à Light, por alguns postes, a brincadeira de 24 mil cruzeiros ..." (17).

"Mais de 3 mil cruzeiros! Dobrou o imposto que já era um assalto. Ao mesmo tempo, e para compensá-lo, e a todos os moradores, não lhes dá água encanada, luz, telefone, gás, esgotos e policiamento" (18).

"Tenho sustentado nesta Camara, vezes sem conta, que governo para o povo é sinonimo de coleta de impostos; governo é apenas aparelhamento jurídico que permite ao Poder Público cobrar aos cidadãos os tributos ..." (19).

"Uma prefeitura municipal que autoriza, permite, pela

(16) "Anais ...", dia 23/8/1950.

(17) Idem, dia 28/4/1950. Cf. também Indicação 1145/50 ao Executivo.

(18) Cf. Indicação Nº 1145/50..., op. cit.

(19) "Anais ...", 3/2/1950.

sua inépcia, pela sua incapacidade, de braços cruzados, cenas como esta, declara de público à população a sua incompetência (...), a necessidade de uma reforma completa na sua organização (...), declara de público à população que, mais tarde ou mais cedo, o povo há de providenciar, por conta própria, há de providenciar através de suas forças, de sua vontade, que acaba rá por ser ouvida, as reformas substanciais a que faz jus, as alterações fundamentais a que tem direito, porque esse estado de coisas não pode prosseguir" (grifos meus, J.A.M.) (20).

Janio começava, assim, já em seus tempos de vereador, a lançar as bases ideológicas do Janismo que, em grande parte, se apoiava em uma concepção que afirmava os direitos do cidadão e os deveres do Estado para com ele. Nesse sentido, pode-se dizer que a sua emergência serviu para atualizar as aspirações de cidadania encontradas entre as classes populares nessa época. No entanto, ele insistia na idéia de que ao Estado cabia a função de "prover" o conjunto da sociedade e que a insatisfação popular era decorrente do mal uso que a "classe política" fazia de seu aparelho. Mas a sua tendência era de procurar identificar os problemas concretos sofridos pela população e acusar os ocupantes dos postos de governo pela sua existência. Não obstante, quando polemizava com os representantes socialistas, como Cid Franco, Janio evitava discutir o caráter do regime vigente e colocava o debate em termos da "honestidade pessoal" dos governantes:

"... as falhas não são do regime, de sua estrutura, mas sim de sua prática, de seu exercício. Não desacredito em que, potencialmente, o regime possa entregar-se a uma prática social mais humana, mais cristã, mais decente. O certo é que, na atua

(20) "Anais ...", 11/10/1948.

lidade, há apenas em alto grau um comodismo, uma política de braços cruzados ..." (21).

Entretanto, vinculado como estava a uma tendência de participação entre as classes populares, da qual as SABs apareciam como a expressão mais organizada, Janio reforçava a legitimidade da problemática urbana e jogava de novo o antagonismo que ela provocava para o plano do Estado, isto é, da política. Cabe observar, à margem, que o fato dele situar o debate ao nível dos atores imediatos que desempenhavam funções na administração pública, só ajudava a identificar no Poder Público os responsáveis pela situação em que se encontravam as classes populares.

De outra parte, os seus discursos também colocavam, com frequência, a questão dos privilégios que diferenciavam os bairros centrais dos bairros periféricos. Esses, segundo ele, formavam uma realidade à parte e cheia de peculiaridades. Frequentemente, ocorria a Janio discutir com os representantes do PSP - partido que estava no governo do Estado, desde 1947, e que indicava o prefeito de São Paulo - os quais alegavam que as denúncias de Janio se aplicavam ao conjunto da cidade, isto é, eram comuns a todos os bairros. Certa vez, após uma visita a Vila Maria, a convite dos moradores, Janio comentou na Câmara:

"... (o bairro) ... um valo repleto de água pútrida, infecta, pestilenta, a correr ao longo da artéria, de um extremo a outro, enquanto o leito, o passeio (...) é intransitável. (...) Por toda parte, também, ao longo dessa avenida, o mesmo e sistemático empoçamento ... (...) ... as fossas, quase todas, se extravazam ... (...). O escremento que se acumula nas ruas

---

(21) "Anais ...", 3/9/1948.

forma uma espessa camada em todos os pontos nos quais se encontram fossas, e essas fossas situam-se à pequena distância uma das outras, de sorte que a artéria, por igual, ao correr a linha de bonde, é uma verdadeira esterqueira ... (...). Vejam Vv. Excias. se cabem então as observações que ocasionalmente ouço, segundo as quais esses problemas são comuns a toda a cidade ... (...). Não, positivamente não! Alguns distritos possuem peculiaridades tais que estão reclamando medidas que lhes sejam próprias, exclusivas, urgentes, inadiáveis, sob pena de grave ameaça à saúde coletiva ..." (os grifos são meus, J.A.M.) (22).

Janio enfatizava, assim, os elementos ideológicos que já apareciam nos movimentos de reivindicações urbanas, como os movimentos autonomistas de distritos como Osasco e Pirituba. Tratava-se, certamente, de sentimentos da própria população desses bairros, pois era no contacto com elas que Janio ia buscar o material de suas denúncias. Entretanto, trazendo a questão para o âmbito do parlamento local ele, real ou simbolicamente, emprestava maior importância a ela, alçava-a ao âmbito do Estado e, desta forma, legitimava-a politicamente. Constituiu, portanto, um campo de ação no qual as classes populares podiam agir com desenvoltura.

Mais importância assume este fator, se se tem em conta que, desde essa época, Janio Quadros procurava valorizar, especialmente, o trabalho realizado pelas Sociedades dos Amigos de Bairros e, mesmo, contrapô-las ao Estado, apresentando-as como uma espécie de Poder Público "alternativo":

" (o bairro) ... não deve nada ao Poder Público, porque

---

(22) "Anais...", 10/10/1948.

essas ruas são conservadas pela "Sociedade dos Amigos do Jardim da Saúde", que até caçambas próprias possui e, sobretudo, o pedregulho; adquire a pedra, adquire os tijolos quebrados e procede aos consertos que se fazem necessários ... (...) ... estive in loco, não uma vez, mas duas, a pé, correndo as ruas, ponta a ponta e conversando com a população. A Sociedade dos Amigos do Bairro cedeu um prédio para a instalação de um posto policial, construiu celas, deu cadeia, dois lotes para a construção da escola. (...) ... Sociedade dos Amigos da Saúde, cujo nome não me canso de repetir, devo repetir necessariamente, porque ela é o Poder Público de lá" (grifos meus, J.A.M.)(23).

As SABs são apresentadas como representantes da população local e como uma organização que está agindo em função dos seus interesses. Os problemas urbanos não são apenas apresentados como a contradição que conduz a uma oposição entre a população e o Estado, mas as próprias organizações criadas pela população são apresentadas como uma forma alternativa de administrar e de conceber o papel do Poder Público. Janio abria, assim, uma possibilidade de que setores das classes populares se sentissem, eles próprios, os agentes das soluções que os interessavam.

É notório que Janio não era capaz de pensar o problema dos direitos populares senão no quadro democrático tal como ele funcionava à época. Sua posição era de um crítico que denunciava a ineficácia da "classe política" e o desempenho que ela impunha às instituições, menos do que os limites dessas próprias instituições. E a sua denúncia não ia além de um moralismo radical, de tipo pequeno burguês, que via nos atores individuais a responsabilidade das injustiças e das desigualdades.

---

(23) "Anais ...", 4/10/1948.

Entretanto, como a sua aspiração de representar as mas sas se relacionava com situações concretas (que lhes eram reve ladas por contacto direto com as massas), isso dava a ele condição de um intérprete que conhecia a medida do estado de ânimo das massas:

"Estamos todos semeando, ou alguém por nós. Não estranhemos depois que ... surjam os guerreiros da fábula, da mitologia grega. Não estranhemos as consequências; são a resultante rigorosa das atitudes prévias. Essa gente encontra-se esgotada. Essa gente não acredita mais em ninguém. (...) Essa gente já vê o Governo como uma entidade composta de aproveitadores e as Camaras como organismos estéreis de discussão inúteis, de contendas acadêmicas, e essa gente é o melhor caldo atual para a doutrinação de certas ideologias. Não há necessidade de um profeta, de um genio para arrebatá-la, para fundí-la em um corpo só, em uma só vontade. Deixemo-la mais um pouco assim, nessa mesma miséria, nessa mesma perdição irremissível, e um drama se consumará" (grifos meus, J.A.M.) (24).

Janio denunciava a falência das instituições democráticas vigentes, embora sem descartar a possibilidade delas se transformarem a partir da "honestidade" e da "retidão" de caráter de um homem; denunciava o Governo, a Camara, os políticos tradicionais em sua incapacidade de resolver os problemas sociais. Ao mesmo tempo, alertava estas "instituições", e os homens que as representavam, para a capacidade de reação das mas sas, para a sua disposição de se tornar uma só vontade, e oferecer, elas próprias, uma solução (talvez violenta). Aqui já parece um dos aspectos básicos da ambiguidade do Janismo: ao mesmo tempo que reconhece e valoriza a capacidade das massas

---

(24) "Anais ...", 3/9/1948.

para se organizar e se constituir em vontade coletiva, identificando-se com elas nessa disposição, no seu sofrimento e na sua revolta, por outro lado apela a seus pares para que adotem medidas destinadas a impedir "o drama" que se avizinha. Apela para os outros, mas o seu apelo é quase um discurso para si mesmo, pelo qual procura armar o edifício da ilusão que advoga a reforma "moral" dessas instituições, como a única via de satisfação das massas e, ao mesmo tempo, de salvação das próprias instituições. Se por um lado reconhece o poder das massas, reconhecendo a sua capacidade de se constituir em vontade que pode chegar até à destruição das instituições, de outro, ele se oferece como intérprete daquelas massas que, situando-se no âmbito privilegiado das próprias instituições, poderá por sua atuação produzir a solução dos problemas das primeiras e, dessa forma, realizar as reformas que permitiriam a salvação das segundas. Essa ambiguidade, como se sabe, se acentuaria nas fases finais do Janismo como um movimento político. Entretanto, importa reter que se essa ambiguidade serviria para limitar as classes populares em sua perspectiva, ao mesmo tempo, serviria de impulso para lançá-las em um tipo de ação que se relacionava com a luta por seus interesses. Pois na medida em que lhes reconhecia a identidade, afirmava essa identidade e, mais ainda, focava no Estado o alvo do conflito que se produziam a partir das carências urbanas. Nesse sentido, é preciso examinar o Janismo (em formação, nessa época), tanto pelo lado da ligação que seu líder estabelecia com as massas como pela mensagem que oferecia a elas. A ligação líder-massa, nesse caso, é possível porque o líder se faz porta-voz dos interesses dessas massas e legitima-os ao nível do Estado. Mas essa ligação, além do componente manipulatório, também oferece um universo de debate ideológico, dentro do qual o Janismo se expressa, e que,

ao mesmo tempo, serve para dar fundamento à articulação das massas em função de suas aspirações; ao reconhecer a capacidade das massas para se constituir em vontade política indica para elas uma direção. Essa questão só assume toda a sua relevância se se levar em conta o fato de que, por um lado, a insatisfação dessas massas é a expressão mais clara da crise de hegemonia que vive a sociedade e, de outro, que a elas não se oferece uma direção política alternativa e que seja identificável com os seus interesses. A direção política oferecida pelo Janismo não é a de um partido vinculado às tradições de luta pelo socialismo mas, em qualquer caso, é uma direção que tende a dotar a tendência espontânea de participação das massas de um sentido. Esta, como se verá adiante, era vaga e genérica, mas era uma direção cujo centro eram os interesses econômicos-corporativos das classes populares, algo de fundamental em uma situação que se caracterizava pela crise das instituições democráticas, que punham limites bem claros à organização autônoma daquelas classes.

É necessário observar ainda algumas posições assumidas pelo vereador Janio Quadros durante os três anos e meio de seu mandato. Ele tomou a iniciativa, que foi apoiada pelos "liberais" da SAC, de propor a encampação da Companhia Light and Power, no momento que ela tentava conseguir o aval do governo brasileiro para um empréstimo do BIRD. Em 1948, aquela companhia tinha imposto o racionamento da energia elétrica a alguns bairros e tentava justificar dessa forma a necessidade do empréstimo a ser concedido pelo BIRD. Janio pede a "sua imediata nacionalização" (25). Mas os seus argumentos para defender a encampação não se referem apenas à necessidade de defender o

---

(25) Requerimento nº 16/50, dia 30/1/1950.

país do capital estrangeiro.

"... sempre, invariavelmente colonizador, perigoso e nocivo aos supremos interesses da Nação...". Janio argumenta em função dos interesses da população, isto é, do usuário dos serviços da Light:

"... a Light, sistemática e terminantemente, recusa-se a redistribuir pelo povo os lucros que colhe da exploração dos serviços que faz no meio deste mesmo povo".

De outra parte, defende a tese do monopólio estatal do petróleo, quando a questão está sendo discutida em âmbito nacional. Janio, além disso, toma posição clara, em várias ocasiões, contra medidas governamentais que atentavam contra os direitos de expressão, reunião e pensamento.

Entretanto, não é ainda como vereador que Janio Quadros oferecerá toda a sua contribuição para a identificação dos interesses das classes populares e a sua articulação em formas elementares de organização, como as SABs; só a partir de 1953, na campanha eleitoral como prefeito, quando o Janismo tem oportunidade de por em prática algumas de suas concepções a respeito da relação entre sociedade civil e Estado, é que a sua importância se refletiria completamente no movimento de reivindicações de bairros. Janio sustentará uma insólita campanha eleitoral baseada no slogan "Tostão contra o Milhão" e na constituição de comitês eleitorais nos bairros periféricos com os líderes que tinham sido identificados durante a sua atuação como vereador. Encarna a candidatura de oposição, sendo apoiado apenas por dois partidos pequenos, o PSB e o PDC, nos quais encontraria alguns herdeiros de uma esquerda radical e da chamada "Esquerda Democrática", que tinha se constituído no final da guerra, além de alguns setores "liberais" que procuravam transformar em atos algumas de suas intenções de inspiração mais

popular. Foram estes grupos que, coordenados pelo próprio Janio, passaram mais tarde a estimular o desenvolvimento do movimento de Sociedades de Amigos de Bairros. Vale a pena recuperar os passos desse processo que se dá entre 1952 e 1954, quando Janio é eleito governador do Estado e começa a esgotar-se a primeira fase de seu populismo.

Em primeiro lugar, é preciso considerar que a campanha eleitoral de 1953 tratava de aprofundar o seu estilo de fazer política. Ele inaugurara, como sugere um observador "o bairro como unidade política"; se diferenciava dos "políticos tradicionais" pela relação direta que estabelecia entre líder e massa. De fato, as suas "visitas-surpresa" a bairros, fábricas, locais de trabalho do funcionalismo municipal e sedes de SABs tinham começado a provocar um efeito que iria apresentar os seus resultados agora na campanha eleitoral.

A campanha teve um estilo essencialmente popular em comparação com a que foi realizada pela coligação de partidos situacionistas: baseou-se em comícios de rua, aos quais Janio comparava, procurando reunir os líderes de bairro que lograra identificar como vereador. "Os comícios eram feitos nas ruas porque a campanha era pobre e não tinha dinheiro para alugar salões, como faziam os outros;" além disso, fazer comício de rua era mais popular, nos aproximava mais com a massa" (26). Foram organizados comitês de bairros em praticamente todas as vilas periféricas da cidade e a campanha se dirigia para a periferia, "sustentada por doações espontâneas que o povo fazia, em garrações espalhados pela cidade inteira; as doações vinham de todos, sem nenhum compromisso ideológico; vinham inclusive de capitalistas, homens que tinham dinheiro e se dispuseram a

---

(26) Depoimento do Coordenador da Campanha de 1953.

ajudar uma campanha que propunha a remodelação do sistema administrativo dentro das normas legais do regime vigente" (27). A tônica das reuniões e comícios de rua era a idéia de "integrar a periferia na cidade" e de atender "os que vivem do trabalho : moradores dos bairros afastados, sem água, esgotos, calçamento, condução para chegar ao trabalho" (28).

A mensagem mais forte da campanha se resumia ao slogan "Tostão contra o Milhão", mas Janio também insistia em idéias como "Mais vale acender uma vela do que amaldiçoar a escuridão", para indicar que era hora dos setores populares reagir às formas de opressão a que tinham sido lançados. A terceira idéia presente na campanha se relacionava com a luta contra a corrupção que tinha se instalado na máquina administrativa. Janio sustentava que a corrupção era fruto de uma situação na qual o governo não tinha de prestar contas ao povo do que fazia, nem em que empregava os recursos públicos, provenientes da contribuição tributária do conjunto da população.

É interessante observar a interpretação de alguns dos homens que estavam à frente do Partido Socialista Brasileiro que lançou a sua candidatura. Fúlvio Abramo, velho combatente da política de colaboração de classes do Partido Comunista, observa que uma das razões mais importantes que fizeram que ele e seu grupo apoiasse a indicação de Janio como candidato a prefeito foi precisamente a idéia de luta contra a corrupção, "que tinha assumido as proporções de um fenômeno social, pois ela era mais uma maneira pela qual os poderosos se apropriavam da riqueza nacional; era uma espécie de cobrança tributária que ia além dos impostos, uma exploração acima da 'exploração normal';

---

(27) Depoimento do Coordenador da Campanha de 1953.

(28) Declarações do candidato à imprensa; ver Coleção "Folha da Manhã", fevereiro de 1953.

a luta contra a corrupção, em certa medida, atingia o poder que permitia o excesso de exploração" (29). Mas essa não era a única razão para que a tendência de esquerda dentro do PS apoiasse Janio. Para esses socialistas, que à época detinham o comando partidário em São Paulo, a mensagem de JQ atacava, por um lado, a base do poder das classes dominantes, através das denúncias das desigualdades e das injustiças da política do Estado, e por outro, acenava com a defesa dos interesses econômicos das classes populares. "O caráter de classe, ainda que implícito, da campanha de JQ podia ser percebido nas formulações como "Tostão contra o Milhão", que representava a luta dos "pobres" contra os "ricos"; "Mais vale acender uma vela que a maldiçoar a escuridão", que apelava para a unidade de classe; e a "Vassoura", que era forma que a luta contra a corrupção de classe assumia no caso de São Paulo" (30).

Parece importante observar, mais detidamente, as concepções que faziam à época os dirigentes socialistas de seu próprio papel, pois eles serão os atores privilegiados que, em ampla medida, estarão em condições de influir, de alguma forma, sobre o importante movimento de massas em que se constitui o Janismo no momento de seu primeiro triunfo eleitoral. O PSB sustentava, desde 1950, a tese da "falência da classe burguesa enquanto classe dirigente do país", demonstrando que o partido tinha consciência da profundidade da crise de hegemonia existente. A tese seguia demonstrando que, após as frustrações provocadas pelo advento do "Adhemarismo", a eleição de Getúlio Vargas, em 1950, tinha despertado algumas esperanças entre as massas, que, entretanto, logo se transformariam em decepções e criariam "um estado de desânimo e ceticismo dos mais profun-

---

(29) Depoimento de Fulvio Abramo, segundo semestre de 1974.

(30) Idem

dos nos meios populares". Disso resultava a constatação do "de finhamento" por que passava o regime democrático. Por essa razão, a tarefa que se impunham esses dirigentes socialistas era a de cindir o populismo por dentro (31). O populismo, consideravam os socialistas, servia para alimentar as ilusões de classe entre as massas urbanas. No caso de São Paulo, o chamado "monopólio adhemarista", que tinha se instalado durante o Estado Novo e que ressurgira em 1947, com a eleição de Adhemar de Barros, com o apoio dos comunistas, aparecia como "um grande obstáculo para o desenvolvimento dos partidos de esquerda entre as massas, pois ele tinha influência nos sindicatos, através dos "pelegos", além de controlar parte substancial da máquina burocrática do Estado, como a polícia" (32). Diante desse quadro, a cisão do populismo, isto é, a divisão de suas forças, a parecia como uma tática destinada a criar condições para constituir uma perspectiva de classe entre as massas. Cindir o populismo, para esses dirigentes, significava "entrar dentro dele, apoiar um de seus polos, o que estivesse mais próximo em termos de posição e de tipo de atuação e tentar dar-lhe tanto mais consequência quanto possível. Fazendo-o distanciar-se o mais possível da política das classes dominantes e aproximar-se o mais que as circunstâncias permitissem do interesse popular. E, dessa forma, abrir caminho para que o PS chegasse até as massas" (33).

Janio era, certamente, considerado um populista, mas como a sua posição coincidia em muitos aspectos com a defesa dos interesses econômicos das classes populares, os socialistas consideravam que era possível uma aliança em função de al-

(31) Depoimento de Fulvio Abramo, segundo semestre de 1974.

(32) idem

(33) idem

guns objetivos que viessem a favorecer aqueles interesses. A idéia era a de que, não tendo o Partido Socialista condições de ocupar diretamente o poder, deveria aproveitar as condições que permitissem influir sobre aqueles que o ocupassem, em parte ou no todo, para favorecer a defesa dos interesses das classes populares. Os socialistas vinham de um período de colaboração com Janio durante o tempo em que este era vereador e quando Janio decide lançar-se candidato a prefeito, eles vislumbram uma possibilidade de por em prática as suas concepções quanto ao populismo. O partido oferece a sua legenda a Janio e passa a integrar, desde seu início, o comando da campanha eleitoral de 1953. Os dirigentes socialistas participam da maioria dos comícios nos bairros e tem liberdade completa para apresentar a sua mensagem ao eleitorado. Além disso, alguns dirigentes também tem acesso à rede de contactos que Janio tinha estabelecido com os líderes de bairros. Eles tomam consciência, então, não apenas do prestígio de seu candidato entre as massas populares, mas também da importância desempenhada à época pelo nascente movimento das SABs (34). É provável, segundo indicam os depoimentos, que essa participação dos socialistas na campanha eleitoral de Janio tenha influenciado para dar a ela algo do caráter político que teve.

. . .  
 . . .

O Partido Socialista Brasileiro (PSB) surge em 1946 sob o lema "Socialismo e Liberdade". Era originário da chamada "Esquerda Democrática", um agrupamento heterogêneo que reunia algumas correntes de esquerda que se opunham ao Partido Comunista

(34) Depoimentos de Fúlvio Abramo e Antonio da Costa Corrêa, no segundo semestre de 1974.

e correntes que se consideravam "liberal-democratas radicais " (35), e que viam na abertura do após-guerra uma oportunidade de lançar raízes entre as massas populares. Essas tendências se dividiam em vários grupos e, em realidade, não tinham muita homogeneidade ideológica, embora tivessem em comum o fato de que, de alguma forma, tinham estado presentes no cenário político de S. Paulo durante todo o tempo de vigência do Estado Novo, em luta contra ele; outros tinham ingressado na política mais recentemente, através das suas experiências no movimento estudantil que se organizou contra a ditadura entre 1943 e 1945. Entre os primeiros estavam alguns dirigentes que, em 1953, levariam o partido a apoiar a candidatura de Janio para prefeito; entre os segundos, estavam os que, após o triunfo eleitoral de 22 de março de 1953, constituíram o que ficou conhecido como o "Bloco Janista" dentro do partido, como Jair Monteiro de Carvalho, João Caetano Alvares Jr., Germinal Feijó, Wilson Rahal e outros.

O Partido Socialista foi sempre uma organização relativamente pequena, cuja base de apoio se circunscrevia, principalmente, entre setores de classe média, como profissionais liberais, jornalistas, estudantes e professores universitários, sendo a sua penetração na classe operária bastante limitada e, praticamente, reduzida a alguns líderes sindicais, como Remo Forli, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, entre 1953 e 1958. O partido incluía entre os seus objetivos a luta pela "gradativa socialização dos meios de produção", e a sua estratégia de construção do que era chamado o socialismo democrático - marcando uma diferença em relação às experiências

---

(35) Depoimento de Jair Monteiro de Carvalho, primeiro semestre de 1975.

(36) Depoimento de Antonio da Costa Corrêa, segundo semestre de 1974 e Jair Monteiro de Carvalho, primeiro semestre de 1975.

burocráticas de construção do socialismo - se concebia em função de uma tomada do poder através das instituições do regime democrático vigente. Embora no plano teórico, como o indicam os documentos disponíveis (37), essa questão não pareça ter tido uma indicação muito precisa, era no plano prático que o problema se colocava de modo mais claro. A ação, mesmo do grupo mais definido ideologicamente, como era o caso da "fração de esquerda" de São Paulo, que detinha importantes posições partidárias, parecia apontar mais na direção de um caminho que passava pela ascensão aos governos, local e nacional, que, propriamente, algo como uma estratégia de construção do poder a partir da sociedade civil.

De fato, os socialistas tinham iniciado, a partir de 1950, uma prática de participar das eleições para todos os cargos eletivos e concebiam a possibilidade de chegarem ao poder através da sua participação no Parlamento e no Executivo. Aliás, é nessa disposição de participar das instituições vigentes que se encontrariam os socialistas ao se dispor à aliança com Janio Quadros, em 1953.

Isto não quer dizer que não tivessem uma perspectiva sobre a necessidade de ampliar e aprofundar a democracia vigente no país, nem que não identificassem o Estado como a agência de realização dos interesses dos grupos dominantes e, portanto, instrumento de subordinação das classes populares. Em realidade, o PS se constituía, naqueles anos, do início da década dos 50, em uma das únicas forças políticas que procuravam chamar a atenção para a necessidade de construir a autonomia política das classes populares e, por outro lado, para a impor

---

(37) Ver, por exemplo, "Posições Socialistas", Edições do PSB, Secção de São Paulo, s/data; especialmente, Parte II.

tância de que o nacionalismo, como concepção das relações entre a sociedade e o Estado, não devia representar a adoção de uma perspectiva que apagasse as distinções entre as classes na sociedade. De fato, o PS participou, por exemplo, do debate sobre o estabelecimento do monopólio estatal do petróleo, no país, para defendê-lo; mas, distanciando-se da posição assumida pelos comunistas, advertiram para os perigos do que chamavam um "nacionalismo de tipo chauvinista", cuja concepção da luta entre interesses nacionais e interesses do imperialismo tendesse a afirmar os ideais da Nação independentemente de suas distinções internas de classe. Por outro lado, o PS defendia, também, a autonomia dos sindicatos em relação ao Estado, denunciando a estrutura oficial do sindicalismo, como uma sobrevivência "fascista" do Estado Novo.

Diferentemente do resto da esquerda, o PS parecia ter alguma percepção dos problemas que se colocavam para qualquer política destinada a dar algum grau de participação efetiva às classes populares na democracia da época. Por essa razão, pode-se pensar que as suas responsabilidades em face de um movimento de massas da amplitude do Janismo era extremamente grave. A opção de aliar-se ao Janismo que, certamente, contemplava essas responsabilidades, abria a única possibilidade existente no início dos anos 50 para que qualquer agrupamento de esquerda se aproximasse das massas em São Paulo, através do populismo. Ademais, como o PS se definia por uma posição bastante crítica diante da política de mobilização de massas levada a cabo pelo PC, torna-se interessante observar o papel que desempenharam os seus militantes quando se abriu para eles uma oportunidade poucas vezes experimentada por qualquer agrupamento de esquerda no país.

Os socialistas repudiavam as formas autoritárias de di

reção política, procurando distinguir-se do Partido Comunista, pois consideravam que aquele tinha compromissos com diretrizes provenientes da União Soviética. A análise da realidade pós-revolucionária naquele país conduzia os socialistas a caracterizar o Estado soviético como um Estado Totalitário, resultado e garantia do desenvolvimento de um Capitalismo de Estado, e que na sua opinião, tinha se revelado "incompatível com o socialismo verdadeiro, uma vez que esmaga a democracia proletária"(38). Os socialistas afirmavam que "... a abolição da propriedade privada dos meios de produção não é, por si só, garantia suficiente para a instauração do socialismo"(39). Essa tese se desdobrava para demonstrar que a construção do socialismo pressupõe que os meios de produção expropriados de proprietários privados passem à gestão e controle da sociedade e não do Estado, implicando claramente em uma concepção que reconhecia a autonomia da sociedade civil em relação ao Estado.

Os socialistas brasileiros do após-guerra admitiam, portanto, que a questão da democratização do poder não se limitava ao controle sobre os meios de produção mas envolvia uma multiplicidade extremamente complexa de questões, das quais a da representação política assumia a maior relevância. A sua denúncia de uma experiência que, independentemente do juízo que se possa fazer dela, de fato parecia impedir o advento de uma democracia operária porque baseada em formas indiretas de representação, na qual a classe operária aparecia delegando poder de decisão a "representantes" que não conseguiram impedir o advento da burocracia, o elitismo e o autoritarismo, dava indicações bem claras da concepção pela qual eles pensavam a construção do socialismo.

(38) Cf. "Posições ...", op.cit. pg. 7 e seguintes.

(39) Idem, pg. 6

Não obstante, essas indicações não são suficientes para explicar a posição dos socialistas diante do quadro da democracia brasileira do após-guerra, que era a situação concreta diante da qual tinham que se definir. Pois se, por um lado, era natural esperar que essa tomada de posição diante dos problemas postos à construção do socialismo, em outras circunstâncias históricas, indicasse uma disposição clara quanto à importância que davam à participação das classes populares no processo histórico, na prática, na situação concreta do Brasil daqueles anos, as coisas não se passaram tão coerentemente.

Na prática política daqueles anos, quando os socialistas estiveram bastante próximos de um movimento de massas da importância do Janismo, o partido não parece ter concebido claramente como construir, a partir da situação política brasileira concreta, a estrutura democrática a que aspiravam. Não houve esforços conhecidos para construir-se uma perspectiva de fortalecimento de organizações de base, como comissões de fábrica, associações ou comitês de bairro, assembleias populares e etc. Ao contrário, a sua perspectiva de ampliação da democracia se definia pela sua participação nas eleições previstas pela Constituição de 1946, o fortalecimento do Parlamento e dos poderes locais, como o município. Os socialistas pareciam confiar, demasiadamente, nas formas democráticas vigentes e, por isso, sustentavam que a Constituição e o Parlamento deviam ser defendidos a todo custo, como garantia do exercício da democracia (40). Como a socialização dos meios de produção era pensada em termos de etapas progressivas, de forma que não se tornasse um fator de centralização extrema de poder no plano do Estado, a garantia desse progressivismo era, precisamente, a

---

(40) idem, pg. 46.

participação dos socialistas no Parlamento, o qual deveria, grat dativamente, votar as transformações a serem introduzidas. Isso não significa que os socialistas brasileiros não tivessem consciência das limitações que essa estratégia parlamentarista impunha aos seus objetivos. Pois eles sustentavam que "a reali zação integral de um programa socialista somente será possível em âmbito nacional por meio da conquista do poder político pe- los socialistas, o que permitirá a execução das necessárias transformações na estrutura econômica, social e política do país (41). Mas indica que, provavelmente, os socialistas confundiram as questões mais imediatas postas pela conjuntura de abertura democrática - na qual, certamente, havia um papel a ser desempenhado pela participação nas instituições, como o Parlamento - com os objetivos de conquista do poder político que, necessariamente, tinham que se definir em termos de uma estratégia que fossem além dos problemas colocados exclusivamente pela conjuntura. Não há porque opor as tarefas políticas que emergem nas conjunturas concretas, para quem quer que deseje realizar uma política de organização das classes populares, dos problemas que se colocam no plano estratégico. Todavia, não distinguir entre esses dois níveis, identificando os desafios postos pela conjuntura com os objetivos de longo prazo, pode conduzir a confusão e erro. A dificuldade do partido de definir uma estratégia própria de conquista do poder - problema que, aliás, nessa fase histórica, parece ser geral para a esquerda brasileira - deve ter lançado os seus dirigentes e militantes em confusão diante das possibilidades imediatas de participação no Poder Público. Em um quadro em que boa parte das forças políticas, inclusive a esquerda, não via outras alternativas se

---

(41) Convenção Estadual de 1949, in "Posições ...", op. cit., p. 45.

não a de procurar dar vitalidade às instituições democráticas recém instauradas, limitando-se quase que só a isso, é surpreendente que o PS também pensasse o seu papel assim, pois ele era nesse momento a única força política e ideológica que parecia se dar conta da profundidade da crise de hegemonia porque passava a sociedade e, ao mesmo tempo, da contradição existente entre as "sobrevivências" corporativistas e as estruturas democráticas.

Essa confusão de concepções impediu que o partido de - finisse, no momento em que está tomando corpo o movimento de massas que constituiu o Janismo, uma posição clara quanto à necessidade de construir e consolidar as organizações de luta das massas relacionadas com ele. Por isso, não obstante o seu papel durante a campanha eleitoral, para fazer avançar o debate político, a sua ligação com o Janismo deixou sem solução a questão histórica mais importante que se colocava para as classes populares. E, dessa forma, impediu, por exemplo, que os seus militantes vislumbrassem no movimento de reivindicações urbanas, já existente, uma alternativa de mobilização, para a qual deveriam dar uma direção e uma definição de classe. De fato, o PS tinha definido a sua posição diante da crise de hegemonia vigente muito mais em função de uma crítica teórica às experiências concretas às quais se filiava o Partido Comunista Brasileiro - que tendiam a subordinar a classe operária ao sindicalismo oficial - do que em termos de uma proposta concreta específica para a organização das massas com as quais estava em contacto. As consequências dessa tomada de posição se refletem no fato de que o partido não tenha conseguido, nem mesmo durante a fase de sua aliança explícita com o Janismo, ampliar as suas bases sociais de apoio. O partido se manteve como uma organização de intelectuais, raramente implantada entre a classe

operária, e sem nenhuma penetração no movimento de reivindicações dos bairros. Em realidade, apesar de terem entrado em contacto com este movimento, os socialistas não lograram, jamais, ter nenhuma influência política sobre as SABs. Isso, certamente, se deveu à heterogeneidade interna de concepção do PS, bem como à sua pouca expressão numérica; mas não se deve desprezar também a importância que teve as avaliações políticas do seu próprio papel em face da questão democrática e do movimento de massas. Pois a alternativa que poderia ter funcionado era de aproximar-se do Janismo para, exatamente, vincular-se às organizações populares que estavam na sua base, concentrando todo o esforço em uma política de valorização e fortalecimento dessa organização. Uma política desse tipo poderia, por exemplo, ter ampliado bastante as próprias bases sociais do partido e, ao mesmo tempo, lançado os seus militantes nas circunstâncias concretas que definiram o maior desafio da época: como construir, a partir da situação vigente, a autonomia popular.

Mesmo admitindo que não tenham sido muito grande a importância dos socialistas de São Paulo na campanha eleitoral de 1953, parece inegável que ela tenha despertado o interesse das classes populares, assumindo aos seus olhos o significado de que alguma coisa pendiam para o seu lado na situação política. A tal ponto que, recém eleito, Janio Quadros se sentiu obrigado a prestar uma declaração de solidariedade irrestrita com o amplo movimento grevista que tinha se deflagrado na cidade dias antes de sua eleição (42). A polarização da campanha, em termos da periferia a caminho da cidade, se expressaria de forma bastante evidente nos resultados eleitorais. Grande parte dos subúrbios proletários e de habitação dos assalariados urbanos

(42) Refere-se à "Greve dos 300 mil". Ver, a respeito, J.A.MOISÉS, "Greve de Massa ...", op. cit.

em geral deram a Janio um porcentual poucas vezes inferior a 70%, como exemplifica o quadro abaixo:

QUADRO 1

VOTAÇÃO DE JANIO QUADROS EM 1953 PARA  
PREFEITO DE SÃO PAULO

DISTRITOS	VOTOS EM %
Brás	70,7%
Itaquera	71,7%
Moóca	72,9%
N.S. do Ó	83,2%
Osasco	75,4%
Perus	70,2%
Pirituba	71,3%
Jaraguá	76,4%
São Miguel	74,5%
Tatuapé	71,5%
Vila Bela	73,4%
Vila Matilde	71,5%

FONTE: "Folha da Manhã", 25/12/54.

Não é para surpreender os analistas, portanto, que esse candidato, que se apresentou como o ponto de convergência de todas as oposições aos esquemas políticos vigentes, tenha obtido essa consagração nas urnas. O voto tinha adquirido, nas condições políticas da época, o caráter de um instrumento de protesto, como outras vezes aconteceu no Brasil (43). Nesse caso, o protesto estava claramente relacionado com uma mensagem polí

(43) Ver B. LAMOUNIER e F.H. CARDOSO, "As eleições..."  
op.cit.

tica e ideológica que se referia tanto aos interesses econômico-corporativos das massas populares urbanas, como aos seus direitos de representação política diante do Estado. No caso, Janio se apresentava e, certamente, aparecia, como um intérprete, uma espécie de mediação entre aqueles interesses (e direitos) e o próprio Estado. No quadro da política populista da época, na qual o fenômeno da personalização do poder estava em plena vigência (em que pese a crise de prestígio dos grandes líderes, como Vargas, entre as massas), não é estranho que um ator político adquirisse essa importância aos olhos das massas que, de resto, não contava com outras alternativas que permitisse uma ampla gama de escolhas.

O Partido Comunista, como se sabe, apoiou o candidato do PSP, de Adhemar de Barros, André Nunes Filho, que, mais tarde, se notabilizaria em Osasco por sua oposição ao movimento de protesto urbano daquele subdistrito (44). O PC vinha de uma aliança com o PSP desde 1947, quando apoiara Adhemar, nas eleições para governador, apesar de haver oposição a essa aliança entre militantes de base do partido (45). Quando Janio surge candidato a prefeito de São Paulo, verificam-se alguns entendimentos entre os comunistas e alguns dirigentes socialistas visando a uma aliança eleitoral, mas estes não resultam positivamente. Há indicações de que acordo não se fez, em grande parte, em vista de uma incorreta avaliação feita pelo PC quanto à importância política de Janio Quadros. Subestimando a sua força, os comunistas não souberam entender o significado da emergência do Janismo como movimento social e mantiveram a posição simplista de criticar o líder populista como "demagogo". Não obstante,

---

(44) Ver adiante Capítulo 10.

(45) Alguns depoimentos indicam que, entre os militantes de base, a aliança do PC com Adhemar de Barros encontrou resistência, embora não tivesse sido discutida de forma ampla.

apoiaram o candidato de Adhemar de Barros, que surgira como elemento catalizador de todas as forças políticas tradicionais - (PTB, PSD, PSP) - e era apoiado pelo governador Lucas Nogueira Garcez, do Estado. Dessa forma, não é demais afirmar que as classes populares se encontravam sem uma direção de classe diante da questão eleitoral. Por isso mesmo, assume enorme relevância o conteúdo apresentado pela campanha de Janio, pois foi na medida em que a mensagem eleitoral fez referência aos interesses imediatos da massa que ela se fez instrumental para lançar o Janismo como um novo fato político.

O populismo desses anos estava bastante marcado por promessas "participacionistas" e "redistribucionistas". Os líderes populistas se apresentavam às massas como os intérpretes da sua situação e como portadores das aspirações de "todo o povo" diante do Estado. Talvez, seja por isso que, os populistas apareciam, na cena política, como os atores com quem as massas podiam dialogar em torno dos seus interesses econômicos-corporativos. Isso dava à mensagem populista, como foi o caso do Janismo, o caráter de um denominador comum, a partir do qual projetavam-se os marcos em que a participação real das massas na política era concebida. Isto não quer dizer que esse populismo dissolvesse a sua ambiguidade básica, o jogo entre manipulação e satisfação (Weffort), ou que se propusesse a tarefa de construir uma alternativa organizatória válida para as classes populares. Os seus próprios limites não permitiam, sequer, a formulação dessa possibilidade. Mas esse populismo alentava as classes populares com um discurso ideológico que fazia referência, explícita, aos seus direitos em face do Estado e aos seus direitos de organização. Não é admissível, por isso, que as classes populares ou, ao menos, setores delas, não fossem atingidos e afetados por esse

discurso que tratava de reconhecê-los como parceiros políticos em face do Estado.

Para se constituir em uma força social capaz, pelo menos, de exercer pressão e apresentar reivindicações em face do Poder Público, o movimento popular necessitava desses instrumentos que lhe foram fornecidos por essas correntes; quer dizer, ele necessitava de um conjunto de idéias que, nas condições concretas daqueles anos, justificasse a sua aspiração de melhorias urbanas; necessitava de uma organização que, de alguma forma, explicitasse as aspirações de que era o portador. Isso exigiu que esse movimento escolhesse um modelo organizatório que, real ou simbolicamente, viabilizasse a sua ação. Como se sabe, o princípio da organização supõe que algumas condições mínimas se cumpram para que ele possa se concretizar:

1. - é necessário que haja uma fonte de informação que transforme o motivo de reivindicação - uma ou várias contradições urbanas - em uma questão coletivamente inaceitável: no caso das SABs, frequentemente, funcionou a lógica de comparar a situação local, não aceita, com a de outros bairros, considerados "privilegiados"; e tanto a SAC, como as denúncias de Janio ajudaram no desempenho desse papel;
2. - é necessário que haja uma agência social que transforme o que aparece como um problema (uma necessidade) individual em uma reivindicação geral, aceita por todos e sancionada "socialmente"; de novo, as correntes mencionadas ajudaram as SABs a desempenhar essa função;
3. - finalmente, é necessário que haja um centro coordenador que torne possível a manifestação coletiva explícita da vontade dos participantes de reivindicarem o que consideram direitos e, ao mesmo tempo, que seja o portador dessas reivindicações frente a um antagonista reconhecido por todos como a autoridade que pode atendê-las. O desempenho das SABs e, o que é

muito importante, o seu reconhecimento pelos atores que eram a expressão das correntes mencionadas, somaram na direção apontada acima. As SABs se tornaram aquele centro coordenador e o reconhecimento do seu papel, por Janio e pela SAC, principalmente, serviu para consolidar a tendência que elas expressavam. De outra parte, a legitimação ideológica das reivindicações urbanas e a identificação de que cabia ao Poder Público resolvê-los ajudou a definir o antagonista de quem elas justamente exigiam o seu atendimento.

Certamente, o Janismo não foi, diretamente, o único fator de organização do movimento popular de bairros, nem a única corrente política que influenciou o seu desenvolvimento. Ele foi uma delas, talvez a mais importante mesmo, mas acabou por se misturar com a influência dos "liberais" da SAC e dos comunistas, pois, nenhuma dessas forças eram suficientes, sozinhas, para responder às necessidades organizatórias do movimento popular. Enquanto a SAC forneceu um modelo organizatório, que os comunistas reforçaram (nos seus primórdios), ajudando a criar uma tradição de mobilização, o Janismo foi mais fértil em sua proposta de legitimação da problemática urbana em face do Estado. Essa proposta significou, no contexto do início dos anos 50, uma espécie de identidade ideológica pela qual amplos setores populares puderam se reconhecer, na medida em que reconheciam e afirmavam os seus direitos de cidadania. Por isso o Janismo foi uma espécie de expressão política do movimento de bairros, naquela metade dos anos 50.

E é interessante observar como cada uma das matizes políticas e ideológicas mencionadas - o Janismo, os "liberais" e os comunistas - desempenhou, à sua moda, um papel de importância para a formação do modelo organizatório que acabou sendo dotado pelo movimento das Sociedades dos Amigos de Bairro.

A conjuntura que permite a emergência desse movimento estava marcada, essencialmente, pelas idéias democráticas que valorizavam a participação popular e pelos próprios estímulos dados pelo Estado nessa direção. Por isso mesmo, qualquer corrente que se colocasse nesse momento, como um núcleo destinado a fazer a mediação, que imaginavam cabível, entre as massas e o Estado, acabaria por assumir um papel específico na elaboração de formas concretas de organização, pelas quais as classes populares desejavam afirmar a sua participação.

O fato, peculiar e curioso, ao mesmo tempo, de que nenhuma dessas correntes tivesse sido capaz de marcar, sozinha, o processo de participação das classes populares na cidade, está relacionado às insuficiências de cada uma delas e à dificuldade de responderem às exigências mais profundas do próprio processo de participação das massas. Todavia, será esse fato, exatamente, que tornará possível que o movimento de Sociedades dos Amigos de Bairro recolha influências e propostas pelo menos dessas três correntes, no momento do seu desenvolvimento. Essa combinação de influências apresentou vantagens e desvantagens, mas é ela, em grande parte, que pode explicar a tradição de participação e, mesmo, a concepção de enfrentamento com o Poder Público que, até hoje, muitas SABs evidenciam.

Nesse sentido, cabe indicar que, como todo movimento social, o movimento de reivindicações urbanas, em São Paulo, experimentou, no seu desenvolvimento, vicissitudes organizatórias que incluíram a influência das correntes mencionadas porque elas foram úteis para realizar as tendências que estavam presentes nas SABs desde o seu nascimento: tendências de articulação de interesses e de agregação política; tendências que, no final das contas, afirmaram as SABs como uma solução para a expressão de uma força social em emergência no contexto metropolitano.

PARTE 4

CLASSES POPULARES E PROTESTO URBANO

## CAPÍTULO VII

EMERGÊNCIA DO AUTONOMISMO NA GRANDE SÃO PAULO

## I

No final da década dos 50, após mais de 10 anos de experiência de reivindicações urbanas, começaram a surgir alguns sinais novos, em São Paulo, de que os processos de participação popular, no plano local, tendiam a se intensificar e a ganhar crescente complexidade. Começaram a surgir, em vários bairros ou distritos-dormitório da capital ou de outras cidades da região da Grande São Paulo, movimentos de massa, cujos objetivos manifestavam, explicitamente, uma posição de rebeldia de amplos contingentes dos seus moradores contra o estado de abandono a que haviam sido relegados pelo poder municipal. Os movimentos, cuja iniciativa era, geralmente de uma ou várias Sociedades de Amigos de Bairros dos distritos periféricos, mobilizavam os vários grupos sociais que residiam nessas áreas da metrópole e assumiam um claro caráter de protesto contra o poder local, demasiado distante e, portanto, livre de qualquer controle por parte das populações locais.

O objetivo dos movimentos era conquistar a autonomia política e administrativa dos bairros ou distritos-dormitório da prefeitura municipal de São Paulo ou das cidades da região metropolitana, a que pertencia. De acordo com a Constituição Estadual, de 1946, os distritos ou sub-distritos que quisessem se emancipar dos seus municípios tinham que passar por um plebiscito, cuja realização dependia de uma decisão da Assembléia Legislativa do Estado, a quem cabia julgar, em primeira instância, da procedência das reclamações populares e das condições das loca-

lidades para, efetivamente, se tornar uma unidade administrativa autônoma. Os distritos e sub-distritos desejosos de se emancipar tinham que satisfazer certas exigências que, basicamente, se relacionavam à sua população, que tinha que ser superior a 50.000 habitantes, e à arrecadação local de impostos, cujo montante deveria ser suficiente para arcar com os gastos administrativos e públicos do novo município. Só após terem sido verificados essas condições, pelo poder legislativo, é que o Tribunal Regional Eleitoral marcava a data do plebiscito, no qual votavam os eleitores regularmente inscritos e qualquer morador local que julgasse que a questão envolvia os seus direitos. Entretanto, mesmo após a realização dos plebiscitos, as prefeituras municipais atingidas, que frequentemente enfrentavam a perda de grandes contingentes populacionais e, conseqüentemente, de enormes parcelas dos seus recursos, na forma de arrecadações, podiam apelar das decisões de desmembramento aos tribunais de Justiça.

. Por isso mesmo, a emergência dos movimentos autonomistas, como ficaram conhecidos à época, estava relacionada a um amplo esforço de mobilização popular que era realizado pelos seus líderes. Em primeiro lugar, os movimentos tinham que conseguir chamar a atenção do grande público e dos políticos locais, pois dependiam do reconhecimento social das suas condições locais para serem aprovada a sua pretensão de realizar no local um plebiscito. Por isso, frequentemente, esses movimentos começavam as suas atividades com a fundação de um jornal local ou, quando ainda não existiam, de uma associação que centralizasse a campanha. Em seguida, como a aprovação da realização do plebiscito dependia dos deputados estaduais, era necessário organizar uma pressão explícita sobre as lideranças dos partidos re-

presentados na Assembléia, para que o pedido fosse aprovado. Finalmente, caso a pretensão fosse bem sucedida, iniciava-se a campanha dirigida principalmente aos moradores de cujo voto o movimento dependia; algumas vezes, as campanhas autonomistas duraram 5 anos, porque um plesbicito só podia ser repetido após esse tempo, caso fracassasse na primeira tentativa; outros, quando o seu resultado se transformou em uma verdadeira batalha judicial entre os moradores e as prefeituras municipais, que tentavam contestar a sua validade, chegaram a durar mais de 10 anos, como foi o caso de Osasco.

Entretanto, o importante a considerar é que a ocorrência dos movimentos autonomistas, que implicava essas distintas fases e instâncias de luta política e jurídica, tinha de se apoiar em uma mobilização massiva que, frequentemente, representou um despertar da consciência popular a nível local. De fato, como se observará nos próximos capítulos, nas descrições dos casos de Osasco e Pirituba, as campanhas autonomistas envolveram a denúncia da problemática urbana em termos tais que implicavam, por um lado, o fortalecimento da identidade popular local, contraposta à identificação dos grupos privilegiados da cidade, que não sofriam as carências urbanas locais; e, por outro, um sentimento de antagonismo contra o poder municipal que, apesar de arrecadar regularmente os impostos dos moradores, não correspondia às suas expectativas de suprimento de serviços necessários à sua sobrevivência.

É interessante observar que, como em inúmeras manifestações das SABs, as reclamações e reivindicações que motivavam os movimentos eram a falta de água, de esgotos, de iluminação pública, assistência médica, pavimentação de ruas e policiamento. Frequentemente, entre os quase 20 casos de distritos ou sub-distritos de São Paulo ou de outros municípios da região metropoli

tana, que quiseram se emancipar, estavam presentes as Sociedades dos Amigos de Bairros, embora, algumas vezes, coube à campanha autonomista, ao surgir, organizar ou reativar a SAB local. Por isso, torna-se interessante observar mais de perto esse processo peculiar de participação popular, cuja expressão se inicia ainda na década dos 40 e se intensifica entre 1958 e 1963, quando só na região da Grande São Paulo, ocorreram 15 casos de movimento autonomista (ver quadro abaixo). Como a maior ocorrência desses movimentos se dá, exatamente, no momento em que o processo de expansão das SABs está se intensificando, parece correto admitir a hipótese de uma relação bastante grande entre esses fenômenos de participação popular. Entretanto, como revelam os casos de Osasco e de Pirituba, os movimentos autonomistas são, muitas vezes, contemporâneos do surgimento e do desenvolvimento das SABs locais, apoiando-se sobre elas e, mesmo, extrapolando a sua esfera de ação. Algumas vezes, como no caso de Pirituba, o movimento autonomista apoia-se nas SABs para realizar a sua mobilização, mas as suas funções vão bem mais além, como a indicar a necessidade de uma operacionalidade em um âmbito mais abrangente. Isso pode indicar que os movimentos autonomistas foram uma espécie de estágio mais avançado dos movimentos de reivindicação urbana, nas condições da época, pois enquanto as SABs se referem a <sup>uma</sup> problemática de bairros específicos, os movimentos autonomistas se propõem a resolver os problemas de uma região mais ampla e, em uma dimensão, que implicaria, propriamente, superar a fase das reivindicações e passarem os próprios moradores, a construir a solução dos seus problemas. Afinal, é a isso que a campanha da criação de novos municípios apela. Por isso, é interessante observar que os movimentos autonomistas surgem, mais intensamente, após 10 anos de experiência das SABs; quer dizer, após 10 anos de experiência de reivindica

ções, de enfrentamento com o Poder Público e de pressões, frequentemente, não absorvidas. Não é incabível admitir, portanto, que os movimentos autonomistas representam uma tentativa da tendência expressa pelas SABs de ir mais além no seu processo de participação na cidade. Essa hipótese, entretanto, só pode ser estudada com um exame de alguns dos movimentos, como foi o caso de Osasco e Pirituba.

## II

Os movimentos autonomistas começaram a surgir a partir de meados dos anos 40, quando uma ampla campanha popular logrou emancipar o antigo distrito de São Caetano do Sul do município de São Bernardo do Campo. Nesta época, também movimentaram - se os moradores de Barueri, que se emancipou do município de ~~Santana do~~ ~~Paranaíba~~. A vitória desses movimentos criou uma tradição que teve uma repercussão bastante grande em Osasco, cujo movimento tem origens nos anos 40, mas só se constitui a partir de 1953. A-liás, é a partir da primeira tentativa feita em Osasco, nesse ano, que tenderia a se generalizar a verdadeira onda autonomista que emerge entre 1958 e 1963. Em 1958, segundo os dados oficiais disponíveis, nada menos que nove distritos ou sub-distritos tentaram se emancipar dos seus municípios, como indica o quadro, a seguir:

## QUADRO 1

RESULTADOS DOS PLESBICITOS REALIZADOS EM 1958SÃO PAULO

DISTRITOS	SIM	NÃO	BRANCOS	NULOS	TOTAL
CAJAMAR	368	20	1	-	389
EMBU	253	8	-	-	261
GUAIANAZES	96	354	2	-	452
ITAQUERA	124	768	8	2	902
OSASCO	3922	2671	36	42	6677
PERUS	66	687	7	-	760
PIRAPORA B.J.	323	15	1	-	339
SÃO MIGUEL PAULISTA	426	2740	23	20	3209
TABOÃO DA SERRA	76	2	-	-	78

FONTE: Dados apresentados publicamente pelo juiz eleitoral Nevil le Riema ao presidente da Assembleia Legislativa do Estado em 22-12-1958, referentes aos plesbicitos do dia 12-12-1958. Cf. "Folha de São Paulo", 23/12/58.

São cinco vitórias do SIM, que representava o voto a favor das emancipações, em distritos da importância de Osasco, Cajamar e outros, contra quatro vitórias do NÃO, envolvendo, só nesse episódio, mais de 10.000 votantes em todos eles. É inegável que algo de novo estava ocorrendo em São Paulo. Há indicações na imprensa sobre a emancipação do distrito de Diadema, também, do município de São Bernardo do Campo, nessa mesma época, mas os dados oficiais existentes não incluem aquele caso; da mesma forma, há indicações de que a onda autonomista já tinha atin-

gido também o distrito de Santo Amaro, que todavia, ao contrário de Diadema, não logra alcançar a sua emancipação. Em qualquer caso, cabe observar que as vitórias de 1958 continuariam estimulando o movimento autonomista, pois cinco anos depois, no plesbicito seguinte, os quatro distritos populares que haviam sido derrotados naquele ano, Guaianazes, Itaquera, Perus e São Miguel Paulista, voltaram a reivindicar a sua emancipação. Dessa vez, somavam-se a eles os distritos de Pirituba, Ermelino Matarazzo, Freguesia do Ó e Parelheiros em São Paulo; e Utinga e Vila Prosperidade em outros municípios da região metropolitana.

Segundo as informações disponíveis, nos plesbicitos de 1963-64, as próprias prefeituras municipais já estavam mais mobilizadas e realizaram, nos meses que antecederam as datas dos plesbicitos, uma reação administrativa, com o atendimento de várias das reivindicações locais, visando a impedir o desmembramento dos sub-distritos. Em Utinga, por exemplo, sub-distrito de Santo André que desejava se desligar daquele município, alegando o descaso da sua prefeitura com os problemas dos moradores, quando começou a ficar claro que a campanha autonomista tinha condições de ser vitoriosa, o prefeito enviou vários projetos de autorização de melhoramentos - que deveriam ser executados em regime de urgência - à Câmara Municipal, prevendo a construção de escolas, abertura de galerias, calçamento de ruas dos bairros afastados, extensão da rede de luz e das linhas de ônibus e etc. (1). Entretanto, os moradores mantiveram a mobilização e enfrentaram a oposição política à realização do plesbicito na Assembleia Legislativa, que acaba negando o pedido. Na mesma época, são negados também os pedidos para realização do plesbicito em Votorantim, Santo Amaro, São Miguel Paulista e, fora de São Paulo, em Bertioga (2).

---

(1) Cf. jornal "A Nação", 22-9-1963.

(2) Cf. jornal "A Nação", 9-11-1963.

Entretanto, o caso de Vila Prosperidade, também distrito de Santo André, indica que tratava-se, realmente, de uma onda, cujo sentido político mais imediato era uma rebeldia contra a gestão do poder local. Vila Prosperidade tinha cerca de 10.000 habitantes e não podia aspirar à sua emancipação; entretanto, mais ligada ao município de São Bernardo do Campo, reivindicou a realização de um plebiscito para decidir da sua anexação a esse município. A campanha foi vitoriosa: conseguiu a autorização para realizar o plebiscito e, nesse, teve a maioria dos votos. A prefeitura de Santo André, entretanto, recorreu, solicitando a anulação do plebiscito, que foi concedida pela Justiça. O resultado foi a continuidade da mobilização pelo menos até meados do ano seguinte, 1964. Entretanto, a partir dessa data, a onda de movimentos autonomistas entraria em descenso, pois os novos rumos tomados pela política em plano nacional incidiram, diretamente, sobre as diversas formas de mobilização popular, inclusive os movimentos autonomistas, cuja mobilização era feita em base a comícios, passeatas e grandes movimentações populares, de pressão às prefeituras locais e aos poderes legislativos. De fato, a partir de 1964 não há indicações da ocorrência de novos movimentos autonomistas com base em uma mobilização massiva. Pirituba, cujo plebiscito realizou-se logo após a mudança de orientação da política nacional, parece ter sido o último caso dessa onda que se iniciara em 1958. Como se verá pelas descrições do capítulo 11, o resultado desse caso, mesmo, reflete, em grande parte, as novas condições políticas, pois a campanha autonomista nesta localidade tinha se baseado em manifestações massivas que, após março de 1964, não pode ocorrer mais; além disso, a campanha de Pirituba tinha se apoiado, em grande parte, no exemplo de Osasco, que lograra a sua emancipação no ano anterior e, cujo prefeito, Hirant Sanazar, estava diretamente envolvido

com o movimento daquele bairro. Sanazar foi cassado pelo regime que se instaura em março de 1964 e, quando é realizado o plebiscito em Pirituba, dois meses depois, já agora sem a ostensiva mobilização que tinha se realizado antes, o movimento fracassa. Não se trata, certamente, de supor que as medidas repressivas de 1964 se dirigissem, diretamente, a impedir aqueles movimentos populares; mas é necessário admitir que a quebra genérica da participação popular representada pelo novo regime, com todas as suas implicações repressivas, tinha de se refletir naqueles movimentos cujo móvel se voltava contra a gestão do Estado, e cujas formas de obter o apoio popular se apoiava em um tipo de mobilização que guardava parentesco com a mobilização populista, contra a qual o novo regime se insurgia.

### III

Os processos sociais, descritos nos capítulos anteriores e nesse, estavam marcados pelo desenvolvimento econômico por que passava o país, a modernização daí decorrente, que lançava cada vez mais os setores populares na vida política e por esse peculiar despertar da consciência popular, do qual as reivindicações urbanas eram expressão. De fato, como se indicou nos capítulos anteriores, é impossível compreender a emergência dessas novas formas de participação popular, na vida da cidade, sem ter em conta o significado de fenômenos como o Janismo na região da Grande São Paulo.

O Janismo tinha representado um estímulo direto à organização e o funcionamento do movimento de SABs e, por outra parte, tinha ajudado a levantar, perante a opinião pública de São Paulo, a questão dos bairros periféricos. Como se indicou nos capítulos anteriores, o Janismo reforçou, também, no plano das clas

ses populares, uma concepção singular do Estado, que tendia a ampliar as expectativas do seu papel em face da sociedade e, ao mesmo tempo, torná-lo mais vulnerável às pressões de baixo. Por isso, pode ser interessante sustentar a hipótese de que os movimentos autonomistas que se iniciam nos anos 50 foram uma espécie de expressão política local assumida pelo movimento de reivindicações urbanas que estava sob a influência do Janismo. Esse movimento político não controlava o movimento de reivindicações urbanas mas, na medida em que ajudou a legitimar a sua tendência de pressão sobre o Poder Público, criando inclusive as condições concretas para isso, durante a administração de Janio na prefeitura de São Paulo (3), serviu a uma manifestação que, no final, procurava ajustar as contas com a gestão pública dos serviços de consumo coletivo. Pode-se argumentar que os movimentos autonomistas, ao propor a criação de novos municípios para substituir a prefeitura de São Paulo ou os prefeitos dos demais municípios da região estavam tratando de encontrar formas pelas quais as instituições democráticas, a nível local, pudessem cumprir as funções para as quais se acreditava que elas existiam. Entretanto, como se verá nos próximos capítulos, os movimentos autonomistas estavam criando uma tendência que implicava, claramente, admitir a presença popular, com suas implicações, ao nível do poder local. Tratava-se, agora, de criar condições pelas quais as próprias classes populares pudessem intervir nos processos decisórios que elas consideravam que afetavam os seus interesses.

Nas condições de mobilização popular comuns à época, o ajuste de contas que os movimentos autonomistas desejavam fazer

---

(3) Janio, como se sabe, reunia-se com os dirigentes de SABs, durante o seu período como prefeito, para conhecer as reivindicações populares e para prestar contas da sua administração. Ele chegou a fazer, também, uma série de reuniões e comícios locais, organizados pelas SABs, nos quais prestava contas diretamente a população do seu governo, cuja promessa tinha sido "integrar a periferia na cidade". Ver a coleção da "Folha Socialista" para 1953, especialmente meses de julho, agosto e setembro.

com o Poder Público implicava a introdução de processos de participação pelos quais os próprios setores populares definiam o seu papel no novo quadro institucional. Por isso, ao falar da criação dos novos municípios, que deveriam substituir os aparatos locais do Estado, os movimentos autonomistas falavam de um controle mais direto dos moradores sobre os novos dirigentes que deveriam ser escolhidos.

Em pouco mais de 25 anos, a região da Grande São Paulo conheceu nada menos que 17 casos de distritos periféricos que desejavam se autonomisar. Dezesete locais onde amplos setores sociais acreditavam que poderiam oferecer, em face do Poder Público, uma alternativa melhor de gestão dos serviços de consumo coletivo, que seria mais eficaz porque sustentada em critérios próprios (locais) de fazer uso dos recursos coletados pela coletividade.

## CAPÍTULO VIII

OSASCO: PROTESTO E AUTONOMIA

## I

Osasco é um dos exemplos mais interessantes da onda de movimentos autonomistas que irrompe entre os distritos periféricos da região da Grande São Paulo entre meados dos anos 50 e início dos 60. Mas o seu interesse não resulta apenas do fato de que tenha sido mais um dos vários subúrbios da Capital que logrou a sua emancipação política e administrativa; o seu interesse se deve também às formas peculiares de mobilização popular que ensejou, e cuja expressão mais intensa dura, pelo menos cinco anos, entre 1958 e 1962, embora a sua origem date de 1953.

Além disso, êsse movimento autonomista, que nasceu por iniciativa de setores médios locais, e em seu longo processo de constituição empalmou setores da classe operária local e outros setores assalariados, se transformou em uma espécie de ponto de referência fundamental da política municipal, cuja evolução tem se dado, em grande parte, sob o signo do despertar popular que se inicia nos anos da sua ocorrência. Pois de fato, em meio à forte presença operária, que é maioria em Osasco, o movimento autonomista tem permanecido sob a imagem de uma conquista popular, cujas raízes ainda são visíveis e cuja memória, de alguma forma, tem de ser preservada (1); não por outra razão,

---

(1)A Prefeitura de Osasco vem realizando, desde 1971, alguns esforços de reconstrução histórica do movimento autonomista; êste trabalho é uma iniciativa do professor Buonaduce, da

a principal avenida daquela cidade chama-se "Avenida dos Autonomistas", cujo feito é oficialmente celebrado pela Prefeitura, com as comemorações anuais da "Ordem dos Emancipadores". Seriam manifestações banais, como querem alguns, apenas destinadas a preservar certos símbolos ideológicos, cuja função seriam, simplesmente, manter a ligação entre as massas dos governados e os aparatos locais do Estado? Ou esses sinais podem ser vistos, ademais, como uma indicação da importância que certos processos de participação atribuíram às classes populares na vida local? Essas questões encontram indicações para a sua resposta a partir do relato da história dos momentos de emergência do movimento autonomista de Osasco, como se verá adiante.

Entretanto, cabe indicar, também, a influência que parece jogar a tradição de participação popular que se cria com a campanha autonomista para a emergência de outros episódios que marcam a presença popular e operária, como a greve de 1968, cujos efeitos, para a política sindical, apenas começam a aparecer, naquela conjuntura, sob a tendência de organização das comissões de fábrica (2). Pois, a história dos grupos subalter

---

(...) Divisão de Merenda Escolar da Secretaria de Educação, que já reuniu uma coleção de documentos autênticos da época. Ver "Subsídios para a História do Movimento Emancipacionista de Osasco", PMO, SE, 1971, mimeo.

(2) Foi F.C. WEFFORT, em seu estudo "Participação e Conflito Industrial: Contagem e Osasco - 1968", CEBRAP, Caderno 5, São Paulo, 1972, quem chamou a atenção para este aspecto, ao analisar as condições sociais peculiares que permitem explicar as características daquela greve em 1968. O autor observa que "A vinculação do autonomismo com a classe operária começou pela Cobrasma que, na época, estava empenhada em modernizar-se para atender às novas demandas criadas pela indústria automobilística e passou a solicitar de seu departamento de pessoal uma atividade mais adequada aos novos tempos. O chefe de pessoal, Albertino de Souza Olivo, era um católico aberto às idéias do Pe. Lebret, e, certamente, levou em conta as suas próprias motivações no esforço a que se dedicou para empreender a renovação da vida social interna da empresa. Deu início, então, a "humanização" das relações de trabalho, admitiu alguns estudantes no seu departamento (ademais de que ele próprio ingressou na Faculdade de Direito) e além disso, procurou aproximar-se dos

nos, em sociedades capitalistas como a nossa, tende sempre a aparecer como uma história sem antecedentes, ou ainda, como uma história feita de episódios isolados, entre si, cuja relação só se poderia recuperar no plano genérico e abstrato da teoria. Por essa razão, quando os indícios existentes apontam para isso, a análise de movimentos como o de Osasco, que emergem marcados pelo signo da modernização típica das fases de transformação econômica e social suscitadas pelo desenvolvimento do capitalismo - tal como o conheceu o Brasil em meados dos anos 50 e início dos 60 - pode ser também um convite à recuperação histórica dos antecedentes que estiveram presentes nos processos de despertar da consciência popular sob qualquer que tenha sido a sua expressão. Hoje, a política municipal de Osasco, ainda revela o caráter popular que emergiu nos anos de mobilização que antecederam a sua transformação em município. Por isso, torna-se interessante, no quadro do presente trabalho, tentar avaliar o que tenha sido a sua experiência autonomista.

---

(...)operários, vindo a tornar-se o presidente da Associação Atlética da Cobrasma. A Associação passou a publicar um pequeno jornal "Voz de Osasco", que se integrou à campanha pela autonomia, conclamando a participação popular no movimento e levantando os temas típicos dos bairros periféricos esquecidos e carentes de serviços públicos adequados. Nas eleições municipais de 1962 ( as primeiras após a criação do novo município ), Souza Olivo se apresenta como candidato dos operários a vice-prefeito. Perdeu a eleição, mas os primeiros vínculos do movimento autonomista e da futura política municipal com a classe operária já haviam sido estabelecidos. As consequências do autonomismo não se limitam, contudo, a uma participação difusa de um setor da classe operária no movimento e na política municipal. Além disso, o autonomismo parece ter dado um forte estímulo ou, pelo menos, uma oportunidade de florescimento à vida associativa. No âmbito da campanha ou de algum modo em relação com ela, foram fundadas ainda, em 1962, quatro associações que deverão desempenhar um papel de relevo na história social de Osasco até 1968: a União dos Estudantes de Osasco (U.E.O. ), o Sindicato dos Metalúrgicos, uma seção local da Frente Nacional do Trabalho ( F.N.T. ) e, finalmente, o núcleo originário da "comissão" da Cobrasma. Cf. WEFFORT, op. cit., p. 57-58.

## II

Osasco é, hoje, um aglomerado que começa a chegar perto dos 500 mil habitantes; um exemplo de concentração operária e industrial que, nas condições do capitalismo brasileiro, surgiram à volta das grandes metrópoles, em função e em consequência do seu desenvolvimento e da expansão dos subúrbios periféricos. Município predominantemente urbano e industrial, cumpre as funções de "cidade-dormitório", ao lado de funções industriais, para uma grande massa de famílias operárias, cujos membros ativos exercem as suas funções produtivas ali, em São Paulo ou outros municípios da região da Grande São Paulo. O crescimento industrial de Osasco foi particularmente intenso a partir de meados dos anos 50, quando começaram a se instalar ali uma série de indústrias de características modernas, típicas da fase mais recente da industrialização brasileira. Contudo, a parte mais significativa do seu crescimento populacional se deve mesmo as suas funções de "cidade-dormitório": durante a década dos 60, o crescimento demográfico de Osasco se manteve a um índice igual ou superior a 10% ao ano (vide quadro 1).

## QUADRO I

## Crescimento da População em Osasco

1934 - 1966

	1934	1940	1950	1960	1961	1962	1964	1966
antes	12.091	15.128	41.326	116.077	125.387	137.242	172.062	205.850

FONTE: 1934, 1964 e 1966, Estimativas do Plano Diretor Básico de Osasco, PMO-1968; 1961 e 1962, Estimativas do Departamento de Estatísticas do Estado de São Paulo; e 1940, 1950 e 1960, Censos F. IBGE.

A grande maioria das famílias radicadas alí é constituída de migrantes provenientes do interior do Estado e de outros estados brasileiros. Sua migração para Osasco não é inicial : após terem residido por algum tempo em São Paulo, transferiram-se para aquela região a procura de locais onde pudessem fixar residência. ( Além disso, a essas funções residenciais e industriais deve se imputar a Osasco o crescimento de suas funções comerciais, que acompanham o desenvolvimento das demais ).

Confirmam-se portanto, em Osasco, os motivos básicos que, na experiência de formação da região da Grande São Paulo, levaram grandes contingentes de população a procurar os terrenos situados na periferia: a sua disponibilidade em áreas urbanas precárias, a baixos custos de aquisição, estimulava os deslocamentos da população do centro para a periferia que, assim, ia ensejando a formação de subúrbios ou distritos cuja função predominante era a de "dormitório". A principal motivação dessa atração é a construção da "casa própria", como indicaram os levantamentos do Plano Urbanístico Básico, de São Paulo, em 1968: nada menos de 75% da população de Osasco, à época, apesar da sua baixa renda, era possuidora de "casa própria" (3). Cabe chamar a atenção, entretanto, para o significado real dessa situação. Longe de ser sinal de alto padrão de vida, a "casa própria" significa, muitas vezes, nesse contexto, promiscuidade, inexistência de condições higiênicas e sacrifícios palpáveis com o pagamento do terreno; sem dizer que, na maioria dos casos, a sua construção resulta do trabalho da própria família, em regime de "mutirão". De fato, em meados dos anos 60, poucos anos depois, portanto, da ocorrência do movimento autonomista,

---

(3) Plano Urbanístico Básico de São Paulo - 1968. Diagnóstico da Região Noroeste: Osasco.

61,9% das "casas próprias" existentes em Osasco apresentavam uma densidade situada entre 2 a mais de cinco pessoas por dormitório de uma pequena construção de um ou dois cômodos, às vezes com cozinha e banheiro independente, mas quase nunca superando áreas de 160 a 300 m<sup>2</sup>, cujo pagamento era facilitado pelo sistema de crédito a longo prazo ( 25 a 100 meses ),

Pode-se avaliar o que isso significa para uma população predominantemente formada por empregados assalariados, trabalhadores industriais, trabalhadores em serviços e funcionários públicos - cujo nível de renda era bastante baixo (4). Aliás, os dados disponíveis sobre a composição da população economicamente ativa indicam que 79,3% do seu total eram compostos por trabalhadores industriais, dos quais uma boa parte manifestava insatisfação com as suas condições de moradia: 56,5% da população não eram servidos por rede de água; 77,1 % careciam de serviços de esgotos e nada menos que 18.151 famílias se utilizavam de fossas assépticas, enquanto 20.379 famílias tinham de usar fossas negras (5). Se se levar em conta o costume entre as populações de baixa renda de utilizar água de poços artesanais que, diante do pequeno tamanho das glebas onde estão construídas as casas, apresentam-se frequentemente

---

(4) Uma pesquisa realizada pela Prefeitura de Osasco, em 1968, indicava que nada menos de 52,2% das famílias residentes no novo município viviam com rendas que variavam de menos de 1 até 3 salários mínimos ( valor da época ); por outra parte, a mesma pesquisa comprovava que 50% da mão-de-obra osasquense era constituída de trabalhadores não-qualificados; 15,3% da população era analfabeta e 67,6% tinha apenas instrução primária Cf. Plano Diretor, op. cit..

(5) Idem.

contaminados por causa da sua proximidade das fossas, torna-se evidente algumas das razões que estiveram na base das reivindicações urbanas que surgiram ali. De fato, respondendo à uma pesquisa que, em 1968, visava exatamente atender a algumas carências urbanas que tinham sido evidenciadas pelo movimento autonomista, a população de Osasco indicou a seguinte lista de problemas que deveriam ter atendimento urgente da parte do Poder Público:

#### QUADRO II

##### Problemas sentidos pela População

Osasco - 1968

Problema	Porcentagem dos Consultados
Água e Esgoto	54,3%
Pavimentação e arruamento	33,9%
Estradas e Pontes	24,2%
Luz Pública	19,6%
Escolas Públicas	11%

**FONTE:** "Pesquisa Sócio-Econômica", Estudo Adicional ao Plano Diretor de Osasco, PLANASA, 1969; p.30-31 e seguintes.  
**OBS.:** As respostas são múltiplas, razão-da porcentagem ser superior a 100.

São essas condições, portanto, que se repetem monotona-mente em outras áreas da região metropolitana, que dão o pano de fundo a partir do qual surgiria o movimento autonomista de Osasco. O interessante, como se verá pela descrição que segue, é que essas condições ensejariam em primeiro lugar, um protes-to contra a atuação da Prefeitura Municipal de São Paulo no sub-distrito, na base de uma comparação com as condições urba-nas e sociais de outros distritos e bairros da cidade, conside

rados objeto de tratamento privilegiado da parte do Poder Público; e, em segundo lugar, uma reivindicação de democratização do poder local que, para isso, considerava-se que teria de passar para alguma forma controle direto das populações locais.

\* \* \*

## III

Os primórdios do movimento autonomista de Osasco remontam a 1945, quando ocorreram as primeiras tentativas para a organização da Sociedade dos Amigos de Osasco - SADO - que, a princípio, procurou se inspirar na Sociedade dos Amigos da Cidade, de São Paulo. Um dos seus organizadores, o dentista Reinaldo de Oliveira, era vinculado à antiga UDN e, tinha ligações com alguns dirigentes da SAC. A Sociedade dos Amigos de Osasco, entretanto, fora fundada em 1945, mas só se registrara como entidade civil em 1947; entretanto, de fato, é só a partir de 1948, com a conquista da autonomia pelo sub-distrito vizinho de Barueri, que Reinaldo de Oliveira e seus companheiros encontrariam uma inspiração concreta para a organização que desejavam criar. O desmembramento de Barueri do município de Santana de Parnaíba, em consequência de um movimento de protesto da população, cuja motivação era a reclamação contra o descaso da prefeitura com as suas necessidades, começou a criar esperanças de que o mesmo resultado pudesse ser alcançado em Osasco. A idéia inicial dos pioneiros do movimento autonomista de Osasco era a de que os moradores deviam organizar-se para defender direitos que eram seus pois, como cidadãos, contribuíam, diretamente, pelos impostos para criar a "fortaleza" que era a Prefeitura do município de São Paulo.

A defesa do bairro e a reivindicação de melhorias foram, desde o início, a principal motivação do grupo que criou a SADO. Dava-se prioridade, entre as reivindicações, para o asfaltamento de ruas, pois o abandono do sub-distrito pela prefeitura de São Paulo, nesse aspecto, era considerado a prova mais visível do descaso com Osasco. Por essa época, as primei-

ras tentativas do movimento foram no sentido de que a prefeitura de São Paulo criasse ali uma sub-prefeitura com a finalidade de conhecer mais de perto os problemas sentidos pela população. Janio Quadros, vereador de São Paulo, apresentou um projeto para atender essa reivindicação que, todavia, não foi aprovado.

Não há indicações de que essas primeiras iniciativas tenham encontrado apoio generalizado entre a população de Osasco. Mas elas serviram como referencial para as iniciativas futuras, quando as condições estavam mais maduras. Este momento ocorrerá em 1952 e é interessante que mais de um depoimento aponta uma relação entre a época do início do movimento e a ascensão de Janio Quadros como um líder popular. Outros políticos, como o deputado estadual Anacleto Campanella - que fora o líder de outro movimento autonomista, o de São Caetano do Sul - também começavam a se popularizar em Osasco, vinculando, de alguma forma, a sua atuação com o nascente movimento.

Em meados de 1952, surge a idéia, entre os organizadores da SADO de pedir à Assembleia Legislativa autorização para a realização de um plebiscito no ano seguinte, para decidir se os eleitores de Osasco desejavam a sua separação de São Paulo. Reinaldo de Oliveira, o negociante Antonio Menk, o jornalista Nelson Soares de Freitas, alguns comerciantes e gerentes de indústria, como Edmundo Burjatto e o engenheiro Walter Negrelli e alguns trabalhadores como José Hemetério, o socialista Conrado del Papa, o motorista de taxi João Molinero, o ferroviário Luís Bartolo Papa começam a se reunir para debater a viabilidade do movimento.

No dia 21 de agosto de 1952, realiza-se a primeira reunião aberta para estudar "a transformação de Osasco em Municí-

pio". Comparecem vários adeptos, entre os quais, membros da classe média local (pequenos comerciantes, dentistas e médicos), e também alguns operários. A reunião é apoiada também por deputados e vereadores de São Paulo, entre os quais Janio Quadros. O passo seguinte foi um exame, pelos iniciadores do movimento, da experiência da Sociedade de Amigos de São Caetano do Sul, que liderara o movimento autonomista vitorioso da aquela localidade.

As idéias dominantes eram de que o progresso e o crescimento incontrolável de São Paulo deixara os bairros periféricos completamente esquecidos pela prefeitura de São Paulo. Osasco era considerada "a terra de ninguém", só lembrada pelos políticos e administradores "em época de eleições". Os líderes do novo movimento falavam do esquecimento das vilas proletárias pela prefeitura, como causa dos problemas sofridos pela população, que não contava com rede de água, esgotos, postos de assistência médica, creches, parques infantís e vagas nas escolas; isso sem contar a carência de transportes e as ruas "poeirentas e esburacadas". Osasco em 1952, tinha uma única via asfaltada, (a rua Primitiva Vianco). As demais tornavam-se, na expressão dos moradores, "um mar de lama", quando chovia. A ligação com São Paulo era feita por uma empresa de ônibus que mantinha duas jardineiras na linha. O tempo de duração da viagem era longo e o número de lugares oferecidos extremamente reduzido. Além disso, a estação da Estrada de Ferro Sorocabana, que mantinha uma linha de subúrbio entre a capital e o bairro, localizava-se à altura do km 13, embora grande parte da população habitasse à altura do km 18. Os que usavam esse meio de transporte tinham que percorrer os 5 km restantes ou a pé ou de bicicleta através das ruas de terra e cheias de pedras. Tu-

do isso dava um sentido de humilhação às experiências cotidianas da população osasquense que perdia as esperanças na prefeitura de São Paulo para resolver os seus problemas.

Ainda em 1952, a SADO realizou uma série de assembleias no cinema local - que, afirma-se, ficava lotado - com o objetivo de dar uma estrutura mais organizada ao movimento; foram criadas quatro comissões centrais: jurídica, que deveria se encarregar de apresentar a justificativa do plebiscito à Assembleia; finanças, para obter os meios de apoio à propaganda; propaganda, encarregada de elaborar manifestos, realizar concentrações e divulgação; e do plebiscito, - que era encarregada de preparar todos os passos para se alcançar a concretização do pleito que decidiria da separação. As comissões tinham composição multiclassista e eram formadas por 15 a 20 membros, entre os quais operários e outros assalariados. Entretanto, pode-se aceitar as informações dos depoimentos como corretas ao relatarmos que elas lograram uma grande movimentação no sub-distrito, pois só a Comissão do Plebiscito além de ser encarregada de "preparar a população para a votação", teve de coletar mais de 5.000 assinaturas cuja apresentação à Assembleia Legislativa era um pré-requisito para a sua autorização. As assinaturas foram coletadas, o que indica que havia apoio ao movimento entre uma boa parte dos moradores já nessa época; mas além disso, a sua coleta é uma indicação de que o movimento revelava capacidade para enfrentar o problema da sua própria organização.

A época dessas reuniões já começava a se popularizar os debates sobre a "emancipação de Osasco da madrastra São Paulo" que se realizaram diariamente durante cerca de um ano no bar conhecido como "Senadinho". Essas discussões informais, realizadas c no " Senadinho "

confirmaram os rumos que iam sendo dados ao movimento. Segundo os depoimentos ali reuniam-se moradores de vários bairros de Osasco e misturavam-se os diferentes setores que estavam interessados nos problemas urbanos locais.

Um dos primeiros passos do movimento foi a criação e lançamento de um jornal, que se chamou "O Emancipador", para difundir o movimento e suas palavras de ordem. O jornal surgiu como uma necessidade de dar resposta ao grupo favorável ao "Não" no plebiscito, que começava a surgir; O jornal tratava exclusivamente de problemas relacionados com a situação das vilas que formavam o sub-distrito, além de debater a atuação do prefeito de São Paulo, que já era Janio Quadros. O jornal fazia oposição à Quadros, pois achava que o prefeito tinha um débito com o sub-distrito.

Durante a campanha à prefeitura de São Paulo, Janio prometera que, eleito apoiaria o movimento de autonomia para Osasco. A promessa era coerente com a tônica da campanha do "Tostão contra o Milhão" de Janio, e com a idéia exposta durante as concentrações de "integrar a periferia na cidade". Conduzido por seus cabos eleitorais locais, Janio tinha percebido, durante a campanha a necessidade de se referir ao movimento autonomista de Osasco. Entretanto na condição de prefeito, procurava adiar qualquer comprometimento com o movimento, pois o desmembramento do sub-distrito implicaria, em uma perda nas arrecadações da prefeitura. Janio ajudara a reconhecer a problemática urbana da periferia mas agora se comportava como alguém que não estivesse obrigado diante das populações suburbanas. O nascente movimento de Osasco iria começar cobrando a posição do prefeito que mais tarde, quando governador, mudaria a sua posição.

Entretanto, o movimento já dava os seus primeiros passos e repercutia em São Paulo. Quando até mesmo a grande imprensa começou a falar das pretensões separatistas do distrito, um vereador da Capital apresentou um projeto que voltava a antigas reivindicações do grupo de Reinaldo de Oliveira: criava sub-prefeituras em vários bairros periféricos, entre os quais Osasco, organismos aos quais caberia uma dotação de verbas não inferior a 50% da arrecadação de impostos pela prefeitura no local, de tal forma que parte substancial dos recursos públicos fossem aplicados na própria região de onde proviham. O principal argumento do vereador, que ao mesmo tempo desencadeou uma campanha contra os movimentos autonomistas, era o de que as futuras administrações municipais consumiriam cerca de 60% da arrecadação futura das novas prefeituras - se criadas - e assim imobilizariam a sua capacidade de realizações para resolver os principais problemas sentidos pelas populações. Os líderes do movimento logo rechassaram a proposta, argumentando que a sub-prefeitura já não resolveria mais os problemas de Osasco; contra-atacaram pelo jornal, afirmando que, segundo a sua concepção, o novo município deveria conter os gastos com a burocracia administrativa que não excederiam a 20 a 30% da arrecadação. Reinaldo de Oliveira escreveu um artigo para demonstrar que opção posta a Osasco agora não era ter ou não uma sub-prefeitura, mas sim esperar por uma incerta sub-prefeitura ou continuar lutando pela autonomia completa e, segundo ele, pelo "direito de escolhermos os nossos próprios dirigentes, fazermos as nossas próprias leis municipais, pleitearmos o abaixamento dos impostos, suprir as nossas necessidades prementes..." ( grifos meus, J.A.M. ). E completava:

"Se tivéssemos aqui a nossa prefeitura, não

estaria o mercado por funcionar, e as suas adjacências por terminar. O Piratininga(bairro) com sua ponte quase caindo, com perigo de vida para os transeuntes; com 700 crianças sem escolas; o km 18 com suas ruas esburacadas; Vila Iara e Quitauna pedindo uma plaina; Vila São José com eterna balsa (para atravessar o rio Tietê); Presidente Altino com os proprietários da rua Erasmo Braga a gritar ' pelo exágero da prestação que têm que pagar pelo asfalto. Os que combatem a autonomia usam esse ardil de sub-prefeitura que é só para confundir o povo" (6).

Entretanto, é só quando os dirigentes do movimento conseguiram coletar as 5 mil assinaturas para justificar à Assembleia a realização do plebiscito - que deveria ocorrer em dezembro de 1953 - que o movimento ganha o impulso. A partir de então, a SADO passou, decididamente, a tentar a mobilização de massa e começou a promover "concentrações cívicas pró-autonomia de Osasco". Começam a se generalizar adesões como a do entregador de jornais Lázaro Suave, que abordava os assinantes e discutia com eles as razões e as possibilidades do movimento autonomista. Segundo depoimentos, Lázaro Suave entrava nos bares e parava nas esquinas onde via rodinhas de pessoas conversando e, suscitava o tema da autonomia em conversas que, em alguns casos, duravam horas. Houve também experiências como os manifestos que, aos milhares, foram distribuídos nas fábricas e nos terminais de ônibus e trens, procurando expor as

---

(6) Coleção "O Emancipador", 25/10/1953; Secretaria de Educação de Osasco.

razões "porque necessitamos a autonomia". Os principais argumentos eram quatro:

1. Avaliação do que a prefeitura de São Paulo arrecadara em impostos, em Osasco, e do que dispendera. Os documentos concluíam mostrando que a prefeitura dispendera apenas 10% do que "lucrara a título de administração". Segundo o manifesto ' tinha-se arrecadado 20 milhões ( valor da época ) e dispendido apenas @ \$ 1.860, mil, restando aos cofres da prefeitura de São Paulo nada menos que @ \$ 18.140 mil, quantia que seria suficiente para a construção "de mais um mercado, um grupo escolar, cinco abrigos nos galpões escolares, a compra de oito novos ô nibus de transporte e a pavimentação de 3 km de ruas, gratuitamente".

2. Listagem do que seria possível obter com a criação do novo município: "coletoria federal, coletoria estadual, delegacia de carreira do serviço de trânsito, posto de saúde estadual, pronto socorro, criação de novos distritos com seus ' cartórios de Paz e Juiz, ampliação de iluminação pública, serviço permanente de conservação de ruas, funcionamento do mercado com funcionários, e serviços de transporte". A lista completava com o que ainda seria possível "pleitear: a construção de uma nova estação da Sorocabana, uma escola do Senai, empréstimo federal para a rede de águas e esgotos, serviços de assistência do IAPI local".

3. Reivindicação de caráter essencialmente político : com a autonomia, Osasco poderia "ter a sua administração própria, seu prefeito e seus vereadores, que serão representantes dos diversos bairros, todos residentes no próprio sub-distrito!"

4. Denúncia, segundo a qual, em 5 anos a prefeitura de São Paulo teria "lucrado" @ \$ 77.835.000,00 (valor da época) ,

soma que teria sido utilizada "em áreas privilegiadas da cidade". O manifesto concluía perguntando "O que não seria, hoje, Osasco, se tivesse sido empregada somente 50% daquela renda aqui ? "Para parar com isso, osasquense, vote sim no plebiscito do dia 13 de dezembro. Será o nosso 13 de maio - libertação dos escravos osasquenses"( Grifos meus, J.A.M. ) (7). A linha de propaganda do movimento definia, dessa forma, alguns dos elementos ideológicos mais importantes do caráter de protesto urbano que emergiria em Osasco nos 10 anos seguintes. Estabelecia um paralelo entre o que a população de Osasco contribuía para os cofres públicos do município de São Paulo e o que esse setor do Estado devolvia na forma de realizações . Como a discrepância entre impostos pagos à prefeitura e as realizações se mostrava muito grande, essa linha de argumento servia para que os dirigentes do movimento propusessem o que poderia ser feito com a diferença entre impostos arrecadados e investimentos públicos em Osasco, estabelecendo uma escala de prioridades das necessidades urbanas do sub-distrito. Mas o que é realmente mais interessante é o fato de que o movimento não se limitava a fazer uma denúncia e a demonstrar como os mecanismos práticos da democracia vigente eram limitados; mais importante, é a proposta apresentada pelo movimento de criação de instituições políticas, às quais caberia intermediar a função de representação entre a massa e o Estado. A idéia de que o novo município, que resultasse da emancipação de Osasco de São Paulo, seria mais representativo porque os futuros dirigentes locais seriam escolhidos "de gente entre nós", introduz uma perspectiva crítica e, ao mesmo tempo, programática em torno da democracia local que desejavam; algo como uma perspectiva que procurava oferecer uma visão do que poderia ser o Poder Público se controlado pelo povo.

Entretanto, na medida em que o movimento cresceu, surgiram algumas reações que marcariam a sua evolução até a vitória final em 1962. Quando, no segundo semestre de 1953, a Assembléia Legislativa do Estado aprovou o pedido de realização do plebiscito, começaram a surgir sinais de que o grupo ligado ao PSP de Adhemar de Barros faria a campanha contra o autonomismo. Argumentava-se que com a emancipação, Osasco se tornaria "cidade do interior": os níveis do salário mínimo vigente ( que era o mesmo da Capital até então ) cairiam aos correspondentes do interior; além disso, os produtos de consumo diário, como gêneros, roupas e cigarro sofreriam majoração de impostos e custariam mais.

O contra-ataque do movimento apareceu em manifestos e comunicados distribuídos à população e à imprensa local e aos jornais que, distribuídos gratuitamente, especializavam-se em problemas dos bairros periféricos, como o "Jornal dos Bairros". É interessante transcrever o que dizia um desses comunicados:

"NUNCA UMA PALAVRA TÃO CURTA REPRESENTOU TANTO PARA TÃO GRANDE COLETIVIDADE - A Assembléia Legislativa do Estado aprovou(...)a realização do plebiscito em nosso distrito , objetivando a sua elevação a município. Não eram ainda transcorridas 48 horas do conhecimento da alviçareira notícia e já alguns osasquenses externavam sua opinião francamente contra a nossa emancipação político-econômica, trazendo uma série de argumentos estereotipados, calculadamente decorados.

Ora, a rapidez com que surgiram esses comentários, levam-nos a afirmar que os interessados na continuação de Osasco como distrito prepararam, habilmente, vários elementos que, in

---

(7)Folheto "Ao Povo de Osasco", Coleção Documentos Secretaria de Educação de Osasco.

troduzidos no meio operário, inculcam no cérebro dos eleitores, idéias fantasmagóricas e absurdas, tais como a baixa do salário mínimo, aumento do preço de cigarro e outras baboseiras mais.

E quem é o maior interessado na circulação dessas notícias tendenciosas e falsas? É claro, lógico e insofismável que é a "madrasta" da rua Líbero Badaró (sede da prefeitura), que não pode perder essa "mamata" anual de vinte milhões de cruzeiros.

Com os impostos e taxas arrecadados neste esburacado e escuro distrito, embelezam-se o Ibirapuera, asfaltam-se avenidas por onde precisam rodar os Cadilacs e engordam-se os altos funcionários..."

Em face da reação, identificada com grupos privilegiados, o movimento aprofunda ainda mais a sua concepção. Passava a utilizar-se, agora, de um princípio de comparação entre as condições de vida em Osasco e nos outros bairros em que eram utilizados os recursos públicos. Mas os manifestos distribuídos à população repetiam também, o que seria possível fazer para pôr um paradeiro à situação considerada injusta:

"1º Arrecadação - A prefeitura de São Paulo arrecada anualmente, em Osasco, perto de R\$ 20.000.000,00 (valor da época). Essa enorme quantia deveria ser devolvida ao distrito de que forma? Em melhoramentos, tais como calçamento e iluminação de ruas, construção de jardins e obras de pronto-socorro hospitalar, rede de esgotos, canalização de água, etc Pois bem, quando, onde e como aquela prefeitura nos fez isso ?

"2º Pronto-Socorro - A única ambulância que aqui existia foi retirada por ordem do "operoso" prefeito Janio Quadros. Agora, quando um de nossos habitantes cai ensanguentado na via pública, espera os "rápidos" socorros da pre-

feitura no mínimo 40 minutos. Lembra-se daquela senhora que foi atacada por um touro enfurecido ? Veio assistência municipal para ela ? Não fosse a boa vontade de particulares e ela teria se esvaído em sangue...

"3º Iluminação Pública - A iluminação pública fornecida pela prefeitura de São Paulo ao distrito de Osasco é a mais perfeita do gênero, principalmente a da rua Antonio Aguiar e de todo Presidente Altino (bairro). Este sub-distrito, então, é uma maravilha, não tem uma só rua no escuro. DE DIA, BEM ENTENDIDO. Quantas lâmpadas a prefeitura de São Paulo deu as nossas ruas ? Em 73 anos de vida distrital recebemos 136 lâmpadas. Só o túnel da avenida 9 de Julho tem mais lâmpadas que Osasco inteiro.

"4º Esgotos - É uma calamidade. Cultivamos nas ruas de Osasco e Presidente Altino, bilhões de bactérias de tifo, paralisia infantil e de toda a árvore genealógica dos "cocus", nas poças de água estagnada e putrefata. Essa falta de esgotos dá a Osasco o direito de ser (...) o maior produtor de pernilongos de todo o Brasil. Em nenhuma região deste país se conseguiu produzir tantos milhões de pernilongos em tão pouco tempo e em área tão reduzida. (...) Veio alguma vez a prefeitura de São Paulo em nosso socorro ?

"5º Saúde Pública - Osasco tem um posto de Saúde modelar e atende aos doentes de graça. Onde está ele situado, hein, caros osasquenses ? ( fazendo referência à localização fora de Osasco ). Em lugar de darmos esses milhões de cruzeiros de "mão beijada" à Capital, usemo-los aqui mesmo, consertando e iluminando as nossas ruas, canalizando os esgotos, construindo o nosso jardim público, organizando o nosso pronto-socorro municipal e acabando com a praga dos pernilongos.

"6º Calçamento - Neste particular, a vergonha atingiu as raias do escabroso. A rua Erasmo Braga foi asfaltada. Sabem quanto custou esse serviço aos proprietários residentes naquela via pública ? A quantia de ~~Cr\$~~ 1.350,00 por metro de frente, o que exigiu, em média, ~~Cr\$~~ 13.500,00 de cada proprietário. Onde foi parar o dinheiro recolhido pelos contribuintes aos cofres da prefeitura, que não deu para pagar por serviço pelo qual ela é inteiramente responsável ?" ( Os grifos são meus, J. A.M.).

Cada vez mais, a problemática relacionada com a sobrevivência da força de trabalho - quase inteiramente deixada à sorte das classes populares, como se viu no capítulo quatro - aparecia agora imbricada com as reivindicações apresentadas pelo movimento de protesto de Osasco. O relacionamento entre as questões ligadas com a reprodução da força de trabalho e o programa reivindicatório do movimento aparecia como resultado de uma comparação entre aquilo que o movimento acreditava que era função do Poder Público e o que ele realmente realizava em benefício da população do sub-distrito.

Outro exemplo da concepção democrática, que começava a se criar em torno do movimento autonomista, baseada na necessidade de uma justa e igual utilização de recursos públicos produzidos por todos, aparece na propaganda feita às vésperas do plebiscito do dia 13 de dezembro de 1953. Essa propaganda foi divulgada na forma de panfletos, distribuídos aos milhares, além de ter aparecido no jornal do movimento e, de novo, no "Jornal dos Bairros" (todos os valores são da época):

"VOCÊ, CARO ELEITOR, JÁ IMAGINOU O QUE FARIA COM

77 MILHÕES DE CRUZEIROS ?"

Estimativa da Receita e das Despesas da Prefeitura  
de São Paulo no sub-distrito de Osasco

ANO	ARREC.DAÇÃO	DESPESA	SOBRA
1949	₹ 14.250.000	₹ 715.000	₹ 13.530.000
1950	₹ 16.800.000	₹1.555.000	₹ 15.635.000
1951	₹ 18.170.000	₹1.215.000	₹ 16.955.000
1952	₹ 19.820.000	₹5.250.000	₹ 17.735.000
1953	₹ 20.000.000	₹2.850.000	₹ 17.140.000
TOTAL	₹ 89.040.000	₹11.205.000	₹ 77.835.000

"Com ₹ 77.835.000,00 daria para fazer os seguintes melhoramentos no sub-distrito:

Uma maternidade-hospital	₹ 5.000.000
Mais dois mercados distritais	₹ 6.400.000
Mais dois grupos escolares	₹ 5.000.000
Duas pontes (bairros Piratininga e S.José)	₹10.000.000
Prédio para a prefeitura de Osasco	₹ 2.500.000
Três prédios para postos de saúde	₹ 3.000.000
Três prédios para delegacias	₹ 1.200.000
Ponte EF Sorocabana ligando bairro Presidente Altino-Estação Wilson	₹ 2.000.000
Passagem subterrânea P.Altino sob EFS	₹ 1.000.000
20 ônibus para servir todos os bairros	₹16.000.000
Plaina-trator-caminhões para limpeza	₹ 3.400.000
Sargetear e empedrar 5 km de ruas	₹ 4.500.000
Praças, jardins, banda de música	₹ 1.000.000
Asfaltamento gratuito de 10 km de ruas	₹13.500.000
Três parques infantís (incluindo compra de terrenos)	₹ 3.235.000
TOTAL	₹77.835.000

Eleitor inteligente e amigo: Para onde foi esse dinheiro? Você o sabe. Pelo acima exposto vê você que não é preciso aumentar impostos ( para a solução de problemas ), nem temer as ameaças da P.M.S.P. de tirar os ônibus ( que servem Osasco ), o que ela não pode fazer por lei".

A propaganda passava da denúncia ao aprofundamento da proposta alternativa, do que poderia fazer a administração pública, com os recursos produzidos pela própria população de Osasco. O movimento revelava, capacidade não apenas de reunir os moradores para associá-los na defesa de seus interesses, mas também de propor o esboço de um projeto de realização desses interesses.

Essa primeira fase do movimento de Osasco se encerra a 13 de dezembro de 1953, quando se realiza ali o primeiro plebiscito, vencendo os defensores do "não", isto é, os que se opunham à autonomia, alegando que Osasco não tinha ainda condições para ser um município independente e que a desvinculação da Capital ocasionaria mais problemas que vantagens. (Eram liderados pelo proprietário do Cartório local, Iacydes Prado, ligado ao grupo de Adhemar de Barros).

Não se deve esquecer que plebiscitos desse tipo não exigiam o voto obrigatório; isto é, a participação do eleitor dependia basicamente de sua própria motivação e, desta forma, exigia um alto grau de disciplina. Por isso, não parece que os dirigentes da SADO tenham logrado alcançar essa disciplina para o plebiscito de 1953 e o resultado da votação foi a vitória do "não" por uma diferença de 105 votos. Não obstante, essa primeira tentativa deixaria um saldo de experiências que seriam retomadas na tentativa seguinte, em 1958. Como se verá, naquela fase do movimento, os temas e as motivações ideológicas da campanha de 1952 também são retomados, aprofundando-se ainda mais, em alguns casos. Mas além disso, muitos depoimentos de hoje, 20 anos após o primeiro plebiscito, indicam a fraude como a verdadeira causa da derrota dos defensores do desmembramento, pois os proprietários do cartório local teriam logrado guardar as urnas de votação em sua sede, o

que teria facilitado a substituição de cédulas favoráveis ao desmembramento (8).

• • •

(8) Depoimentos de Reinaldo de Oliveira, Nelson Soares de Freitas e Albertino de Souza Olivo, 2º semestre de 1974.

## III

A partir de 1953 até o período de 1957-58 - quando poderia se realizar outro plebiscito - abre-se para os movimentos autonomistas da região da Grande São Paulo uma fase de descenso. Curiosamente, essa fase corresponde ao período dos governos de Jânio Quadros na prefeitura e no governo estadual de São Paulo. Pode-se aventar a hipótese que essas administrações, tendo se voltado de alguma forma para os problemas dos bairros periféricos e mesmo logrado introduzir algumas melhorias nas condições de vida das populações periféricas - como a ampliação das redes de água e esgotos -, provocaram uma atenuação no ímpeto dos movimentos. Entre 1954 e 1955 praticamente não se registram acontecimentos importantes relacionados com qualquer dos movimentos então existentes. É só a partir de 1956, segundo o nosso conhecimento, que se reiniciam abertamente as atividades organizadas em torno da política autonomista em Osasco. Em 1956, a Sociedade dos Amigos de Vila Iara, bairro do sub-distrito, inicia uma série de comícios e manifestações públicas visando recolocar a idéia da autonomia. A idéia vinha mais pela base, a partir de iniciativas diretas de setores populares. Essa prática de concentrações públicas dura até 1960 e segundo alguns estudiosos do movimento foram bastante bem frequentadas(9). Em 1957, no dia 13 de dezembro (data do plebiscito de 1953), Reinaldo de Oliveira e quase todos os veterados de 1952,

---

(9) Cf. "Subsídios ...", op. cit.

entre os quais Antonio Menk, convocam uma reunião de reestruturação do movimento e que se realiza na sede da Associação Atlética Floresta. Novos elementos se integram ao movimento, entre eles, Albertino de Souza Olivo. É dessa época a proposta de mobilizar a população por bairros, devendo cada um organizar as suas comissões de moradores.

A partir de 1958, o movimento começa a definir uma composição social mais precisa: tratava-se de buscar as bases e, para isso, era necessário apelar mais claramente à classe opererária. Um fato dá bem conta das características novas desta ' fase do movimento: cria-se um novo órgão de divulgação da campanha, o semanário "A Vanguarda" - existente até hoje - e que usando uma linguagem popular e mais agressiva que "O Emancipador", procura explicitar o conteúdo social que o movimento assumia. Uma análise mais demorada dos artigos publicados nas sucessivas edições do jornal mostra que a preocupação dos líderes de movimento concentravam-se, agora, claramente em torno de três objetivos: 1. - ganhar o apoio da massa de trabalhadores e suas famílias; 2. - o jornal quer ser um formador de opiniões, através da divulgação dos objetivos do movimento e de um debate que é definido como instrumento para aprofundar a democracia da época; 3. - o jornal acentua o caráter de protesto urbano do movimento e abre seu espaço para registrar os problemas concretos mais prementes dos bairros que formam Osasco. Fala-se na necessidade dos "trabalhadores que forjam a riqueza de São Paulo, sediados em Osasco, libertarem-se dos grilhões da escravidão" e de pôr fim à situação das suas "rendas servirem de repasto aos bairros aristocráticos, como os Jardins."

À medida em que o movimento ganhava essa orientação

redefiniam-se seus rumos, não apenas em termos de suas palavras de ordem, mas também em relação as suas formas de mobilização. É dessa época, a generalização da prática de comícios dentro dos trens de subúrbio e na estação da E.F.Sorocabana, no km 13. Um representante do movimento chegava, rapidamente reunia um grupo de pessoas e expunha os motivos do movimento de emancipação. Falava basicamente dos problemas de transporte coletivo e das ruas sem asfaltamento do bairro. Como eram realizados na hora da volta do trabalho, nas bocas de estação e nos pontos de ônibus, é bastante provável que tenham atingido a grande número de pessoas. Nessa fase, entretanto, o movimento não conseguiu dar uma organização mais permanente às massas que o apoiavam. Tratava-se de mobilizar a população para um apoio genérico às teses autonomistas e ao voto pelo "sim" no plebiscito embora alguns depoimentos indiquem que, por essa época, havia já alguns grupos de operários de fábricas sedidas em Osasco que mantinham discussões em torno do tema da autonomia com alguma frequência (10). Não há indícios de que esses grupos tenham logrado constituir, por iniciativa própria, formas mais permanentes de mobilização operária em torno do movimento, mas a sua existência é indicativa do clima que começava a se generalizar entre os trabalhadores locais.

Mas, é curioso o tom da campanha do "não", galvanizada em torno do titular do cartório local, sr. Lacydes Prado, e apoiada pelo prefeito Adhemar de Barros; segundo os seus adversários, para a família Prado o desmembramento do sub-distrito apresentava desvantagens, pois na medida em que Osasco se tor-

---

(10) Depoimento de Reinaldo de Oliveira, 2º semestre de 1974; também, "Subsídios ...", op. cit..

nasce município, outros cartórios seriam abertos ali. Então quando parece que a massa trabalhadora se inclina para o "sim", o apelo passa a se referir, diretamente, a questões do interesse operário. Os opositores da autonomia trabalham o velho argumento segundo o qual com o desmembramento, Osasco deixaria de fazer parte da região administrativa da Capital de São Paulo para fins da determinação dos níveis de aumento do salário mínimo. Naturalmente, este era um argumento de peso para uma comunidade formada de população majoritariamente trabalhadora, especialmente se se tiver em conta o fato de que parte substancial da classe operária de Osasco era composta de trabalhadores não-qualificados que estavam situados nas faixas inferiores de renda. A grande imprensa da Capital e os jornais locais dedicam-se a essa discussão por meses e o interesse pelo tema é indicativo da importância que a questão do desmembramento ia assumindo para a classe operária.

A resposta dos emancipacionistas a esta investida terá, necessariamente, de girar em torno da questão do salário mínimo e, novamente, o paradigma invocado serão os outros distritos industriais desmembrados, como São Caetano do Sul e Baruerí, onde, apesar de não pertencerem a São Paulo, vigoravam os mesmos níveis salariais da Capital. Os líderes do movimento empreendem um grande esforço para divulgar os exemplos desses distritos vizinhos, utilizando-se de faixas, cartazes e panfletos. Também os comícios e concentrações populares abordam a questão do salário mínimo. Além disso, outro aspecto que os líderes procuram esclarecer, diz respeito ao preço das passagens dos trens de subúrbio e ônibus que, segundo a campanha do "não", sofreria substancial majoração após o desmembramento. Os dirigentes mostram que não havia razão para que isso, invocando os exemplos de Baruerí e São Caetano do Sul.

Às vésperas do segundo plebiscito, os dirigentes da campanha autonomista desfecham uma nova ofensiva pela imprensa, rádio e seus canais próprios de divulgação, como "A Vanguarda", procurando mostrar que nada havia mudado desde 1953:

"1º - Osasco continua sendo um sub-distrito totalmente abandonado pela prefeitura de São Paulo. Há pouquíssimas vias públicas pavimentadas; a maioria está em estado precário e repleta de buracos; a rede de água só atinge as ruas principais e, sintomaticamente, foi instalada às vésperas das eleições; não há rede de esgotos; ainda subsiste o anti-higiênico sistema de fossas; os detritos são, em muitos casos, lançados nas próprias vias públicas; a rede escolar atinge a uma reduzida proporção da população infantil.

"2º - Osasco está ameaçada pelo novo Plano Diretor de São Paulo ( então em elaboração ); o plano quer transformar ' mais 40% da área do sub-distrito em zona urbana e, dessa forma, provocará novos aumentos de impostos em áreas antes consideradas sub-urbanas sem que, todavia, tenham sido introduzidos quaisquer benefícios urbanos ou serviços de infraestrutura nas mesmas".

A ameaça imediata, representada pelo novo Plano Diretor da Capital, é logo integrada pelo movimento. Não resta dúvida que a ampliação da chamada zona urbana - sobre a qual recairiam taxas mais elevadas dos impostos municipais - visava a ampliar a arrecadação da prefeitura de São Paulo no sub-distrito. Ao mesmo tempo, a ampliação incidia sobre áreas habitadas pela população de baixa renda, onde estavam localizadas uma parte substancial das "casas próprias", oriundas do processo de auto-construção.

Além disso, é possível admitir, também, que a luta con

tra o Plano Diretor tenha jogado papel considerável para conquistar o apoio de consideráveis setores das camadas médias locais, que se utilizavam intensamente da área central que, o plano ameaçava ampliar e, portanto, criar as condições para que o - corressem mais tarde majorações das taxas de impostos públi - cos. Essa foi, certamente, uma razão importante para explicar o enorme apoio dado por comerciantes e profissionais liberais ao movimento. Havia, além disso, razões de tipo "corporativo" para esse apoio, como o interesse de melhorar as condições de vida dos consumidores e da clientela que procurava os servi - ços dos profissionais. No caso da luta contra as propostas do Plano Diretor, tratava-se de uma concepção local de direitos e deveres. Por que admitir a possibilidade de mais aumento de impostos se o setor do Estado ao qual cabiam as responsabili - dades de prover as necessidades da população local não havia nem mesmo cumprido com aquilo que se considerava ser a sua o - brigaçã o ? Ao apelar para uma luta de oposição às pretensões dos administradores de São Paulo, representadas pelo Plano ' Diretor, o movimento autonomista contrapôs os direitos dos osasquenses aos deveres que ao Poder Público cabia cumprir. Es sa, parece ter sido uma motivação forte para que as camadas ' médias locais dessem a sua adesão ao movimento. Motivação que de resto, apenas indicava que a crise de autoridade porque pas sava o sistema democrático brasileiro atingia igualmente os setores populares e os setores médios, o que tornava mais viá - vel a realização de uma aliança prática entre esses setores ' que se mobilizaram para reivindicar direitos a melhorias em seus locais de moradia.

Retornemos à descrição dos rumos do movimento para per - mitir uma análise de sua significação nos momentos finais que

antecederam a vitória no plebiscito. Os meses que antecediavam a data marcada para o plebiscito pareciam um avanço dos partidários do SIM, mas isso provocava uma contra-reação dos partidários do NÃO. Sintomaticamente, além de se ligarem ao prefeito Adhemar de Barros, os defensores do NÃO constituíam-se de moradores das zonas centrais da cidade. Não compartilhavam as mesmas condições de vida da população osasquense, embora eles jamais tivessem alcançado a mesma repercussão popular dos defensores da separação. Sem penetração popular e apenas apoiados em suas possibilidades de mobilizar os meios de comunicação de massa da Capital, o movimento do NÃO procurava se utilizar da imensa vantagem que significava ter, ao seu lado, o aparato administrativo da prefeitura de São Paulo.

Na véspera do plebiscito, tentando influir diretamente nos resultados da votação a ser realizada dois dias mais tarde, a prefeitura de São Paulo divulga uma nota ameaçadora do prefeito Adhemar de Barros, enumerando os problemas que surgiriam caso a população de Osasco e dos outros distritos decidissem pelo SIM:

"1. Os servidores da Prefeitura de São Paulo por lei não podem ter domicílio fora da área administrativa da Capital, sob pena de perda de cargo. Desta forma, 5 mil pessoas que servem na área do matadouro de Carapicuíba estão ameaçadas de ficarem desempregadas, e entre elas há grande número que são moradores de Osasco;

"2. Com a separação, cessará o serviço de ônibus da CMTC na linha capital-Osasco, já que por força de lei municipal, essa companhia não pode atingir áreas situadas fora do município de São Paulo;

"3. Os impostos sofrerão majoração, pois com

a nomeação em massa de novos servidores públicos para o futuro município, os encargos de instalação de novos prédios e instalações onde funcionaria a prefeitura exigirá arrecadar mais recursos, suficientes para todas essas medidas;

"4. Ocorreria uma desvalorização geral dos imóveis no futuro município, que passaria a ser considerado interior;

"5. Cairiam os níveis do salário mínimo, pois Osasco seria incluída entre as cidades do interior do Estado " (11).

Entretanto, nas semanas que antecedem o plebiscito instala-se, na praça da Estação de Osasco o Comitê Pró-Autonomia, formado pelos antigos líderes e com adesão de novos setores, como o pároco de uma das igrejas; as ruas centrais cobrem-se de cartazes e faixas com os dizeres "Podemos ser independentes" - "Vote pelo SIM" - "Não permitamos que sejam aplicados no Jardim América os impostos arrecados em Osasco". Intensificam-se também os comícios nos trens que percorrem a linha São Paulo-Osasco.

\* \* \*

(11) Coleção "O Estado de São Paulo, 20/12/1958.

## IV

Antes de considerar os resultados do plebiscito de 21 de dezembro de 1958, que deu a vitória ao movimento, convém analisar alguns fatores políticos que exerceram influência sobre os acontecimentos dessa conjuntura e das que se seguiram à vitória autonomista. Janio Quadros, como se sabe, apoiara o movimento autonomista desde seus tempos de vereador e deputado estadual, mas depois de eleito prefeito da capital mantivera uma atitude de descompromisso, embora evitando tomar qualquer atitude que desse a entender que era contra o movimento. Como governador do Estado, em 1958 o sucesso do movimento de Osasco dependia, ao menos em parte, da sua confirmação a uma eventual vitória do SIM, pois a mecânica jurídico-administrativa da emancipação previa que os resultados fossem reconhecidos pela Assembléia Legislativa, e depois sancionados pelo governador.

Entretanto, sem ter feito qualquer pronunciamento público de apoio ao movimento, Janio instruiu os seus cabeleitorais mais importantes em Osasco, como Antonio Menk e Moura Leite, para divulgarem a sua disposição de apoiar o desmembramento caso ele fosse decidido nas urnas pela vontade popular. Em realidade, desde o início de 1958, Janio desfechara uma ofensiva administrativa na área visando a responder positivamente a algumas das reivindicações da população de Osasco. No início desse ano entrega ao serviço público a nova estação da E.F. Sorocabana, conforme uma promessa feita na campanha eleitoral. Janio também intensificou a ação do governo estadual na área da Saúde Pública. Quando chega o momento de inaugurar o novo posto de saúde no sub-distrito, en

via Faria Lima, Secretário Estadual de Obras, como seu representante na cerimônia, bastante elogiada pelos líderes locais pela atenção do governador aos problemas da região. Não é improvável que essas iniciativas tenham servido para marcar a população de Osasco e, principalmente, os líderes do movimento autonomista, com a imagem de um político vinculado aos problemas locais. Entretanto considerando o seu prestígio popular por essa época, pode-se dizer que o resultado mais importante dessa participação de Janio na política local foi arrastar uma parte de seus eleitores para apoiarem o movimento, pois era isso que os seus representantes locais faziam.

Outro fator relaciona-se com a presença dos partidos de esquerda e na campanha da autonomia. Essa presença pode ser avaliada tomando-se como exemplo a atuação do metalúrgico Conrado del Papa, à época coordenador da sub-sede do Sindicato dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo em Osasco. Como se recorda, Del Papa militara ao lado dos dirigentes emancipacionistas desde 1953 (antes de ir morar em Osasco ele residira em São Caetano do Sul, onde participou do movimento autonomista local).

Em 1953, sendo filiado ao Partido Socialista, tenta convencer os seus companheiros da importância do movimento nascente, mas não logra obter sucesso. Ao contrário, comprometido com a administração municipal, o PSB considerava que deveria evitar os desmembramentos dos distritos industriais, pois isso prejudicaria os esforços do prefeito Janio Quadros pelos bairros periféricos. Não obstante, a bancada do partido vota favoravelmente à realização do plebiscito na Assembleia Legislativa. Mas instrui os seus militantes para fazer uma campa -

nha de esclarecimento contra a emancipação porque a capital "pela primeira vez, conta com uma administração honesta, ca paz, e inteiramente devotada aos interesses do proletariado e do povo" (12). Além disso Conrado Del Papa também não consegue evitar que Remo Forli, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, e também militante do PSB, conde ne publicamente o movimento separatista, pois temia-se que com o desmembramento do sub-distrito, também o sindicato ti vesse de se desmembrar, transformando-se em sindicato local e, desta forma, perdendo parcela significativa de seus con- tribuintes. Em face da conjuntura de ascensão do movimento sindical, à época, não é irrelevante admitir que êsse aspec to tenha jogado a sua importância para que um presidente de sindicato de trabalhadores acabasse por se pronunciar con- trário a um movimento tipicamente popular que, ademais, re- feria-se a fatores ligados com aspectos da defesa econômica da classe operária. Essa hipótese é bastante plausível se se tem em conta que o movimento sindical, nessa época se carac- teriza por uma concepção que via a luta salarial e contra -

---

(12) A edição de 5/1/1954 da "Folha Socialista", his- toriava a posição do PS diante dos movimentos autonomistas que tinham surgido em 1953 e justificava, nos termos menciona dos, a razão pela qual o partido aconselhara os seus eleito- res a votarem contra a emancipação em Osasco e São Miguel Paulista, por exemplo. Curiosamente, entretanto, na edição seguinte, o jornal publicava uma carta de um simpatizante do PS, em São Miguel Paulista, que afirmava que, "entre aqueles que se pronunciaram a favor da autonomia de S.Mi - guel se encontram elementos honestos, que visavam apenas o bem estar da população..." E pedia a retificação da nota an terior do jornal. Ver "Folha Socialista", dia 20/1/1954.

o custo de vida como condutos quase exclusivos de defesa econômica da classe trabalhadora. O movimento popular, como um todo, era confundido com o movimento sindical e esse, quando defrontado com outros movimentos sociais que não guardavam relação mais direta com os seus objetivos imediatos, apresentava dificuldades de perceber os sinais de presença de forças sociais que poderiam ter se somado a ele. Por essa razão explica-se que a esquerda tenha estado praticamente ausente dos movimentos autonomistas. Não é fácil hoje, avaliar o que possa ter desempenhado entre os trabalhadores de Osasco a manifestação de Forli para o plebiscito de 1953. Entretanto, como havia muitas empresas metalúrgicas em Osasco, é provável que tenha jogado o seu papel como propaganda negativa ao movimento.

Quanto aos comunistas, estiveram praticamente ausentes do movimento em 1953 e em 1958. Os depoimentos sobre esse ponto não são muitos, embora cheguem a indicar claramente, que houve militantes contrários ao movimento. É fácil compreender as razões táticas que explicam o fato de que o PC não apoiasse o movimento autonomista em 1953, já que todo o esforço do trabalho de massa nesse momento está dirigido para uma penetração na estrutura sindical oficial; mas é difícil compreender esse alheamento quase completo na fase de 1958. Nessa época, o PC já se constituía em força hegemônica dentro do movimento sindical brasileiro e, em face de sua definição da situação nacional em termos da necessidade de um aprofundamento da "revolução democrático-burguesa", é estranhável a sua ausência de um movimento de massa que, exatamente, reivindicava um aprofundamento das condições locais para a democracia que, ademais, lançava as suas

raízes exatamente em interesses da massa trabalhadora, dado que sua motivação essencial nascia de uma problemática que se vinculava diretamente às suas condições de vida. Menos ainda se justifica que esse partido tomasse posição contrária ao movimento, pois se é certo que os seus objetivos circunscreviam-se aos limites institucionais, isso não implica excluir a hipótese de que, exatamente por essa razão, o PC ou qualquer outro partido operário que se propusesse a dirigir a classe operária, devesse definir-se em favor do movimento, senão para simplesmente apoiá-lo, quando menos para realizar um intento de reorientá-lo na direção de uma perspectiva política mais global. Trata-se de compreender que estavam dadas, naquela conjuntura, as condições para que qualquer partido que aspirasse a representar as classes populares compreendesse as implicações mais profundas dos movimentos espontâneos que surgiam entre elas, como foi o caso, até certo ponto, as aspirações democráticas presentes nos movimentos autonomistas de distritos industriais na região da Grande São Paulo. Não era preciso ir muito longe para compreender que esses movimentos, à sua moda - vale dizer, nos marcos, da ausência de qualquer outra alternativa de direção política -, articulavam alguns interesses elementares das classes populares e realizavam uma função de agregá-las para fins de sua participação imediata na política local.

Conrado Del Papa, não obstante as suas dificuldades, se firmava como uma figura de liderança entre a classe operária local (tendo sido eleito vereador na primeira legislatura municipal de Osasco, após a emancipação), e seguia participando do movimento mesmo após o fracasso de

1953, quando viu recusado o apoio de seu partido e de seu ' sindicato à campanha popular. Nos anos que seguem, ele volta a suscitar o tema no Partido Socialista e consegue que a direção partidária reveja a posição adotada no primeiro plebiscito. O resultado desse esforço é que o PSB surge, na ' campanha de 1958, com uma posição algo diferente daquela ' que mantivera em 1953: passa a apoiar o movimento em manifestações favoráveis que aparecem na imprensa. Não se trata de um engajamento na campanha, nem uma tentativa de dar direção à mobilização mas quando menos o partido reconhecia a legitimidade da temática do protesto urbano. Dessa vez, Remo Forli, ainda presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, ' manifestará apoio ao movimento, através de um manifesto que circula pelas fábricas. Segundo os depoimentos, o manifesto apelava para o apoio da classe operária a um movimento que respondia a alguns de seus interesses. Mas essa mudança do órgão classista não significa que ele tenha se engajado na luta autonomista, como poderia ter acontecido se o sindicato tivesse, por exemplo, realizado qualquer tentativa no ' sentido de vincular o significado econômico do movimento autonomista com suas lutas salariais.

Se o Partido Socialista se distinguia do Comunista, na conjuntura de 1958, por um reconhecimento do movimento que, pelo menos, não induzia à uma atitude de oposição, pode-se dizer de ambos que não se tratava, em nenhuma hipótese, de uma presença que se definisse a partir de uma análise da importância dos movimentos autonomistas para o conjunto da luta política a que se propunham aqueles partidos. Não há evidência, aliás, que qualquer agrupamento de esquerda tivesse alguma concepção a respeito do papel de mobiliza

ções populares como essa para a política de massas que se realizava a época, na base da aliança existente entre os líderes populistas e a esquerda.

De qualquer forma, é interessante observar que o que está dito acima não invalidava tendências como as manifestadas por Conrado Del Papa, segundo o qual, por mais de uma vez, grupos populares se utilizaram da desobediência partidária para apoiar o movimento autonomista, apesar do peso e do prestígio de seus chefes partidários (13).

As indicações feitas permitem, agora, algumas considerações em torno da base social do movimento autonomista. Em primeiro lugar, é necessário destacar o importante papel jogado pela "classe média" local, formada por profissionais liberais, como dentistas, médicos, engenheiros e advogados e por pequenos comerciantes locais, como donos de armazém e proprietários de casa comerciais. Esse setor social tomou a iniciativa de organizar o movimento. É interessante observar que essa "classe média" local, peculiar pelas condições de sua formação, pois tinha uma inserção marginal na estrutura ocupacional, era profundamente vinculada com a vida popular local, e se constituiu no ator político que mais longe desejou levar o que consideravam serem os direitos da população local, como parte constituinte da cidade, de participar igualmente dos benefícios usufruídos pelos setores mais privilegiados da sociedade paulistana, como os moradores dos Jardins. Mas a sua motivação não era apenas ideoló-

---

(13) Depoimento de Conrado Del Papa, 2º semestre de 1974.

gica; havia também interesses de tipo econômico, como os dos comerciantes que acreditavam que melhorando as condições de vida do sub-distrito melhorariam também as condições de consumo de sua freguesia, em sua grande maioria constituída de trabalhadores. Também, alguns profissionais liberais, como dentistas e médicos, admitem que sonhavam com uma "Osasco independente" porque isso também significaria vida local mais intensa e, portanto, condições melhores para os seus pacientes. Mas, na sua grande maioria, os representantes dessas camadas reforçaram os desejos de uma espécie de "progresso" em geral, que por definição deveria atingir a todos os moradores igualmente.

Essa "classe média" conseguiu colocar-se à frente dos industriais locais e dirigir todo o processo da luta autonomista, impondo a sua direção política ao movimento. Isso não quer dizer que os empresários fossem completamente alheios à campanha autonomista. Para alguns setores deles tratava-se de criar melhores condições de vida para a sua força de trabalho, pois isso poderia significar criar melhores condições de produtividade. A participação do empresariado se manifestou, entretanto, pela presença de homens como o engenheiro Walter Negrelli, que era gerente da SOMA. Segundo os seus depoimentos, contribuiu financeiramente para o movimento autonomista, especialmente para a impressão de volantes, manifestos e a confecção de cartazes. Mas essa contribuição não foi o fator fundamental que impulsionou o movimento: as maiores contribuições foram dadas pelo negociante Antonio Menk, homem vinculado a Janio Quadros, cuja motivação estava relacionada com o Janismo, propriamente dito, do qual desejava ser o grande representante em Osasco. Em qualquer

caso, o papel mais importante que parece ter jogado a indústria local foi o de permitir que a propaganda do movimento se fizesse dentro das fábricas. Alguns depoimentos indicam que houve empresários locais que assumiram uma posição contrária diante do movimento, mas os indícios a esse respeito são mínimos (14). Quanto à SOMA, justifica-se que tenha sido uma das únicas a intervir, em algum grau, no movimento de protesto urbano: ela era à época, uma das maiores empresas de Osasco e liderava as demais nas preocupações quanto à infraestrutura da região. Juntamente com as empresas Moinhos Santista, Cobrasma, Adams, chegou a realizar uma cotização para a abertura e pavimentação de uma estrada ligando Osasco a Pinheiros para permitir um acesso mais fácil as matérias primas e melhor escoamento de sua produção; também foi responsável, em colaboração com as empresas Eternit e Riosam, pela instalação de uma escola do SENAI em Osasco. Isso demonstra que os seus empresários tinham consciência, em algum grau, dos problemas que afetavam as questões relacionadas com a reprodução de sua força de trabalho bem como as condições infraestruturais relacionadas com a comercialização de seu produto, o que poderia tê-los motivado para uma vinculação mais efetiva com a problemática das reivindicações urbanas suscitadas pelo movimento autonomista. Entretanto, isso não aconteceu. O papel jogado pelos empresários na direção do movimento foi nulo. Eles não parecem ter procura-

---

(14) Depoimentos de Walter Negrelli, 2º semestre de 1975; Conrado Del Papa, 2º semestre de 1974 e Mario Torres Jr, participante de 1960-62, dia 26.9.1975.

do dirigir ou estimular o movimento em qualquer direção mais definida. Aliás essa questão não se colocou para o empresário local.

A explicação para esse desinteresse do empresariado local em se vincular mais efetivamente ao movimento está efetivamente na orientação genericamente seguida, a época de deixar ao Estado a solução dos problemas que não afetassem basicamente os fatores de produção. Como as condições de urbanização brasileira tinham lançado, efetivamente, um enorme contingente do exercito industrial de reserva nas cidades e nas suas periferias, os empresários não precisavam se preocupar, diretamente, com as condições de reprodução da força de trabalho, pois era fácil empregar, simplesmente, a parte excedente da oferta de mão de obra.

Quanto aos trabalhadores e demais assalariados urbanos, como os comerciários, escriturários e, mesmo, motoristas de taxi, jornaleiros, e trabalhadores por conta própria, eles foram realmente a base fundamental de apoio do movimento, e desde os seus primórdios ofereceram representantes para integrar as comissões que coordenavam o movimento na base e mesmo na cúpula. Segundo os depoimentos colhidos, os operários especializados foram os que mais se vincularam ao movimento. Quanto à massa de trabalhadores braçais, foi mobilizada pelos comícios e reuniões de bairros. O movimento não constituiu núcleos permanentes com composição operária, mas há indicações de que havia algumas empresas como a SOMA, o Frigorífico Wilson, Cimafe, Cobrasma, Cerâmica Industrial de Osasco, Cotonificio Beltramo e outras, onde pequenos grupos de operários discutiam o tema da emancipação. Não há indicações sobre se essas discussões tenham assumido o caráter de

um debate em torno dos interesses da classe operária em jogo no movimento. Aparentemente, o seu sentido era de apoiar as suas teses. Em todo caso, não deve passar despercebido o depoimento de Negrelli, de que antes de qualquer iniciativa sua de divulgar o movimento na SOMA, alguns grupos de operários já tinham começado a fazer a sua propaganda. De fato, alguns dos operários especializados que integraram as comissões do movimento, como a comissão de propaganda, parecem ter usado a sua iniciativa própria na organização de reuniões e comícios de bairros, em que tratavam de apresentar as razões do movimento. Eles providenciavam os alto-falantes e veículos que utilizavam para percorrer os bairros e informar da realização de concentrações centrais no largo da Estação. As decisões do movimento eram tomadas de forma democrática, garantindo o direito de expressão a qualquer dos seus membros, embora centralizadamente. De fato, os profissionais liberais tinham monopolizado a direção do movimento, dado que eram os participantes que tinham mais tempo para atuar e tinham se preparado mais para propor as alternativas políticas examinadas pelo movimento.

O importante quanto à participação da classe trabalhadora é que ela chegou a envolver aspectos organizatórios, não se limitando a um apoio genérico e massivo. Entretanto, essa participação não teve, certamente, um caráter próprio, de tal forma que distinguisse, no interior do movimento, uma tendência operária. Pode-se perguntar o que teria acontecido se algum setor da esquerda brasileira tivesse tratado de algum tipo de coordenação aos membros da classe operária que manifestaram a sua presença no movimento autonomista. Mas a ausência de uma direção de classe à

participação operária no movimento autonomista tem de ser ' atribuída à própria ausência de uma tendência de esquerda ' dentro do movimento e não a qualquer incapacidade própria ' desses setores da classe operária de darem um sentido mais profundo às suas reivindicações sociais e políticas.

## V

Passemos, agora, ao exame dos resultados do plebiscito de dezembro de 1958, em que o movimento de Osasco aparece como o grande vitorioso, com grande repercussão sobre outras áreas periféricas da região da Grande São Paulo. Nos dias seguintes ao plebiscito, a grande imprensa de São Paulo comenta a tranquilidade dos pleitos realizados em nove distritos, exceto Osasco, onde grupos, partidários do SIM e do NÃO tinham se antagonizado até à luta corporal, em alguns casos, sendo necessária a intervenção da polícia. Mais importante que isso, entretanto, foi o registro de que o juiz Neville Riema, presidente dos plebiscitos, recebera inúmeras denúncias de irregularidades durante a votação. Essas, se comprovadas, justificariam a anulação do plebiscito pela justiça.

Segundo a imprensa, as denúncias são confirmadas e dois dias mais tarde o prefeito Adhemar de Barros, seguido do sr. Lacydes Prado e do presidente da Câmara Municipal de São Paulo, vereador André Nunes Jr, do PSP, apresentam pedidos oficiais ao Tribunal Regional Eleitoral visando a anulação do plebiscito e, conseqüentemente, da vitória do SIM. Começava assim a grande e longa batalha judicial que se desenvolveria até os primeiros anos da década dos 60 e que abriria a terceira e mais importante fase do movimento autonomista de Osasco. Logo iniciam-se os inquéritos no âmbito da justiça eleitoral e, tendo em vista a existência de várias denúncias de fraude, que teria sido levada a efeito por partidários do SIM, o juiz Riema determina a abertura

de um inquérito paralelo no âmbito de competência da polícia, visando a apurar a extensão das irregularidades. Conforme os relatos da imprensa, vários eleitores partidários do NAO oferecem o seu depoimento e a tônica das denúncias foi a de que em diversas seções de votação os mesários, orientados pelos partidários da autonomia, teriam tentado ou efetivamente intervido no processo decisório; segundo as denúncias, elementos favoráveis ao SIM teriam trocado envelopes de votação ou tentado influir na vontade dos eleitores para que votassem favoravelmente à emancipação.

Todavia, enquanto a grande imprensa de São Paulo ocupa parte de seu espaço diário para debater a questão da fraude no plebiscito, em Osasco sucedem-se as manifestações populares celebrando a vitória da "independência da colônia da Metrópole". Os partidários do SIM reúnem-se, como de costume, na praça da Estação para manifestar o seu regozijo pela vitória. No dia 12 de dezembro realiza-se uma "passeata da vitória", com grande aparato e uso de foguetes e bombas pelos populares; a passeata se assemelha a uma festa popular; a Secretaria da Segurança Pública do Estado tenta conter o ímpeto dos manifestantes, mas dia seguinte novas manifestações se realizam.

Antes mesmo que o TRE venha a se pronunciar sobre as irregularidades, ou que o DOPS, encarregado das investigações policiais, se manifeste a respeito, a Assembleia Legislativa do Estado decide votar a Lei Orgânica dos Municípios, incluindo Osasco na lista dos novos municípios paulistas formados em base as decisões plebiscitárias de seus eleitores. Na Assembleia Legislativa, o deputado Anacleto Campanella, veterano do movimento autonomista de São Caetano do Sul,

coordena os esforços visando obter consenso para a votação da nova lei dos Municípios. Os deputados que seguiam a orientação do governador Janio Quadros, do Estado, também somam ao lado de Campanella. A Assembléia demora até o último dia útil de 1958 para votar a lei. Restava, entretanto, que fosse publicada no Diário Oficial do Estado para que entrasse em vigor a partir de 1º de janeiro do ano seguinte. Surge então o momento de Janio Quadros manifestar claramente a sua disposição de apoiar a população de Osasco. O governador termina a edição de um suplemento especial do Diário Oficial para que fosse publicada a lei tornando oficial a autonomia do ex-sub-distrito da capital (15).

Quanto às irregularidades no plebiscito, os inquéritos policiais abertos a época para apurá-las nunca concluíram pela responsabilidade dos partidários do SIM, embora houvesse indícios claros tanto das irregularidades quanto da participação dos autonomistas em sua ocorrência (16). Fato inédito a época, se se considerar que a própria Justiça Eleitoral parecia se inclinar para o reconhecimento da ocorrência de irregularidades.. A explicação desse "pouco caso" da polícia à fraude no plebiscito de Osasco talvez possa ser atribuída também ao posicionamento do governador do Estado ao lado dos autonomistas. Sobre isso é bastante interessante

---

(15) "Diário Oficial" nº 291, dia 31/12/1958.

(16) Coleção "O Estado de São Paulo", dias 23, 24, 30 de dezembro de 1958 e Janeiro de 1959.

examinar a versão que os líderes do movimento de Osasco apresentam hoje, passados mais de 15 anos da instalação do novo município. Praticamente todos os depoentes foram unânimes : houve fraude, cuidadosamente planejada, em que pese a "ineficácia" aparente da polícia política para apurá-la, A fraude foi prevista como procedimento tático complementar imprescindível por alguns autonomistas e, pelo menos, por outros. Segundo a ótica desses líderes, era necessário evitar em 1958, a todo custo, o que já acontecera em 1953 (17). Daí que a "ação ilegal" (embora racional com vistas a seus fins) tenha sido prevista e cuidadosamente organizada: o plebiscito foi antecedido por uma série de reuniões preparatórias , os membros das 60 mesas de votação. Como pôde acontecer isso, se presidentes e membros das mesas de votação eram da escola do juiz eleitoral? Segundo os depoimentos, Reinaldo de Oliveira lograra apresenta dias antes da designação oficial uma lista de "voluntários" que desejavam colaborar com o TRE no processo da votação. A quase unanimidade desses voluntários eram partidários do SIM (18). Os que defendiam a fraude como um procedimento tático complementar acreditavam que o SIM venceria o plebiscito. Como desejavam "garantir" os resultados e precaver-se de "surpresas" como a de 1953, prepararam a sua "intervenção" no processo decisório. Hoje, em seus depoimentos, eles afirmam que só intervieram nos ca-

---

(17)Depoimentos de Reinaldo de Oliveira, 2º semestre de 1974, Albertino de Souza Olivo e Mário Torres Jr, 2º semestre de 1975.

(18)Depoimento de Reinaldo de Oliveira, 2º semestre de 1974, confirmado 2º semestre de 1975. Oliveira, aliás em seu depoimento informa que conseguiu organizar um grupo de 300 pessoas que ajudaram na votação do plebiscito.

dos "demasiados flagrantes" de oposição à tese da autonomia. Independentemente do julgamento que se venha a fazer desse episódio, é necessário admitir que ele indicou duas qualidades dos organizadores do movimento: 1. a capacidade de organizar um número suficiente de adeptos para organizar e realizar a fraude, o que não deve ter sido muito simples em vista do fato de que havia 60 mesas de votação; 2. a capacidade de convencer os "voluntários" que aceitaram o risco de praticar a fraude no plebiscito, o que certamente deve ter exigido muita discussão para justificar a validade da "ação ilegal".

Entre 1959 e 1963 desenrola-se a terceira e última fase do movimento autonomista de Osasco, tendo sido aquela que em muitos aspectos logrou alcançar um mais alto nível de mobilização de massa. Esta fase caracteriza o período de luta propriamente judiciária do movimento; é a que garante o sucesso da separação de Osasco. Ela registra, também, uma pequena transformação na orientação do movimento. De início, todo o peso da campanha era dirigido no sentido de convencer os moradores do sub-distrito da necessidade da emancipação. Agora, tratava-se de consolidar uma vitória obtida pelas urnas e confirmada oficialmente, embora a prefeitura de São Paulo estivesse negando-a na Justiça. O movimento teve de ganhar características de um grupo de pressão, capaz de influir sobre os diferentes setores do aparelho do Estado a quem estava, de alguma forma, afeta a decisão de confirmar ou negar a autonomia de Osasco. Era preciso impedir que esses setores do aparelho do Estado atuassem como obstáculos à concretização da separação que, aos olhos dos líderes do movimento, parecia cada vez mais difícil. Coincidindo, essa fa

se, com uma conjuntura geral favorável à ascensão de movimentos populares, nesses anos finais de seu desenvolvimento, o movimento efetivamente ganhará as ruas. Todo o período é marcado por manifestações populares e por uma maior integração do movimento autonomista com outros movimentos que, sem serem formalmente organizados, logram expressar de forma crescente a vontade de participação de setores das classes populares de Osasco (19).

Após marchas e contra-marchas, o caso chega ao Supremo Tribunal Federal - STF - através de um recurso do prefeito de São Paulo que pedia que aquela corte julgasse inconstitucional o ato da Assembléia Legislativa que siquer tomara conhecimento de seu primeiro recurso, e pedia a anulação do plebiscito. A suprema corte de Justiça do país decide anular a Lei Orgânica dos municípios, de nº 5.121, votada pela Assembléia de São Paulo, sem todavia anular o plebiscito propriamente, considerando que houvera manifestação da maioria dos eleitores aptos para votar (20). A decisão pega tanto Adhemar de Barros como os partidários da autonomia de surpresa. O primeiro procura aprofundar essa vitória parcial e pede a revisão do processo para anular definitivamente o plebiscito e, dessa forma, obrigar ao TRE a realização de nova consulta ao eleitorado. No sub-distrito sucedem-se uma série

---

(19) Como informa WEFFORT, "Conflito Industrial..." op cit, Idem, é dessa época o surgimento da U.E.O. da secção local da F.N.T. e da Cooperativa dos Trabalhadores. A participação dos estudantes, a partir dessa época, confirma essa informação.

(20) Coleção "O Estado de São Paulo", mês de Janeiro de 1959; ver 1960 e 1962, também, para essas informações.

de manifestações populares para protestar contra as decisões da suprema corte de justiça. O movimento começava agora a dirigir o seu protesto contra um alvo mais determinado. Realizam-se as manifestações e passeatas para pressionar a Assembléia Legislativa a manter a sua decisão anterior, negando a validade ao recurso do prefeito para reexame e, assim, evitando a possibilidade de novos impedimentos no âmbito da justiça. Pela primeira vez, desde o nascimento do movimento, o movimento estudantil, representado pelos secundaristas de Osasco, se incorporam à luta autonomista e seus líderes convocam a organização de uma caravana de estudantes e demais moradores para se dirigir até a Assembléia e exigir dos deputados um compromisso visando a rápida solução do caso. Dessa manifestação resulta a criação oficial de um "Movimento Estudantil em Prol da Autonomia de Osasco". Por outro lado, os autonomistas realizam uma série de contactos entre os deputados estaduais e, através da intermediação de Anacleto Campanella, conseguem um compromisso de apoio ao desmembramento. Então, a SADO e mais as SABs de Jardim Helena Maria, Vila Iara e Bussocaba, enviam um apelo ao presidente da Assembléia solicitando que o legislativo negue provimento ao recurso do prefeito. O pedido segue assinado por 1.500 moradores e apela aos deputados para que ouçam "o clamor e apelo dos habitantes deste bairro, satisfazendo a sua maior aspiração, a sua emancipação política e econômica..." (21). De fato, em outubro de 1960, a Assembléia Legislativa vota uma resolução de número 322 que, simplesmente confirma a autonomia de Osasco e,

---

(21) Idem.

, formalmente, julga improcedente o pedido do prefeito visando a anulação do plebiscito. Estava assim removido o obstáculo jurídico mais importante para que o processo da autonomia seguisse adiante. Agora, a justiça eleitoral poderia marcar a data das eleições para prefeito e vereadores do novo município. A decisão é recebida com novas manifestações em Osasco e, sintomaticamente, a festa dessa vitória é celebrada na casa de Antonio Menk que coordenara o apoio dos deputados ligados a Janio para aprovar a resolução. De outra parte, procurando aprofundar o sentido dessa vitória, os autonomistas se dirigem, no dia das manifestações, à praça da Estação - que tinha sido o palco tradicional das concentrações da campanha pela autonomia - e a rebatizam com o nome de Praça da Independência.

Para se ter uma idéia mais completa do contexto político local em que se situava agora o movimento autonomista é necessário relatar mais em detalhes alguns aspectos da mobilização popular que ocorre por essa época e que antecede a decisão favorável da Assembléia de São Paulo. Em primeiro lugar, intensifica-se novamente a prática de comícios e concentrações com o objetivo de manter as bases de apoio do movimento informadas do andamento da batalha judicial que se travava nas instâncias superiores do aparato jurídico e político do Estado. Segundo notícias de "A Vanguarda", no último trimestre de 1959, realizam-se dois comícios de massa no largo da Estação, contando com mais de 2 mil pessoas. Ao mesmo tempo, um grupo de pioneiros do movimento divulga em massa um "SOS Municipalista" no qual apelam para que os eleitores enviem telegramas aos deputados estaduais e ao governador do Estado para pedir a garantia de seu apoio à autonomia. "A

Vanguarda" modifica ligeiramente o conteúdo de suas matérias e, agora, o jornal faz um apelo direto à classe operária local para que defenda os seus interesses ao nível de sua situação em Osasco. O jornal ainda relaciona a luta pela autonomia com a luta dos trabalhadores contra os grupos que defendem interesses particularistas (22).

Nesse mesmo ano, respondendo a uma solicitação dos líderes autonomistas que pediam a marcação da data das eleições para prefeito e vereadores de Osasco, o TRE considera-se incompetente e envia o processo para o Tribunal Superior Eleitoral, o qual, em vista das pendências judiciais do caso, decide não fixar nenhuma data para a realização das eleições. Em face dessas notícias, a União dos Estudantes de Osasco recebe um pedido para que decrete uma greve geral de protesto. No dia seguinte, a 17 de setembro de 1959, grupos de estudantes abrem o que chamam "a luta contra a cassação da autonomia de Osasco". Todos os estabelecimentos de ensino de Osasco amanhecem fechados e os três mil estudantes do sub-distrito manifestam a sua solidariedade aos que votam SIM nas ur -

---

(22) O tom das matérias do principal porta-voz do movimento, nessa época, pode ser exemplificado por essa transcrição: "Constitui a imprensa poderoso veículo de orientação popular. (...) Criticar e vigiar os governantes defendendo, assim, os legítimos direitos do operariado. (...) Assim como o gato ludibriaria o rato antes de devora-lo, o grupo anti-autonomista tentou ludibriar o povo simples de Osasco para continuar devorando-o como vem fazendo (...) "... gente ludibriada, por trás do pano branco da inocência dirigiam os propagandistas do NÃO, pois nunca foram a favor dos operários e cumpre a esses mesmos operários dar uma lição nos hipócritas e deturpadores da verdade autonomista "ccf "A Vanguarda", 18/1/1959.

nas. As manifestações estudantis ganham apoio da população e realiza-se um comício de apoio ao movimento da praça João Pessoa com a participação de uma grande multidão.

Entretanto, em meados de 1961, o Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo considerando a votação pela Assembléia Legislativa da resolução 322, decide marcar a data das eleições de Osasco para Janeiro de 1962. Como se recorda, o caso tramitara pelo STF e ao final fora devolvido para a Assembléia. Parecia que agora os obstáculos jurídicos estavam superados. Porém, o novo prefeito de São Paulo, eng. Prestes Maia resolve reabrir o caso, afirmando que é de sua obrigação defender a integridade do território do município da capital. Novo mandado de segurança contra a lei 5121 da Assembléia é impetrado, desta vez junto ao Tribunal Regional Eleitoral, para sustar a validade da decisão do TRE de São Paulo. O TSE nega o pedido e confirma as eleições para 7 de janeiro de 1962. Em consequência dessa decisão, o prefeito Prestes Maia apela novamente ao STF pedindo a anulação da marcação da data das eleições por considerar que o caso ainda estava em pendência. Ao mesmo tempo que se desenrola essa verdadeira novela judiciária, os diversos partidos políticos de Osasco começam a apresentar os seus candidatos a vereadores e prefeito. O STF, entretanto, considerando que necessita de mais informações para julgar o caso, decide suspender as eleições marcadas para o dia 7 de janeiro. A decisão é tomada dois dias antes das eleições. Repercute intensamente em Osasco e quando diversos grupos de moradores tentam se mobilizar através de comícios de protesto, a polícia política, instruída pela Secretaria de Segurança Pública do Estado - que havia adotado medidas de segurança especiais logo após a decisão do STF visando evitar "tumultos e a alteração da ordem pública" - im-

pede a iniciativa. O antigo sub-distrito se cobre de faixas pretas para simbolizar luto de sua população. O comércio, apoiando o movimento, fecha por dois dias e, finalmente, uma passeata é convocada pelos líderes autonomistas e, segundo "O Estado de São Paulo", mobiliza mais de 5 (cinco) mil pessoas para virem até o centro de São Paulo manifestar o seu protesto. A marcha dos manifestantes primeiro vai ao Ibirapuera, onde estava o gabinete do prefeito; depois, dirige-se ao palácio dos Campos Elísios, para reclamar o apoio que havia sido prometido pelo governador da época, Carvalho Pinto, eleito pelo esquema de apoio do Janismo; e, finalmente, alcança as imediações da Assembléia Legislativa. Todo o curso da manifestação é pacífico, mas reveste-se de lances cheios de simbolismo. Após a sua visita aos deputados estaduais, os manifestantes decidem ir até o Museu do Ipiranga em busca da tocha que simboliza a Liberdade. Ali acendem outra tocha que é levada para Osasco e colocada no largo da Estação em uma pira. Os manifestantes permanecem reunidos durante horas diante da pira que, agora, simbolizava a liberdade que Osasco conquistara, mas que estava ameaçada juridicamente. Nos dias seguintes, realizam-se novas assembleias no cinema local e na casa Paroquial de Osasco, onde é instalado uma Assembléia Permanente, presidida pelo pároco, Pe. Thomaz Passionista. O movimento ampliava, durante o protesto, a sua base de apoio. Uma das suas decisões foi iniciar uma campanha para que a população telegrafasse ao STF manifestando seu apoio à autonomia; os autonomistas também pedem aos outros municípios do Estado para que se manifestem pressionando a suprema corte. Mas talvez a iniciativa mais importante da época foi a atitude de milhares de eleitores que inicia -

ram um movimento de devolução de seus títulos de eleitores ; já que eles não valiam para a decisão que mais importava à população de Osasco , nem para a escolha de seus próprios dirigentes. Os dirigentes do movimento escolheram uma padaria' situada defronte ao cinema local como a sede onde seriam recolhidos os títulos, porque era a mais conhecida da localidade e porque o seu proprietário era um entusiasta do movimento. Segundo os depoimentos, milhares de títulos foram depositados e guardados. Alguns desejavam "rasgar o título eleitoral", em face do pouco valor que ele parecia ter. Esse foi um dos momentos de intensa participação popular nessa fase final. A grande maioria dos títulos depositados eram de operários que, dessa forma, manifestavam um tipo de protesto típico dos movimentos de extensão de seus direitos como cidadãos. Por outras palavras, essa última fase de massa da campanha autonomista culminava em uma forma de protesto que manifestava claramente o desejo de uma grande parte dos moradores de Osasco, de fazer valer de fato os seus direitos formais estabelecidos pelas regras do jogo da democracia vigente. Ao depositar os títulos eleitorais, expressando a consciência de que eles pouco valiam para fins de fazer valer os seus direitos, os setores populares manifestavam a sua insatisfação pela forma como funcionava o sistema político vigente que, teoricamente, garantia o direito de manifestarem a sua vontade quanto à questão da emancipação municipal.

Com o protesto dos títulos eleitorais depositados, cria-se o que foi chamado o "Movimento de Reação contra a Decisão do STF", integrando decisivamente setores católicos ao movimento. Além disso, o "Comitê Permanente Pró-Emancipação de Osasco" convoca um novo comício, que acaba por se trans -

formar em uma grande manifestação de massa. Dela participam<sup>1</sup> antigos líderes autonomistas, os candidatos a prefeito como<sup>1</sup> Hirant Sanazar e Antonio Menk e representantes de diversos<sup>1</sup> partidos políticos. A ênfase dos discursos recai sobre a ne<sup>1</sup>cessidade de união das forças populares contra as tentativas de anulação das conquistas dos trabalhadores. Também enfatizam o voto como "arma do povo", razão porque pedem os eleito<sup>1</sup>res para não rasgarem os seus títulos eleitorais. Os antigos líderes do movimento propõem, também um boicote no pagamento dos impostos municipais, sugerindo aos moradores que suspendam o recolhimento das cotas que lhes correspondiam.

Quando finalmente anuncia-se para o dia 17 de janeiro de 1962 a decisão final do STF sobre o caso, o DOPS de São Paulo mobiliza 200 policiais para garantir a ordem e evitar tumultos. A nível da cúpula, alguns dirigentes do movimento iniciam contactos ao nível das mais altas autoridades<sup>1</sup> do País, visando a conseguir alguma forma de envolvimento<sup>1</sup> dessas autoridades com o movimento. O ministro da Guerra, gen. Henrique Lott é procurado por um comerciante ligado ao movimento.

Se é possível que Lott tenha exercido a sua influência (23), é difícil avaliar o papel que tenha jogado a pressão popular sobre o Supremo Tribunal Federal, embora seja<sup>1</sup> inegável que aquela corte teve de tomar em consideração a

---

(23)Edmundo Bonzatto, um comerciante, conta em seu depoimento que o marechal Lott se sensibilizou pelo movimento<sup>1</sup> por que era parente de sua esposa. Depoimento 2<sup>o</sup> semestre de 1975.

existência dessa pr̄ess̄ão, ao adotar uma posiç̄ão diante do ' caso. A decis̄ão da mais alta corte se inclinou para os auto nomistas e decide ignorar o pedido de mandado de segurança' da Prefeitura de S̄ao Paulo contra o plebiscito e determina' que sejam marcadas eleiç̄ões para prefeito e vereadores. Es- tas se realizam a 5 de fevereiro de 1962, selando a conquis ta da autonomia do antigo sub-distrito. Hirant Sanazar, par ticipante do movimento, se elege com 42% dos votos. Os par tidos ligados a Janio elegem 10 dos 21 vereadores e o PSB , que apoiara o movimento em sua fase final, consegue eleger' 2 vereadores, entre os quais o líder operário, Conrado Del Papa, que f̄ora também um expoente da classe operária dentro do movimento.

Encerrava-se assim a luta iniciada 10 anos antes' e que pelo menos durante 4 anos, de 1958 a 1962, conseguira manter alto nível de mobilizaç̄ão popular. A campanha autono mista dera sinais importantes da vontade de participaç̄ão ' das classes populares de Osasco e, ainda que sejam limita- dos alguns de seus resultados, permitiu a emergênc̄ia de um clima de participaç̄ão que se revelaria mais duradouro do ' que seria possível prever à época do fim do movimento.

Na conjuntura local imediata, que se seguiu à vi- tória do movimento, com a realizaç̄ão das eleiç̄ões, alguns ' acontecimentos já indicariam nessa direç̄ão. Uma das idéias' centrais do movimento tinha sido a de que com a emancipaç̄ão os moradores poderiam exercer uma fiscalizaç̄ão direta s̄obre os seus representantes - "eles serão homens daqui"; "conhe- cidos nossos" -e, dessa forma evitar a cristalizaç̄ão de in- teresses particularistas na condit̄ão dos negócios públicos' ou privilégios de grupos. Tratava-se de um ideal de repre -

sentação democrática direta, quase plebiscitária, sem esquecer que essa concepção implicava alguma forma de luta contra a burocratização. Na verdade, era nesses princípios que se fundavam as aspirações de criação de novas instituições intermediárias colocadas na ordem do dia pelo movimento. Por causa disso tudo, revela-se interessante registrar os acontecimentos que se desenrolaram quando, recém instalada a Câmara Municipal, que muitos moradores viam como seu órgão de representação, os vereadores eleitos, em uma de suas medidas tomadas, decidem fixar os seus vencimentos em nível até duas vezes superiores aos subsídios dos vereadores da Capital. Imediatamente se desencadeou uma reação tão forte que os vereadores foram obrigados a voltar atrás na decisão e adotar um regime de não remuneração durante toda a legislatura da - quele ano. Em menos de 24 horas, noticiada a primeira decisão de Câmara, estudantes e populares, tendo Reinaldo de Oliveira entre eles, organizaram uma manifestação que praticamente sitiou a Câmara durante uma de suas sessões, colocando os vereadores em fuga, ocupando o prédio onde se realizavam os trabalhos legislativos e destruindo todo o recinto das reuniões, móveis, cadeiras, etc. Dessa forma, diante de uma medida que consideraram contrária ao espírito do movimento, um setor da massa que tinha sido mobilizada pelo movimento reage através de uma iniciativa que demonstrava que os seus horizontes não se limitavam às simples reivindicações imediatas nem aos limites do protesto urbano.

Atualmente, a política local é, claramente, um dos principais canais de participação utilizado pelas classes populares, de modo particular a classe operária, em Osasco. Embora os esforços não se concentrem exclusivamente à volta da

importância da conquista dos aparatos locais do Poder Público, as eleições Municipais foram assumindo, gradativamente, importância crescente para os processos de organização popular, cuja prática tem sido fértil para marcar um uso bastante realista dos recursos políticos disponíveis. De fato, as formas de participação popular locais que, em grande parte, apresentam uma versão crítica, e prática aos preconceitos de muitos intelectuais quanto à importância da luta política no plano institucional, entrelaçam o papel das associações populares, como SABs, sindicatos e cooperativas de trabalhadores com a luta nos partidos políticos e na política local (24). Isso se tornou possível, em grande parte, porque Osasco emergiu, na vida política de São Paulo, como uma versão peculiar de concentração industrial onde o despertar da consciência operária e popular assumiu formas e dimensões diversas, entre as quais a luta pelo autonomismo. O autonomismo representou, em grande parte, uma primeira afirmação da identidade popular que, recentemente, tanto tem marcado Osasco na política da região e do país.

---

(24) Um grupo de estudantes do Departamento de Ciências Sociais realizou um levantamento exploratório em Osasco, durante as eleições de 1976, e constatou esse entrelaçamento entre sindicato, associações e partidos políticos. Cf. "Jardim D'Ávila", EDSON NUNES ET ALII, xerografado, 1977. Também o filme "A História dos Ganha Pouco", sobre a participação da Sociedade dos Amigos de Jardim D'Ávila, dirigido por Sérgio Segall, aponta a mesma realidade. Mas, além disso, é interessante registrar, nesse contexto, a tendência que se desenvolveu, recentemente, de uma estreita colaboração entre a Federação das Sociedades dos Amigos de Bairro de Osasco, a secção local da F.N.T. e militantes do Sindicato dos Metalúrgicos local. Algumas pessoas identificadas com esse grupo constituíram, em 1975, uma sub-legenda local do MDB, cuja plataforma se identificava com os programas do movimento operário local. Essa sub-legenda apresentou, em 1976, um candidato à Prefeitura Municipal de Osasco.

## CAPÍTULO IX

PIRITUBA : TENTATIVA FRACASSADA

## I

A história do movimento autonomista do sub-distrito de Pirituba é uma história de descontinuidades, cheia de lacunas e, mesmo, de contradições. Não há registros escritos posteriores, a não ser umas poucas linhas que aparecem em um documento da igreja católica local (1) e nos anais da Assembleia Legislativa, que se recusou a autorizar a realização do plebiscito,<sup>so</sup> conseguida através de um mandado de segurança ao Tribunal de Justiça do Estado (2). Além disso, alguns dos principais líderes desse movimento popular retiraram-se de Pirituba, após a derrota do plebiscito realizado em junho de 1964, mudando-se para outros estados ou áreas da região da Grande São Paulo. Por isso, a reconstituição desse movimento popular é bastante pobre, se levarmos em conta a dimensão que ele teve e os aspectos novos que o introduziu: o movimento autonomista de Pirituba se apoiou na mobilização levada a efeito pelas Sociedades dos Amigos de Bairro locais mas, na sua fase mais organizada, criou uma Câmara Distrital local, cujos objetivos eram coordenar o movimento e, ao mesmo tempo, preparar, pela prática da ação política, os futuros dirigentes do municí -

---

(1) Ver "50 anos - Pereira Barreto/Pirituba", pub. da Igreja de São Luiz Gonzaga; Ed. Padre Dom Pedro Moriyidi; São Paulo, 1972. As referências ao movimento autonomista são explícitas.

(2) O conjunto de pastas contendo os documentos apresentados pelos moradores de Pirituba, em 1963, à Assembleia Legislativa do Estado, desapareceu após março de 1964 e a autorização para a realização do plebiscito foi dada pela Justiça com base em cópias xerografadas apresentadas pelos dirigentes do movimento. Os documentos, entretanto, encaminhados de novo à Assembleia Legislativa, aparentemente se perderam pela segunda vez, na mudança do prédio do legislativo estadual, alguns anos atrás. Os registros nos anais apenas indicam que o processo referente ao caso é de número RG 2.537/1963.

pio que se desejava criar. Os depoimentos de antigos participantes são reduzidos e, embora permitam traçar um quadro aproximativo do que tenha sido a sua experiência, deixam várias lacunas que muitas vezes, não podem ser preenchidas, em face da recusa, mesmo de participantes indiretos, de falarem sobre uma experiência frustrada e que consideraram encerrada.

Não é difícil imaginar as razões dessas dificuldades: elas se referem a um movimento popular derrotado, cujos protagonistas além do mais, quando aceitam falar, confessam, claramente, o medo e a desorientação que enfrentaram no momento em que, acidentalmente ou não, os azares da história fizeram coincidir o epílogo de sua tentativa com os dramáticos acontecimentos que seguiram à queda do governo Goulart em março de 1964. O movimento autonomista de Pirituba tinha se estruturado com base em ampla mobilização popular, apoiada em comícios, reuniões públicas e debates e manifestava explicitamente, formas de pressão direta sobre o Poder Público; quando o novo regime que se instala em março suprime essas formas de mobilização, o movimento autonomista de Pirituba se desmobiliza, pois embora a nova orientação não se referisse explicitamente a ele, o clima de tensão e insegurança não dava nenhuma garantia de que, a qualquer momento, a fúria repressiva não se voltaria contra os seus dirigentes e participantes (3).

Esses esclarecimentos são necessários antes de iniciar o relato e a análise do movimento de Pirituba, pois em vista das dificuldades indicadas há vários pontos que não estão suficientemente esclarecidos e que tornam difícil uma avaliação mais com -

---

(3) Um dos participantes do movimento definiu o clima da época nesses termos: "Nos não sabíamos se tudo aquilo poderia virar contra nós ou não ..." "O povo não sabia o que era o governo revolucionário ..." -- Depoimento de D.B., 2º semestre de 1975.

plota do seu significado. Em comparação com o relato do caso de Osasco, o relato de Pirituba apresentado aqui deixa muito a desejar. Apesar disso, o relato que segue é suficientemente sugestivo para indicar várias questões para o exame da participação das classes populares na região da Grande São Paulo, no período dos anos 50 e início dos 60. Pode apresentar, portanto, alguns pontos de partida úteis para futuros estudos que se venha a fazer sobre o tema e que, possivelmente, poderão encontrar condições mais favoráveis à sua recuperação.

## II

Pirituba, como Osasco, é um subúrbio periférico de São Paulo que exerce, ao lado de funções industriais, funções primariamente de bairro ou distrito-"dormitório", isto é, área de habitação para populações que trabalham em outras áreas industriais próximas. São precisamente estas funções que tornam fundamentais para as suas populações, em sua grande maioria, de baixa renda, a presença de fatores como sistema de transportes coletivos, esquema de atendimento médico-hospitalar e serviços que completam a funcionalidade da habitação, tais como rede de água e esgotos, asfaltamento de ruas, iluminação e etc.

Pirituba, como outras áreas da região metropolitana que exercem funções semelhantes, formou-se a partir da intensificação dos processos de industrialização e urbanização de São Paulo; a gradativa expulsão da população de mais baixa renda, do centro para a periferia, verificada na Capital, encontrou ali as condições típicas para a formação de mais um subúrbio: a partir dos anos 40, mas também durante a década dos 50, o acesso aos seus terrenos, de valor aquisitivo menor que nas áreas urbanizadas, foi facilitado pela existência de uma linha suburbana da Estrada

de Ferro Santos-Jundiaí, e pela via Anhanguera, que tinha sido recém-aberta. As suas vilas logo começaram a receber enormes levadas de população migrante do interior ou de outros estados da federação. O crescimento da sua população, a exemplo do que ocorreu em Osasco - que é, praticamente, limítrofe com Pirituba, do lado esquerdo da via Anhanguera, saindo-se de São Paulo - foi muito intenso nos anos de maior incidência das migrações, como indicam os quadros 1 e 2.

#### QUADRO 1

##### TAXAS MÉDIAS ANUAIS DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO PIRITUBA - 1940/1970

Período	Taxa de Crescimento
1940/50	11,091 %
1950/60	10,868 %
1960/70	7,337 %

FONTE: Censos 1940, 1950, 1960 e 1970 - FIBGE e IPE/USP, dados estimados em 1975.

Compondo, em 1958 (época do ascenso do movimento autonomista), uma das três áreas formadoras da Cidade de São Paulo à época (4), Pirituba está situada na Zona Noroeste, em área além-Tietê, o que tornava a sua integração com o centro da metrópole bastante difícil. Embora não se disponha de dados sobre a composição economicamente ativa da sua população, os seus habitantes sempre foram, majoritariamente, famílias de assalariados que trabalham em outras áreas da região da Grande São Paulo. Em 1959,

(4) P. PETRONE fala, para essa época de três áreas: 1) o núcleo principal; 2) área além-Tietê e 3) área de Pinheiros; Cf. "O aparecimento da megalópolis", p.245, in F.FERNANDES, (organizador) "Comunidade e Sociedade no Brasil", Cia.Ed.Nacional e EDUSP, São Paulo, 1972. Ver, também, J.WILHEIM, "A metropolização da cidade de São Paulo", in op.cit., p. 203-216.

não era ainda um sub-distrito, embora fosse formado já por 32 vilas populares (em 1964, época do plebiscito, eram 44 e, hoje, calcula-se que sejam mais de 90), espalhadas por uma região que sofre solução de continuidade territorial por causa da presença do rio Tietê e da área do monte Jaraguá; tinha, então, uma população de cerca de 65 mil habitantes, cuja densidade estava próxima de 8 1/2 habitantes por hectare.

## QUADRO 2

## POPULAÇÃO DE PIRITUBA 1940-1970

ANOS	1940	1950	1950	1961	1962	1967	1970
Nºs. de Habs	9.261	26.734	75.032	80.086	86.084	83.275	256.000

Fonte: Censos 1940, 1950 e 1960, FIBGE; 1961 e 1962, Estimativas dos de Estatísticas do Estado de São Paulo; 1967, Estimativa da Divisão de Estatística e Documentação Social da PMSP; 1970, FIBGE, incluindo Perus, além de Pirituba.

O movimento autonomista de Pirituba, como também foi o caso de Osasco, surge estreitamente relacionado com experiências semelhantes que vinham ocorrendo desde 1953 em toda a região da Grande São Paulo; mas bastante interessante, neste caso, é que os seus organizadores irão solicitar a intervenção direta de alguns antigos dirigentes da bem sucedida experiência do seu vizinho Osasco. Em 1963, quando a campanha realmente começa a crescer em Pirituba, os seus dirigentes apelarão ao prefeito Hirant Sanazar, eleito no ano anterior para participar diretamente das mobilizações da massa popular, para contar o exemplo e os primeiros resultados do caso de Osasco cuja experiência recém-iniciara.

O movimento de Pirituba só conhecerá uma organização mais efetiva por volta de 1959. Entretanto, os depoimentos indicam que foi também através de uma associação de bairro, a Sociedade Amigos de Pereira Barreto, que o movimento ganhou corpo.

O contador João Bosco, que mais tarde será o mais importante líder do movimento, foi quem tomou a iniciativa da sua organização. De qualquer forma, é importante ter em conta que a SAPB, como a SADO, de Osasco, nascerá no bojo de uma intervenção direta de Janio Quadros no sub-distrito. Ainda antes de ser prefeito, Janio visita Pirituba e, em uma reunião com moradores da área, sugere que criem uma associação para defender os interesses do bairro, que reclamava do seu abandono. A sugestão é aceita e surge a SAPB. Mais tarde, como prefeito, Janio Quadros destacará um vereador de seu esquema político para acompanhar Pirituba e manter contactos com os líderes da nova associação. Além disso, como fez com outras sociedades de amigos, deu franquias em seu gabinete, no Ibirapuera, para que os representantes do Bairro entrassem e saíssem quando quisessem, para apresentar as suas reivindicações.

No período que antecede a emergência da onda de movimentos autonomistas na região da Grande São Paulo, portanto, entre 1945 e 1953, Pirituba registra apenas a existência dessa Sociedade de Amigos de Bairro que, mais tarde, irá desempenhar um papel aglutinador de outras no processo de formação do movimento pela emancipação do bairro. Mas é nessa época, segundo os depoimentos, que a imagem do contador João Bosco começa a se firmar como uma liderança popular na região, sempre preocupado em discutir e comentar os problemas e os direitos populares no bairro. Segundo o depoimento do seu irmão, Euzébio Brito da Luz, um funcionário da Estrada de Ferro Santos-Jundiaí, que foi também um dos principais líderes do movimento e o braço direito de João Bosco, eles chegaram, com as suas famílias, no início dos anos 50 em Pirituba, vindos do Pará, seu estado de origem, após alguns anos de passagem pelo Rio de Janeiro. Ficaram impressionados porque "ninguém fazia nada" no bairro, apesar da situação local de abandono e de carências. Logo se aproximaram de alguns movimentos ligados à i-

greja, como a Congregação Mariana e o Círculo Operário. Depois, ajudaram a dirigir a comissão que construiu a igreja local. Foram conhecendo pessoas, aglutinando-as e discutindo com elas. Aparentemente, a idéia de organizar o movimento autonomista nasceu dos exemplos de outros distritos. Entre 1953 e 1954 ele e Euzébio já pertenciam às Sociedades de Vila Pereira Barreto e Vila Mangalot e começaram a propor a discussão do tema da autonomia. Não houve entusiasmo no início, mas eles prosseguiram organizando várias associações locais e divulgando a idéia do movimento que, começou a crescer, após uma série de cursos de alfabetização que os dois irmãos organizaram no Círculo Operário, com o apoio do pároco local. Constituiu-se, então, o núcleo central que impulsionaria o movimento até o seu fracasso em 1964: João Bosco, Euzébio, Eduardo Gomes, funcionário público e presidente do Círculo Operário, Virgílio Bunardi, professor secundário e Carlos Silva, outro funcionário público. No início, o grupo simplesmente divulgava as idéias do autonomismo através das SABs. Depois, em 1956, seus membros resolveram fundar o jornal "O Progresso" (existente até hoje), para ampliar a divulgação dos problemas do bairro e da necessidade de alguma forma de ação dos seus moradores. O jornal foi distribuído gratuitamente, de casa em casa, durante dois ou três anos (era financiado pelos anúncios); desde as suas primeiras edições, define-se como um instrumento na luta pela emancipação do bairro, pela igualdade econômica e social dos diversos sub-distritos da cidade e por uma linha nacionalista na política nacional (5). Entretanto, é significativo que esse nacionalismo tenha se definido a partir da expressão de um problema local: o jornal denunciaria o frigorífico

---

(5) Ver, por exemplo, edição do dia 5/11/1958.

americano Armour que, ao verdos líderes do movimento, impedia o progresso da região por causa de sua oposição a que o seu "latifúndio" fosse loteado e transformado em novas vilas operárias. A Armour é severamente denunciada pelo jornal. Mas, além dessa curiosa versão local de "nacionalismo", o jornal vincula a luta contra a Armour ao movimento de emancipação e ao estímulo que procura imprimir, em praticamente todas as suas edições, à organização de novas sociedades de amigos de bairros na área do sub-distrito. A partir de 1958, ao mesmo tempo em que defende o reatamento de relações diplomáticas, entre o Brasil e a União Soviética, o jornal vincula o resultado das eleições anuais no Clube Militar ao avanço da "extrema-direita" no país e às tendências ao golpe, que afirmava já existir na época. Por outro lado, o jornal se propõe a coordenar as sociedades de amigos das várias vilas que formam o sub-distrito visando a campanha da emancipação. São formadas, nessa época, diversas comissões que se destinam a entrar em contacto com os partidos políticos e sindicatos de trabalhadores, na busca de apoio ao movimento.

As reivindicações do movimento, como no caso de Osasco, giram em torno da rede de águas e esgotos, iluminação pública, pavimentação de ruas, escolas, posto de saúde, hospitais, a construção de uma ponte sobre o rio Tietê, a construção de um cemitério local, pois (os moradores alegavam: "Pirituba não tem onde enterrar os seus mortos") e um viaduto sobre o leito da estrada de ferro, que era um antigo palco de acidentes e mortes. É a partir desse ano que as reuniões convocadas pelo grupo de João Bosco começam a apresentar algum resultado para a mobilização dos moradores. Não é por acaso que isso acontece entre 1958-59. O grande paradigma de Pirituba era Osasco e é no triunfo de seu vizinho que João Bosco e seus companheiros buscarão inspiração, tanto para as suas idéias como no que diz respeito aos métodos de mobili

zação popular adotados. É convocada uma assembleia de moradores para o cinema local e milhares de volantes se espalham pelas vilas operárias. Inicia-se também a prática de comícios rápidos, que se realizam duas a três vezes por semana nas vilas. Um caminhão percorre a região e serve de palanque. Os comícios começam a atrair muita gente e os moradores improvisam, falando sempre as mesmas coisas e insistindo na idéia da emancipação da "madrasta" da Capital. Esses contactos iniciais entre os idealizadores do movimento e os bairros servem para estimular também a idéia que já vinha sendo divulgada pelo jornal local, visando a formação de associações de bairros. Em breve, organiza-se uma Grande Comissão Pró-Emancipação, que é presidida por João Bosco. Essa Grande Comissão convoca, para janeiro de 1959, o 1º Congresso das Sociedades de Amigos de Bairros de Pirituba. As informações sobre esse congresso são escassas, mas ele parece ter sido um exemplo da forma pela qual associações populares, com os mais variados objetivos, se coordenavam, nessa época, para defender interesses comuns. Participam do congresso associações de bairros, sociedades filantrópicas, esportivas, beneficentes e mesmo uma cooperativa de trabalhadores. O objetivo declarado do congresso é debater, com uma antecedência de 5 anos, a campanha de emancipação de Pirituba (deveria haver um novo plebiscito de 1964). O congresso dura uma semana e, ao seu final, aprova uma lista de prioridades, entre os mais urgentes problemas da população, a serem reivindicadas; transportes coletivos (necessidade de ligação direta entre o centro e Pirituba); numeração de ruas; iluminação pública (vias principais); educação (substituição dos "galpões escolares de emergência" em todas as vilas). Aprova também um plano geral de mobilização dos moradores que inclui a realização de reuniões em todas as associações de bairros, comícios e a ampliação do jornal "O Progresso". Cada sessão do congresso reali-

za-se no auditório ou sala de reuniões de uma das sociedades locais. O programa culmina com uma conferência sobre a autonomia municipal, dada por um dos veteranos do movimento de Osasco.

Até o final dos anos 50, segundo as informações disponíveis, o movimento ainda está precariamente organizado, apesar da existência da Grande Comissão Pró-Emancipação, pois esta era mais uma tentativa de congregar vários setores, do que um resultado dessa congregação. Em realidade o movimento se manteve em base a reuniões de 20 a 30 pessoas que se realizavam nas SABs, com objetivos de simples divulgação (6), e em base à "divulgação de rua", que era coordenada por João Bosco. Este, segundo alguns depoimentos, não fazia outra coisa ("... ele nem trabalhava...") senão dedicar-se ao movimento e ficava circulando pelos pontos conhecidos, de aglutinação dos moradores, para divulgar "as idéias da autonomia": a oficina do sapateiro Paulo, que era um entusiasta do movimento, algumas mercearias e os salões da igreja local. Aliás, são vários os depoimentos que relacionam a atuação de João Bosco com as atividades da igreja local, cujos párocos, ao longo dos anos de duração do movimento, parecem ter dado um apoio decisivo ao desenvolvimento do movimento. De fato, como relata o seu irmão Euzébio, João Bosco, era católico e ligado ao Partido Democrata Cristão, de Queiroz Filho, Franco Montoro e Plínio de Arruda Sampaio, que tinha apoiado Janio Quadros, nas eleições para prefeito, em 1953. Há indicações de que ele se inspirava nas idéias genéricas de "participação comunitária" defendidas pelas correntes católicas mais abertas da época, embora muitos depoentes tendam a interpretar a posição de João Bosco como alguém vinculado à tradição do "PTB, ou talvez, do PSB ..." (7).

---

(6) Pois, segundo um depoente, nessa época, "... tinha gente que nem sabia o que queria dizer emancipação...". Depoimento de D.B., primeiro semestre de 1975.

(7) Depoimento de D.B. e prof. Virgílio Bunardi ; 1º semestre de 1974 e 2º semestre de 1975.

Entretanto, não há maiores referências ao modo pelo qual essas correntes políticas tenham, efetivamente, influenciado o movimento. No caso de Bosco, o que importa é a sua facilidade para utilizar-se de alguns aparatos e atividades da igreja local para a divulgação do movimento e a agregação de novos participantes do movimento. Aliás, o relato do seu irmão, sobre a chegada e a integração de ambos ao distrito, dá indicações das razões porque esse entrosamento com a igreja foi possível.

Todavia, é só a partir do início dos anos 60 que o movimento de Pirituba assume os traços mais marcantes do seu desenvolvimento. Por iniciativa e direção da Grande Comissão Pró-Autonomia é organizada a "Câmara Distrital de Pirituba", formada por três representantes de cada uma das principais associações de bairro da região: Vila Mangalot, Vila Pereira Barreto, Jardim Stº Elias, Parque S. Domingos, Chácara dos Ingleses, Área do Jaraguá e Vila Pirituba. Segundo os depoimentos, a principal função da Câmara Distrital era "educar a população piritubense para gerir os seus assuntos" e, portanto, prepará-la, pela prática, para o advento do futuro município. A Câmara era, também, uma consequência dos esforços de organização iniciados anos antes, com o I Congresso de Associações de Pirituba. As suas reuniões e debates públicos eram semanais, para os quais a população era convidada a participar. Os seus temas eram os velhos temas do movimento de reivindicações urbanas: água, esgotos, luz, etc. Mas o interessante, em suas atividades era o esforço que a Câmara Distrital fazia para que cada assunto fosse estudado cuidadosamente pelos moradores e em seguida, apresentado às autoridades competentes de São Paulo : Prefeitura e Câmara Municipal. Informam os depoentes que os contrastes eram evidentes: enquanto em Pirituba, os "vereadores" locais identificavam os problemas e apontavam soluções, os representantes e as autoridades executivas de

São Paulo não eram capazes de apresentar propostas concretas que representasse uma possibilidade de expectativa de solução para os problemas locais. A distância entre os moradores locais e o Poder Público municipal se acentuava com a experiência política da Câmara Distrital. Algumas vezes, a sua atuação teve o caráter de uma pressão direta, como no caso da Light: o plano de extensão de luz elétrica para as vilas era lento e, embora os bairros continuassem crescendo e sua população aumentando, a companhia não ligava a energia nas áreas mais afastadas. A Câmara Distrital pressionou a Prefeitura e não adiantou ; em seguida, embora "... não quiséssemos criar caso com a companhia canadense , para não prejudicar o nosso movimento ...", pressionaram a Light diretamente que, então, começou a ligar luz em algumas vilas. Vitórias como essa, pequenas mas significativas para os moradores locais, fortaleciam a própria existência da Câmara local e reforçavam a campanha autonomista: "... quando nós pressionávamos, havia mais união ..." (8) Mas havia, explicitamente uma postura tática diante das atividades da Câmara Distrital: "... tudo aquilo era conversa mole. Nós achávamos que o negócio era a emancipação... (...) ... o importante era levar a idéia da emancipação para o povo ..." (9). Os diversos depoimentos indicam que sempre, no final dos debates da Câmara, avaliação de resultados de atividades feita , a conclusão era sobre a necessidade de separar Pirituba da "madrasta" Prefeitura de São Paulo.

Por essa época, organizaram-se, também, no âmbito, da Câmara Distrital, várias "comissões técnicas", destinadas a estudar as/<sup>condições</sup> de Pirituba para a autonomia, mesmo porque, os moradores tinham que justificar o seu pedido de realização de um ples-

---

(8) Os depoimentos são de Brito da Luz, 2º semestre de 1974 .

(9) idem.

bicito diante da Assembléia Legislativa. Uma dessas comissões levantou as condições tributárias do distrito e, para isso, tinha que obter os dados referentes ao montante de impostos recolhidos pela localidade à Prefeitura de São Paulo. Prestes Maia, que era prefeito à época, recusou-se a fornecer os dados, e a comissão teve que impetrar um mandado de segurança para obtê-los na Justiça. A experiência Jurídica do movimento de Pirituba, cuja comissão era coordenada pelo gerente de indústria Bortolo Calovini fez fama entre outros sub-distritos que também desejavam se emancipar e, várias vezes, eles procuraram o sub-distrito para trocar idéias. Chegaram a haver, mesmo, várias reuniões de coordenação entre os dirigentes dos movimentos de distritos como Utinga e Perus (que tentava novamente, após o fracasso de 1958) e os de Pirituba, para trocar experiências e estudar planos conjuntos, para quando fossem municípios (10).

Outra função da Câmara Distrital era coordenar os diversos esforços de mobilização pela autonomia, pois consta que surgiram "ciumes" entre as SABs que integravam o movimento e, mesmo, alguns dirigentes acusavam João Bosco de personalismo e de desejar ser o futuro prefeito. Em vista disso, Bosco, Euzébio e o presidente do Círculo Operário, Eduardo Gomes, decidiram centralizar o movimento na Câmara Distrital, à qual tinham acesso os dirigentes das várias SABs. Aliás, a idéia que aparece nesse episódio está relacionada a uma concepção democrática da Câmara Distrital, porque os seus dirigentes achavam que era ali que se

---

(10) Segundo o depoimento de Brito da Luz, em 1975, vários defensores da tese da autonomia de Perus participaram das reuniões da Câmara Distrital de Pirituba, pois tinham idéia de pedir a sua anexação a esse sub-distrito, caso a emancipação fosse alcançada.

dúvidas e divergências deveriam ser discutidas e resolvidas "As reuniões da Câmara era a hora e a vez dos moradores; ali podiam reclamar e discutir o que quizessem"(11). A Câmara, segundo os seus dirigentes deveria ser um organismo de coordenação, acima das divergências pessoais ou políticas dos seus participantes.

## II

Cabe assinalar, portanto, que distintamente do movimento de Osasco, em Pirituba, os dirigentes do movimento estavam muito mais voltados à prática de criar situações de participação de fato, isto é, pelo seu próprio exercício. Mesmo os rumos impostos à direção do movimento eram mais vulneráveis à intervenção do conjunto dos seus participantes que, neste caso, estavam mais organizados e eram mais representativos do próprio movimento de SABs. Certamente, essa é uma diferença importante em relação à experiência de Osasco, que suscita indagações sobre o seu próprio carácter. Teria havido uma determinação consciente, de qualquer organização ou agrupamento político, para dar direção política a essa experiência?

Esse é um aspecto importante, que levanta várias questões, principalmente se se tem em conta que a existência e a presença ativa de um jornal com a orientação de "O Progresso", poderia sugerir uma relação com as correntes hegemônicas, dentro da esquerda que atuavam no país por essa época. Um dos principais depoentes de Pirituba, prof. Virgílio que foi também um dos dirigentes do movimento, encarregado de manter contactos com as diversas forças políticas da cidade para obter o seu apoio a

---

(11) Idem; confirmado por Virgílio Bunardi.

campanha da autonomia, sugere que o sub-distrito estava dividido em três grandes áreas de influência que, aliás, tinham expressão geográfica: a) área de Vila Jaguaré, nas proximidades do monte Jaguá, onde Angelo, um estudante que era ligado ao prefeito Hiran Sanazar, de Osasco, era a liderança mais forte; b) área de Vila Pirituba, propriamente, entre a via Anhanguera e o leito da antiga Estrada de Ferro Santos-Jundiaí onde era publicado o jornal "O Progresso" e detinha a liderança o grupo ligado ao contador João Bosco e c) área próxima à Lapa, onde a influência maior era a do próprio Bunardi, que era ligado à UDN, cujo apoio ele declara ter logrado conseguir para o movimento. Segundo esse depoimento, a presença da esquerda era simplesmente eleitoral na região, isto é, limitava-se a manifestar apoio a um ou outro candidato, na época das eleições, embora tivesse alguma expressão numérica (12).

Essa informação é confirmada pelas entrevistas de outros participantes, que afirmam a ausência da esquerda no movimento. A basear-se nos depoimentos, esse é um ponto de difícil avaliação. Entretanto, tomando o caso de Osasco como teste dessas informações, parece correto admitir que nem o PC nem o PS tenham logrado qualquer influência mais palpável sobre os movimentos. Há, nos depoimentos, uma ou outra referência a essa presença, mas ela é tão insignificante que não consiste em evidência de qualquer intenção de direção consciente aos movimentos.

Por outra parte, chama a atenção, certamente, o fato de que João Bosco, principal líder do movimento não tenha se disposto a permanecer em Pirituba, após junho de 1964, ao contrário de

---

(12) Em seu depoimento, chega a afirmar que é provável que a esquerda tivesse, na região, uma força equivalente a cerca de 1.500 votos, o que não é pouco, se considerarmos que o sub-distrito tinha, em 1964, cerca de 15.000 eleitores aptos.

(13) Depoimento de Brito da Luz, idem.

outros dirigentes; aliás, do seu grupo, ao menos uma pessoa que foi da direção do jornal "O Progresso" enfrenta problemas desse gurança com os acontecimentos de 1964. Trata-se de um responsá - vel pelas matérias que, em 1963, debatiam a situação política den tro das Forças Armadas (13). Esse editor não sofre maiores pro - blemas, além de ter de prestar esclarecimentos sobre o sentido da publicação. Entretanto, os dirigentes mais ligados ao grupo de Bosco, que se articulavam através do Jornal "O Progresso", eram os que detinham maior liderança e controle do movimento e, a lém disso, eram os que desempenhavam também mais claramente, as funções de direção consciente dos seus rumos. Pode-se admitir , portanto, que qualquer perspectiva mais profunda que tenha sido dado ao movimento fosse da responsabilidade desse grupo. Em face das suas ligações com o PDC de São Paulo, e com a igreja local, talvez caiba sugerir que esses dirigentes eram portadores de algum tipo de orientação popular que valorizava em algum grau a im portância da mobilização que se fazia em plano nacional (envol - vendo, por exemplo, a questão do nacionalismo) que, todavia, estava mais relacionada com as concepções locais que elaboravam a partir da sua própria prática do que a partir de qualquer influên cia político-ideológica mais definida. Isto não nega, por exem - plo, a influência do debate político nacional que se tratava à época, em Pirituba; mas sugere um caminho para se compreender a sua expressão em plano local. De fato, é admissível que houvesse alguma influência explícita, embora indireta, dos debates à volta da questão do imperialismo e do nacionalismo, em Pirituba; mesmo a questão do debate político dentro das Forças Armadas exerceu o seu papel, como indicam algumas edições de "O Progresso" o

---

(13) Depoimento de Brito da Luz, Idem.

que não é de se estranhar se se tem em conta que havia vários sargentos e tenentes do Exército, que moravam em Osasco e que tinham participado da sua campanha autonomista, e que colaboravam com os dirigentes de Pirituba. Mas o interessante é como esse debate nacional se expressa em Pirituba : ele aparecia reforçando o despertar local da consciência popular, cuja expressão mais concreta era a própria reivindicação de participar das decisões em plano local, isto é, de participar do poder municipal , cuja atuação, de alguma forma, se referia aos interesses populares. Talvez se pudesse falar, nesse caso, de uma retradução , em termos locais, dos debates que marcavam a conjuntura política nacional, cujo conteúdo estava relacionado com um tipo de "nacionalismo popular", que se definia a partir dos problemas que se colocavam localmente para a própria organização popular.

Entre 1961 e 1963, intensificam-se os comícios populares nos bairros e um destes, realizado em Jardim Regina, conta com a participação de grande número de trabalhadores e suas famílias. Floriano Correia Lima, um operário que preside uma cooperativa de trabalhadores, vincula o movimento de emancipação à luta contra a alta do custo de vida. Por volta de março de 1963, " O Progresso" registra a existência de Comitês Populares Pró-Autonomia dos bairros de Vila Eleonora e St<sup>a</sup>. Edwiges. Registra também manifestações no Jardim São José e Vila Zatti, reclamando medidas da prefeitura contra as enchentes do córrego Rio Verde que, à época das cheias do Rio Tietê, inunda as moradias dos operários, destruindo móveis e utensílios domésticos. As manifestações se vinculam também ao movimento de autonomia; e um manifesto com 1.447 assinaturas é dirigido à prefeitura, pedindo providências no sub-distrito. Ainda em março de 1963, a Grande Comissão Pró-Autonomia faz a entrega de um pedido para a realização do plebiscito à Assembléia Legislativa, assinado por mais de

7.000 moradores da área. Na entrega do pedido, os partidários do Sim realizam uma manifestação pública, seguida de uma passeata que vai de Pirituba à sede da Assembleia. Vários ônibus percorrem os bairros proletários para dar transporte aos moradores. É por essa época, aliás, que o movimento estreita os vínculos com o vitorioso grupo de Osasco. Em meados de 63, uma concentração de dirigentes de Sociedades de Bairros de Pirituba, recebe o prefeito Hirant Sanazar, que faz uma prestação de contas dos resultados da emancipação da cidade vizinha. Estreitam-se também, nessa época as ligações do grupo de Pirituba com os movimentos emancipacionistas de Cajamar e Utinga. Iniciam-se também, os entendimentos visando a preparar o 2º Congresso de Sociedades de Pirituba, que deveria se realizar em 1964, pouco antes do plebiscito.

A tônica da orientação do jornal "O Progresso", nessa época, é dada pela denúncia da atuação do vereador que se diz representante de Pirituba na Câmara de São Paulo e que lidera um grupo de moradores que são favoráveis ao N.E.C. O vereador é acusado de ter uma "Cadeira Cativa" na Câmara e, no entanto, não fazer nada para o bairro, pois várias reivindicações tinham sido encaminhadas a ele, e não se tinha notícia, sequer, da sua apresentação no legislativo local. Essa campanha serve, também, para que seja discutida a idéia de que, com a emancipação, os moradores poderiam fiscalizar, diretamente, os seus representantes e a sua atuação, pois seriam eleitos entre homens de seu conhecimento, moradores da mesma região. Uma das idéias que aparecia era de que transformando o sub-distrito em município se tornaria possível aos moradores obter uma representação mais legítima. Por exemplo, na <sup>sua</sup> edição de junho de 63 apontava as seguintes vantagens da emancipação do sub-distrito:

"1. Todos os impostos pagos pelas indústrias, pelo comércio e pelos proprietários, serão doravante empregados em obras

dentro de Pirituba;

2. O povo terá, com a emancipação, mais possibilidades de fiscalizar bem de perto o trabalho do prefeito e dos vereadores, os quais, conhecerá, saberá onde moram e poderá com eles falar a qualquer hora sem precisar marcar audiências (você sabe o que fez ontem o Sr. Prestes Maia?, sabe onde ele mora? você é capaz de falar com ele?);

3. Teremos ônibus direto para o centro da cidade ( Vide caso de Franco da Rocha);

4. Teremos pronto-socorro, com ambulâncias e médicos dia e noite;

5. Teremos, em pouco tempo, todas as ruas iluminadas e as principais poderão, inclusive, ser iluminadas com luz fluorescente;

6. Teremos o cemitério de Pirituba;

7. Teremos ruas calçadas e arborizadas."(15).

#### IV

São necessárias algumas informações suplementares, sobre as resistências que surgiram ao movimento, antes de considerar os resultados do plebiscito de junho de 1964. O principal agente contra a autonomia como em Osasco, é o prefeito de São Paulo, à época, Prestes Maia, que considerava ser a sua "obrigação lutar contra o desmembramento do município". Prestes Maia faz várias avertências pela imprensa, a partir de 1963, até a data do plebiscito, afirmando que a Capital começara a se desfigurar com as emancipações, referindo-se, explicitamente, ao caso de Osasco. É

---

(15) Cf. "O Progresso" de junho de 1963. São Paulo.

dessa época, também, uma manifestação da Sociedade dos Amigos da Cidade, bastante ligada ao prefeito, contra a autonomia. A SAC, que outrora apoiara a movimentos de SABS, alegava que São Paulo constituía-se "... em um todo geográfico, urbanístico, social e econômico, que precisa mantêr-se unido, política e administrativamente, para conseguir o atendimento de suas reivindicações e solucionar as questões comuns, em vez de desagregar-se, e se debilitar, agravando os seus problemas."(16)

Mas o prefeito Prestes Maia afirmava que, apesar de sua posição contrária à autonomia, não desejava se ostilizar com os moradores de Pirituba. Por isso ele adota a política de tentar influir, diretamente, no sub-distrito, através de alguns moradores dispostos a acompanhar a sua posição. De fato, o prefeito faz várias visitas a Pirituba, promete construir um viaduto sobre a estrada de ferro (causa de inúmeros acidentes mortais no bairro), uma escola pública e a desapropriação de terrenos da prefeitura para os clubes de esportes da região. Os seus seguidores se entusiasma e, à base dessas promessas, tentam mobilizar a opinião pública local. Todavia, não chegaram a ter grande repercussão entre os moradores. Todos os depoimentos são unânimes sobre este ponto: os moradores, em fins de 1963 e início de 1964, estavam interessados nos rumos da campanha autonomista e pouca atenção dispensaram aos seus opositores.

Entretanto, a Prefeitura Municipal não estava apenas advertindo os moradores das possíveis inconveniências da emancipação; mais do que isso, o prefeito tinha feito uma avaliação da situação e tinha concluído que as chances de vitória do SIM em Pirituba, repetindo o caso de Ce... , eram grandes e, por is-

---

(16) Arquivos SAC, Coleção "Folha de São Paulo", dia 14/6/1964.

so, tinha resolvido desencadear, efetivamente, uma ofensiva administrativa, destinada a atender algumas reivindicações e, também, a dar argumentos mais palpáveis do que simples promessas aos defensores do NÃO. Ainda em fins de 1963, a prefeitura começa a construir o viaduto sobre o leito da E.F. Santos-Jundiaí, cujas obras se concluirão praticamente à mesma época que o plebiscito. Inúmeras ruas centrais do distrito começam a ser asfaltadas, e a administração procura projetar a imagem da presença de uma Prefeitura que atende às reivindicações dos moradores. No início de 1964, o prefeito anuncia para breve o início das obras de um Conjunto Educacional, formado por um parque infantil, primário e g<sup>o</sup> n<sup>o</sup>ásio. Quando as obras se iniciam, anuncia-se que o conjunto conterá também uma Biblioteca Pública. O prefeito criava, assim, as bases para o crescimento do grupo contrário à autonomia. Por isso, os seus defensores passaram a alegar, também, que era mais táctico esperar a introdução das melhorias e, quando o distrito estivesse mais desenvolvido, caminhar para a separação. Prestes Maia aproveita as condições, que pareciam começar a soprar para o lado da Prefeitura e anuncia que em breve seria criada a Sub-Prefeitura de Pirituba e Perus.

Mas os detentores do poder local não respondem ao crescimento da campanha autonomista apenas com melhoramentos e promessas positivas. Às vésperas da realização do plebiscito, Prestes Maia volta a prometer a criação de uma "Agência Municipal" em Pirituba e se refere, agora, à necessidade de se estancar a "agitação segregacionista" que atingia o sub-distrito (17). O prefeito se refere também à oposição do movimento da indústria e do comércio local que, afirmava-se, encontravam-se temerosos das consequências financeiras da possível criação de um município na localidade. Completava-se, assim, a intervenção do Poder Público.

(17) Cf. "Fôlha de São Paulo", 14/6/1964.

em face do movimento. Em um primeiro momento, as tentativas são de responder às reivindicações populares. Depois, busca-se convencer os moradores locais de que a melhor opção seria votar contra, para, finalmente, denunciar-se o próprio movimento. Não há indicações de que esta denúncia tenha tido consequências imediatas, mas não é irrecusável admitir que essa estratégia de reação dos aparatos estatais locais acabariam por repercutir, de algum modo, sobre o ânimo da população local.

Cabe indicar que o plebiscito é precedido por dois fatos políticos que desempenharão papel decisivo nos seus resultados. Primeiro, a reorientação da política nacional, de março de 1964, cria uma situação de fato que intervém no nível e no ritmo da mobilização do movimento. Até então, este tinha mobilizado o apoio das massas através de comícios e manifestações públicas, além das reuniões das associações de bairros. Com as limitações políticas impostas pela nova situação nacional, com a proibição e repressão de comícios e outras manifestações, o movimento perdeu quase todo o seu ímpeto e seus líderes ficaram impossibilitados de exercer uma orientação mais direta sobre o processo plebiscitário, em qualquer sentido que se entenda isso. Por outro lado, o movimento de março de 1964 procedera, como se disse, à cassação dos direitos políticos de Hirant Sanazar, prefeito de Osasco, provocando um impacto que não passou despercebido à população de Pirituba. Cidade vizinha, a política municipal de Osasco vinha exercendo uma grande influência no movimento que, desde seus primórdios, inspirou a campanha autonomista na campanha daquela cidade. Quando um dos antigos líderes autonomistas de Osasco, agora no posto de prefeito, é cassado pela "Revolução", o fato repercute negativamente entre os eleitores a quem caberia decidir da separação de Pirituba. Em realidade, como informa um dos antigos dirigentes, a partir do dia seguinte à cassação de

Sanazar, Pirituba começara a perder a campanha pela autonomia : Nunca mais se conseguiu, ao contrário de antes, reuniões com grandes multidões para discutir a validade da separação.

O quadro II apresenta os resultados do plebiscito de junho de 1964 e dá indicações sobre a abstenção daquela votação , que era indicativa do desinteresse provocado pela questão da autonomia naquele momento particular: nada menos que 60% dos inscritos tinham deixado de votar.

#### QUADRO II

##### RESULTADOS DO PLEBISCITO DE 1964 EM PIRITUBA

Pirituba (V. Remédios, Inscritos Não Sim Brancos Nulos Tot.Vot. Jaguaré, Mangalot, Vila Pirituba)	15.846	5287	1076	45	509	6.917

FONTE: "Fôlha de São Paulo", 16/6/64.

Não se deve ignorar que os antigos participantes apontam, entre as causas do fracasso do movimento, uma ampla ofensiva fiscal levada a efeito também por agentes da Prefeitura Municipal, às vésperas do plebiscito, visando a pressionar os comerciantes a influenciarem a sua freguesia a votar contra. Aparentemente , muitos comerciantes locais eram devedores ao fisco municipal e ante essa ofensiva, teriam aceito colaborar com o grupo do NÃO , falando sobre os prejuízos da autonomia à sua clientela. Entretanto, por mais efeito que essa ofensiva possa ter tido, todos os depoimentos admitem, claramente, que a derrota de Pirituba foi uma derrota política, só explicável no quadro da nova situação criada no país.

Não é fácil avaliar precisamente o quanto esse fator , de óbvia influência sobre qualquer movimento popular existente à época, tenha jogado para alterar os resultados nas urnas. Se -

ria possível admitir que, se não tivesse ocorrido março de 1964, a participação no plebiscito teria sido bem mais representativa e a maioria teria votado a favor do SIM? É duvidoso. Mas isso também não é o mais importante. O que parece essencial para a análise do que foi o movimento autonomista de Pirituba é, por um lado, a mobilização que ele realizou, cujo significado está relacionado com a própria experiência dos moradores de afirmarem, para si mesmos, a sua capacidade de se organizar, no nível em que o fizeram, para a defesa de alguns dos seus interesses; e por outro, nos efeitos urbanos provocados pela emergência do movimento. Embora os seus objetivos fossem bem mais amplos, o fato é que, nas circunstâncias históricas mais gerais que envolveram a sua derrota, o movimento de Pirituba serviu para chamar a atenção da Prefeitura Municipal para o estado de abandono em que se encontrava o sub-distrito. Isso foi, certamente, bem menos do que os seus dirigentes desejavam; entretanto, é um resultado suficientemente significativo para indicar que, na correlação de forças políticas locais, as classes populares não podiam, simplesmente, deixar de ser consideradas . Afinal, apesar de derrotado nos seus objetivos mais imediatos, o movimento de Pirituba provocou uma intervenção da Prefeitura que, hoje, é avaliada em termos da capacidade que tiveram os moradores de pressionar ou para mudar, em algo, a sua situação. Como se sabe, ainda durante a campanha autonomista, várias melhorias foram iniciadas no sub-distrito(18).

---

(18) "... Essa grande melhoria das condições habitacionais deu-se a partir do ano de 1963 e teve como principal impulso a campanha de emancipação desenvolvida, naquele ano, e que culminou com um plebiscito realizado em 1964, cujo resultado foi a negativa da emancipação pelo povo. Embora derrotada, a campanha da emancipação trouxe excelentes frutos para o bairro, pois, durante ainda o decurso dessa, fizeram-se iniciar as obras do viaduto sobre a E.F. Santos-Jundiáí, de grande necessidade para o povo, vindo a resolver tanto o problema de congestionamento do trânsito nas porteiras, como também, a evitar o perigo desse cruzamento. O Centro Educacional de Pirituba, também teve o seu ini

Mas além disso, é interessante observar, também, que 15 anos depois, vários moradores do bairro, mesmo alguns que se posicionaram contra a autonomia indicam a criação da Administração Regional Pirituba-Perus, criada em 1964, como uma consequência da mobilização de 1958-1964 (19). Na memória popular local, a ação de resposta do Poder Público é vista, de alguma forma, como um resultado da pressão que os próprios moradores fizeram. E isso não é irrelevante para se poder avaliar a importância que experiências como a do movimento autonomista de Pirituba tem para a formação da consciência popular da sua própria força na vida da cidade.

---

cio durante esta campanha, sendo que o decreto de desapropriação foi assinado pelo prefeito no dia seguinte a realização de uma partida de futebol, com grande assistência, em favor da emancipação" in "50 anos Pereira Barreto - Pirituba", op.cit.

(19) Cf. Depoimento do vereador da ARENA, Luiz Peixoto, cuja posição em 1964 foi contra o movimento autonomista, 2º semestre de 1975.

## CAPÍTULO X

CLASSES POPULARES E ALIANÇA DE CLASSES

## I

Este capítulo apresenta uma discussão relacionada, mais diretamente, com alguns aspectos do comportamento e da orientação dos líderes dos movimentos autonomistas de Osasco e Pirituba com o objetivo de fornecer mais elementos para a análise sobre a natureza da aliança social que esteve presente naqueles movimentos. Foram eles simples movimentos de massa que, apenas circunstancialmente, como se afirma ser típico do populismo, envolveram duas ou mais classes e frações de classe no curso de sua ação ou, ao contrário, deveriam ser classificados como típicos movimentos classistas? A resposta a questões como essas não podem certamente ser dadas em termos absolutos, de sim ou não. Pois, por um lado, as descrições dos movimentos já indicaram que eles engolfaram, ainda que de modos diferentes, tanto a setores da classe operária e demais grupos assalariados, como também contingentes das camadas médias não tradicionais como os profissionais liberais; e, por outro, indicaram que foi, exatamente, essa capacidade de aparecerem unificados na cena pública que deu, a estes setores sociais, a capacidade de criar fatos novos, relacionados com os seus interesses.

Por isso, o caminho para uma análise de profundidade sobre a natureza dos movimentos produzidos pela ação conjunta dessas classes ou frações de classe parece ser a análise da aliança que elas realizaram na prática e que foi responsável, como se viu, pela origem e pelo desenvolvimento dos movimentos. A que propósito serviu essa aliança e em que direção política a-

pontou ela? A análise que segue visa a completar as informações de modo a permitir que essas perguntas possam, quando menos, começar a ser respondidas na parte final do trabalho; ela sustenta-se em dados de entrevista abertos e depoimentos tomados, com intenção comparativa, entre as lideranças mais expressivas dos movimentos autonomistas de Osasco e Pirituba.

Uma primeira comparação que os depoimentos permitem fazer diz respeito à ocupação profissional dos principais líderes de ambos os movimentos. Enquanto em Osasco o núcleo central de comando do movimento é composto de dentistas, médicos, engenheiros, pequenos comerciantes e operários, seguido de um segundo escalão formado por administradores de empresas, negociantes, comerciantes e empregados assalariados, em Pirituba a liderança principal foi ocupada, em primeiro plano, por despachantes, contadores, professores secundários, operários e sapateiros e, em segundo plano, por funcionários públicos, administradores de empresas e médicos. A diferença, naturalmente, é devida a mais do que simples mudança de local. Ela se reflete na orientação e nas condutas dos líderes no que diz respeito aos procedimentos organizatórios e na direção política e ideológica que deram aos movimentos. O movimento de Osasco, por exemplo, tende mais a um padrão, por assim dizer, institucional, enquanto o movimento de Pirituba consagra mais a alternativa da autonomia das massas. Em todo caso, ambos os tipos de lideranças produzidas pelos movimentos autonomistas se movimentam em um espaço social e político que supõe, necessariamente, a sua aliança com a massa de trabalhadores industriais e outros assalariados urbanos. Importa analisar, então, em torno do que se consolidou a aliança desses setores.

A "classe média" que se engaja e se compromete no movimento de Osasco apresenta, como já foi sugerido, características

típicas ao menos quanto a um aspecto: trata-se, na maior parte, de profissionais liberais ou empregados das empresas locais originários dali mesmo e que estão, por força de suas obrigações ocupacionais, bastante envolvidos com a classe operária local e demais grupos sociais de baixa renda. A sua origem e a sua experiência local insere-a, portanto, na condição "desprivilegiada" resultante da qualidade da vida urbana que é comum aos demais moradores do sub-distrito. E é assim que percebem, como os outros, as contradições urbanas, fruto das desigualdades do desenvolvimento capitalista. O que quer dizer que o processo de tomada de consciência dessa "classe média", em torno da existência das desigualdades urbanas, se dá antes pelo cotidiano de sua existência e depois por fatores de natureza ideológica. Médicos e dentistas dos serviços públicos de saúde, a clientela desses homens era majoritariamente composta de trabalhadores braçais e semi-qualificados, com os quais, aliás, partilhavam as mesmas carências urbanas, em uma espécie de simbiose ecológica que unia diferentes camadas sociais. Mas além disso é preciso considerar que são, muito provavelmente, setores "marginalmente" integrados na estrutura ocupacional; são membros de uma "classe média" que não tem as vantagens da pequena burguesia tradicional e para quem o desenvolvimento econômico ainda não chegou a representar possibilidade mais objetiva de ascensão. São testemunhos, mais bem, da exclusão do que da integração social. Por isso estavam em condições de ter uma percepção bastante clara da situação social dos moradores do seu sub-distrito.

Que peso teria desempenhado um fator dessa natureza na formação das concepções políticas que presidirão os movimentos que esses atores irão liderar? Um elemento bastante indicativo da resposta que é possível oferecer a essa questão é que será com eles, em face de sua condição de mais prestígio social e,

sem dúvida, diante de suas qualidades para a liderança intelectual, que uma boa parte dos assalariados, trabalhadores industriais ou não, se sentirão estimulados a discutir as suas queixas em relação às péssimas condições de vida de suas vilas mais afastadas. Na ausência de qualquer agência do Estado que desempenhasse a função de captar as suas aspirações ou de qualquer liderança efetivamente enraizada em seu meio, essas camadas populares encontrarão nesses profissionais liberais radicados na vida local os interlocutores possíveis de suas reclamações que, como se viu pelo estudo de caso, mesclavam reivindicações de tipo econômico com algumas aspirações de tipo social e político.

"Eles eram muito ingênuos" - conta um desses antigos líderes em seu depoimento, referindo-se aos operários de Osasco, que procuravam os profissionais. Mas acrescenta que, nem por isso, eles eram incapazes de formular as suas críticas e a sua insatisfação diante da qualidade de sua vida (o que revela também algum grau de percepção de sua parte quanto às suas condições objetivas). Mas isto não quer dizer que será só por essa via que esses homens da "classe média" local articularão idéias iniciais do movimento de Osasco. É certo que a sua própria experiência de vida urbana foi importante para criar o movimento de reivindicação de seus direitos de cidadãos que entendiam desrespeitados diante do estado de abandono por parte dos Poderes Públicos dos seus locais de moradia. Talvez a diferença mais importante entre esses homens de "classe média" e a massa popular que residia em Osasco era a de que seu grau de instrução lhes permitia, por certo, uma informação mais política sobre a sociedade, o que também servia para lhes oferecer um horizonte de expectativas mais amplo, embora também insatisfatório. Entretanto, importa assinalar - seguindo a maioria dos depoimentos - que foi a partir dessa espécie de delegação tácita de represen-

tação feita pelas classes populares a esses homens de classe média que os primeiros líderes do movimento emergiram, permitindo-se formular os primeiros esboços do projeto do que viria a ser depois a campanha autonomista de Osasco.

A dinâmica da constituição do movimento, entretanto, não passa apenas por essa espécie, peculiar, de despertar social por parte da "classe média" local. Essas camadas sociais das quais são oriundos os líderes do movimento de Osasco, são parte, certamente, daquela "classe média" que Weffort sugeriu integrar a base social dos populismos de Janio Quadros e de Adhemar de Barros (1). Partilham um profundo dessabor social diante da incapacidade do Estado para oferecer-lhes qualquer alternativa de ascensão social diante das ameaças de proletarização. Dessabor social que, aliás, encontra a sua forma de expressão em uma não menos profunda desilusão ante o fenômeno da política. Identificando a política, em grande medida, com a ação dos atores mais visíveis da ordem político-jurídica, isto é, os personagens disso que se convencionou chamar "a classe política", essa "classe média" reagia como quem depositava na democracia liberal instaurada com o pós-guerra, todas as suas esperanças de obter respostas viáveis para os impasses sociais e políticos enfrentados pela sociedade de então. A cada crise de autoridade que ocorria no país mais se acentuava a sua insatisfação. Ante a incapacidade, aparente ou real, dos políticos de apresentarem qualquer resultado positivo para os problemas da sociedade, adotavam o protesto, que no caso de Osasco, acabou tomando a forma de uma luta em torno das condições urbanas de vida. É exatamente a partir desse sentimento de revolta diante dos fracassos da "classe política" - evidenciados pela sucessão de crises nacionais - que

---

(1) Ver F.C. WEFFORT, "As raízes sociais do populismo em São Paulo", Revista Civilização Brasileira, Nº 2, 1965.

esses líderes irão construir o arcabouço ideológico do seu movimento. Daí o fato de que ele tenha podido surgir como uma alternativa para as classes populares e como uma política concreta para expressar as suas aspirações, manifestas ou latentes, de aprofundamento das condições da democracia vigente.

A campanha pela emancipação de Osasco da prefeitura de São Paulo irá começar, exatamente, com uma reclamação relacionada com esses fatores: "os políticos profissionais só se lembram do sub-distrito em épocas eleitorais". Durante as eleições "eles vem, fazem as suas promessas e pedem os nossos votos. Depois, se elegem e se esquecem do que prometeram e o bairro continua no mais profundo abandono por parte da administração pública", ou, do Estado. Em outras palavras, o que começava a ser posto em questão, conscientemente ou não, por esses setores sociais, era a eficácia dos mecanismos de representatividade previstos pelo quadro da democracia do após-guerra, a partir das condições concretas de sua vida em Osasco. Mas isso era apenas o ponto de partida para uma tomada de posição mais radical: utilizando-se de um princípio de raciocínio por contrastes, os líderes autonomistas iriam construir um dos pilares ideológicos de sustentação do movimento na defesa do direito comum que tinha a população de Osasco de obter os mesmos benefícios sociais e urbanos que usufruíam os moradores dos bairros privilegiados da cidade de São Paulo (como os Jardins). Quanto mais se desenvolvia o movimento, aprofundando o caráter de seu protesto cívico, mais precisos se tornavam essas idéias notoras. Emerge, também, a idéia de que os moradores do sub-distrito abandonado tinham o direito de terem investidos em sua região de moradia os recursos que ofereciam anualmente à prefeitura municipal na forma de impostos. Em alguns casos, como se sabe, essa idéia aprofundou-se no sentido de resguardar o princípio de que "a riqueza-

za criada por nós, a nós deve reverter".

Seria exagerado ver aí um princípio igualitário radical. Mas é inegável que, ao começar a construir assim a ideologia de seu movimento, e ao transformar esse princípio em uma palavra de ordem destinada a promover a mobilização da massa popular, os líderes autonomistas de Osasco estavam dando, dessa forma, passos concretos para constituir algo do combustível de que necessitavam as classes populares para o desenvolvimento de algum grau de sua solidariedade social e de sua consciência de direitos políticos. Consciência de direitos que se definia, não em termos de uma estrita solidariedade classista, mas em termos de direitos sociais básicos que deveriam dar conta de algumas de suas principais necessidades no contexto urbano; direitos sociais típicos de uma forma de cidadania que identificava, ademais de tudo, a massa popular com esses líderes, pois era nela que todos se encontravam, em sua condição de moradores. Cidadania que, portanto, formava o terreno em que a grande aliança se dava, ou seja, ao nível das reivindicações urbanas, cuja expressão tinha de se politizar ao alcançar o plano do Estado. Foi essa aliança o fator dinâmico que permitiu deslanchar e fazer desenvolver os movimentos autonomistas. Ela nascia, portanto, de uma grande similaridade da situação social desses setores no contexto urbano, mas se soldava no próprio processo de desenvolvimento dos movimentos que colocavam demandas que faziam referência aos seus interesses comuns. A problemática urbana criava, assim, as condições para a emergência dessa aliança, tornando as reivindicações ligadas a ela o terreno privilegiado de constituição, propriamente, das classes populares.

Mas é a análise dos objetivos explicitamente políticos dos movimentos autonomistas que permite dimensionar melhor a questão da aliança que se constitui a partir dessa experiência

peculiar de participação das classes populares na vida brasileira. O objetivo principal a ser alcançado pelos movimentos emancipacionistas era a sua transformação em unidades político-administrativas autônomas. Essa aspiração se justificava em termos dos movimentos intervirem, eles próprios, no processo político local como garantia da realização das aspirações que expressavam as suas reivindicações urbanas. Por outras palavras : diante da falência da "classe política" brasileira para realizar o bem estar das populações, que nesta versão se referia explicitamente às classes populares, os movimentos se erigiam em representantes que buscavam realizar, eles próprios, o que consideravam ser as aspirações de sua base social. Entretanto, como muitos dos seus líderes tinham consciência dos limites existentes para o funcionamento eficaz das instituições vigentes , por isso mesmo, propunham-se a criar novas instituições intermediárias, que estivessem diretamente sob o seu controle, pois essa parecia ser a condição para que os seus objetivos fossem realmente atingidos. Isso explica que o movimento buscasse uma forma de democracia direta que tanto teria de garantir a participação ampla dos moradores do bairro em seu funcionamento, como também prever um mecanismo visível de controle, por parte desses moradores, sobre os futuros representantes do município a se constituir. Essa é a razão para que a campanha do autonomismo se centralizasse, em grande parte, em torno da defesa das vantagens que seus líderes viam na possibilidade dos moradores de Osasco, virem, um dia, a escolher seu prefeito "de um entre nós". Essa condição, que deveria permitir o acesso direto dos governados aos futuros governantes, é que dava garantia do controle direto que o movimento desejava criar na relação entre as futuras instituições políticas e a sua base. Aliás, segundo alegavam, tinha sido exatamente a ausência dessa forma de controle sobre a

"classe política" em geral - vale dizer, sobre o Estado brasileiro - que tinha causado a insatisfação que justificava o protesto que constituiu o movimento. Portanto, ao tentar construir, na prática, a sua alternativa política a essa situação, os dirigentes do movimento tratavam de garantir as condições de sua exequibilidade.

Também em Pirituba essa aspiração de algum tipo de democracia direta surgira no processo de amadurecimento do movimento autonomista. Com uma origem social mais popular, o movimento de Pirituba enfatizaria, mais que em Osasco, a necessidade de formação de uma consciência coletiva. Mais identificados com as massas populares, os líderes de Pirituba pareciam perceber que reivindicar alguma forma de democracia direta implicava também em especificar as condições de sua realização e não apenas anunciar que a desejavam. Por isso mesmo, colocaram a reivindicação de transformação do bairro em município através de uma prática que criava, de fato, instituições políticas novas. O desenvolvimento do movimento autonomista de Pirituba terá como resultado mais imediato a criação de uma Câmara Distrital, que funcionou como um órgão aglutinador das reivindicações das diversas vilas que formavam a região do sub-distrito. Para os líderes do movimento de Pirituba estava claro desde o início que, no caso dessa espécie de Câmara de Representantes local, tratava-se de uma instituição cuja finalidade básica era a de preparar, pela prática política concreta, a participação popular no futuro município que se desejavam criar.

Permite comparação, também, a posição dos líderes do movimento de Osasco e de Pirituba quanto à sua concepção sobre a aliança, explicitamente, com a classe operária e as formas de organização do movimento em cada caso. Em Osasco, variando apenas de ênfase, a maioria absoluta dos líderes do movimento ori-

ginários da "classe média" afirma a necessidade fundamental de obterem o apoio dos trabalhadores. Para alguns, entretanto, essa necessidade aparece como instrumental, isto é, como condição necessária para o sucesso da campanha autonomista. "Se a 'classe média' fosse suficiente, numericamente, não precisaríamos da classe operária para obter os votos necessários à separação" disse um desses líderes. Outros, mais preocupados em estabelecer algum grau de participação da classe operária, colocaram essa necessidade de modo diferente: tratava-se de "impressionar a massa" pelos temas da campanha, pois toda a população de Osasco se beneficiaria com o resultado desejado pelo movimento. De fato, esses serão os líderes que prevalecerão na direção do movimento, jogando a ênfase principal de seus temas, nos interesses comuns das classes populares. Isto não exclui, entretanto, que venha a desenvolver-se uma relação um tanto ambígua entre esses líderes e alguns setores da classe operária local. A concepção que fazem alguns deles quanto a participação da massa trabalhadora é bastante elitista. Negrelli, por exemplo, interpreta o pouco sucesso de seu esforço individual para que os operários da empresa onde trabalhava participassem do movimento em termos de desinteresse da massa em defender os seus próprios interesses. No entanto, seu depoimento admite que havia na empresa onde era gerente, como em outras, núcleos de operários especializados e semi-especializados que apoiavam o movimento e faziam a sua divulgação entre os companheiros. Esses núcleos não tinham sido mobilizados diretamente por Negrelli e por isso ele tende a interpretar o fato menos como um interesse específico da classe operária em participar do movimento e mais, simplesmente, como uma inclinação da massa em seguir uma tendência geral que se manifestava no sub-distrito. Talvez, por isso, Negrelli tenha

sido um dos líderes do movimento que insistiu na necessidade de ser preparada a fraude no plebiscito, já que não confiava no apoio que a massa pudesse vir a emprestar a ele. Dessa forma, ele tendia a ver o trabalho de propaganda entre a classe operária como uma tentativa previamente fracassada, que não daria os resultados que os líderes do movimento esperavam. Concepção que, certamente, revela um profundo desprezo pela capacidade de percepção, por parte da massa operária, das implicações sociais e políticas do movimento em curso. Entretanto, como se sabe, a descrição da história do movimento de Osasco registra a presença da classe operária em diferentes momentos de seu desenvolvimento e em distintos níveis de sua organização.

Quanto às formas de organização, elas são bem mais indicativas das tendências que realmente estavam por trás da ação de seus líderes que as intenções anunciadas por estes. Em Osasco, a campanha emancipacionista adotou, em termos gerais, duas linhas bem distintas: por um lado, dirigiu um esforço bastante determinado no sentido da mobilização da massa, em termos genéricos, para obter seu apoio às teses do movimento, embora não houvesse muita clareza nem muita convicção sobre os melhores métodos de efetivamente realizar essa mobilização. O movimento realmente tratou de mobilizar a massa de trabalhadores, mas jamais desenvolveu qualquer esforço de dar a ela uma forma própria de organização. Realizou, ademais, uma alta centralização de sua própria direção, guardando seu comando aos profissionais liberais que, desde seus primórdios, tiveram a iniciativa do movimento. Não há indicações conhecidas de que os trabalhadores que participavam do movimento tivessem qualquer preocupação própria ou fossem estimulados por alguma força política no sentido de assumir, diante dele, uma perspectiva particular, que pudesse ser definida como uma perspectiva operária.

Entretanto, não obstante a inspiração elitista de alguns dos líderes do movimento autonomista, os seus dirigentes se davam conta da importância do apoio da massa de trabalhadores para um movimento cujos objetivos se referiam também a eles. Mesmo sem levar a aliança com a massa de trabalhadores ao terreno organizatório, eles trataram de traduzir as suas reivindicações básicas em uma linguagem que não apenas fosse acessível a essa massa mas que também incluísse, explicitamente, os seus interesses particulares. Foi mais uma aliança de fato, realizada em torno das aspirações do movimento, que um acordo de duas partes que conhecessem claramente seus limites e suas distinções, mesmo porque - como indiquei antes - os trabalhadores não apareciam no movimento como uma força social autônoma que tivesse uma direção política definida. Os líderes sindicais e os militantes comunistas locais, por exemplo, não apoiavam o movimento, nem jamais tentaram dar a ele qualquer direção política mais profunda do que tinha. E, afóra eles, não havia no quadro das alternativas políticas existentes, na época, qualquer outro setor que fosse capaz de oferecer alguma unidade aos trabalhadores, de tal forma que eles aparecessem com uma força social e política distinta.

Isto não impediu, entretanto, que a classe operária se envolvesse com o movimento nem que identificasse nele alguns dos seus interesses. Como se discute adiante, o que parece ter acontecido é que, em face da completa inexistência de qualquer direção política consciente alternativa ao movimento (2), a massa

---

(2) Gramsci se refere, explicitamente, na definição da questão da espontaneidade, a ausência de uma direção política consciente, para marcar a diferença com as expressões das classes subalternas, que, dirigidas por um partido ou uma liderança definida, obedecem a uma perspectiva que leva em conta a avaliação da correlação de forças e a determinação explícita, de melhorar, relativamente, a posição desse grupo social na cena po-

popular, reagindo espontaneamente, aceitou os termos da aliança que lhe era proposta pela "classe média" local, pois, indubitavelmente, a liderança dos profissionais liberais era funcional para colocar publicamente algumas das reivindicações mais ligadas aos seus interesses, no contexto urbano. A espontaneidade da massa, nesse caso, qualifica uma capacidade de amplos setores populares de identificar os seus interesses e, mais do que isso, articular as suas demandas em temas de movimentos que tinham uma clara dimensão política.

No caso de Pirituba, as questões relacionadas com a aliança e os esforços organizatórios que deram base ao movimento se colocam de forma um pouco diferente. Em primeiro lugar, a diferença social existente entre os dirigentes e a base de apoio do movimento era menos acentuada. O movimento, neste caso, deve ser visto, menos como algo de iniciativa da "classe média" - que buscasse se apoiar nas classes populares - e mais de um grupo formado por diferentes setores e camadas sociais populares que, todavia, guardava maior homogeneidade de situação social. Os líderes de "classe média" - nesse caso, contadores, despachantes, funcionários - aparecem, desde o início, lado a lado com os líderes de extração operária, como o presidente do Círculo Operário de Pirituba e, é com eles que pensam as tarefas organizatórias do movimento. Desde logo a campanha autonomista de Pirituba se dirige diretamente à classe operária, buscando o seu apoio. A presença de professores secundários, administradores de empresas e funcionários públicos na direção do movimento revela,

lítica, de modo a dota-lo de autonomia e independência para expressar, livremente, a sua vontade própria. Mas as observações de Gramsci são no sentido de desqualificar a espontaneidade, mas sim de indicar como ela é sempre testemunha de uma tentativa, insuficientemente consciente, das classes subalternas para se organizarem e atingir os seus objetivos próprios. Ver, a respeito, A. GRAMSCI, "Antologia", op.cit.

ao contrário do que seria de se esperar, um caminho diferente do seguido em Osasco. Enquanto lá, são os líderes de classe média que buscam se aproximar da classe operária, em Pirituba são os líderes populares que buscam o apoio de alguns elementos que identificam como "mais esclarecidos" - como os professores, os profissionais liberais e os administradores de empresa - pois reconhecem que necessitam de sua qualificação. É como se se necessitasse ter esses elementos no movimento porque eles, além de serem afetados, também pela problemática urbana, podem garantir um tipo de apoio que é importante. De fato, os líderes do movimento que eram mais bem situados na escala social, além de oferecerem sua qualificação intelectual, útil para a elaboração dos objetivos do movimento, promoveram o acesso a contactos com as esferas institucionais, a imprensa, e vereadores e deputados, contactos que se revelaram indispensáveis à tramitação legal e institucional do pedido para que fosse realizado o plebiscito em Pirituba. Como em Osasco, alguns desses elementos também revelaram uma concepção elitista da sua participação no movimento. Mas foram uma pequena minoria do núcleo de comando do movimento. Esse comando, em Pirituba, está basicamente voltado para objetivos mobilizatórios mais precisos que em Osasco, mais amplos - como a representatividade da Câmara Distrital formada ali - e, por isso mesmo, mais políticos.

Em Pirituba, o movimento também nasce de uma profunda desilusão desses setores médios e populares com o papel desempenhado pela chamada "classe política". Também aqui há a idéia de que é preciso investir os recursos produzidos pela população no próprio local de proveniência. E, de novo, são as reivindicações de melhorias urbanas que dão substância à campanha pela emancipação. Entretanto, agora, a aspiração de criação de alguma espécie de democracia direta tem implicações mais profundas.

O movimento se volta, em um primeiro momento, para a necessidade de conscientizar a população do sub-distrito para que exerça os seus direitos cívicos. E, em seguida, para que, usando esses direitos, construa alguma forma de democracia que, também aqui, se define em termos de proximidade e visibilidade dos representantes a serem escolhidos; fatores que, aliás, definem também as possibilidades de controle vislumbradas pelos dirigentes do movimento e que deve ser estabelecido em torno da atuação daqueles futuros representantes. Não há, agora, a idéia de que a classe operária é necessária por causa de seu peso numérico no conjunto da população. Antes, a idéia é a de que o movimento tem uma função a cumprir, que é a de dar à massa popular condições para que ela possa passar a exercer os seus próprios direitos; ou, como nas palavras de um dos dirigentes do movimento, usar "a força que tem mas não conhece" (3).

As conseqüências dessas concepções que estão presentes no caso de Pirituba são que o movimento ali é bastante mais organizado da base à cúpula. Na base, os líderes partem da existência das SABs para, a partir de sua estrutura, definirem as tarefas mobilizatórias, como os comícios e reuniões semanais em cada vila do sub-distrito. Depois, em um segundo nível, uma Grande Comissão da Emancipação faz a coordenação e centralização desses esforços setoriais e se auto-atribui tarefas de direção mais política. No interior dessa grande comissão irá se expressar alguns conflitos de concepção e orientação em torno de alguns dos participantes do movimento chamavam de "tendências demagógicas" dos líderes mais vinculados à massa. O principal líder do movimento, o contador João Bosco, é o alvo das críticas

---

(3) Cf. Depoimento do líder Brito da Luz, abril de 1974.

porque dedicava quase todo o seu tempo disponível ao movimento, dando atenção integral às tarefas de direção e mobilização. Os que não podiam fazer o mesmo, criticaram-no porque consideravam que suas intenções eram demagógicas e personalistas. Entretanto, provavelmente por causa dessa maior dedicação, o grupo que se forma em torno de João Bosco logra assegurar a liderança completa do movimento e essa liderança, segundo seus próprios opositores, é garantida pelo maior apoio de base com que conta. " Nas assembleias, Bosco sempre contava com um grupo que ia de 50 a 100 pessoas que o apoiava incondicionalmente" conta um depoente (4). Outro aspecto importante, já mencionado, diz respeito à criação e instituição de uma Câmara Distrital que, a nível mais amplo, consagra e realiza na prática o princípio de participação de base no movimento. A Câmara Distrital é formada por representantes das SABs de cada área e se encarrega, na prática, de preparar politicamente o esperado advento do futuro município. Era a realização da idéia - defendida especialmente pelo grupo de João Bosco - de que a conscientização da população local, dos seus direitos de cidadãos, se daria pelo exercício direto de sua participação nas questões públicas, vale dizer, da política. As SABs eram organizações mais em contacto com a base do movimento e o fato delas indicarem representantes seus para compor a Câmara Distrital detonava um processo que tendia a levar a participação nas decisões do movimento cada vez mais para baixo, quer dizer, para a massa da população.

Cabe fazer referência a outro aspecto que, em Pirituba se distingue de Osasco. Ali, a ideologia do movimento se orientou não apenas por um princípio de cidadania - isto é, por uma concepção que privilegiava os direitos do cidadão na cidade -

---

(4) Cf. Depoimento do Prof. Virgílio Bunardi, maio-junho de 1974.

mas também por algumas questões relacionadas à situação nacional, como foi o caso de uma concepção peculiar (e local) de nacionalismo. A noção de "nacionalismo", no caso de Pirituba, se referia a um problema que interessava diretamente a massa da população local. A ideia se referia à necessidade de uma ocupação do solo, na região, que fosse mais dinâmica que a que se verificava até então e por isso se desejava que as terras de propriedade da Cia. Armour, uma empresa estrangeira, fossem loteadas de modo a liberar novas áreas para fins de construção de moradias. Os preços dos terrenos em Pirituba, a essa época, acompanhavam o nível das demais áreas periféricas da cidade. Isto é, eram baixos. Entretanto, a Armour desejava preservar as suas propriedades, pois ainda não estavam definidos os rumos da urbanização que ocorreria na região e reter as terras era, quando menos, um recurso que permitia especular com elas. Em face dessa posição, o movimento autonomista desfecha uma ofensiva "anti-imperialista" contra a companhia estrangeira. Faz, assim, a ligação entre uma concepção que estava profundamente arraigada no debate político nacional, da época, com uma problemática local, ligada às questões de subsistência, em torno da qual se batia a população.

Finalmente, vale a pena considerar ainda um outro aspecto que dá conta das diferenças de orientação e comportamento dos líderes de cada caso estudado. Trata-se de suas atitudes quanto as relações que estabelecem entre os movimentos que lideram e o poder, representado pelas instituições do Estado. Em Osasco, emergem duas tendências diferentes: 1. de um lado, os líderes do movimento tentam se apoiar em lideranças populistas, como a de Janio Quadros, que manifesta alguma forma de relação direta com as aspirações sociais e políticas das massas; nesse caso, justificam o apoio pela identificação existente entre o líder

e a massa; 2. de outro, manifesta-se uma tendência de apoiar-se nos contactos com actores importantes no quadro das instituições nacionais, de quem buscam aprovação ou entregam a iniciativa de acção. Em ambos os casos, há alguma forma de submissão ao poder que emana de "cima", embora no primeiro caso se possa admitir a hipótese de uma relação de tipo instrumental; isto é, que se realiza na medida em que o líder procurado serve aos propósitos do movimento por causa de suas vinculações com a massa e por causa de sua condição eventual, dada por sua função no aparelho do Estado, de mediador de decisões que possam resultar benéficas ao movimento. O segundo caso, entretanto, indica uma concepção mais elitista que faz com que se espere de cima, as decisões que estão sendo reivindicadas por baixo; ou seja, há como que certa dependência do movimento em relação a alguns actores sociais e políticos situados nos altos escalões institucionais do sistema político. Quando as forças políticas contrárias à emancipação do sub-distrito conseguem pressionar o Supremo Tribunal Eleitoral e este decide adiar as eleições municipais em Osasco, o comando do movimento autonomista apela para o Supremo Tribunal Federal, e ao mesmo tempo realiza uma série de manifestações de massa que vão às ruas para demonstrar aos magistrados a vontade popular a favor da autonomia. Entretanto, um setor do mesmo comando do movimento busca se aproximar do Marechal Henrique T. Lott, ministro da Guerra, para pedir a sua intervenção junto à suprema corte do país e para influenciá-la a votar favoravelmente ao movimento.

Já no caso de Pirituba, a idéia que predomina no que tange às relações entre o movimento e a prefeitura de São Paulo, por exemplo, ou a Assembléia Legislativa, é a de que a pressão das massas é mais importante para a realização dos trâmites legais necessários à realização do plebiscito que poderia dar a

vitória à tese da autonomia. Enquanto em Osasco os líderes emancipacionistas antagonizam-se com a prefeitura de São Paulo, mas em outros níveis esperam que a conquista de seus objetivos possa vir de escalões superiores do Estado, em Pirituba a idéia que aparece é a de que o sistema de poder local, como a prefeitura, está em contradição com os interesses da população carente de recursos urbanos. Não há aqui nenhum sintoma de contestação mais radical ao sistema de poder, mas o tipo de pressão proposta em Pirituba supõe, basicamente, a participação de massa e essa não depende da aprovação de nenhum setor das elites no poder. Mesmo quando se trata de conseguir o apoio de deputados estaduais para garantir a autorização pela Assembleia Legislativa da realização do plebiscito no sub-distrito, a idéia que prevalece é a de que é necessário exercer pressão sobre os parlamentares, "pois sozinhos eles não fazem o que a gente precisa". Em Osasco, o que parece ter ocorrido foi mais a busca de uma aliança tácita entre o movimento e alguns líderes situados no interior do aparelho do Estado, como no caso de Janio Quadros. Em Pirituba, parece ter vigorado mais uma concepção que prescindia dos favores das elites no poder e se fundava mais na capacidade que alcançasse a massa de se organizar para exercer, ela própria, a pressão necessária para conquistar os objetivos a que aspirava. Não resta dúvida que, no caso da pressão sobre os parlamentares, isso era algo para o que o movimento popular tinha mais força, pois afinal aqueles dependiam, em parte pelo menos, do seu voto. Nesse sentido, poderia se admitir que, como ocorreu no caso de Osasco, a tentativa de contar com o apoio de atores privilegiados (como o ministro da Guerra) é apenas sintoma de que havia certas esferas onde a pressão popular não era tão forte.

## II

Resta, por fim, para ser discutida, a questão relaciona da com a natureza dos movimentos autonomistas. Não há dúvida que tenham sido movimentos coletivos que faziam referência, embora indiretamente, à problemática social que é constitutiva das sociedades capitalistas. Mas, mais do que isso, as indicações apresentadas aconselhariam a admitir tratarem-se de um movimento social de tipo novo, isto é, que apresentaram características de um protesto social e político pouco comum na história dos movimentos sociais que envolveram as classes populares na América Latina (5). É preciso, por isso mesmo, tratar de indicar melhor o caráter desses movimentos de massa que, partindo de demandas sociais comuns a várias frações de classe, alcançaram o plano da política, através de suas aspirações novas.

O primeiro aspecto dessa questão diz respeito a qualificação dos movimentos urbanos tratados aqui. Eles implicaram claramente em um certo grau de articulação elementar das classes populares que, no processo de sua constituição, foram capazes de identificar interesses próprios e articulá-los em termos políticos. Entretanto, o processo que presidiu essa identificação de interesses e sua articulação a nível político se realizou no quadro de uma aliança de diferentes camadas sociais, as quais incluíam não apenas os setores populares de baixa renda mas também outros assalariados urbanos e os profissionais liberais. Foi essa aliança que permitiu a emergência desse processo e deu a ele a dinâmica que teve. Como amadureceu essa aliança?

---

(5) Os movimentos sociais urbanos que ocorreram na América Latina são algo diferentes dos movimentos autonomistas. CASTELLS, por exemplo, estudou os movimentos de pobladores do Chile, ao tempo de Allende, mas as suas condições de emergência são outras. Ver, a respeito, M. CASTELLS, "Luttes Urbaines", Maspero, Paris, 1973, especialmente Capítulo V.

Os movimentos de reivindicações urbanas, como os autonomistas, tiveram a sua origem em uma mobilização massiva que se tornou mais explícita na medida em que, aqui e acolá, transcenderam seus objetivos reivindicatórios imediatistas - como era o caso das reivindicações de muitas associações de bairros - e passaram a postular objetivos de médio e longo prazos, que se definiram em torno das propostas de criação de instituições políticas intermediárias. Essas novas instituições deveriam realizar os ideais de progresso e de igualdade: que estavam implícitos nas reivindicações dos movimentos urbanos. Essas propostas apareceram como resultado da ação de forças sociais que se formaram com base em uma composição multiclassista.

Entretanto, fundamental para a compreensão das implicações do processo que gerou os movimentos autonomistas é a consideração de outros dois fatores que aparecem em sua história:

1. parece bastante sintomático que esses movimentos sociais sejam precedidos e, mesmo, surjam vinculados a uma reação espontânea e relativamente organizada dos escalões mais baixos da pirâmide social da cidade: o movimento de reivindicações urbanas nos bairros, expresso através das SABs. Quer dizer, eles aparecem fundamentalmente vinculados a uma tradição de reivindicações populares que tinha sido construída pelas classes populares com base em sua iniciativa;
2. no processo de seu desenvolvimento, esses movimentos sociais definem os seus apelos em termos, primordialmente, das interessadas classes populares. Como a sua emergência ocorre em uma fase dos processos de industrialização e urbanização que, exatamente, exige a ~~super~~ exploração da força de trabalho, depreciando os salários reais, ao mesmo tempo que fazendo crescer a produtividade do setor capitalista da economia, e ainda mais, "mercantilizando" alguns dos componentes essenciais dos custos de sua sobrevivência na cidade - lançando-os

sobre os seus ombros - não é difícil admitir a importância que essa articulação - que visou a defesa econômica, em um primeiro momento -, desempenhou para essas camadas sociais. Não importa que os movimentos autonomistas, da mesma forma que as reivindicações urbanas nos bairros, não tenham colocado as suas propostas em termos de uma crítica explícita à natureza da sociedade capitalista, cujas desigualdades fundavam as contradições urbanas, que é o que motivava as suas demandas; isso não impedia que se constituísse um campo social e político que discutia as próprias contradições. Nem importa que, na iniciativa dos movimentos, jogassem um papel importante alguns setores sociais, cujo grau de contradição com o capitalismo fosse diferente daquele que definia, por exemplo, a própria inserção popular na sociedade. O essencial, para uma apreciação global do caráter desses movimentos, é que eles tenham sido capazes de expressar um nível das contradições sociais que, por um lado referia-se, especificamente, aos interesses populares e, por outro, relacionava-se com uma problemática que permitia colocar a questão da aliança, entre os setores médios e os setores populares, em temas explicitamente políticos; quer dizer, a mobilização comum desses setores aparecia como um requisito para a realização dos próprios objetivos dos movimentos. Além disso, importa considerar que esses movimentos tiveram a capacidade de desenvolver, inequivocamente, o seu conteúdo político, fazendo passarem os seus objetivos pela tentativa de criar novas instituições políticas intermediárias, as quais caberia realizar uma nova forma de relação entre as massas e o Estado. É importante ter esse aspecto em conta, pois em face das características da crise política, da época, - isto é, no quadro de crise de hegemonia vigente -, os movimentos urbanos contribuíam para criar novas alternativas que poderiam ter sido o ponto de partida para uma nova

reorganização política da sociedade. O grande problema que o sistema democrático enfrentava era, exatamente, encontrar caminhos pelos quais fosse possível estabelecer formas de ligação entre as classes populares e o Estado, que se assentassem, não apenas em uma genérica mobilização dessas classes, mas em sua capacidade de se representar diante dos demais atores sociais e políticos. Os movimentos urbanos indicavam que isso era possível; faziam mais, apontavam na direção de formas institucionais cujo exercício poderia ter sido o ponto de partida efetivo para a vigência de uma nova cidadania, cujo mérito teria sido a sua origem popular e, ao mesmo tempo, a garantia de um espaço mais amplo de intervenção popular na política. Não é incabível admitir a hipótese de que o exercício prático dessa nova cidadania pudesse ter lançado as classes populares em um processo mais profundo de participação social e política. Por outra parte, para o regime democrático, soluções como essa, para a qual apontavam os próprios setores populares, era uma das poucas saídas disponíveis que poderiam ter redimensionado a própria experiência democrática do período 1945-1964.

Por outra parte, pareceria conveniente admitir que as classes populares, em Osasco e Pirituba, ao articularem uns tantos interesses econômicos e políticos, em um processo de aliança e confrontação com outros setores sociais da estrutura social urbana, procuraram encontrar estímulo e meios instrumentais (liderança, a elaboração ideológica de suas propostas, divulgação, etc.) que revelaram possuir algum grau de eficácia para a consecução de seus objetivos. Por outras palavras, as classes populares parecem ter procurado se utilizar da liderança dos setores médios, já que esses não apenas dispunham-se a fazer a defesa de alguns de seus interesses, com os quais eram solidários, como além disso, revelavam ser possuidores das qualifica-

ções necessárias à emergência desses interesses, na forma de um movimento organizado. Ao selarem a sua aliança com os setores médios, dando apoio massivo aos movimentos autonomistas, as classes populares de Osasco e Pirituba tornaram possível a sua emergência com as justificações ideológicas, as suas palavras de ordem e os projetos que eles, explícita ou implicitamente, apresentavam. Sem a sua participação os movimentos não podiam se desenvolver e crescer. Por isso, independentemente dos fenômenos de caráter manipulatório que possam ter ocorrido - do qual o populismo de Janio Quadros seria o exemplo mais contundente - o que parece ser importante assinalar é que esses movimentos apareciam, nas condições da época, como canais institucionais próprios cuja ativação, a partir de uma tendência generalizada e relativamente espontânea de participação, servia para expressar um protesto social e político, cujas raízes era a própria inserção desses setores sociais na vida da cidade.

A questão sobre o caráter da sua participação nesses movimentos refere-se, portanto, ao problema de saber se, oferecendo o seu apoio massivo a eles, as classes populares desqualificaram os seus próprios interesses e lançaram-se a uma aventura histórica que resultou ser exclusivamente manipulatória ou se, ao contrário, ao aceitar o envolvimento exigido pela mobilização massiva dos movimentos encontrou condições que permitiram a elas emergirem como novos atores sociais e políticos da cidade. Posta em outros termos a questão parece ser a de que, mesmo aceitando a liderança de outros setores sociais (como as "classes médias" locais) as classes populares "manipularam" à sua moda, as possibilidades oferecidas pela situação que incluía a presença daquelas lideranças enquanto atores privilegiados que tinham condições para organizar certas demandas. O fato de que essas aspirações aparecessem como interessando também aqueles se

tores médios não excluiu, nas situações concretas, que os movimentos autonomistas colocavam reivindicações que interessavam, especialmente, às classes populares, na medida em que aquelas se ligavam às condições de sua subsistência e às reivindicações para que o Poder Público assumisse parte dos encargos de sua reprodução e da melhoria de sua qualidade de vida. Isto quer dizer que os termos da aliança realizada entre os setores médios (profissionais liberais) e os setores populares incluíram, de um lado, articulação e agregação de algumas aspirações sociais e políticas comuns a todos; e por outro, o apoio massivo das classes populares, o que tornou possível transformar aqueles movimentos em forças sociais que jogaram um papel próprio no contexto da sociedade urbano-industrial que se consolidava, à época, no país.

Por isso tudo, torna-se mais simples, agora, descartar o falso dilema movimentos de massa - movimentos de classe, pois não há razão, em princípio, para excluir uma perspectiva própria às classes populares nos movimentos autonomistas. A capacidade que tiveram esses movimentos de "conquistar um lugar ao sol" em meio a condições extremamente difíceis para uma expressão própria das classes populares indicariam na direção oposta, mesmo que se tenha em conta os componentes manipulatórios de fenômenos como o populismo. Essa capacidade de "conquistar um lugar ao sol" significou, em outras palavras, que aqueles movimentos criaram um espaço social e político próprio para a expressão de setores sociais relativamente marginalizados da democracia da época. É certo que a criação daquele espaço de expressão social e política não teve, desde logo, características revolucionárias ou reformistas; nem colocou a questão de um projeto global de modificação da sociedade brasileira. Essa questão não se colocava para os movimentos autonomistas, pois eles aspiravam a

promover a participação das massas a um nível dos direitos de cidadania que, por definição, situavam-se ao nível dos limites dados pelo quadro da sociedade existente à época. Entretanto, o mais importante é que essa aspiração de participação nos direitos da cidadania se fundava em uma mobilização massiva que ia buscar a sua motivação em razões de classe. Essas razões de classe não se definiam pela contradição fundamental entre Capital e Trabalho, mas apareciam pelo ângulo das contradições urbanas, que lançam as classes populares às péssimas condições de vida na periferia da cidade, em contraste com as classes possuidoras, que podiam usufruir os benefícios do desenvolvimento criado pelo conjunto da população. Por outras palavras, os movimentos sociais de protesto urbano guardaram implícita a sua natureza de classe, sem jamais tê-la explicitada, porque nenhuma força social ou política presente trouxe à superfície esse elemento latente de sua constituição. Não obstante a sua característica de massa, as campanhas autonomistas criaram forças sociais, que se fundaram em uma aliança de diferentes setores urbanos da base da pirâmide social da metrópole. Essas forças se transformaram em novos atores sociais e políticos da cidade, e alteraram, ao menos em parte, a correlação de forças políticas existente ao nível da política local de São Paulo. Doravante não poderiam mais ser ignoradas.

Para concluir, cabe indicar que as limitações que se possa encontrar nos movimentos sociais urbanos, como foi o caso dos movimentos autonomistas, que operaram ao nível do direito de cidadania, não lhes retira seu caráter social, que se funda na divisão de classes ao nível do sistema de produção, e que é responsável pela existência de desigualdades que se fazem presentes também a nível da vida urbana. A vida na cidade implica um nível de consumo de certos serviços, cujo acesso é desigual,

embora a sua necessidade seja igualmente distribuída por diversos setores sociais. Isso não quer dizer que esse significado social seja o mesmo que podemos encontrar na política das cidades industriais dos países de desenvolvimento "clássico", no final do século passado e em princípios deste. No caso do capitalismo brasileiro, as classes sociais tiveram uma formação de outro tipo e é provável que as fases de sua articulação para a defesa de interesses econômicos e sua agregação para apresentar reivindicações políticas - que é quando as classes se constituem propriamente enquanto tal - ainda estivessem no processo de seu desenvolvimento quando ocorreram aqueles movimentos, isto é, ainda estivessem definindo as suas próprias virtualidades. É cabível admitir, portanto, que esse processo englobe, no que diz respeito às classes populares, exatamente movimentos sociais como os que estão em análise neste trabalho.

Se isto é verdade, seria mais conveniente pensar que, embora subjacentemente, o conteúdo social desses movimentos está presente, não pelo lado da sua expressão classista típica, de oposição entre Capital e Trabalho, mas pelo lado de seus aspectos sócio-urbanos, de percepção mais visível e mais imediata para as classes populares. Por outro lado, a questão de saber por que esses movimentos de tão importante potencial político, a ponto de serem capazes de realizar uma mobilização massiva e, de outra parte, propor a criação de instituições políticas alternativas, permaneceram dentro dos marcos da espontaneidade própria que os gerou está diretamente relacionada com o papel desempenhado pelos partidos políticos, inclusive os de esquerda, diante deles. Estes, ao que tudo indica, foram incapazes de compreender e reinterpretar os sintomas da sociedade nova que emergia quando as massas populares urbanas começaram a pressionar por um maior grau de participação em seus direitos de cidadãos

na cidade. A ausência de uma direção política alternativa, mais consistente que a liderança dos setores médios e, portanto, o fato de que as palavras de ordem dos movimentos autonomistas ficaram restritos aos limites do horizonte da democracia do pós-guerra não é uma questão que possa ser vista independentemente do papel jogado pelos partidos de esquerda naquelas conjunturas da vida brasileira. No quadro de sua espontaneidade própria, as classes populares avançaram até os limites dados pelos horizontes ideológicos dos próprios movimentos autonomistas, ou seja, pela aspiração de resolver alguns de seus problemas básicos através de um mecanismo de participação que incluía a criação de instituições políticas novas, as quais, por sinal, deveriam concretizar os ideais de democracia direta que tinham surgido no desenvolvimento dos movimentos. Para que esses movimentos tivessem ido mais longe - por exemplo, propondo a sua integração com o movimento sindical da época - teria sido necessário que uma organização política enraizada entre as massas tivesse chegado a propor e dirigir essa integração. Mas não foi isso o que aconteceu. Por isso, também, que as aspirações presentes nos movimentos autonomistas não tenham conduzido as classes populares a perceberem que esses ideais seriam de difícil concretização no quadro da sociedade vigente, não é algo para surpreender os analistas, pois aquelas classes encontravam-se em uma situação que não oferecia alternativas ideológica e política capazes de ampliar o horizonte dos movimentos para fora de seus próprios limites. Essas alternativas só a esquerda podia construir. Mas ela não foi capaz de realizar essa tarefa histórica. Aliás, essa incapacidade, como foi indicado na primeira e segunda partes, se relaciona com a concepção propriamente que as esquerdas faziam de sua relação com as massas. Voltadas para objetivos que se dis

tanciavam dos interesses imediatos das massas populares urbanas, as esquerdas não tinham condições, realmente de se aproximar delas no momento da emergência dos movimentos autonomistas.

## CAPÍTULO XI

CONTRADIÇÕES URBANAS, ESTADO EMOVIMENTOS SOCIAIS

À guisa de sugestões para a constituição de uma teoria dos movimentos sociais originados das contradições urbanas, em países como o Brasil, cabe, agora, tratar de privilegiar algumas evidências e as reflexões que elas suscitam. O desenvolvimento do capitalismo conhecido pela sociedade brasileira no pós-1930, de forma particular a partir de meados dos anos 50, conviveu com a emergência - ao menos na região metropolitana de São Paulo - de novas formas de participação social e política de setores das classes populares urbanas, demonstrando que essas, ao contrário de certas falácias teóricas e políticas, são não apenas objeto da vontade dos grupos dominantes (e do Estado), mas também atores dotados de percepção própria de sua situação e de seus interesses. Frequentemente, essa percepção foi útil para projetar formas organizadas de ação coletiva que se expressaram através de movimentos sociais, cuja eficácia tem relação com os seus resultados práticos imediatos (atendimento das reivindicações urbanas), mas também com o desenvolvimento de uma nova força social e política na vida da cidade.

Essas novas formas de participação social e política se expressaram ao nível da problemática urbana que foi se constituindo durante o processo de formação dos grandes centros urbanos brasileiros, isto é, no contexto de seu desenvolvimento e funcionamento como grandes aglomerados humanos que viabilizam a reprodução das condições necessárias à continuidade do sistema capitalista. Referem-se, portanto, ao que vários autores desig-

naram, recentemente, como a questão urbana (1), que deriva das contradições geradas pelo desenvolvimento do capitalismo ante às novas e sempre crescentes necessidades postas à reprodução da força de trabalho; e ante a política urbana, implementada pelo Poder Público, de inversões privadas e públicas que se dirigem, preferencialmente, aos setores mais rentáveis da produção e consumo e que acabam por determinar a prioridade dos serviços destinados a expandir a produção sobre os serviços destinados a atender às necessidades de sobrevivência da população (consumo coletivo).

A natureza dessas contradições urbanas é fundamental para explicar a emergência dos movimentos sociais urbanos, pois as condições criadas para a acumulação de "base pobre", verificada no Brasil, implicaram, como se sabe, na ativação de mecanismos de super-exploração da força de trabalho e da minimização da participação privada e, em particular, do Estado nos custos de reprodução dessa força de trabalho. Essa incapacidade do Estado, gerada pelas raízes de classe de sua gestão dos serviços de consumo coletivo, - que, por exemplo, optou por privilegiar os investimentos voltados à criação da infra-estrutura necessária para a arrancada do desenvolvimento industrial - criou as condições para que surgissem, entre as classes populares dos grandes centros urbanos, os movimentos de reivindicação de serviços so-

---

(1) Ver, entre outros, M. CASTELLS, "La Cuestion Urbana", Siglo Veintiuno. Ed. Mexico, 1974 e "Movimientos Sociales Urbanos", idem 1975; J. BORJA, "Movimientos Sociales Urbanos", Ed. Siap-Planteos, B. Aires, 1975 e J. LOJKINE, "Contribuição para uma teoria da urbanização capitalista", in "Cahiers Internationaux de Sociologie", Vol. II, 1972, p. 136-46 e "Contribution à une analyse matérialiste des politiques urbaines dans les pays capitalistes développés", trab. apres. a International Conference on Social Problems of Urban and Regional Development, Messina, Abril de 1976.

ciais e urbanos, cuja carência afetava as suas condições de sobrevivência na metrópole. Por essa razão, é necessário examinar, um pouco mais de perto, a natureza dessas contradições, cuja emergência colocam o Estado no centro das atenções das classes populares.

Com efeito, a lógica do sistema capitalista em geral se funda em sua capacidade de manter as condições que garantam a existência de um certo padrão de relações de produção e, ao mesmo tempo, na constante reposição dos pressupostos que alimentam o próprio modo de produção capitalista (2). Vale a pena lembrar que essa reprodução das relações de produção implica, necessariamente, a constante atualização e reposição das relações de poder, que garantem a sobrevivência do conjunto do sistema. Mas não se trata aqui de cair em qualquer mecanicismo de tipo economista, que explicaria a política (ou a liberdade de ação dos agentes sociais) como simples reflexo da estrutura econômica. Trata-se, ao contrário, de compreender que as funções fundamentais que cabem ao Estado desempenhar nas sociedades capitalistas - de manter a coesão social e, ao mesmo tempo, garantir as condições gerais de prevalescência das classes dominantes - se imbricam umas com as outras e não podem ser separadas senão para fins analíticos. Nesse sentido, falar em reprodução das relações de produção implica considerar o papel do Estado nas sociedades capitalistas em sua dupla determinação: tanto a intervenção econômica do poder estatal é uma necessidade constante e crescente da reprodução capitalista, de modo particular na situação brasileira, como essa intervenção tem de se dar em todos os níveis que implicam, também, a manutenção do capitalismo, co

---

(2) Sobre este ponto, ver, entre outros, H. LEFEBVRE, "A reprodução das relações de produção", Pub. Escorpiao, Porto, 1973, e J.S. GIANOTTI, "O ardil do trabalho", Estudos CEBRAP 4, São Paulo, 1973.

mo é o caso das condições urbanas de vida.

## II

Vejam os como ocorreu no Brasil, a expressão das contradições urbanas. Como se viu, o desenvolvimento do capitalismo no após-30 gerou um tipo particular de sociedade urbana, especialmente em São Paulo e no Rio, baseada na superconcentração de atividades produtivas, bem como nas que implicam em sua reprodução. Concentrou, dessa forma, em grandes aglomerados humanos (região da Grande São Paulo e região do Grande Rio), a força de trabalho necessária para o seu desenvolvimento, já que era nessas regiões que também se concentravam os demais fatores indispensáveis para a sua ampliação: um mercado altamente concentrado de capitais e um amplo mercado consumidor. Enormes massas de população foram formadas nesse contexto, sendo obrigadas a se acomodar ao fenômeno que se chamou da "urbanização por expansão de periferias", fenômeno que adquiriu as feições de um verdadeiro processo ecológico de discriminação social (3).

Por isso mesmo, a formação das áreas metropolitanas foi acompanhada do surgimento de uma série de contradições sociais e políticas específicas que apareceram na forma de "distorções urbanas" conhecidas por cidades como São Paulo, Rio, Recife, Be

---

(3) "Em São Paulo, a expressão periférica acabou por adquirir uma nova semântica diferente daquela emprestada da geometria. Quando políticos e administradores falam em PERIFERIA, não se referem necessariamente às áreas exteriores e mais distantes do centro da área urbanizada. Referem-se aos setores da cidade precariamente atendidos por serviços públicos nos quais os valores imobiliários são suficientemente baixos para serem suportados pelas populações de baixa renda. (...) O empobrecimento progressivo da população, a partir de 1930, contribuiu com um fator importante (para a formação da periferia). Até essa época, o trabalhador urbano ainda podia alugar uma habitação em bairros como Belém, Moóca ou Bexiga, que eram pobres, mas não periféricos.

lo Horizonte, Salvador e Porto Alegre, entre outras. Desde os a nos 40 e, mais intensamente, após a industrialização que se ini cia em meados dos anos 50, o aprofundamento da divisão social do trabalho no país provocou a emergência de necessidades sociais e urbanas novas para a sobrevivência da população. Aumentou a demanda por serviços de infra-estrutura (água, esgotos, asfal<sup>t</sup>amento de ruas, iluminação privada e pública, etc.) e por um sis tema de transportes coletivos mais rápido e eficiente, pois a expansão da periferia tornava bem maiores as distâncias entre o local moradia e o local de trabalho da mão de obra. Por outro lado, o novo desenvolvimento criou necessidades (reais ou ilusó rias) infinitamente maiores para o sistema educacional, em todos os níveis, pois a modernização econômica impôs expectativas novas à mão de obra e, ao mesmo tempo, uma ânsia de valorização (qualificação e especialização) para o conjunto da força de tra balho; de outra parte, ampliou consideravelmente a demanda por serviços de saúde (pronto-socorros, postos de saúde, maternida<sup>d</sup>es, hospitais, etc.), pois a complexificação da vida urbana , com a intensidade e a rapidez de sua concentração, altas taxas de densidade, circulação rápida de veículos, trânsito, etc., e ao ritmo cada vez mais intenso do trabalho e da vida social, au mentou os acidentes de trabalho e de trânsito, as doenças nervo sas, as epidemias e as enfermidades em geral. Criou uma demanda nova por equipamentos sociais e culturais (creches, maternida -

---

Mas desde então, a queda do salário real e os efeitos contrapro ducentes da "Lei do Inquilinato" o obrigaram a arranjar-se onde e como pudesse" in G. BOLAFFI, "Expansão Periférica", Região Metropolitana de São Paulo, Diagnóstico 1975, mimeo. Entretanto o fenômeno ecológico que discrimina socialmente as populações de baixa renda não é exclusivo de São Paulo, ou de países de de senvolvimento capitalista marcados pela "situação de dependen - cia". Ver, por exemplo, A. TOURAINE, "La Sociedad Post-Indus - trial", Capítulo 1, Ed. Ariel, Barcelona, 1969-1973.

des, parques infantis, bibliotecas, centros de recreação, locais de prática de esportes, áreas verdes), pois não apenas as crescentes levadas de migrantes recém-chegados à cidade exigiam atendimento social especial, como as condições urbanas aprofundaram a qualidade das expectativas, provocando a emergência de uma demanda inteiramente nova para o sistema. A incorporação da mulher à força de trabalho criou problemas sempre crescentes, com a necessidade de hospitalização durante a gravidez; a assistência à população infantil durante o horário de trabalho; e, além disso, a atomização da vida social e a diluição da vida familiar exigiu o surgimento de novos padrões de sociabilidade da mesma forma que lançou os agentes dessa "vida moderna" a um tal grau de complexificação de sua existência, que seria inevitável a emergência de problemas como as enfermidades mentais, a criminalidade do menor, etc.

Viver nas áreas metropolitanas, além de exigir a integração de novos padrões de consumo, que garantissem uma sociabilidade adequada à vida moderna (de que a televisão talvez seja o melhor exemplo), exigia também, da população, o desenvolvimento de uma rápida capacidade de resposta ao ritmo urbano de vida - (longas distâncias, tráfego congestionado, mobilidade rápida no trabalho, acidentes, surtos epidêmicos, etc.). E a integração nesse ritmo rápido e violento de vida, indispensável para o funcionamento da metrópole, não podia mais se dar no âmbito das soluções individuais, tomados por cada família dos componentes da força de trabalho. Ela dependia de soluções globais, situadas ao nível das macro-decisões, só possíveis de serem tomadas pelo Estado. É interessante observar, portanto, como o caráter social exigido pela solução dos problemas urbanos confirmava, dessa maneira, aspectos do consenso criado pela ideologia dominante, segundo a qual cabia ao Estado, como "provedor" de toda a

população (isto é, como um Estado acima das classes), atender às necessidades mais prementes da população e, assim, resolver a problemática urbana, que parecia crescer sempre mais.

Aliás, a própria proporção de recursos necessária à realização dos investimentos para suprir os serviços de consumo coletivo, assim como a sua baixa ou nula rentabilidade, apelava para a intervenção do Estado, pois a iniciativa privada não tinha condições, nem interesse de assumir essa área de problemas. Essa tarefa tinha de ser desempenhada pelo Estado, pois a ele cabia garantir a funcionalidade do sistema urbano (4).

O Estado, entretanto, como é natural que seja - nas sociedades capitalistas - estava comprometido em criar e expandir as condições gerais (5), para a reprodução do capital, e só podia atender às necessidades da força de trabalho de modo subordinado. Em um primeiro momento, após 1930, a ação do Estado se concentra na regulação dos fatores de produção, como o fator trabalho, e em uma política indireta de proteção à expansão industrial. Depois, num segundo momento, quando começam a se definir melhor os interesses, a sua intervenção dar-se-á sob a forma de

(4) No Brasil, foi sempre mais ou menos consensual a idéia de que cabe ao Estado suprir e administrar os serviços públicos. Aliás, é interessante observar que, embora no início do século e, mesmo, até recentemente, alguns desses serviços estivessem entregues à iniciativa privada, a tendência tem sido a da gradativa entrega do que resta dos serviços em mãos da iniciativa privada aos governos estadual e federal. De fato, no início do século, o serviço de bondes da Capital, assim como as ferrovias eram uma iniciativa particular, embora, supostamente, devesse obedecer a certas condições estabelecidas pelo Poder Público. Mais tarde, entretanto, com o desenvolvimento da indústria e das cidades, passou às mãos do Estado. Os serviços de luz privada e pública, ainda em mãos da Light, talvez seja o último desses serviços, mas a tendência à sua estatização para atender, segundo se alega, ao "interesse público", já vem dos anos 40 e, recentemente, voltou a se acentuar.

(5) Marx fala, claramente, nessas condições, referindo-se à infra-estrutura que cabe ao Estado criar, ou expandir, quando já existente, para manter o sistema capitalista em permanente desenvolvimento. Cf. "O Capital", Livro Primeiro, Volume II,

investimentos diretos voltados para a criação de uma base de impulso à economia capitalista industrial (siderurgia, petróleo, construção naval) e uma infra-estrutura destinada a concluir a unificação do mercado e a ampliá-lo (estradas, serviços de produção, etc.). Quando emerge o populismo, como uma política destinada a ligar as massas urbanas com os setores encastelados no Estado, esse estilo político de domínio de classe encontrará as classes populares habitantes da periferia das grandes metrópoles em uma situação urbana bastante precária.

O Estado se preocupava em expandir as atividades produtivas e, por isso, se "sensibilizava" pelos interesses da acumulação; e, ao mesmo tempo, fazia "vistas grossas" às necessidades mais imediatas da grande maioria da população, apresentando os esforços destinados a construir um capitalismo de bases nacionais como uma política dirigida a redistribuir a renda e a ampliar os empregos, através da industrialização. Só de maneira muito indireta os setores que detinham, em parte ou no todo, o aparelho do Estado se sensibilizaram em face das carências urbanas das populações dos grandes aglomerados. Houve apenas alguns momentos, curtos e transitórios, com o populismo, que viram o Estado se voltar para o atendimento das contradições geradas pelo desenvolvimento urbano. Entretanto, o populismo não podia se oferecer como uma alternativa real para a solução dessas contradições, por força das suas próprias ambiguidades.

A problemática das carências urbanas atingiu, no mesmo caso, a praticamente

---

p. 673/667/665 (os grifos são meus, J.A.M.).  
Recentemente, Lojkine, "Contribuição ...", op.cit., desenvolveu de forma bastante interessante esta noção das condições gerais de expansão e reprodução do sistema capitalista e mostrou a renovação e a reprodução do contexto urbano como um de seus requisitos indispensáveis.

toda a região da Grande São Paulo, excetuados, é claro, os bairros de habitação dos grupos melhor situados socialmente. Ganhou proporções, maiores ou menores, de acordo com a coligação que ocupasse conjunturalmente o poder local. Durante a primeira fase do Janismo, entre 1953 e 1958, a prefeitura municipal e o governo do Estado de São Paulo, tentaram atender, em parte, a algumas das reivindicações populares. Mais tarde, com Faria Lima, entre 1963 e 1967, essa tendência seria retomada, com a chamada política de "atender ao atraso" e, então, novas tentativas seriam feitas.

Entretanto, cabe assinalar que esses momentos só ocorreram quando o populismo buscou ligações por baixo, como foi o caso do Janismo em São Paulo. Nesses momentos, que foram curtos, e representaram apenas as fases iniciais da constituição desse populismo, os aparatos locais do Estado (como a Prefeitura de São Paulo) tiveram de dar alguma atenção às necessidades imediatas das populações da periferia e de atendê-las, em parte; e, por isso mesmo, lograram obter um certo grau de apoio das massas. Esse apoio se constituiu na base eleitoral obtida pelo Janismo, na medida em que este tomou a forma de um movimento social que expressava as aspirações dessa massa. Não obstante, nem o Janismo, nem os demais movimentos populistas, conseguiram oferecer um caminho para a solução da chamada problemática urbana. São Paulo continuou a crescer (crescimento, aliás, reforçado pela ideologia do "São Paulo não pode parar" e do "São Paulo é a cidade que mais cresce no mundo"); a sua população dobrou a cada 12 anos e as carências urbanas aumentaram consideravelmente. Como explicar que, ainda que de forma transitória, e por momentos, alguns aparatos locais do Estado tenham dado alguma atenção às necessidades imediatas da população da periferia? A resposta só pode ser encontrada no significado adquirido pelo voto das mas-

sas urbanas no contexto da política populista. Destituídas de qualquer organização, nacional e política, capaz de expressar a sua vontade diante da sociedade, mas chamadas a "legitimar" os regimes populistas, essas massas urbanas lograram algum grau de pressão sobre as elites políticas que aspiravam a representá-las, sempre que os movimentos populistas emergiram como um movimento social que expressava algumas de suas reivindicações.

É interessante observar como, localmente, o populismo tem necessidade de se ligar ao movimento de reivindicações populares para poder desempenhar as suas funções de elo entre o Estado e as massas. Por isso, ele tem de aceitar legitimar a problemática que estava presente entre as populações da periferia. Sendo uma tentativa de resposta à crise do Estado - que vinha dos anos 30 - o populismo realiza alguns aspectos desse fenômeno peculiar de "democratização por via autoritária" de que nos falam Weffort e Touraine. Mas para ter eficácia entre as massas populares, o populismo tem de jogar com possibilidades efetivas de incorporar algumas aspirações dessas massas. Por isso, tem de se voltar, entre outras coisas, para as reivindicações urbanas. Nesse sentido, pode-se dizer que o populismo representou, em relação aos movimentos sociais urbanos, a função ambígua de reforçar, por um lado, a legitimidade das reivindicações urbanas; e, por outro, trabalhar a noção de um Estado que deveria atender a todos. Como não era isso que acontecia na prática, o reforço recebido pelos movimentos sociais urbanos representava, de fato, um reforço ao antagonismo entre as massas e o Estado.

O Estado aparecia como o responsável pela produção e distribuição dos serviços de consumo coletivo; mais, aparecia como uma agência que deveria atender a todos; pois, ao assumir as funções de "provedor" geral de serviços de consumo coletivo, o

Estado não estava fazendo mais do que capitalizar a renda pública , isto é, os recursos da coletividade que eram coletados por meios diversos, como taxações, impostos, etc. Entretanto, como a sua política de investimentos frequentemente contrariou as necessidades mais imediatas da maioria da população, o resultado é o que o Estado recolheu, na sua condição de gestor público, o impacto das reivindicações populares.

Essas, apareciam no bojo dos movimentos levados a efeito pelos moradores desprivilegiados da cidade, isto é, pelos seus usuários subalternos. Embora sejam os protagonistas de uma inserção subalterna também ao nível das relações de produção, é ao nível da superposição imediata dos seus interesses, como consumidores da cidade, que esses moradores apareciam na cena urbana. Entretanto, longe de diluir o conteúdo social inerente às contradições urbanas, essa heterogeneidade social permitia a emergência de uma unidade face ao antagonista que tratavam de golpear com as suas reivindicações: o Estado.

Por outra parte, os problemas urbanos que geraram as reivindicações não comportavam mais soluções individuais (como a da auto-construção). Dado o caráter público da gestão coletiva desses serviços urbanos, a sua reivindicação também tinha que ser coletiva. Mas, ao contrário dos empresários, as classes populares não tem, em suas mãos, nenhum instrumento que permita viabilizar individualmente as suas reivindicações. Os empresários e outros grupos dominantes sempre podem contar com uma organizada rede de comunicações e informações que, a qualquer momento, pode ser mobilizada. Eles dispõem de meios financeiros, secretarias, escritórios e, além disso, acesso relativamente fácil aos detentores dos aparatos estatais. Os trabalhadores ou os empregados de escritórios e lojas comerciais, entretanto, não tem nenhum desses instrumentos à sua disposição. Se quiserem atin -

gir um objetivo comum, o seu único caminho é a manifestação coletiva, a qual pressupõe a organização. Por isso, em face da problemática urbana, a tendência que prevaleceu foi a de amplos setores dessas classes . . . passarem a se organizar formalmente em associações para coordenar os esforços reivindicatórios destinados a alcançar as suas necessidades.

O Estado, em sua função ideológica de "provedor" do conjunto da sociedade, foi identificado como alvo a ser atingido pela pressão coletiva. Entretanto, como se mencionou anteriormente, o Estado não estava em condições de prover as classes populares de São Paulo com os serviços e equipamentos urbanos que a complexidade de sua reprodução exigia. Ao contrário, o desenvolvimento do capitalismo, com o conseqüente aprofundamento das atividades produtivas e da divisão social do trabalho, impunha novas exigências de acumulação de capital, e dava lugar a uma utilização capitalista cada vez mais intensa da cidade.

Portanto, era inevitável que as contradições geradas pelo desenvolvimento urbano lançassem as classes populares em uma relação antagônica com o Estado. Este, tinha que desempenhar, simultaneamente, funções contraditórias entre si, tais como: assegurar as condições de vida para o conjunto da população e, ao mesmo tempo, assegurar o uso desenfreado do solo, baseado na propriedade privada; manter as condições para o funcionamento da cidade, como locus de atividades produtivas e de reprodução da população sem contar, entretanto, com os recursos necessários e os meios suficientes para criar e manter os serviços e equipamentos coletivos de que necessitava essa população; manter o caráter impositivo da concentração espacial das atividades produtivas, decidido descentralizadamente e, de outra forma, assegurar o controle e a coesão da população que de outro lado começava a negar aquela lógica pelas suas reivindicações, e assim por

diante. Essas contradições punham em evidência a fragilidade da ideologia da "cidade dos cidadãos", da igualdade de todos os consumidores, do "interesse da maioria sobre o da minoria", e etc. Por isso, iniciou-se um processo de esfacelamento da ideologia do Estado, ao nível urbano. Quanto mais este se apresentava como "de todos", mais se aprofundava a contradição entre a sua capacidade de atendimento e a imagem que ele projetava que, em realidade, era um requisito da sua política de legitimação popular. Esse esfacelamento expressava, nas condições da política municipal de São Paulo, a face local da crise mais ampla do regime democrático, forma específica assumida pela crise de hegemonia no período do após-guerra no Brasil. Um Estado que não "provia", apesar de afirmar fazê-lo e que, ainda por cima, buscava a legitimidade popular, para os seus projetos, através de um processo de participação que criava sempre mais novas demandas, não satisfeitas, acabaria, inevitavelmente, por ingressar em uma crise de legitimidade .

A relação Estado-classes populares acabou se tornando uma relação antagônica; o que colocou, por vezes, as classes populares em confronto direto com os aparatos locais do Estado , como a Prefeitura Municipal de São Paulo. A capacidade de barganha das Administrações Regionais, por exemplo, que desempenharam (e ainda desempenham) uma função intermediária entre as reivindicações populares e o poder local serviu, muitas vezes, para atenuar esse antagonismo; mas, elas são, em si mesmas, uma resposta do Estado ao antagonismo desenvolvido contra ele pelas classes populares. O que importa assinalar é que este confronto dos movimentos urbanos com o poder local politizou os conflitos, permitindo que emergisse, entre aqueles movimentos, uma perspectiva que ultrapassava a sua dimensão estritamente econômico-corr

porativa e atingia a esfera da política. A importância desse aspecto está em que, sem questionar a ordem vigente, a emergência desses movimentos discute a representatividade do Poder Público, que se afirma capaz mas não consegue responder às demandas populares. É a sua legitimidade como instância política que está em jogo, pois a sua função de abarcar sob o poder do Estado o conjunto da sociedade, inclusive as classes populares, está, claramente, em crise. E os movimentos urbanos são uma testemunha disso.

O protesto que emerge, então, nesse contexto, tem um claro objetivo de identificar no Estado o alvo do conflito; isto é, a agência considerada responsável pela situação reconhecida como "injusta", cuja expressão, por isso mesmo, tem que mudar. Entretanto, a eficácia política desses movimentos não está, simplesmente, no seu antagonismo ao Estado; esse antagonismo é importante porque, identificando um alvo contra o qual se luta, cria as condições para a unidade dos seus protagonistas; além do mais, ao definir o seu campo de ação no plano do Estado, os movimentos urbanos politizam a sua expressão, pois ingressam, inexoravelmente, no terreno onde incidem e se confrontam os diversos blocos de interesses que se constituem em torno da questão urbana. Mas o importante mesmo é que essa emergência dos movimentos urbanos aceleram o desenvolvimento de uma força social que tem uma dinâmica própria; no caso de São Paulo, essa força se constitui à volta do movimento de Sociedades de Amigos de Bairro. Esse movimento, cujo desenvolvimento inclui a escolha de um modelo organizatório próprio e a construção de toda uma perspectiva que justifica a sua pressão, acaba jogando um papel importante na vida política da cidade, e é essa importância que faz, por exemplo, que o Janismo e outras formas locais de populismo procurem se aproximar dele. Como indicaram os capítulos

anteriores, a partir de meados dos anos 50 até início dos 60, as forças presentes na política municipal tinham de levar em conta, em algum sentido, a presença dessa nova força, que eram os movimentos urbanos.

### III

Finalmente, tendo chegado até aqui, pode ser útil, agora, tentar resumir alguns aspectos mais gerais que foram sendo indicados ao longo de vários capítulos. Não se trata ainda de uma conclusão, mas o alinhamento das idéias que seguem servem ao propósito de retomar as reflexões que foram propostas nos primeiros capítulos. Aliás, quase todas as reflexões anteriores demonstraram, claramente, a necessidade que enfrentam os cientistas sociais, e todos aqueles que se interessam pela sorte das classes populares, nos países latino-americanos, de repensar, de maneira bastante profunda, o quadro teórico utilizado para analisar e compreender a situação social e política desses grupos subalternos, em regiões como a Grande São Paulo. Frequentemente, como já se assinalou antes, uma sensibilidade científica formada no contexto de uma velha prática comparativa entre os países latino-americanos e o chamado modelo "clássico" de desenvolvimento capitalista, acabou servindo como fonte inspiradora de distorções para a explicação dos fenômenos que se desejava compreender. Por isso mesmo, foi frequente, também, como já indicaram alguns capítulos anteriores, a tendência verificada de desqualificar os movimentos sociais originários de grupos sociais, vistos como passivos, amorfos ou, mesmo, marginalizados, dado que formados à base de migrações internas.

Hoje, a tendência que começa a se formar está comprometida com a necessidade de compreender a realidade social latino-americana, de modo especial a dinâmica que envolve as classes populares, como uma realidade em movimento. Essa noção de movimento remete aos velhos conceitos de mudança e de confli

to (6). De fato, é impossível pensar a realidade dos últimos 30 anos, na região da Grande São Paulo, sem levar em conta o profundo processo de mudanças que implicou o desenvolvimento do capitalismo nessa região sócio-econômica do Brasil. É nesse sentido, por exemplo, que cabe entender as migrações internas: como um movimento destinado a capturar para o polo mais dinâmico da economia do país, a parte excedente da oferta da mão de obra existente na sociedade. Por isso mesmo, é impossível, também, entender a fixação dos migrantes de outros Estados em São Paulo fora do quadro de conflitos, manifestos ou latentes, gerados pelas novas necessidades sociais criadas pelo crescimento dos grandes centros metropolitanos. A própria fixação desses migrantes em São Paulo, como já sugeriu o capítulo 5, implicou a explicitação de interesses próprios desses contingentes populacionais, os quais, frequentemente, não encontraram resposta às suas carências por parte das políticas implementadas pelo Poder Público na região da Grande São Paulo. Falar de interesses sociais é falar de conflito, porque a sua expressão, em uma sociedade tão marcada pelas distâncias sociais, só pode se dar pela organização e luta coletivas, que tem de ir abrindo "um lugar ao sol" em meio a imensas limitações à manifestação popular; e, por isso mesmo, esses interesses explicitados pelo processo de fixação dos migrantes em São Paulo acabou gerando novas demandas sociais e urbanas, que foram expressas pelo surgimento das Sociedades de Amigos de Bairros e outras associações populares. Aliás, o próprio Poder Público reconheceu, recentemente, a importância desse emergência (7).

---

(6) Ver, entre outros, R. DAHRENDORF, "Las Clases Sociales y su Conflicto en la Sociedad Industrial", Ed. Rialp, Madrid 1970; também A. TOURAINE, "Sociologie de l'action", Ed. du Seuil, Paris, 1965.

(7) De fato, os técnicos da Emplasa assinalaram, recentemente, no texto "Participação Comunitária", a "importância(das

Não obstante, esse reconhecimento não implica, necessariamente, admitir o caráter novo que está presente na problemática política que motivou o surgimento e o desenvolvimento de associações como as SABs, em São Paulo. É perfeitamente possível, por exemplo, reconhecer a importância reivindicatória das SABs e dos movimentos urbanos, e ao mesmo tempo, adotar uma perspectiva que as vê como simples expressão de uma espécie de novo "clientelismo" e não, como deseja-se sugerir aqui, como expressão de forças sociais marcadas pelas peculiaridades históricas próprias do desenvolvimento do capitalismo no Brasil e pela sua busca de articulação. Em realidade, a compreensão do caráter peculiar do desenvolvimento do capitalismo nos países latino-americanos, como ponto de partida, é fundamental (embora não suficiente) para a explicação dos movimentos sociais que emergiram nesses países a partir das transformações econômicas, sociais e políticas verificadas a partir de 1930.

Como vasta literatura mais recente tem observado, trata-se de movimentos sociais débeis, quando comparados com os exemplos "clássicos", dos países europeus ou dos Estados Unidos. Movimentos sociais marcados por duas características fundamentais que são, em grande parte, produto específico da chamada "situação de dependência", própria da América Latina:

1. Por um lado, são movimentos sociais que emergem no contexto sócio-econômico de mercados de trabalho extremamente fragmentados, nos quais somente encontra-se lugar para a ocor -

---

SABs) no quadro sócio-político de São Paulo, a partir do pós-guerra e, mais particularmente, no início dos anos 50. (...) Este fato pode ser interpretado como decorrente de um desenvolvimento urbano mais rápido e não planejado, incapaz de responder à demanda de equipamentos e serviços provenientes de uma população migrante que se instala principalmente nos bairros nascidos da periferia". Cf. "Participação Comunitária", ENPLASA, 1977, pgs. 13 e 14.

rência de classes subalternas marcadas pela heterogeneidade. Quer dizer, ao contrário da situação "classica" de desenvolvimento capitalista, não se está, por exemplo, diante de uma classe operária homogênea a partir da situação no mercado de trabalho, e cuja unidade nasce da sua coesão social. Ao contrário, o capitalismo "dependente", que demandou investimento intensivo de capital e, ao mesmo tempo, técnica poupadora de mão de obra, foi responsável pela formação de classes populares heterogêneas, no interior das quais somam-se os operários industriais, os assalariados do setor de serviços e mesmo, os setores dos assalariados do aparato burocrático e os profissionais liberais.

2. Por outro lado, está-se diante de movimentos sociais cuja unidade é, paradoxalmente, encontrada no plano fundamental da política. De novo, não se trata, como no caso "clássico" europeu, de movimentos operários cuja unidade é constituída a partir da solidariedade gerada no plano das empresas. Ao contrário, no caso latino-americano, está-se diante de movimentos populares, cuja unidade se constituiu a partir de algo como uma identidade popular, que foi alcançada diretamente pelo exercício prático de certos direitos públicos, conquistados no contexto da política populista, que caracterizou países como Argentina, Brasil, Colombia e Peru, por exemplo. De fato, como é bastante conhecido da literatura especializada, os movimentos populares formados à volta de experiências conhecidas, como Peronismo, Vargasismo, Janismo, Gaetanismo, Aprismo e Cardenismo foram marcados fundamentalmente pela formação de uma identidade popular mais do que uma identidade operária; uma identidade popular que dava unidade de objetivos políticos a setores distintos como os operários industriais, os assalariados de bancos e comércio, a baixa burocracia estatal e, muitas vezes, profissionais liberais.

Esta unidade foi alcançada por certos objetivos definidos em face de um Estado em crise, e implicavam, de forma especial, em certos direitos de cidadania que eram essenciais à sobrevivência desses setores nos grandes centros urbanos; e, por outra parte, na sua integração aos restritos sistemas políticos existentes na região. Entre estes direitos estavam o simples reconhecimento de sua situação de exclusão e a possibilidade de lutar por melhores condições de sobrevivência. Não importa se, frequentemente, como ocorreu no Brasil, a luta por essa espécie de redistributivismo foi mais simbólica que real e, mesmo, um elemento da estratégia dos grupos dominantes, para manipular as classes subalternas. O que importa assinalar, é que essa luta foi importante para dar unidade política a setores sociais que eram marcados, no plano de sua inserção no mercado, por uma profunda heterogeneidade; e que, quando ela começava, declanchava um processo que este, sim, era importante para afirmar a participação desses setores na sociedade.

Tudo isto significa que, para se entender os movimentos sociais próprios à situação latino-americana, é necessário fazer uso da noção de um coletivo socialmente heterogêneo, cuja unidade é alcançada não no plano orgânico de seu papel ao nível do sistema de produção, mas, diretamente, no plano da política (8). Esse coletivo socialmente heterogêneo é o que se designou aqui, acompanhando diversos autores, como classes populares, cuja constituição só ocorre através de uma ampla aliança social e política.

---

(8) Recentemente, Juan Carlos Torre recolocou a discussão desses aspectos na análise dos movimentos sociais latino-americanos. Cf. Notas de Seminários no CEDEC, maio-julho de 1977.

São essas classes populares que aparecem como protagonistas dos movimentos de reivindicação e de protesto urbano que emergem na década dos 50 e dura até início dos anos 60 em São Paulo. Esses movimentos mobilizam setores da população que são membros das classes populares - e, vale observar, são formados, também, pelos migrantes internos - em torno das reivindicações essenciais à sua sobrevivência nos grandes centros urbanos. Mas é importante notar que essa mobilização ocorre na medida em que essas classes se dirigem a um setor bem determinado do aparato estatal, visto genericamente como o "Poder Público", do qual reivindicam a solução de seus problemas, como direitos, e não como concessões ou dádivas. Quer dizer, a mobilização se viabiliza através de um processo que identifica para as classes populares o seu antagonista: o Estado, diante do qual, têm algo a exigir. Este é um aspecto essencial da consideração dos movimentos reivindicatórios, ligados à população residente nos bairros periféricos, pois permite superar uma visão pouco dinâmica, mais bem estática, segundo a qual as associações populares são simples "correias de transmissão" da vontade do Poder em relação às classes subalternas.

Por outra parte, é importante ter em conta que a história das associações populares, como é o caso das SABs, na região da Grande São Paulo, delimita momentos históricos bem precisos em que aumenta a participação popular na sociedade. Esses momentos coincidem, genericamente, com conjunturas políticas de abertura. É o caso de vários momentos do após-guerra, entre 1945 e 1964, e, de novo, dos anos 1967-1968, por exemplo(9). Esse é

---

(9) Para verificar essa hipótese para 1967-68 seria interessante aprofundar o estudo do Congresso de SABs de 1968 e as dificuldades subsequentes para levar à prática as suas conclusões, conforme os "Anais do Congresso da Sociedade de Amigos de Bairro", São Paulo, 1968. 1967 e 1968 são, entretanto, anos que marcam um momento de acensso do movimento de bairros e de sua intervenção explícita na situação política nacional.

outro aspecto que é bastante importante ter em conta na análise dos movimentos sociais na América Latina, porque ele indica que a estratégia de pesquisa correta para analisar esses movimentos deve combinar a reconstrução histórica de longos períodos e, ao mesmo tempo, a análise de certas conjunturas específicas, quando esses movimentos são capazes de explicitar, de maneira mais clara, os pressupostos e os objetivos sociais que estão latentes em sua própria ocorrência. Aliás, a literatura mais recente tem chamado a atenção para o fato de que os movimentos sociais nos países latino-americanos, sendo tributários da chamada "situação de dependência", estão marcados pelo fenômeno de uma ocorrência que só se explicitaria, claramente, em certas "situações de crise", quando as classes dominantes não se demonstram capazes de dirigir a sociedade como um todo, e o Estado - como locus essencial de distribuição de poder - não se encontra suficientemente coesionado para responder às pressões que vem de baixo (10). Nestas circunstâncias - designadas como "crise de hegemonia" por Gramsci - os movimentos sociais oriundos das classes populares encontram espaço político e institucional para se expressar. A crise "por cima" amplia o espaço de liberdade "por baixo" e, dependendo do que se consolide nesses momentos, em termos de independência e autonomia organizatória, se definirá a capacidade das classes populares de continuarem intervindo na sociedade com marca própria.

Por isso mesmo, é importante verificar, nessas situa -

---

(10) Os estudos de F.J. DELICH, "Crisis y Protesta Social - Córdoba 1969-1973", Siglo XXI, Buenos Aires, 1970, e F.C. WEF-FORT, "Conflito Industrial em Osasco e Contagem", Cadernos .... CEBRAP 7, São Paulo, 1972, são dois exemplos que ilustram bastante bem as situações de crise "por cima", e que permitem uma vigorosa emergência "por baixo" quando os grupos subalternos estão organizados o suficiente para isso.

ções de crise, muitas vezes marcadas pelas conjunturas de abertura, a capacidade própria que tenham acumulado os setores populares para ir enfrentando os seus próprios desafios organizatórios; quer dizer, para ir resolvendo a partir da sua dinâmica interna, os problemas que se colocam à livre expressão das classes populares na política. Neste sentido, a experiência dos movimentos de reivindicação e protesto urbano de São Paulo apresenta um padrão de acúmulo de experiências que parece servir à inserção dos setores populares na vida política da cidade. É uma experiência limitada de participação, mas suficientemente consistente para permitir níveis de articulação desses setores que não podem ser desprezados.

A conclusão que se impõe é que os movimentos sociais latino-americanos são, muitas vezes, débeis, certamente; mas pertinentes o suficiente para demonstrar a potencialidade das forças sociais que estão em jogo. Dir-se-ia que projetam para a sociedade as possibilidades de articulação política que tem as classes populares desses países pouco integrados socialmente. Por isso mesmo, esses movimentos são mais uma indicação do que será o futuro dessas classes - e, portanto, da sociedade - do que uma explicação rigorosa do presente. Do ponto de vista de uma teoria e de uma prática comprometidas com a construção da autonomia desses grupos subalternos, nas sociedades capitalistas da América Latina, a questão se coloca em termos de saber de que modo será possível aos próprios setores populares, incorporarem essa evidência que é projetada pela sua própria experiência.

Trata-se de saber se, no quadro de crise vivido pelas sociedades latino-americanas, será possível às classes populares alcançar uma tomada de posição que se apoie, em algum grau, nessa larga tradição criada por associações populares como es -

sas de São Paulo, cujas origens incluíram formas novas de manifestação da "vontade das maiorias" da cidade, e cujo desenvolvimento político apresentou, explicitamente, por vezes, a determinação de construir algo como formas democráticas de base.

A importância da pesquisa social é que ela pode investigar os processos pelos quais as classes populares reivindicam aspectos tão especiais como esse. É certo que o conhecimento não substitui a prática transformadora, capaz de recolocar em sua dimensão os movimentos sociais, cuja tradição evoca a vontade de mudar dos subalternos. Mas o conhecimento, é, entretanto, o passo prévio que pode, se for efetivamente profícuo, preparar as tomadas de posição que conduzem à prática transformadora. E, por isso, é algo que não pode ser eficaz se estiver descomprometido de fenômenos como este, de larga tradição popular, que busca encontrar os caminhos da articulação dos subalternos na sociedade; por isso, se for incapaz de refinar os seus instrumentos de análise, para apanhar uma realidade que também é nova e distinta, fracassará em sua missão.

PARTE 5

CONCLUSÃO

## CAPÍTULO XII

CLASSES POPULARES E HEGEMONIA

## I

O fenômeno da crise de hegemonia - que tem estado presente na história brasileira desde meados dos anos 20 - trabalhado em uma dupla acepção, de incapacidade de direção dos grupos subalternos pelas elites dirigentes e de entrada das massas populares na política, constitui um dos aspectos centrais deste estudo. Por isso, a perspectiva que permeou todo o seu desenvolvimento sugeriu a convicção de se examinar alguns processos de participação social e política das classes populares, no período dos anos 50 e início dos 60, como contrapartida da crise de representatividade do sistema político que se constitui a partir de 1.945. Estas circunstâncias aliás, não são exclusivas da situação brasileira; em realidade, como se sabe, elas constituem, propriamente, um padrão, mais ou menos genérico, prevalescente em boa parte dos países da América Latina, onde o fenômeno peculiar de irrupção das massas da crise do final dos anos 20 e do início dos 30 colocou em evidência a inadequação das estruturas políticas existentes para abrigar os novos interesses de participação e controle que se formavam com a modernização do capitalismo; e, ao mesmo tempo, provocou o início da dissolução das estruturas tradicionais de dominação (1). Na verdade, tomando-se a noção de crise para referir-se, simultaneamente tanto aos processos de mudança, como aos processos de desintegração social e po-

---

( 1 ) E. FACETTO, retomou, recentemente, a discussão dessas questões na América Latina Ver, FACETTO, "El Problema de la dependencia Y lo nacional-popular", FLACSO, Santiago, 1976; mimeo. Ver também J. GRA CIARENA, " El Estado y los estilos políticos recientes en América Latina", Santiago, mimeo, 1974.

lítica, que se inauguram a partir de 1.930, a irrupção das massas populares na vida política, ligada aos momentos de migração campo - cidade, imediatamente posteriores à II Guerra, se constitui ao lado das mobilizações agrárias, um dos aspectos mais importantes da história social contemporânea da América Latina.

De fato, como se indicou nos capítulos anteriores, a emergência do populismo, como uma forma de dominação destinada a fazer frente ao duplo caráter da crise de hegemonia ( crise "por cima" e irrupção - "por baixo"), tem que ser entendida como um substitutivo de uma direção política inexistente que, por isso mesmo, implicata em um reforço à entrada das massas na política. Mas na medida de suas insuficiências e ambiguidades, também em um processo de deslegitimação do sistema político vigente, que desarticula as formas tradicionais de participação e representação (como foi o caso dos partidos). Uma das principais consequências desse processo foi a emergência de novas formas de participação social e política das classes populares; e o seu aparecimento se é verdade que corre paralelo com as quebras sofridas pelo sistema político beneficiando-se delas, por outra parte, anuncia a possibilidade de que são portadores esses setores sociais, em uma sociedade marcada pela crise. A emergência dos diversos movimentos sociais, que nos anos 50 e nos 60 trouxeram à tona problemas novos, decorrentes das transformações porque passavam as suas sociedades é testemunha de uma capacidade de articulação popular, cujo sentido último está em que oferece, mesmo que precariamente, perspectivas novas de solução em face da crise.

No caso do Brasil, tomando aqueles anos cruciais do início da década de 50, a retirada de cena da figura de Vargas, a partir da crise social e política de 1.953-54 (2), parece ter solapado as bases da legitimidade precária instaurada com a democracia do após-guerra. Os

---

(2) Ver meu ensaio "Greve de Massa e Crise Política", op-cit.

grupos dominantes, que pareciam ter concordado com o velho ditador, no momento de sua volta ao poder, quanto à necessidade de projetar a imagem de um Estado "de todo o povo", começaram a se inquietar no momento em que as massas passaram a ocupar parte do espaço político para exigir aquele caráter da gestão de alguns aspectos da vida pública, que tocava diretamente os seus interesses. O acirramento das contradições sociais, a partir dos primeiros anos 50, passou a representar consideráveis dificuldades para que Vargas pudesse manter a sua influência sobre as massas, e mantê-las lidadas ao sistema dominante passivas e sem participação.

As massas manifestavam o seu desejo de participar em moldes novos e foi isso, em grande parte, que começou a complicar o quadro político daqueles anos. A crise social e política de 1.953-54, que culminaria com o dramático suicídio de Vargas, antecipava, de dez anos, a crise de 1.963-64 que concluiria com a instauração do regime autoritário, dos anos 60 e 70. Naquele momento, do início dos anos 50, a emergência das massas embora em condições de relativa inorganicidade, indicava os limites até onde a democracia do após-guerra, instaurada em meio à crise de hegemonia, podia chegar em sua capacidade de estabelecer algum tipo de ligação entre as massas e os interesses representados pelo Estado.

Os efeitos mais imediatos dessa crise foi, por um lado, a insatisfação de amplos setores da população das cidades (e dos campos) com a política nacional e com os líderes que apareciam como os seus articuladores; e, por outro, a intensificação dos processos pelos quais amplos setores das classes subalternas reivindicavam o aprofundamento da sua participação no regime democrático vigente; nesse processo incluíram-se algumas formas de ação direta e alguns movimentos organizados das classes populares que preencheram as funções de expressar reivindicações de defesa econômica e de reivindicação política.

Parece ser importante ter em conta que a situação de crise da-

quêles anos acabou por contrapor, de um lado, um sistema político e institucional débil, incapaz de absorver, de modo funcional e com continuidade, as massas populares; e, de outro, os próprios movimentos das massas que, quando menos, significavam uma presença que exigia alguma sorte de resposta das elites. Essa contradição, entre a debilidade político-institucional, oriunda da situação de crise de hegemonia, e a emergência de movimentos populares que eram não expressão de um projeto de reorganização da sociedade mas a expressão mais ou menos espontânea de alguns dos seus interesses mais imediatos e de sua aspiração de obter algum grau de participação social e política é que tornava do ponto de vista das classes subalternas a situação daquêles anos extremamente dramática. Nem os grupos dominantes lograram sair de sua situação de crise, nem os grupos populares alcançavam se expressar de forma mais articulada de modo a projetar sobre a cena política do país uma alternativa de novo tipo.

Entretanto essas circunstâncias, não significavam, de modo nenhum, ausência ou passividade ao contrário, as classes populares manifestavam positivamente a sua presença e ainda que nos marcos da inorganicidade assinalada, colocavam questões que estavam relacionadas com uma forma própria de perceber os dilemas da época e, ao mesmo tempo, de explorar as suas chances de intervir na situação. Os movimentos sociais que emergiram naquela etapa - como foi o caso dos movimentos autonomistas - serviram para colocar em cheque a representatividade de algumas instituições políticas, mas o mais interessante da sua ocorrência é que projetaram também uma aspiração de aprofundamento da democracia, ligada à reivindicações de um controle mais direto dos aparatos locais de poder, a qual representava, nas condições da época, um sistema de que uma nova identidade popular começava a se formar entre as classes subalternas de São Paulo.

De fato, chama a atenção que os processos de transformação social e política mais importantes dêste século, a desagregação da anti-

ga ordem, social, a constituição de um núcleo dinâmico do capitalismo e a democratização do Estado "por via autoritária" (Touraine, Weffort), tenham se expressado tão intensamente, e de modo tão combinado, em alguns pontos do país, de modo particular a região da Grande São Paulo. Essas transformações na estrutura social e política da sociedade teriam de repercutir intensamente, sobre a própria organização e sobre o modo de expressão dos diferentes grupos sociais, de modo particular os grupos subalternos, que foram se concentrando nessa região para servir de suporte ao moderno desenvolvimento do capitalismo. É nesse quadro - que se explica, portanto que a região da Grande São Paulo tenha se transformado em uma espécie de celeiro de novas experiências de participação popular, terreno fértil para a forja de uma unidade social e política até então desconhecida; essas experiências, como se sabe, adquiriram um ritmo e uma proporção tão intensas que sugerem a possibilidade de se falar da emergência de uma nova identidade social, cultural e política nessa região sócio-econômica.

É nesse sentido que parece mais do que conveniente retomar a discussão do significado desse fenômeno peculiar de associativismo das classes populares, cuja expressão se deu pela emergência dos movimentos de reivindicação urbana e das Sociedades dos Amigos de Bairro, e cujo desenvolvimento incluiu a ocorrência dos movimentos autonomistas. A presença dessa força social e política, em processo de articulação, na região da Grande São Paulo, marcou o processo de desenvolvimento urbano, nos anos 50 e início dos 60, e seus efeitos persistem até hoje; pode-se dizer, mesmo, que a presença desses movimentos, na vida política de São Paulo foi uma das formas específicas do processo de entrada das massas na vida política local. Constituindo-se em uma das poucas oportunidades de mobilização e organização das classes populares construídas, em grande parte, com seu empenho próprio, os movimentos sociais urbanos, dos anos 50 e início dos 60, foram uma das expressões mais completas da integração peculiar porque passaram as massas de migran -

tes (do interior e de outros estados) na vida da metrópole, isto é no núcleo mais dinâmico do capitalismo. Capturadas por esse núcleo essas massas de migrantes - que são testemunhas na cidade das outras faces do processo de desintegração e de mudança porque passou a sociedade - vieram para os grandes centros urbanos munidos de uma bagagem cultural própria, mas ao contrário do que afirmam as teorias sobre os "resíduos" psicossociais tradicionais ou sobre a chamada "inexperiência" urbana e industrial, não se restringiram a reproduzir o "atraso" nas condições - do "moderno". Ao contrário o espalhamento da experiência dos SABs por toda a região da Grande São Paulo e, mesmo, a ocorrência de quase duas dezenas de movimentos autonomistas em um momento que as condições políticas estimulavam, por um lado e não impediam, por outro a sua expressão, é o sinal de uma presença popular que convida a buscar entender o seu significado e não a desqualificar as suas formas de manifestação.

O movimento de reivindicações urbanas, como se viu nos capítulos anteriores marcou o desenvolvimento urbano com a presença das classes populares, e mais do que isso, alterou a própria conformação da região da Grande São Paulo com a emancipação de alguns bairros ou distritos "dormitório", introduzindo na política local, durante um longo período, condições que obrigavam o Poder Público, quando menos, tomar em consideração as reivindicações urbanas, ou, na hipótese de um enfrentamento, buscar derrotar os movimentos através de uma pressão que se destinava a desmobilizar as classes populares.

Expressão de um desenvolvimento que praticamente acompanhou as fases mais intensas de crescimento da cidade, os movimentos sociais urbanos dos anos 50 e 60 se constituíram em uma das manifestações mais visíveis da presença das massas populares na metrópole. Visibilidade - que se pode ser percebida, não apenas porque a região da Grande São Paulo e, em grande medida um produto das ondas sucessivas de migrações que tem assolado essa região do país desde o pós-guerra, mas também porque os movimentos sociais urbanos, de modo particular a experiência

das SABs nos anos 50 e início dos 60, expressam uma capacidade de iniciativa social e política das classes populares que contrasta com o quadro de crise das elites dirigentes. Enquanto, de seu lado, o fenômeno do populismo só pode oferecer uma perspectiva extremamente ambígua de integração dessas massas na política que estimula e restringe, ao mesmo tempo, a sua participação, de sua parte, o fenômeno peculiar de associativismo das classes populares - de que as SABs constituem um dos exemplos mais articulados - apela para um processo cuja prática coloca esses setores sociais na condição de atores capazes de reivindicar uma perspectiva de aprofundamento do próprio regime democrático vigente.

Trata-se, portanto, de uma presença popular, cuja visibilidade é, ela mesma, a expressão de seu significado político.

Torna-se interessante, por essa razão, indagar do significado que essa presença popular possa ter assumido no quadro de crise política que dava os contornos da época histórica em que ela ocorre. Qual a contribuição que a emergência dos movimentos sociais urbanos representou para as classes populares? Ou, por outras palavras, de que forma é possível conceber o seu desenvolvimento - que implicou a ocorrência dos movimentos autonomistas - em uma situação de crise social e política, em que os "de cima" não demonstravam mais capacidade de dirigir política e ideologicamente a sociedade, mas os "de baixo" não eram ainda suficientemente conscientes de sua força para fazê-lo?

## II

Esta questão (que é um dos núcleos do presente trabalho) pede uma retomada das hipóteses gramscianas, com que estamos trabalhando. Gramsci, como se sabe, costumava dizer que a formação da consciência nacional - popular depende da entrada das massas pobres no espaço da política; ou, dito de outra forma, depende da capacidade das classes subalternas das cidades e dos campos de se constituírem em uma alternati

va de reorganização social e política da sociedade em sentido popular. O problema está relacionado, portanto, a uma perspectiva que coloque - na ordem do dia o problema da construção de uma hegemonia de novo tipo. O tema da hegemonia, como se sabe, é um aspecto central das preocupações de Gramsci em relação as possibilidades das classes subalternas se tornarem, no contexto das sociedades capitalistas, atores históricos dotados de vontade coletiva própria. A hegemonia, neste caso, se refere à capacidade de uma classe que aspire a ser dirigente do conjunto da sociedade em trabalhar os seus interesses próprios, e os do conjunto de grupos subalternos, em termos de um projeto universal que contemple a questão da participação como uma questão relacionada à política como uma dimensão pedagógica. Participar, nessa acepção, é manifestar capacidade de intervir no processo de transformações sociais e políticas de modo consciente.

A noção de hegemonia se refere, portanto, a um modelo cultural (instituições, crenças, normas, leis, costumes, manifestações artísticas, etc.) que conforme a prática social e as concepções de mundo que a fundamentam. Ela não opera apenas a nível intelectual mas informa toda a vida cotidiana dos homens, integrando-os, desde a infância, no universo de relações sociais que constituem a sociedade. Por isso, a hegemonia que uma classe exerce sobre as demais é o elemento que dá coesão à estrutura social marcada pelo signo das contradições. Daí, aliás, o sentido de nexos modal, atribuído por Gramsci à noção de hegemonia, entre estrutura e superestrutura (3).

O que está em jogo nessa concepção é a compreensão de que a classe ou as classes que aspiram a ser dirigentes da sociedade tem de

( 3 ) Para uma discussão do tema, ver H. PORTELLI, "Gramsci y el bloque histórico", Siglo Vientiuno Ed., Buenos Aires, 1.974; J. M. PIOTTE, "El Pensamiento político de Gramsci", A. Redondo Editor, Barcelona 1.972 e L. GRUPPI, "O Conceito de Hegemonia em Gramsci", Ed. Graal, Rio, 1.978; e, especialmente, A. GRAMSCI, "El Materialismo histórico y la filosofía de Benedetto Croce", op: cit.

enfrentar os desafios que se colocam para a construção do consentimento ativo que tem de obter dos grupos sociais auxiliares; por isso, uma classe ou conjunto de classes com vocação para o poder pode e deve conquistar, antes mesmo de dirigir o aparelho de Estado, as funções de direção ideológica e política da sociedade civil. Aliás, a originalidade do pensamento de Gramsci está, em grande parte, em que completa as elaborações tributárias de Lenin, sobre o caráter de ditadura de classe do Estado, demonstrando que, ao lado das funções de coação e violência, os grupos dominantes tem de lançar mão, também, das funções de hegemonia para terem garantido o consenso social indispensável à manutenção e à reprodução de um certo padrão de relações sociais já vigente ou que se deseje construir.

Em outras palavras para que uma classe seja capaz de alçar-se à condição de núcleo reorganizador da sociedade inteira é preciso que ela seja capaz de ultrapassar os limites dos seus interesses econômico corporativos imediatos para situar-se no terreno mais amplo, e universal, das aspirações políticas, e ideológicas do conjunto das classes subalternas de uma sociedade. O projeto de reorganização da sociedade inteira deve, portanto, incluir não apenas a transformação das relações que fundam a divisão social do trabalho, mas também a criação de uma concepção que venha a dar um sentido novo, desalienador, à prática social. Por isso, a transformação da sociedade deve implicar uma nova forma de conceber as relações sociais e as próprias relações do homem com a natureza.

Retomando as preocupações de Lenin, Gramsci recoloca a necessidade da classe subalterna fundamental - a classe operária - realizou um sistema de alianças sociais que incluem as demais frações subalternas; em realidade na sua análise da Questão Meridional na Itália (4),

---

(4) A. GRAMSCI " Alguns temas sobre a Questão Meridional", Revista "Temas", nº 1, Grijalbo, São Paulo, 1.977.

Gramsci demonstra que só a aliança do conjunto de classes subalternas ~~possibilita~~ permite introduzir uma cisão no bloco de poder dominante, desligando-as das massas da sua orientação política e ideológica (que dá consistência ao sistema hegemônico vigente). A criação de um novo sistema hegemônico supõe a direção da classe operária sobre as demais classes subalternas, pois ela é a classe que, por seu papel fundamental no mundo da produção, mais longe pode levar os projetos de transformação da sociedade.

Entretanto, essa hegemonia não deve significar a exclusão das demais classes e frações subalternas do processo de construção dessa hegemonia de novo tipo. A aliança que cabe à classe operária dirige o sentido de incorporação dos diferentes grupos subalternos a uma prática que é negadora de suas distinções. É na medida em que cada grupo subalterno é capaz de superar as suas perspectivas particularistas e se colocar as tarefas de construção de um novo sistema social e político, que transfere as decisões cruciais para o conjunto das massas populares, que ele se incorpora à aliança. É por isso que Gramsci chama essa hegemonia de democrática; ela implica em que o núcleo de direção consciente ou partido (que não é mais que uma parte a mais consciente das classes subalternas) dirija essa tarefa de modo que todos os grupos subalternos participem ativamente da construção da nova sociedade.

Essa concepção não diminui em nada a importância da direção da classe operária sobre o processo político, mas atribui um peso específico à participação das demais classes subalternas na sua realização. Como classes exploradas, elas também podem e devem participar do processo de transformação que visa a erradicar a exploração e, para isso, é necessário que também estejam presentes em todo o processo pelo qual o novo projeto de sociedade que se deseja criar seja Gestado. Cabe à classe operária, em vista da natureza mais profunda do seu antagonismo com o capitalismo, conduzir este processo; mas é essencial-

que ela seja capaz de transformar a sociedade transformando-se, isto é superando os seus interesses mais imediatos e posicionando-se no terreno mais amplo que inclui os interesses das demais classes subalternas - único marco que pode definir um projeto radical de transformação da natureza da sociedade capitalista.

Gramsci ainda chama a atenção para o fato de que a criação de um novo sistema hegemônico pode ser iniciado antes da tomada do poder, mas à condição que o núcleo de direção consciente, ou partido, seja capaz de levar as massas subalternas a uma prática política efetiva, cuja experiência tenha o sentido da política, como pedagogia, isto é, de ação que é ela mesma, educadora e, pela qual, educados e educadores possam aprender, conjuntamente, pela prática. Por isso, faz sentido falar da questão da participação ao se discutir o tema da hegemonia.

### III

Faz sentido, portanto, examinar as experiências concretas de participação popular, ao discutir-se o tema da hegemonia, porque são elas que podem indicar se as classes populares estão sendo capazes de enfrentar os desafios relacionados com a construção de alguma perspectiva própria em face da crise social e política. No caso dos movimentos sociais urbanos, que emergem na região da Grande São Paulo, entre o pós-guerra e os primeiros anos da década dos 60 o que mais chama a atenção é que eles tenham surgido no bojo de uma situação de aliança social e política que englobou a classe operária e os demais setores assalariados urbanos, incluindo-se os oriundos das novas "classes médias" constituindo estes diferentes setores em classes populares a partir da unidade de seus objetivos comuns. Estes objetivos não se limitaram a expressar reivindicações de natureza econômico-corporativa, mas fizeram referência também a aspirações políticas. Todavia, essas aspirações de participação social e política não se limitaram ao fenômeno do popu

lismo, pois as classes populares foram responsáveis também pela emergência de movimentos de protesto que se originaram nas condições criadas pelo populismo, mas foram ainda mais além dos seus limites, apresentando uma reivindicação de democratização do Estado, ao nível do poder local que nem sempre o sistema político teve condições de absorver.

O que importa assinalar é que os movimentos sociais urbanos foram testemunhas de uma identidade popular cujo sentido mais profundo estava em que projetava, para a sociedade, uma possibilidade de imprimir um sentido popular à política; o protesto urbano que emergiu em alguns subúrbios da região da Grande São Paulo era inequívocos neste aspecto: tratava-se de procurar incorporar setores das classes populares nos aparatos do poder local, pois esta era a única condição visualizada pelos protagonistas dos movimentos urbanos para que a democracia funcionasse, no nível político que estava mais ao seu alcance. A concepção presente nos movimentos autonomistas, de que os dirigentes dos novos municípios que se desejava criar deviam ser de "gente entre nós", era apenas uma forma simples, pouco elaborada, de reivindicar um controle direto, mais próximo à base da política e do poder local. Sentido popular à política que, nas condições da época, ganhava um claro conteúdo democrático. O que os movimentos sociais urbanos faziam era reivindicar a ampliação da democracia mas em um sentido que significava, ademais, propor uma perspectiva que poderia ter somado na direção de redefinir a própria questão democrática. Ao apelar para a participação de massa nos aparatos do poder local, os movimentos autonomistas abriam a possibilidade de que o sistema político do pós-guerra, construído em grande parte pelas ambiguidades do populismo, pudesse redefinir o próprio caráter da participação das massas; participação, que se tivesse sido aprofundada, poderia ter atribuído uma dimensão social à democracia vigente.

Não é irrelevante perguntar-se portanto, do significado dessa reivindicação de ampliação da democracia, a partir dos movimentos de

protesto urbano, no quadro político daqueles anos; pois afinal, como observaram, recentemente, vários analistas a ausência da democracia parece se constituir na verdadeira história dos países latino-americanos ; história de fracasso das tentativas de participação popular, história de repressão sobre as experiências que lograram algum grau mais elaborado de articulação. Desde há muito, as análises dos próprios autores latino-americanos foi estabelecendo uma visão que dava carta de um processo restrito, embora sucessivo de incorporação de diferentes grupos sociais nos sistemas políticos dos países da região. Assim, a dominação baseada na oligarquia agrária parece ter cedido lugar à dominação oligarquico-burguesa; esta, foi abalada pela incorporação dos setores médios, que se apresentaram como "elites de reemplazo". Finalmente, em etapas mais re-centes, assinalou-se a entrada genérica das massas populares, na cena da política, dentro dos limites impostos pela experiência dos diversos-populismos.

Mas essa experiência, no quadro de uma crise de incapacidade de direção dos grupos dominantes, revelou-se disruptiva para o sistema e chegou mesmo, a ameaçar o status quo em algumas conjunturas. Por isso , abriu, o ciclo mais recente de regimes autoritários, que suprimiram o regime constitucional e o respeito aos direitos civis; o regime eleitoral e o sistema de partidos e a liberdade, até mesmo, de simples defesa das condições de sobrevivência das massas. É inegável que esses regimes autoritários, com ou sem tutela militar que sucederam aos diversos populismos, não lograram, em vista das suas insuficiências políticas alcançar forma de consentimento popular para os seus mecanismos de mando e obediência, de modo a torná-los duráveis; hoje após mais de uma década de autoritarismo desmobilizador, a crise dos regimes militares e autocráti-cos já vai se generalizando por toda a América Latina (5). Entretanto ,

---

(5) Ver N. LECHENER, "A crise do estado na América Latina"; op. cit.; FALETTO, "El problema de la dependencia...", op. cit. e J.S. MOISÉS, "Perspectivas da democracia na América Latina", in Ensaios de Opinião, nº 8, Rio, p. 97.

não é menos verdade que, nas fases históricas anteriores, os movimentos nacional-populistas não foram suficientes para enraizar, na sociedade, as experiências de participação democrático-populares que ensejaram. De fato, no passado recente, nem as experiências do nacional-populismo, nem mesmo aquelas originadas diretamente da inspiração ou da ação dos partidos de esquerda foram capazes de se despregar de uma política de mobilização de massas que estava, frequentemente, informada por uma concepção autoritária do poder que mais dava promazia à ação que vinha de cima do que à que nascia de baixo, das próprias criações das massas populares. Não é alheia, como se sabe à história da intervenção das massas na cena política latino-americana, a ausência de práticas democráticas internas nos sindicatos, que tanta importância assumiram em nossa história, ou mesmo nos partidos que se diziam representantes da vontade popular. Por isso, nesse sentido, é muitas vezes quase impossível marcar diferenças entre a ação das correntes políticas que se fizeram presentes nessas instituições da sociedade e o desempenho dos líderes populistas a quem coube, muitas vezes, unificar os setores populares em face do Estado.

Na verdade, como foi sugerido em capítulos anteriores, o problema é mais global: a modernização capitalista na América Latina, com a instauração da ordem burguesa, não foi acompanhada, ao contrário do que aconteceu em outras situações históricas, da realização de uma revolução democrática que significasse a criação de condições culturais e políticas a garantir um regime institucional sustentado pelo consenso da maioria. As burguesias industriais latino-americanas se demonstraram incapazes, cultural e politicamente, de identificar e universalizar valores próprios que representassem uma forma de vontade geral aceita por todos ou quase todos, os segmentos sociais. O que ocorreu na América Latina foi que os burgueses modernos combinaram o seu estilo de exercício do poder com as formas tradicionais de dominação, herdadas de nossas tradições coloniais, elitistas e autoritárias.

Por isso, é necessário sugerir que talvez tenhamos, chegando a uma situação em que a única possibilidade de saída política e ideológica para os impasses da sociedade repousam sobre as responsabilidades históricas das massas populares despossuídas e desprivilegiadas, porque esses são os setores sociais interessados em uma transformação que signifique romper efetivamente com os limites à participação das maiorias ; esses são os setores interessados em dar fim à miséria que se mantém e se aprofunda com os modelos de desenvolvimento concentradores; de estancar a exploração das grandes empresas multinacionais, estatais e nacionais; e de retirar à marginalidade política os maiores que constroem a riqueza. A hipótese gramsciana com que estamos trabalhando, alude a duas situações em que um sistema hegemônico entra em crise (ou pode vir a substituir uma situação de desagregação): pela constatação revolucionária das massas ou pelas dificuldades políticas enfrentadas pelos grupos dominantes quando a sua direção está em colapso. Nesse caso, a solução, para essa situação - que o autor designa como de crise orgânica - pode ser ou a clássica solução de força com o uso aberto e indiscriminado das funções de coerção e violência pelos aparatos repressivos do Estado (que pode chegar até à sua transformação em ditadura), ou a emergência de uma nova perspectiva, capaz de resgatar os impasses políticos em termos de ampla participação das massas; nesse último caso, trata-se já, quando ocorre, do início da construção de um novo sistema hegemônico , cuja virtualidade está em que, apoiando-se democraticamente sobre a sociedade civil, oferece condições para a emergência de um novo consenso.

A crise política contemporânea deixou as classes populares na condição de única garantia da possibilidade de construção de uma nova perspectiva social e política na América Latina, pois é só a formação de amplos movimentos políticos, com base nas massas populares, que poderá tornar possível a articulação de sujeitos políticos autônomos, aptos a intervirem na política com independência e vontade próprias; quer dizer, com identidade. Por isso, é enorme a importância dos movimentos

sociais que sejam capazes de projetar na cena política a presença de atores remificados a partir de reivindicações próprias.

No caso dos movimentos sociais urbanos, a sua importância está em que o protesto a que deram lugar foi a experiência concreta pela qual amplos setores das classes populares lograram encontrar uma identidade, identidade que se afirmava a partir de uma situação social similar mas que alcançava o terreno propriamente da sua expressão, no plano da reivindicação de democratização do Estado. Identidade portanto, que era, ao mesmo tempo, expressão do despertar da consciência popular em face de suas condições de existência nos grandes centros urbanos e expressão de uma aspiração que significava afirmar a sua determinação de intervir na política. Essa determinação de intervir na política atribuindo-lhe um sentido popular não poderia ser exatamente, um ponto de partida para a presença das massas populares na cidade?

O sentido popular impresso pelos movimentos sociais urbanos à participação das classes populares na política significava que esses setores sociais eram capazes de dar uma perspectiva própria à sua presença; e a aspiração de democratização do Estado significava que essa perspectiva estava relacionada, ainda que de forma insuficientemente articulada, a uma dimensão de incorporação dos maiores da cidade ao processo político. O fato de que essa perspectiva tenha estado apenas insuficientemente presente no desenvolvimento dos movimentos sociais urbanos é algo que se deve a uma diversidade de fatores mas o principais, como ficou evidente em outros capítulos, é que não houve um núcleo de direção consciente que tenha sido capaz de resgatar essa questão; isto é, que tenha sido capaz de levar mais longe as aspirações de democratização dos aparatos locais do Estado, expressas nos movimentos urbanos para redefiní-los em termos de uma perspectiva mais ampla de transformação da sociedade. A aliança social que fundava a existência daquêles movimentos antes do que desqualificar a sua problemática, constituia-se em locus privilegiado onde a questão da direção desses movi-

mentos poderia ter sido colocada; A classe operária não teve impedimentos necessários ao desempenho de funções de direção por causa da presença das outras classes ou frações subalternas da cidade; esse desempenho não existiu porque essa perspectiva não estava presente nos movimentos, nem muito menos era própria intervenção da esquerda na política dessa época.

Entretanto, isso não retira a importância do despertar popular que os movimentos sociais urbanos implicaram; no quadro de crise da época, a sua aspiração democrática, que apelava à intervenção das massas na vida política da cidade, representou um aceno no sentido de uma perspectiva democrática para o conjunto da sociedade. Nesse sentido, talvez se possa dizer que, nas condições da época, os movimentos urbanos representaram um apelo a uma direção política consciente que não existiu pois foram testemunhas de uma possibilidade de aprofundamento da democracia vigente que poucos atores da cena política souberam reconhecer.

Aliás, a questão da construção de um sistema hegemônico de novo tipo não se resolve a menos que exista em cena um núcleo de direção política que seja capaz de ir, gradativamente, unificando as experiências parciais, moleculares e limitadas das classes populares em um projeto global, apto a oferecer direção àquelas experiências. Mas essa questão também depende da emergência de uma concepção popular de participação na política, que seja eficaz para atribuir às massas populares a centralidade que elas devem ter no processo de transformação da sociedade.

Por isso, no caso da experiência dos movimentos sociais urbanos, embora seja bastante claro que ela não tenha resultados da intervenção de um núcleo político capaz de oferecer uma direção de longo prazo para o seu desenvolvimento, é necessário admitir que o seu interesse está em que logrou projetar, a partir da prática popular, uma aspiração que, nascendo da sociedade civil, oferecia uma perspectiva par-

alguns grupos subalternos urbanos. Pois, na verdade, a aspiração democrática que aparecia naquêles movimentos operava como um princípio unificador de várias frações subalternas, oferecendo à sua atuação uma direção que, não era de largo prazo, mas servia de guia à sua presença na vida política da cidade. Mais do que isso: no quadro da sociedade da época, em que o grande impasse enfrentado pelo conjunto das forças políticas era, exatamente, o de saber como e até onde incorporar as classes populares no sistema vigente, a experiência dos movimentos urbanos tinha o mérito de indicar um ponto de partida possível. A proposta de controle de base dos aparatos locais do Estado oferecia uma perspectiva de aprofundamento da democracia que era algo de novo, pois começava a colocar as massas populares no centro do nível local do poder.

Essa perspectiva, democrática era insuficiente, em si mesma, para colocar, por exemplo, o problema da participação das classes populares em outros níveis de distribuição de poder na sociedade. Mas ela tinha o mérito de ser um ponto de partida que, como muito poucas vezes aconteceu nesse período, fazia referência a uma definição da questão democrática pelo ângulo social, isto é, pelo ângulo da participação popular. Este aspecto não é irrelevante se se pensar que os movimentos urbanos ocorriam em meio a uma política de mobilização de massas, levada a efeito pelas forças majoritárias da esquerda que tendia a propor a questão da participação popular de forma subordinada à chamada questão nacional e à questão do desenvolvimento. Estas, concebidas em termos de uma estratégia de colaboração de classes, apoiava-se em grupos oriundos da burocracia do Estado e na "burguesia nacional" e tendia a diluir a presença popular em um conjunto de forças no qual a iniciativa da direção era dos grupos dominantes.

No caso dos movimentos sociais urbanos, embora a comparação só possa ser feita em algumas de suas dimensões a questão democrática tinha prioridade, atribuindo à participação popular, um peso específico, que as demais experiências de mobilização tendiam a colocar em segundo

plano.

Por isso, talvez se possa dizer que o principal significado dos movimentos sociais urbanos dos anos 50 e do início dos 60, esteja relacionado com um legado de participação popular que incluiu o desenvolvimento, no núcleo do sistema capitalista no Brasil, de uma tradição própria de intervenção na política, cujo eixo central era a afirmação da presença popular. Presença que, como se viu, era um ponto de partida para uma aspiração da democracia que, no quadro dos limites existentes à participação das classes populares, só podia significar uma redefinição da questão democrática em termos de novas bases sociais. Os movimentos urbanos colocavam a questão a partir dos aparatos locais do Estado, mas nada impedia que essa problemática, se ganhasse a direção de um núcleo de direção consciente, redefinisse o problema em termos da sociedade global. Entretanto, nas condições daqueles anos, isso não aconteceu.